



# II

CONGRESO INTERNACIONAL  
**LOS ORÍGENES  
DE LA EXPANSIÓN EUROPEA  
CEUTA 1415**



# II

CONGRESO INTERNACIONAL  
LOS ORÍGENES DE LA EXPANSIÓN EUROPEA  
CEUTA 1415



INSTITUTO DE ESTUDIOS CEUTÍES

**CONGRESO INTERNACIONAL  
CEUTA, 1415. LOS ORÍGENES DE LA EXPANSIÓN EUROPEA**

(Ceuta, 1 al 3 de octubre 2015)

Organiza - Instituto de Estudios Ceutíes con la colaboración de

Centro Asociado de la UNED de Ceuta  
Centro de Historia d'Aquém e d'Alem-Mar  
Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades  
Laboratório de Paisagens, Património e Território  
Campo Arqueológico de Mértola  
Campus Universitario de Ceuta  
Facultad de Educación, Economía y Tecnología de Ceuta  
Universidad de Granada  
Universidad de Sevilla  
Ministerio de Educación, Cultura y Deporte

**Comité Científico:**

Dr. Joao Paulo Oliveira e Costa (Universidad Nova de Lisboa)  
Dr. Francisco José Rogado Contento Domingues (Universidad de Lisboa)  
Dr. Joao Barros Matos (Universidad de Évora)  
Dr. Filipe Themudo Barata (Universidad de Évora)  
Dr. Luís Miguel Ribeiro de Oliveira Duarte (Universidad de Oporto)  
Dra. Isabel Drumond Braga (Universidad de Lisboa)  
Dr. Manuel García Fernández (Universidad de Sevilla)  
Dr. Manuel Fernando Ladero Quesada (Universidad Nacional de Educación a Distancia)  
Dr. Jorge Manuel Simão Alves Correia (Universidad de Minho)  
Dra. Susana Gómez Martínez (Campo Arqueológico de Mértola)

**Comité Organizador:**

Fernando Villada Paredes (Instituto de Estudios Ceutíes)  
Rocío Valriberas Acevedo (Instituto de Estudios Ceutíes)  
Joana Bento Torres (Instituto de Estudios Ceutíes)

© Textos: Sus autores

© Edición: Instituto de Estudios Ceutíes

Depósito Legal: 47 - 2019

ISBN: 978-84-16595-78-5

Impresión y Diseño: Papel de Aguas, S.I. Ceuta.

*Quedan reservados todos los derechos:*

Esta publicación no puede ser reproducida, ni en todo ni en parte, ni registrada en, ni tramitada por, sistema de recuperación de información, en ninguna forma ni por ningún medio, sea mecánico, fotoquímico, electrónico, magnético, electroóptico, por fotocopia, o cualquier otro, sin el permiso previo del Instituto de Estudios Ceutíes.

# ÍNDICE

## IV.- TESTIMONIOS MATERIALES

Habitar na Alcácer Ceguer portuguesa (Marrocos): dois casos de apropriação de espaço doméstico islâmico nos séculos XV e XVI <i>Joana Bento Torres</i> <i>André Teixeira</i> .....	9
Sentirse en casa. Importaciones desde Europa en áreas de exploración <i>Marta Caroscio</i> .....	41
A propósito de las puertas y corachas islámicas y lusitanas del frente occidental de las fortificaciones del Istmo de Ceuta <i>José Manuel Hita Ruiz</i> <i>Fernando Villada Paredes</i> .....	59
Procesos de restauración de la escultura de Nuestra Señora del Valle de Ceuta <i>Álvaro Domínguez Bernal</i> .....	105
La internacionalización del estrecho de Gibraltar en el siglo xv: la evidencia cerámica <i>José Antonio Ruiz Gil</i> .....	117
De Ceuta a Santarém: Imagem e memoria do percurso de D. Pedro de Meneses <i>Antonia González Tinturé</i> <i>M<sup>a</sup>. Antonia Athayde Amaral</i> .....	125

## V.- ECONOMÍA, ADMINISTRACIÓN, URBANISMO Y CULTURA

De Ceuta para o mundo: em rota pela regularidade urbanas <i>Jorge Correia</i> .....	163
O Impacto do Passado: Avisos, Novas e Relações de Ceuta no Portugal do século XVIII <i>Isabel M. R. Mendes Drumond</i> .....	183
A organização política e administrativa de uma cidade conquistada: Ceuta nos séculos XV e XVI <i>Filipa Roldão</i> .....	207
La sede episcopal vacante de Ceuta. un obispado entre dos coronas <i>José Luis Gómez Barceló</i> .....	215
Análisis de las relaciones de Andalucía con la Ceuta portuguesa como exponentes de decisiones políticas. el caso de Málaga (1415-1640) <i>Antonio Carmona Portillo</i> .....	235
Ceuta, epopeya portuguesa (1415-1580): el devenir portugués de un territorio marroquí <i>Alicia Fernández García</i> .....	269
Imposing Christianity on North Africa at the Dawn of Portuguese Overseas Expansion: Roman Catholic Competitive Domination of Muslim Religious Sites in Ceuta, North Africa (c. 1415-1475) <i>Timothy D. Walker</i> .....	291



## IV TESTIMONIOS MATERIALES







## HABITAR NA ALCÁCER CEGUER PORTUGUESA (MARROCOS): DOIS CASOS DE APROPRIAÇÃO DE ESPAÇO DOMÉSTICO ISLÂMICO NOS SÉCULOS XV E XVI

*Joana Bento Torres*

CHAM - Universidade Nova de Lisboa

*André Teixeira*

CHAM - Universidade Nova de Lisboa

### INTRODUÇÃO

Alcácer Ceguer (Ksar Seghir) situa-se na margem Sul do Estreito de Gibraltar, sensivelmente a meia distância entre as duas cidades de Ceuta e Tanger, numa área de enorme importância estratégica ao longo dos tempos, por ser um ponto de passagem entre a Península Ibérica e o Norte de África, controlando igualmente a navegação entre o Mediterrâneo e o Atlântico. Sendo incerta a data de assentamento no local, está bem documentada uma importante actividade urbana a partir de finais do século XIII, sob a dinastia merínida, traduzida na construção de fortificações e edifícios públicos (Redman, 1986, p.22-31; Mojoud, 2012; Cressier, 2012, p.61-65), reconhecível também em espaços circunvizinhos (Raissouni *et al*, 2015). O aglomerado urbano foi conquistado pelos portugueses em 1458, sendo a segunda posição ocupada no Norte de África, depois de Ceuta em 1415, marcando o retomar da ofensiva no Magrebe depois do fracasso de Tanger em 1437 e do subsequente cativo do Infante D. Fernando (Farinha, 1990, p.157). A posição só veio a ser abandonada em 1550, no quadro da redefinição da política marroquina portuguesa durante o governo de D. João III (Cruz, 1997).

Os 92 anos de ocupação portuguesa de Alcácer Ceguer motivaram radicais transformações do quotidiano do lugar, com a substituição da população muçulmana preexistente por portugueses vindos do Reino, entre outras comunidades. Alteraram também sensivelmente a morfologia do espaço



Fig.1.- Localização de Alcácer Ceguer.

urbano, não apenas ao nível dos elementos arquitectónicos mais significativos, como fortificações ou edifícios de culto, mas também dos arruamentos, habitações, espaços comerciais ou artesanais (Correia, 2008, p.150-169). A transformação foi paulatina, em campanhas de obras sucessivas, relativamente bem documentadas no que toca aos edifícios mais importantes, menos clara no que se reporta às construções mais comuns.

O conhecimento de que dispomos relativamente à Alcácer Ceguer portuguesa resulta essencialmente das missões arqueológicas ali desenvolvidas entre as décadas de 1970 e 1980, por uma equipa marroco-americana dirigida por Charles L. Redman. Com efeito, o sítio ficou abandonado após a partida dos portugueses em meados do século XVI, chegando aos nossos dias como uma ruína, que guarda no seu subsolo importantíssima informação relativa à história do lugar. Aqueles trabalhos arqueológicos permitiram, de facto, não apenas revelar parcelas do aglomerado urbano existente à che-

gada dos portugueses, como identificar extensivamente a ocupação cristã. Documentaram a criação de uma área casteleja, o reforço das fortificações, a conversão da mesquita principal em igreja matriz e a construção de um novo espaço de culto, a desactivação dos banhos públicos e a alteração dos espaços domésticos e malha urbana, a par das transformações na cultura material (Redman, 1986, p.138-187). As publicações desta equipa constituem, pois, uma fonte de conhecimento inestimável sobre a presença portuguesa no local, não esgotando contudo o potencial de informação que foi colectado naqueles anos, nem a pluralidade de interpretações que hoje, com novos ângulos de visão, podemos avançar relativamente a esta temática.

Assim, desde 2011 retomámos os trabalhos arqueológicos neste sítio, entretanto objecto de operação de valorização (Boudjay, 2012), primeiro através de dois projectos financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e pelo Centre National pour la Recherche Scientifique et Technique<sup>1</sup>, e mais recentemente através de um projecto apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian<sup>2</sup>. Um dos vectores da nossa investigação tem sido o estudo das estruturas habitacionais portuguesas, procurando compreender a transição entre a ocupação da última fase merínida e apropriação cristã dos espaços, bem como as transformações que foram sendo operadas ao longo da presença portuguesa. Questões de carácter social, económico e cultural são consideradas nesta análise, a par dos processos de redefinição da malha urbana e da construção dos principais equipamentos, esperando-se poder apresentar, em futuro trabalho académico<sup>3</sup>, uma visão alargada desta pro-

---

1.- O primeiro denominado *Villes et architectures d'origine portugaise au nord du Maroc: Asilah et Qsar es-Sghir*, da Direction Régionale de la Culture de la Région Tanger-Tétouan e da Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, dirigido por Jorge Correia e Mehdi Zouak (2010-2011), o segundo designado *O sítio arqueológico de Ksar Seghir: confluência de civilizações entre o Mediterrâneo e o Atlântico (séculos XIV-XVI)*, da Conservation du site archéologique de Ksar Seghir e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, dirigido por um de nós (AT) e por Abdelatif el-Boudjay (2013-2014).

2.- Intitulado *Espaços e vivências urbanas do período português no Norte de África: arqueologia em torno do Estreito de Gibraltar (séculos XV a XVII)*, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e dirigido por um de nós (AT), em 2015-2016.

3.- A tese de doutoramento em arqueologia de um de nós (JT), denominada *Quotidianos portugueses em Alcácer-Ceguer: estudo histórico-arqueológico de contextos domésticos (séculos XV-XVI)*, a apresentar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e que gozou de uma bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/78664/2011).

blemática, a partir dos dados compulsados aquando das campanhas dirigidas por Charles L. Redman.

Neste trabalho focamo-nos no modo de habitar dos portugueses que residiram em Alcácer Ceguer entre meados do século XV e meados do século XVI, um testemunho ímpar da primeira fase da expansão portuguesa. Debruçamo-nos sobre dois casos de vestígios arqueológicos previventes, tanto nos níveis portugueses, como nos islâmicos<sup>4</sup>: o conjunto definido pelas quadrículas E16N14, E15N14 e E15N15 e o conjunto enquadrado pelas quadrículas E17N10, E18N10 e E18N9. Depois da descrição de cada um dos conjuntos, reflectiremos sobre as alterações que foram operadas entre as duas fases de ocupação, procurando integrar as habitações cristãs no quadro mais vasto da arquitectura corrente portuguesa entre a tardo-medievalidade e inícios da modernidade. O nosso enfoque centra-se nas estruturas, deixando de parte a abordagem detalhada da cultura material, que já ensaiámos noutros locais também de forma preliminar (Teixeira et al., 2013).

Por fim, queremos expressar os nossos agradecimentos a instituições e pessoas que têm permitido este labor nos últimos anos. Por um lado, as entidades do Ministério da Cultura de Marrocos que têm enquadrado e sido parceiros deste trabalho, nomeadamente a Direction du Patrimoine Culturel e a Conservation du Site Archéologique de Ksar Seghir, esta na pessoa do seu director, o nosso colega Abdelatif el-Boudjay. Por outro, o CHAM, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, que tem alojado e suportado em Portugal a continuidade dos trabalhos arqueológicos no Norte de África. Uma referência também é devida às instituições que financiaram os projectos supracitados, bem como à Direcção-Geral do Património Cultural, de Portugal, que tem apoiado o projecto através da participação de duas das suas técnicas<sup>5</sup>. Não queremos também deixar de prestar tributo a Charles Redman, não apenas pelo trabalho que desenvolveu neste sítio, mas pelo acolhimento e ajuda que tem dado à nossa missão, incluindo durante uma proveitosa estadia de um de nós (JT) em Tempe, onde hoje dirige o Julie Ann Wrigley

---

4.- Todos os dados que expomos neste trabalho provêm dos registos de campo efectuados pela equipa de Charles Redman, até há pouco guardados na Arizona State University, onde os consultámos, mas que recentemente foram depositados na Conservation du Site Archéologique de Ksar Seghir.

5.- Antónia González Tinturé e Sónia Gabriel.

Global Institute of Sustainability da Arizona State University. Enfim, o nosso reconhecimento a todos os colegas que têm integrado os trabalhos arqueológicos em Alcácer Ceguer com esforço, sabedoria e abnegação<sup>6</sup>.

### CONJUNTO E16N14-E15N14-E15N15

O primeiro conjunto de habitações identifica-se com as quadrículas E16N14, E15N14 e E15N15. Na designação da missão marroco-americana a estrutura da época portuguesa encontrada completa foi classificada como complexo C, ao passo que a casa islâmica integralmente escavada recebeu o nº310 (Redman, 1986, p.85). A primeira intervenção, entre 14 e 27 de Junho de 1975, decorreu no quadrado E16N14, sendo responsável Anzalone, registando-se os níveis portugueses. A mesma área foi novamente escavada entre 7 e 19 de Abril de 1977, pondo-se à vista uma habitação muçulmana bem preservada, o que levou ao alargamento da sondagem para o quadrado E15N14, entre 23 de Abril e 7 de Maio de 1977, sob a responsabilidade de Anzalone e Arfin. Por último, abriu-se a quadrícula E15N15, entre 15 de Março e 22 de Abril de 1978, sob a responsabilidade alternada das duplas Boone e Rosenthal, primeiro, e Myers e Elze, depois, permitindo registar integralmente a casa do período português (Teixeira *et al*, 2013, p.312-314).

Em termos estratigráficos, a primeira camada era composta por sedimento humoso com pouco espólio. Os dois estratos seguintes possuíam quantidade apreciável de materiais de época portuguesa, colmatados pela destruição da casa: a camada 2 caracterizava-se por ter sedimento castanho-escuro solto, com abundante derrube de parede, ao passo que a camada 3 era castanha clara e compacta, notando-se um aumento da presença de derrube do telhado em detrimento dos colapsos de parede. Infere-se, pois, que a destruição da cobertura terá ocorrido em momento anterior ao derrube das paredes da casa, num processo lento após o abandono do aglomerado urbano pelos portugueses, em que as estruturas se foram paulatinamente convertendo em ruínas.

A escavação desta área permitiu identificar duas unidades habitacionais da época portuguesa, mas só a localizada a Oeste foi integralmente reco-

---

6.- Alexandra Gomes, André Bargão, Andreia Torres, Beatriz Fonte, Cátia Charters, Elisabete Conceição, Gonçalo C. Lopes, José Bettencourt, Kaoutar El-Baljani, Luís Serrão Gil, Luna Watkins, Mariana Mateus, Nuno Paula, Patrícia Carvalho, Paula Maurício, Sara Ferreira, Sofia Lovegrove, Teresa Costa, Tiago Curado.

nhecida, pelo que apenas ela será aqui abordada. Tinha cinco compartimentos, possivelmente com um único piso térreo. No compartimento 1, a Este, detectou-se o maior número de vestígios materiais, tanto cerâmicos, como faunísticos e metálicos, a par de dois numismas de época portuguesa, uma mó fragmentada e uma bacia em pedra também partida, tendo sido classificado como zona de despejo. O compartimento 2, no centro da habitação, tinha pouco espólio, embora algum bem preservado e *in situ* sobre o pavimento, tal como o deixaram os últimos habitantes portugueses. O compartimento 3, a Sudoeste, com abundantes numismas, uma bala de mosquete, fragmentos de cerâmica e metal de época portuguesa, tinha um banco em pedra e tijolo rebocado no canto Norte. Do compartimento 4, a Sudeste, não é feita referência a material *in situ*, embora o seu estudo tenha revelado uma presença destacada de alguidares cerâmicos (Teixeira *et al*, 2013, p.331-332). No compartimento 5, a Norte, detectou-se uma zona de cinzas no canto Oeste, provavelmente correspondendo a uma lareira, bem como recipientes cerâmicos com vestígios de utilização ao fogo.

Excluindo a espessura dos muros, a superfície útil desta casa atinja quase os 72m<sup>2</sup>: o compartimento 1 tinha cerca de 10 m<sup>2</sup> (6 m x 1,7 m),

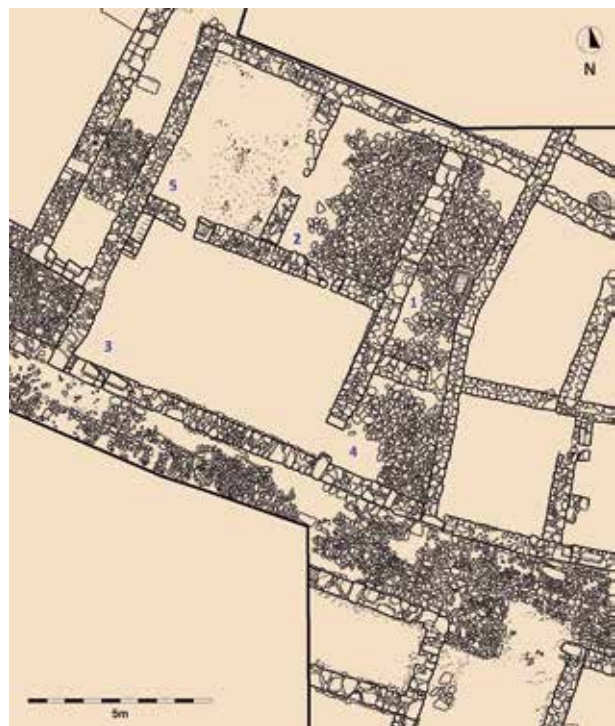


Fig.2.- Estruturas de época portuguesa em E16N14-E15N14-E15N15.



Fig.3.- Estruturas de época portuguesa em E16N14.

o 2 e o 5 tinham 16 m<sup>2</sup> (4 m x 3 m), o 3 aproximadamente 27 m<sup>2</sup> (6,75 m x 4 m) e o 4 tinha 2,75 m<sup>2</sup> (2,75 m x 1 m). O compartimento maior, o 3, era o que comunicava com o exterior, permitindo também o acesso aos compartimentos 2 e 5, em direcção a Norte, e ao 4, em direcção a Este. Muito provavelmente os compartimentos 1 e 4 teriam sido inicialmente um único espaço, separados numa fase posterior. Quase todos os acessos apresentavam uma soleira de pedra com orifícios, nos quais assentavam os gonzos das portas de madeira, compostas por duas tábuas. Somente a comunicação entre os referidos compartimentos 1 e 4 era singular, fazendo-se mediante uma abertura simples estruturada em ladrilho e com duas pedras na base ao nível do pavimento, não existindo porta. O acesso à rua era o maior, com cerca de 1,8 m de largura, medindo os restantes 1,1 m, à excepção da dita abertura entre os compartimentos 1 e 4, de quase 0,6 m.

Os compartimentos 1, 2 e 4 apresentavam pavimentos em pedra, de dimensões e feição irregulares, mas com o afeiçoamento da face superior (Fig. 3). Já no compartimento 5, onde se encontrou a lareira, especula-se sobre a possibilidade do pavimento ser apenas composto por terra batida. No caso do compartimento 3, o seu pavimento estava bastante danificado, resistindo alguns vestígios de um piso irregular de pequenas pedras e argamassa. As paredes que integravam esta casa, tanto as que a delimitavam exteriormente como as que a dividiam interiormente, apresentavam espessuras relativamente regulares entre os 50 e os 55 cm de espessura. A generalidade dos muros tinha aparelho de pedras irregulares unidas por argamassa, podendo verificar-se um padrão de colocação das fiadas, sucessivamente com linhas de pedras de maior e de menor dimensão. Nalguns casos houve um claro reaproveitamento de grandes blocos irregulares, sendo os interstícios preenchidos por pedra miúda afeiçoada. Exceptuava-se a esta constituição a parede que dividia os compartimentos 2 e 5, que integrava pedra e tijolo, tal como o pequeno murete que dividia os compartimentos 1 e 4, que já considerámos terem sido separados em época mais recente face à data de construção da habitação portuguesa. Relativamente aos revestimentos não dispomos de informação completa, mas o reboco foi registado em todos os compartimentos, embora muitas vezes como sendo grosseiro ou estando mal preservado. Estamos em crer que cobriria todos os muros da habitação, explicando-se a sua presença ou ausência por questões de conservação.

Resta assinalar que esta casa se implantava na rua principal de Alcácer Ceguer, para a qual comunicava através da referida abertura no compartimento 3. Estava localizada sensivelmente a meio da Rua Direita, embora li-

geiramente mais próxima do extremo Este, a Porta de Ceuta, que do Oeste, o castelo. Confinava a poente com uma estreita via empedrada, separada da artéria pública por uma porta, a que se seguia a segunda igreja reconhecida arqueologicamente no burgo, identificada na documentação como sendo a de São Sebastião (Redman, 1986, p.157-161). A nascente pegava com outra habitação, definindo assim a fachada Norte desta rua principal do aglomerado urbano, junto da primeira travessa atestada arqueologicamente, que seguia para Sul.

Sob o solo da habitação portuguesa foram detectados níveis de ocupação islâmicos, correspondentes a arruamentos e a duas casas, das quais analisaremos aqui apenas uma, a Oeste, cuja escavação possibilitou obter a planta integral. A camada 4 das referidas quadrículas caracterizava-se por ter sedimento de coloração castanha escura pouco compacto, encontrando-se bastante espólio cerâmico, osteológico, metálico, vítreo, tanto de época merínida, como portuguesa, incluindo neste último caso uma bala de canhão

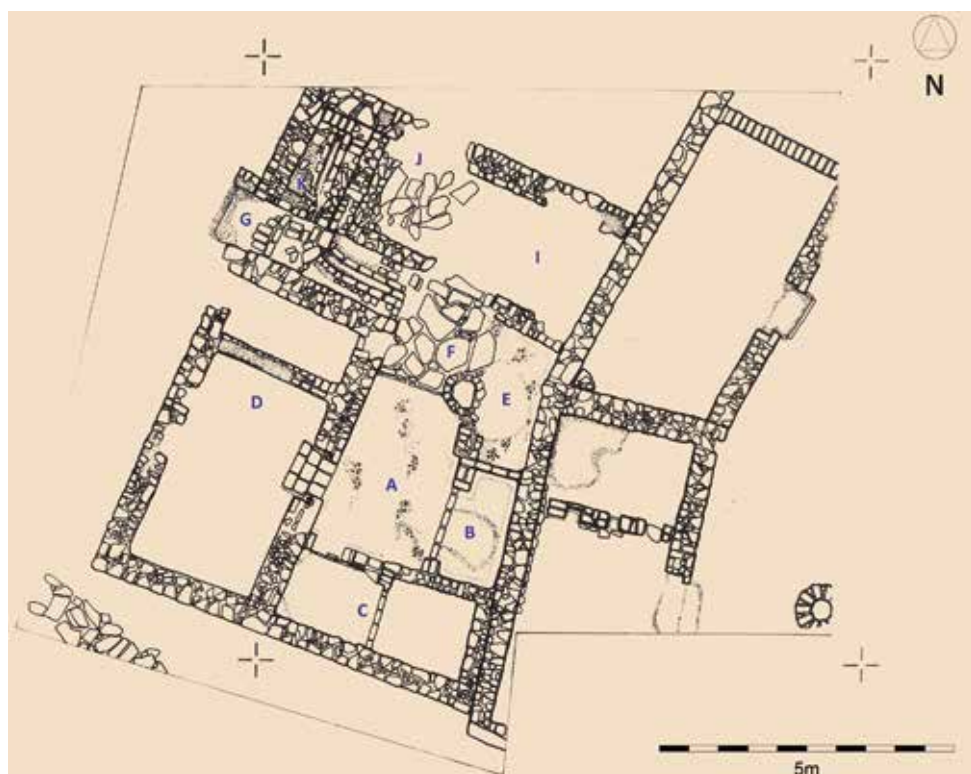


Fig.4.- Estruturas de época merínida em E16N14-E15N14-E15N15.



com 11cm de diâmetro; parece corresponder ao nivelamento do solo para construção da casa portuguesa. O estrato abaixo, a camada 5, tinha sedimento castanho claro compacto, marcado pela presença de algum espólio assinalável – entre cerâmica, fauna, objectos metálicos e em vidro, dados em osso e contas em azeviche –, mas sobretudo derrubes de telhado e paredes, devendo corresponder à destruição da habitação islâmica; a camada terminava com a definição do pavimento.

A casa tinha uma planta pouco simétrica, incluindo uma área útil de 38 m<sup>2</sup> – ligeiramente inferior à casa 1 de Huerta Rufino, em Ceuta (Hita e Villada, 1996, p.82) –, não havendo qualquer indício de piso superior. A única porta para o exterior, a nordeste, com 0,9 m de largura, era marcada por um degrau em pedra e estuque, a uma cota significativamente mais elevada que o solo do resto da habitação. Dava acesso a um corredor estreito (compartimento G), com 2,7 m<sup>2</sup> (3 x 0,9 m), pavimentado com ladrilhos cerâmicos, característica que nesta casa se circunscreve a este compartimento, bem ao contrário do que sucede na vizinha Ceuta, onde este revestimento foi largamente maioritário nas casas correntes coevas (Hita e Villada, 2000, p.28). O corredor permitia o acesso à latrina (compartimento K), um espaço com 1,1 m<sup>2</sup> (1,3 x 0,9 m) canonicamente orientado Norte-Sul (Hita e Villada, 2000, p.33-34), mas estruturava-se essencialmente para desembocar no canto noroeste do pátio central, simulando uma entrada em cotovelo, mantendo a característica privacidade do cerne da habitação.

O pátio tinha duas zonas distintas, marcadas por pavimentos diversos. A zona imediatamente contígua ao corredor, a nordeste (compartimento F), era revestida com pedras de média dimensão aplanadas superiormente e tinha 2,9 m<sup>2</sup> (1,8 x 1,6 m); aqui abria-se um poço com pelo menos 3,75 m de altura, estruturado em pedra e com boca de 0,56 m de diâmetro definida por tijolos e argamassa. A restante área do pátio (compartimento A) tinha solo irregular, misturando pequenas pedras/seixos e argamassa, notando-se contudo arranques de um pavimento em estuque; tinha 4,6 m<sup>2</sup> (2,9 x 1,6 m). A diferença de pavimentos deverá justificar-se pelo sistema de saneamento da casa: tanto a água da chuva como a que transbordasse do excesso ou da utilização do poço seria drenada pelo lajeado e encaminhada por uma canalização em tijolo sob a latrina, desaguando depois directamente na rua (Redman, 1986, p.84). Eram, em todo o caso, revestimentos muito pobres, se comparados com os de outras casas merínidas da vila, ou de habitações da mesma de Ceuta (Redman, 1986, p.87-92; Hita e Villada, 2000, p.28-29).

Em torno do pátio central dispunham-se os restantes compartimentos, de limites e funcionalidades nem sempre claros, já que nos parece poder descortinar-se que a habitação merínida derrubada pelos portugueses teve ela própria antecedentes, difíceis de fixar com o volume de informação arqueológica disponível. O compartimento I é interpretado como uma zona de cozinha, visto ter sido identificada uma área de combustão com bastante cerâmica queimada, carvão e cinzas, a par de um recipiente com marcas de fogo preservado *in situ*. O facto de não se ter detectado qualquer vestígio de fogão não anula esta hipótese, já que a sua ocorrência não é comum em contextos similares, tendo os achados da vizinha Ceuta um carácter singular (Hita e Villada, 2000, p.34). Este espaço, com 6,6 m<sup>2</sup> (4,1 x 1,6 m), tinha dois tipos de pavimento – um em pedra, outro em argamassa e terra batida –, notando-se a existência de um cano na parede Oeste que verteria para o citado sistema de saneamento.

Os compartimentos E e B, com 2 m<sup>2</sup> (2 x 1 m) e 2,3 m<sup>2</sup> (1,8 x 1,3 m) respectivamente, têm difícil interpretação, sendo considerados pela equipa que os escavou como zonas de arrumação, a primeira aberta, a segunda uma pequena área fechada. Os seus pavimentos eram de estuque, o último pintado a vermelho e acessível através de soleira em tijoleira estucada. Parece-nos que, na derradeira fase de ocupação desta casa, ambos tinham ligação evidente com o pátio central da habitação, como atesta a continuidade do revestimento do pavimento em estuque; o compartimento E terá, porém, sido alterado para implantação do poço e do respectivo sistema de drenagem de água. De facto, esta configuração de dois pequenos compartimentos adjacentes ao pátio central, em associação a um poço, parece ser um elemento característico das casas merínidas intervencionadas em Alcácer Ceguer, como a casa n.º 308, que analisaremos abaixo, e a n.º 317 (Redman et al., 1978, p.166), a par de exemplos da mais próxima povoação rural de Belyounech, ainda que nestes o poço seja substituído por fonte (Cressier et al., 1986, p.339 e 341).

O compartimento C, com 5,6 m<sup>2</sup> (3,1 x 1,8 m), ainda tinha vestígios do estuque das suas paredes e solo, bem como uma soleira de tijolo, sendo considerado uma pequena alcova. Por fim, o compartimento D destacava-se como sendo o maior da casa, com 10 m<sup>2</sup> (4,8 x 2,1 m). Incluía um salão e uma alcova, divididos por um murete em tijolo, mas ambos com pavimento de estuque, sendo o do salão pintado. O acesso a partir do pátio, com vão de 0,9 m, era marcado por uma soleira em tijolo com orifícios para assentamento dos gonzos, para portas de duas tábuas. Seria um espaço reservado

ao principal elemento da família, destacando-se pelas suas dimensões, requinte decorativo e dignidade no acesso, como é habitual nas residências desta época, muito embora este caso de Alcácer Ceguer contraste com os da vizinha Ceuta pela pobreza dos materiais empregues (Redman, 1986, p.83; Hita e Villada, 2000, p.37-39).

Ao redor da casa dispunham-se os arruamentos daquele bairro, uma rua em terra batida a Oeste e outra pavimentada com pedras pequenas e sistema de escoamento a Sul. A primeira seria provavelmente uma rua secundária, contornando esta casa para Este, ao passo que a segunda seria uma via principal da medina. A reduzida área da escavação nestes níveis impossibilita um enquadramento mais claro desta habitação no burgo islâmico medieval de Alcácer Ceguer (Redman, 1986, p.50 e 83).

A evolução das estruturas habitacionais detectadas nesta área é complexa e diversificada. A par das mutações operadas na estrutura durante o período português, que como vimos foram modestas e centradas apenas na subdivisão de um compartimento, parece-nos que a estrutura islâmica chegada a meados do século XV não foi construída de raiz com a forma descrita, mas que é ela própria resultado de um processo evolutivo impossível de documentar com os dados disponíveis. Em todo o caso, importa analisar aqui o acto radical de transformação do espaço doméstico que representou a destruição de uma habitação merínida e a construção sobre ela de uma nova estrutura durante o período de ocupação portuguesa de Alcácer Ceguer.



Fig.5.- Sobreposição de estruturas de época portuguesa e merínida em E16N14-E15N14-E15N15 (com a envolvente, no caso das estruturas de época portuguesa).

Na verdade, foi relativamente limitada a adaptação ou reutilização da estrutura islâmica por parte dos cristãos, circunscrita a três muros, dois deles exteriores. Por um lado, a casa portuguesa reutilizou a parede que limitava a Oeste a habitação merínida com o mesmo fim, conservando o seu trajecto irregular e mantendo, portanto, a dimensão do lote residencial neste quadrante. Tal facto parece consentâneo com a estrutura da propriedade da vila cristã, em que os lotes preexistentes terão sido tomados por indivíduos distintos, dificultando uma operação reformadora que abrangesse mais do que uma parcela. Por outro lado, foi também mantida a parede que limitava a Sul a casa, embora prolongada para Oeste. Neste caso deve notar-se que o trajecto da Rua Direita rasgada pelos portugueses aproveitou neste sector uma rua islâmica preexistente de alguma importância. Em todo o caso, também neste flanco era difícil alterar a dimensão do lote, dada a centralidade do projecto de desenho das vias públicas.

As restantes paredes exteriores da habitação portuguesa eram divergentes da merínida, notando-se o alargamento do lote para Norte e, sobretudo, para Oeste. No primeiro caso a casa cristã avançou sobre a ruela islâmica, desnecessária numa nova concepção do espaço público e privado, que dispensava becos e acessos recônditos; note-se, aliás, que se a porta exterior da estrutura merínida se localizava a Oeste, virada para aquela ruela (como é regra em Alcácer Ceguer, segundo Redman, 1986, p.79), a da unidade portuguesa estava virada a Sul, dando directamente para a Rua Direita. No segundo caso estamos perante uma radical transformação da estrutura fundiária, já que, para implantar a igreja de São Sebastião, os cristãos anularam completamente o urbanismo islâmico preexistente. Sugere-se, mesmo, que esta habitação portuguesa poderá estar relacionada com o espaço de culto (Redman, 1986, p.170), aventando-se a hipótese de terem sido construídas numa mesma campanha de obras. Quanto aos limites exteriores Norte e Oeste da casa muçulmana foram simplesmente derrubados, aproveitando-se apenas o pequeno troço Norte da parede Oeste, onde se erguia a porta (que foi entaipada), como divisória de um dos compartimentos da unidade cristã. Não deixa, contudo, de ser uma atitude de claro pragmatismo, já que nos parece que a métrica da casa portuguesa, a que voltaremos, poderá ter sido aplicada em função do aproveitamento deste muro.

As maiores alterações ocorreram, porém, ao nível da organização e utilização interna. O pátio central foi totalmente eliminado e substituído por compartimentos cobertos, sendo atravessado por muros implantados sobre um aterro com escombros da habitação islâmica. Este é um fenómeno

que parece ter sido comum em Alcácer Ceguer, relacionando-se com um novo conceito de espaço doméstico, desprovido de um centro distribuidor de circulação, a principal área de sociabilidade da casa muçulmana. A existir um espaço exterior associado à construção portuguesa ele geralmente encontrava-se na retaguarda, sendo utilizado com múltiplas funções logísticas (Conde, 1997, p.245), fenómeno que contudo não se observou neste caso, dada a ausência de abertura para as traseiras. O poço do pátio central também foi inutilizado, destruindo-se a sua boca, colmatando-se e cobrindo-se a estrutura. Por fim, todos os compartimentos da casa islâmica foram inutilizados, salões, alcovas, a cozinha e a latrina, a par de todo o sistema de saneamento.

Na verdade, se a casa merínida obedece a um padrão comum a outras medinas da região, de que o caso de Ceuta é um dos mais elucidativos pelo volume de informação arqueológica (Hita e Villada, 2000), a casa portuguesa enquadra-se naquilo que Sílvio Conde designou como “casa pluricelular” (2011, p.30), que associa mais compartimentos a um dos modelos mais comuns no Reino, o da “casa dianteira e casa de dentro”. Assim, permanece a lógica de uma zona de acesso menos restrito, que comunica directamente com a rua, e outra mais recuada, eminentemente privada (Conde, 1997, p.245-48; Castilho, 2007, p.122).

Como salientámos noutra trabalho (Teixeira *et al*, 2013, p.333-334), o compartimento 3 associa-se a esse local de maior vivência da habitação, uma grande sala (Conde, 2010, p.73-74), local de convergência e de sociabilidade, marcada pela existência de um banco que se articularia com mobiliário; fazia a interligação entre o espaço público (a rua) e o privado (a casa), podendo ver-se nele uma substituição do pátio central como núcleo distribuidor de acesso aos demais compartimentos. Já os compartimentos 5 e 2 correspondiam àquele espaço interior, sendo neste caso possível a divisão entre uma área de cozinha, que se comprova pela presença da lareira, e uma outra que, por exclusão de partes, serviria como quarto de dormir. Finalmente, o compartimento 1 surge como zona de arrumos ou de acumulação de objectos inutilizados, ao passo que o compartimento 4, criado a partir do encurtamento deste último, poderá ter servido como dispensa. É evidente que nesta interpretação funcional, mais segura no que respeita aos compartimentos 3 e 5, mais duvidosa no que concerne aos 1, 2 e 4, pressupõe-se a inexistência de um segundo piso, pois não se verifica qualquer evidência arqueológica desta estrutura. De qualquer forma, caso existisse, o local de dormida seria geralmente transferido para o sobrado (Conde, 1997, p.245-247).

Sublinhe-se, igualmente, que esta habitação portuguesa de Alcácer Ceguer apresenta no seu desenho uma assinalável regularidade métrica, que parece seguir alguns padrões portugueses da época, nomeadamente o sistema da vara craveira (Cunha, 2003). Não deixa de ser significativa a calculada simetria nas áreas úteis desta casa, em que os compartimentos 2 e 5 compõem juntos uma área igual à do compartimento 3. Como referimos, a definição do eixo separador dos compartimentos 2 e 5 e do próprio local exacto de implantação da casa podem estar relacionados com o desejo de aproveitamento do muro exterior Oeste da habitação islâmica, que aqui foi reutilizado em grande medida, aplicando-se-lhe depois uma métrica portuguesa. Os compartimentos 1 e 4 não se enquadram nestas medidas tão regulares, visto serem limitados pelas paredes exteriores Este e Sul, de origem muçulmana. Em todo o caso, no que respeita à orgânica funcional da casa, poderemos ver nos compartimentos 2, 5 e 3 o núcleo básico da habitação cristã, estando os compartimentos 1 e 4 numa posição de clara periferia.

Se atentarmos ao perímetro da casa, notamos que tanto a parede Norte como a Oeste medem sensivelmente o equivalente a oito varas e meia; se considerarmos apenas os compartimentos 2 e 5 contabilizam-se precisamente sete varas de largura. Também os muros seguem a bitola da meia vara (50 a 55cm), norma que só não foi seguida nos casos de reaproveitamento de construções preexistentes; a dimensão é, aliás, idêntica à detectada em construções da mesma época em Portugal (Conde, 2011, p. 219). As dimensões das portas também apresentam coerência, correspondendo todas as fabricadas em cantaria a uma vara interna.

A forma quadrangular da habitação portuguesa afasta-a da tendência global da arquitectura corrente portuguesa desta época, onde predominam as casas alongadas, com maior comprimento que largura (Conde, 1997, p.248-49; Trindade, 2002, p. 31-32). Em todo o caso não se trata de uma configuração estranha e nalguns contextos urbanos do Médio Tejo ela é mesmo a forma maioritária na malha urbana (Conde, 2011, p.84). Quanto à área útil, de 72m<sup>2</sup>, é bastante superior às médias averiguadas para outros núcleos urbanos portugueses, ainda para mais tratando-se de uma casa provavelmente térrea; esta é, porém, uma dimensão que não foge ao valor máximo da categoria prevalecente em vários aglomerados urbanos da zona meridional de Portugal (Trindade, 2002, p.34-35; Conde, 2011, p.142).

Em suma, se na compartimentação interior, no conceito e na lógica a casa portuguesa altera radicalmente os pressupostos da merínida, procura um aproveitamento pragmático estrutural do edificado, sem dispensar a aplicação de uma métrica familiar.

## CONJUNTO E17N10-E18N10-E18N9

O segundo caso de estudo que aqui apresentamos diz respeito a habitações compreendidas nas quadrículas E17N10, E18N10 e E18N9. As estruturas de época portuguesa não receberam qualquer identificação particular, não sendo objecto de análise aprofundada por parte da equipa que as escavou, bem ao contrário da habitação merínida, nomeada como casa nº308, que mereceu atenta descrição, sendo uma das unidades mais bem conservadas deste período (Redman, 1986, p.86).

A primeira intervenção neste espaço decorreu entre 7 e 17 de Fevereiro de 1977, na quadrícula E17N10, por Kintigh, pondo-se à vista um nível de ocupação cristã. Neste mesmo ano, entre 12 de Abril e 2 de Maio, foi retomada a escavação desta área, sob coordenação alternada de Schreiber e Kintigh, desmontando-se aquela ocupação e escavando-se a derradeira habitação islâmica existente antes da chegada dos portugueses. No ano seguinte procedeu-se ao alargamento da área de trabalho, com a escavação das quadrículas E18N10 e E18N9, entre 17 de Fevereiro e 1 de Março de 1978, sob a coordenação de Myers e Goldstein, e em Abril de 1978, por Glick e Wondriska. Finalmente, entre 22 de Abril e 7 de Maio de 1978 foi retomada a escavação da quadrícula E17N10, com vista à

caracterização preliminar de níveis islâmicos mais antigos, trabalho retomado entre 20 de Maio e 30 de Setembro de 1980, em estratos que aqui não analisaremos.

A escavação dos níveis superiores permitiu identificar duas unidades habitacionais confinantes, de época portuguesa. A Oeste, descobriu-se uma estrutura incompleta, com área útil estimada de 44,9 m<sup>2</sup>, onde se observaram três compartimentos: um de formato em “L” (compartimento 1), com 22,6 m<sup>2</sup> (6,6 x 5,2 m), confinante com uma

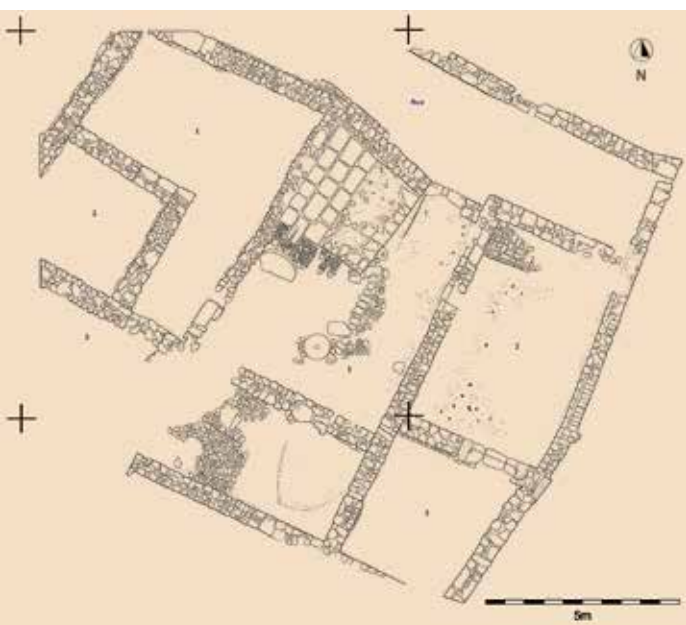


Fig.6.- Estruturas de época portuguesa em E17N10-E18N10-E18N9.



Fig.7.- Estruturas de época portuguesa em E17N10, habitação Oeste.

rua a Norte, para a qual se abria a porta principal, mau grado a inexistência de uma clara soleira; outro quadrangular, mais reduzido e a Oeste (compartimento 2), com  $8,3 \text{ m}^2$  ( $3 \times 2,75 \text{ m}$ ), cuja porta de acesso se abria para dentro (com  $1,10 \text{ m}$  de vão), permitindo o acesso ao compartimento anterior; e outro a Sul (compartimento 3), com área estimada de  $14 \text{ m}^2$  ( $5,2 \times 2,7 \text{ m}$ ), de que se registou apenas uma pequena parcela, mas cuja porta abria também para o interior (com  $1,10 \text{ m}$  de vão), possibilitando o acesso ao compartimento 1. A forma como estavam colocadas as soleiras destas portas indica-nos, pois, que estes compartimentos 2 e 3 eram cobertos, realidade que também se observa estratigraficamente no compartimento 1 e na própria rua, para onde terá colapsado uma parte do edifício.

Com efeito, a disposição dos estratos de todo este conjunto indica a presença de frequentes derrubes de paredes e telhados, a par das duas camadas reconhecidas arqueologicamente: uma superior de coloração castanha escura, pouco compacta; outra inferior, de tom castanho claro e maior compactação. Todo o espaço correspondente à fase de ocupação portuguesa foi escavado segundo quatro níveis artificiais, detectando-se a primeira camada no primeiro nível e a segunda camada nos terceiro e quarto níveis, variando a deposição no segundo nível. Atente-se particularmente à estratigrafia



do compartimento 1, com derrube de telhado no nível 1 e, novamente, um colapso de cobertura e de paredes no nível 3, seguindo-se o piso no nível 4; a destruição da estrutura deverá, pois, ter ocorrido em dois momentos distintos, podendo uma das águas do telhado ter cedido logo após o abandono e a restante cobertura ter caído apenas com o desmoronamento das paredes. Já no caso do compartimento 2 destaque-se a descoberta de quantidade significativa de objectos de cobre e ferro. Finalmente, deve referir-se que todos os pavimentos seriam em terra batida, não se tendo encontrado quaisquer outros materiais delimitadores do nível de circulação doméstico na época portuguesa.

A Este desta área de escavação foi reconhecida outra estrutura de época portuguesa, contígua à anterior, mas desta feita escavada integralmente, totalizando uma área útil de 56,5 m<sup>2</sup>. Em termos estratigráficos todo o espaço se caracterizava por ter apenas uma camada, de terra castanha-escura pouco compacta, composta por vezes de derrubes do telhados ou de paredes. A estrutura compunha-se de três compartimentos, mas pode dividir-se em duas áreas de funcionalidade distinta. Por um lado, observou-se um espaço subquadrangular (compartimento 1), com 26,7 m<sup>2</sup> (6 x 4,45 m), com pavimento em argamassa, registando-se uma canalização coberta por lajes



Fig.8.- Estruturas de época portuguesa em E18N10, habitação Este.

de pedra que conduziam a uma pedra de mó, seguramente reaproveitada. Poderia ter uma abertura para a rua a Norte, embora não seja clara a existência de uma soleira, tendo seguramente acesso pela construção a nascente, que referiremos de seguida. Neste compartimento erguia-se uma estrutura sobrelevada com 14,2 m<sup>2</sup>, composta na base por pedra e argamassa, tendo uma superfície de pequenas lajes de pedra bem talhadas, um muro delimitador e um bico vertedor em pedra na extremidade. Deverá corresponder a um lagar, integrando portanto uma área de trabalho. A construção deste lagar não é, contudo, imediatamente coeva à do espaço que o integra, como se pode verificar pelo corte das lajes da sua superfície que se adaptam à orientação sinuosa da parede Norte.

Por outro lado, definiu-se uma área claramente de habitação, composta por dois compartimentos: um subrectangular a Norte (compartimento 2), com 19,1 m<sup>2</sup> (5,45 x 3,5 m), marcado por uma lareira com superfície de tijolo e limites de pedra no canto Noroeste, com acesso directo à rua supracitada (1,4 m de vão), a par de uma porta que conduzia à referida área de trabalho (1,4 m de vão), a poente; outro subquadrangular a Sul (compartimento 3), sendo a parede Sul oblíqua, com cerca de 10,7 m<sup>2</sup> (3,4 x 3,5 m) e pavimento combinando terra batida e estuque. Os compartimentos 2 e 3 comunicavam através de uma porta que abria para o compartimento menor, interior, com 1,8 m.

Em termos estratigráficos cumpre assinalar uma singularidade desta casa, que combinava portanto um espaço de trabalho e outro habitacional. Junto à parede Sul do mencionado lagar verificou-se um empilhamento de telhas, provavelmente acondicionadas aguardando uma futura reparação de cobertura, desta ou de outra estrutura, tarefa que não teria chegado, porém, a concretizar-se.

Ainda no contexto dos níveis cristãos foi detectado um último compartimento, a Sul, entre as duas unidades habitacionais referidas, com o mesmo tipo de sucessão estratigráfica e pavimento de seixos e pequenas pedras. Este espaço não se relacionaria, porém, com qualquer uma daquelas habitações, pelo menos na sua fase final de utilização, mas antes com outra que não foi objecto de escavação, para Sul, flanco para onde se abria a sua única porta documentada.

Note-se que todos os muros destas construções foram erguidos com pedras irregulares unidas por argamassa, idênticos aos das estruturas portuguesas do outro conjunto habitacional descrito, verificando-se por vezes

o mesmo padrão de colocação das fiadas com linhas de pedras de maior e de menor dimensão; foram pontualmente integrados no aparelho grandes blocos bem talhados, talvez reaproveitados de edifícios preexistentes. A maioria dos muros tinha 50 cm de espessura, excepto a parede que limitava a Norte as duas habitações, bem como a que definia o compartimento Sul e a que dividia os compartimentos 2 e 3 da habitação Este.

Relativamente à implantação destas duas estruturas portuguesas na malha urbana de Alcácer Ceguer deve sublinhar-se que a rua aqui detectada, encontrada calcetada apenas no flanco Este, é uma paralela da Rua Direita, comunicando com esta provavelmente através da primeira travessa registada a partir da Porta de Ceuta, a que já fizemos referência. Tratar-se-ia de um beco sem saída, encerrado a Este, constituindo serventia para estas duas casas, numa malha pouco típica do fenómeno urbano português desta época. Pode justificar-se pelas vicissitudes da apropriação da medina islâmica, ou como um caso de apropriação privada do espaço público, semelhante a outros que eram ainda comuns no Portugal desta época (Trindade, 2002, p. 104).

Sob a superfície de circulação das estruturas acima referidas foram escavados os níveis 5 a 7, de sedimento castanho-escuro solto, que cobriam os pavimentos de duas habitações merínidas. Embora contivessem vestígios de paredes, estes estratos não foram interpretados como derrubes, mas antes como aterros de preparação para o levantamento das casas portuguesas. Incluía essencialmente espólio arqueológico da ocupação cristã, algum dele encontrado *in situ*, conforme o estudo dos materiais dos vários depósitos que realizámos, mas que aqui não apresentamos. Este facto prova a utilização portuguesa das casas merínidas, num processo que implicou pequenas transformações nestas estruturas, sobretudo ao nível dos pavimentos. O aproveitamento pelos portugueses das habitações preexistentes como sua primeira morada em Alcácer Ceguer foi, aliás, registado noutras locais deste sítio arqueológico (Boone, 1980, p.214). Assim, apenas nas camadas existentes sob os pavimentos das casas merínidas é que se detectou espólio arqueológico islâmico significativo.

A estrutura merínida registada a Oeste não foi integralmente escavada, revelando-se vestígios de um pátio central, de um salão com uma alcova, entre outras áreas truncadas, pelo que não as analisaremos aqui.

A habitação a Este conserva-se integralmente, com cerca de 66,2 m<sup>2</sup> de área útil (9,1 x 8,9 m), na média do que foi calculado para as habitações de Ceuta (Hita e Villada, 1996, p.82). Tinha um formato praticamente quadran-

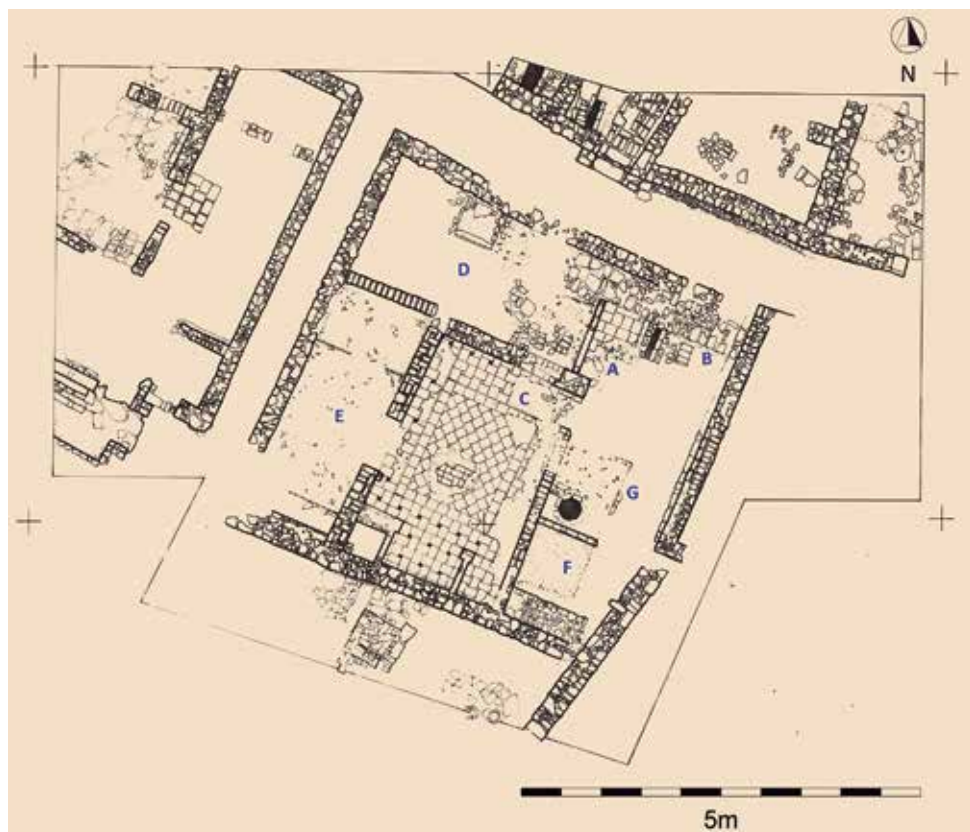


Fig.9.- Estruturas de época merínida em E17N10-E18N10-E18N9.

gular, apesar da inexistência do vértice Sul, anulado por uma quinta parede, provavelmente de época anterior à derradeira fase desta casa merínida, mas que foi integrada na construção. O muro Norte descrevia um trajecto ligeiramente curvo, eventualmente relacionado com o seu débil estado de conservação. A grande maioria das paredes tinha 0,35 m de espessura, sendo compostas por fiadas alternadas de pedra e tijolo unidas por argamassa, revestidas por estuque em ambos paramentos. Três paredes exteriores apresentavam maior espessura, entre 0,4 e 0,5 m, ainda que a Noroeste fosse mais fina, com apenas 0,3m, fazendo também maior uso de pedra.

O acesso fazia-se a Norte, através de uma porta que dava para uma rua em terra batida e que corria no sentido ONO-ESE. Esta conduzia a um estreito corredor com 2,3 m<sup>2</sup> de área útil (2,55 x 0,9 m), definido por finos muros de tijolo com 0,15 m de espessura, material que revestia igualmente o piso (compartimento A); descrevendo um percurso no sentido Nordeste

– Sudoeste, inflectia na extremidade para Noroeste, fazendo o característico ângulo recto que conduzia ao pátio. É possível que o corredor desse acesso também à latrina da habitação (compartimento B), localizada no canto nascente da casa, mas da qual se descortinam escassos vestígios; em todo o caso é clara a existência neste sector de uma canalização. Latrina e sistema de saneamento destinado a escoar águas sujas são, com efeito, elementos presentes em todas as casas islâmicas de Alcácer Ceguer escavadas até ao momento (Redman, 1986, p.98). Assinale-se que a colocação da latrina junto à porta exterior da habitação, aberta para o corredor de acesso e não para o pátio central – como verificado no outro conjunto doméstico de Alcácer Ceguer analisado acima – tem paralelo em Ceuta (Hita e Villada, 2000, p.34).

O pátio ocupava a maior área da casa (compartimento C), com 18,9 m<sup>2</sup> de área útil (5,4 x 3,5 m), dando acesso às demais divisões em redor, excepto no flanco Sudoeste, onde confinava com a parede exterior. Nesta zona existem vestígios de dois pilaretes com muretes associados que poderiam ter sustentado um espaço porticado, acima do qual se desenvolveria um segundo andar; neste caso, a escada poderia desenvolver-se em madeira na zona mais a Oeste. Este tipo encontra semelhanças na casa n.º10 de Siyasa (Múrcia), para a primeira metade do século XIII (Navarro e Jiménez, 2009, p.720), mas também em casas de Huerta Rufino (Hita e Villada, 2000). O pátio era inteiramente revestido por tijolos, assentes em argamassa de cal muito resistente. A zona central tinha um padrão de colocação na diagonal de tijolos com 0,20 x 0,25 m, limitado ao redor por peças idênticas dispostas com padrão rectangular e, finalmente, por uma demarcação com uma linha de tijolos postos em cutelo, concedendo ligeiro desnível. Os corredores laterais e a possível zona porticada tinham revestimento com tijolos iguais dispostos com padrão quadrangular, deixando ao centro espaço para um pequeno azulejo vidrado a negro, de 0,05 m de lado, ou uma composição quadrangular de azulejo alicatado (losango negro com triângulos bancos). Apesar do esmero no revestimento deste pátio, deve assinalar-se a escassez de policromia conferida por azulejos como os referidos, formando os padrões diversificados bem característicos das habitações merínidas de Ceuta (Hita e Villada, 2000, p.28 e 32-33). Refira-se que no centro do pátio se verificou uma descontinuidade do revestimento, colmatada com tijolos mais pequenos, colocados sem grande padrão, numa clara solução de improviso. Poderá relacionar-se com os vestígios de cal presentes em várias partes do pátio, eventualmente uma cobertura do pavimento feita aquando da ocupação portuguesa do espaço.

A Norte do pátio estava o compartimento D, com 12,9 m<sup>2</sup> de área útil (5,6 x 2,3 m), identificado como cozinha (Redman, 1986, p.85). Acedia-se a ele através de uma porta com 1,1 m, com soleira em tijoleira, onde ainda se notava um gonzo para porta. Na sua continuação detectou-se no interior do compartimento um piso de tijoleira, coberta em momento posterior – talvez no contexto da reutilização portuguesa da casa – por argamassa misturada com alguma pedra. Na restante área não se encontrou qualquer revestimento do solo. Encostado à parede Nordeste, que confinava com o exterior, foi detectada uma estrutura de pedras interpretada como um fogão, tendo ali sido encontrada cerâmica de cozinha *in situ* (Redman, 1986, p.87).

A Oeste desenvolvia-se um salão com uma alcova (compartimento E), totalizando 12,7 m<sup>2</sup> de área útil (5,5 x 2,3 m). Acedia-se a ele por uma porta com vão de 1,15 m, onde previvia ainda o respectivo gonzo. Tinha pavimento de argamassa com pequenas pedras, sendo a zona da alcova demarcada por uma linha de tijolos dispostos em cutelo. Do lado oposto à alcova observa-se um alinhamento de uma estrutura a cota inferior, impossível de determinar.

A parede Sudeste do pátio central, integralmente composta por tijolos e com 0,25 m de espessura, confinava com uma área de mais difícil interpretação. Por um lado, parece existir um pequeno compartimento com pavimento de estuque (compartimento F), limitado por fino muro de tijolo com 0,15 m, a nascente, determinando uma área útil de 4,4 m<sup>2</sup> de área útil (2,2 x 2 m); aqui notaram-se vestígios de um muro mais espesso, a cota inferior, que seria de uma ocupação anterior. Por outro lado, observou-se a boca de um poço estruturado com tijolo e pedra argamassados e cobertos por estuque, circundado por um pavimento bem preservado de estuque, idêntico ao anterior. Deve referir-se que todas as casas islâmicas escavadas em Alcácer Ceguer tinham um poço, usando este mesmo tipo de materiais e técnica construtiva (Redman, 1986, p.92).

Em termos urbanísticos é difícil integrar estas habitações da Alcácer Ceguer islâmica, dada a escassez da área escavada em seu redor, em especial nas vertentes Sul e Este. Esta localizava-se próxima a uma das principais portas da cidade, a Bab Sebta, ainda que num eixo secundário. A Norte da casa encontrava-se uma rua em terra batida com cerca de 1,5m de largura, que parece ser paralela à rua islâmica que deu posteriormente lugar à Rua Direita. Na sua vertente Oeste detectou-se uma rua muito estreita, com cerca de 0,5m, em terra batida, que a separava as duas habitações merínidas detectadas na escavação.

Esta segunda área de habitacional de Alcácer Ceguer não se afigura de menor complexidade interpretativa que a precedente. Neste caso estão provados diferentes níveis de ocupação islâmica, embora apenas sondados na metade Oeste deste sector, matéria que aqui não abordamos. Em todo o caso, refira-se que entre os níveis 8 e 10 foi detectada uma sucessão de três pavimentos em estuque, todos eles com alguns centímetros de preparação do solo. Sob estes encontram-se estratos diversos até ao nível 15, com mais um nível de preparação de pavimento, cobrindo uma grande caixa de esgoto. É um pequeno exemplo da riqueza de informação relativa à ocupação medieval deste sítio, nomeadamente ao nível da densidade do processo de reformulação da habitação doméstica, realidade que aqui fica revelada apenas no nível superior.

Atentando ao processo de apropriação do espaço doméstico por parte dos portugueses deve referir-se que, se inicialmente estes utilizaram segu-



Fig.10.- Sobreposição de estruturas de época portuguesa e merínida em E17N10-E18N10-E18N9.

ramente as estruturas merínidas com escassas transformações, como já foi referido, implantaram depois unidades domésticas radicalmente diferentes das preexistentes. Apenas uma parede – a que limitava a Este todo este conjunto, com o seu percurso anguloso resultante de fases diferenciadas de ocupação islâmica – foi reutilizada pelos cristãos integralmente, através de alteamento. Não é claro se existiu, também, um aproveitamento da parede exterior Oeste da casa nascente merínida como muro delimitador dos dois conjuntos portugueses, já que este parece descrever um trajecto ligeiramente oblíquo face ao preexistente. A própria fachada Norte das habitações muçulmanas, que confinava com a rua, foi recuada por parte dos cristãos, que assim alargaram a via de circulação, já que mantiveram o seu perfil a Norte; a sua configuração tornou-se, porém, mais irregular, com larguras diferenciadas. O limite Sul da casa islâmica poente pode ter sido pontualmente reutilizado, mas o da unidade nascente foi totalmente demolido. Trata-se, pois, de um modestíssimo reaproveitamento estrutural, antevendo-se uma operação de reformulação urbana mais lata que a verificada no outro caso de estudo, alterando quase por completo a estrutura de propriedade herdada.

Evidentemente que a compartimentação interna ainda se tornou mais díspar. Os pátios centrais das duas habitações merínidas foram cobertos e atravessados por muros estruturais das casas portuguesas, a poente a parede exterior Oeste da unidade doméstica, a nascente o muro delimitador das áreas produtiva e habitacional. Nenhum compartimento manteve correspondência com os seus antecessores, alterando-se naturalmente todas as áreas funcionais. As construções portuguesas não parecem sequer ter sido minimamente condicionadas pelas suas predecessoras, que foram largamente arrasadas.

Assim, pode afirmar-se que, à semelhança do verificado no caso de estudo anterior, houve a sobreposição de uma casa islâmica característica, por estruturas que seguem, em boa medida, um padrão típico da habitação corrente portuguesa, em vários aspectos.

Em primeiro lugar, a habitação a Este reproduz canonicamente o referido modelo de “casa dianteira e casa de dentro”, com dois compartimentos: um de maiores dimensões comunicante com a rua, onde se desenrolariam actividades transversais a todo o agregado familiar, como a confecção e ingestão de alimentos, ou outro tipo de tarefas domésticas; outro mais distante da via pública, reservado à faceta mais privada da vida familiar, o local de dormida. A associação lateral de um compartimento para actividades económicas permitiu uma especialização funcional desta casa bice-



lular, retirando possivelmente à casa dianteira qualquer função económica que poderia acumular, acrescentando “conforto e, até, alguma intimidade” aos que ali viviam (Conde, 2011, p.30). De facto, esta agregação entre áreas habitacionais e produtivas ou comerciais é verificada como uma constante da Alcácer Ceguer portuguesa (Redman, 1986, p.166), mas é, na realidade, uma característica muito comum do tecido urbano português dos séculos XV e XVI, havendo nestes casos acessos distintos, a fim de preservar o espaço doméstico (Trindade, 2002, p.129). No presente caso estamos face a uma área de lagar, podendo relacionar com a produção de azeite, vinho ou outro produto. Até ao momento apenas se atestou documentalmente a existência de vinhas plantadas em Alcácer Ceguer (Farinha, 1990, p.403 e 419), não sendo raro encontrar em Portugal, mesmo em ambiente urbano, a presença de estruturas de ligadas à actividade vinícola (Conde, 2011, p.57).

Relativamente às dimensões destas unidades, tal como nos casos já analisados anteriormente, a utilização da vara craveira surge tanto no desenho das áreas úteis, como na definição dos seus muros. Assim, no caso do compartimento 2 da habitação a Este o comprimento equivale sensivelmente a oito varas (8,85m) e a largura a três varas (3,5m), ao passo que o compartimento 3 tem três varas de lado. Resulta, pois, uma casa de tendência alongada a partir da rua, que encontra paralelo em grande parte dos aglomerados urbanos portugueses coevos (Conde, 1997, p. 248-249; Trindade, 2002, p. 31-32). O compartimento 1 desta habitação Este, à parte da estranha irregularidade da parede Norte (para a qual ainda não temos interpretação), é pautado pela rectilinearidade das paredes Sul e Este, com quatro por cinco varas e meia, respectivamente. A área útil da casa, se considerada apenas a parte habitacional (compartimentos 2 e 3), com 28,9 m<sup>2</sup>, está em valores mínimos para a generalidade das cidades portuguesa coevas; se lhe juntarmos a parte laboral, com 26,7m<sup>2</sup>, obtemos uma casa com 56,5m<sup>2</sup>, suplantando as médias da maioria dos aglomerados urbanos do Reino (Conde, 2011, p. 224-225). No que respeita à dimensão das portas, de forma algo contraste com o que sucede com os outros dois casos aqui referidos, tanto as internas como a que dava acesso ao exterior, são consideravelmente maiores, não seguindo a lógica mais comum da porta exterior maior que as interiores. Este facto pode eventualmente relacionar-se com remodelações deste espaço ao longo do período português, ou mesmo com o reaproveitamento de soleiras.

Relativamente à habitação portuguesa a poente, mau grado não ter sido escavada na totalidade, podemos igualmente considerar que esta segue as características do modelo de “casa dianteira e casa de dentro”, numa va-

riante de duplicação horizontal comum nas zonas urbanas do Médio Tejo, que pressupunha “casa dianteira, casa do meio e casa de trás” (Conde, 2011, p.81). A utilização de cada espaço não difere genericamente do que já foi referido para este modelo, fazendo o compartimento 1 a intermediação entre a rua e os mais recatados espaços domésticos, os compartimentos 2 e 3. Pela falta de indícios arqueológicos relacionados com zona de fogo no compartimento 2 e seguindo algumas das recorrências organizativas de casas portuguesas coevas (Conde, 2011, p.81), podemos aventar sobre a localização da cozinha na casa de trás e a zona de dormida na casa do meio, respectivamente compartimentos 3 e 2.

Nesta habitação Oeste segue-se, igualmente, uma métrica portuguesa, ainda que adaptada nalguns troços. Os compartimentos 1 e 2 têm seis varas de comprimento e quatro de largura; a estas ainda se somariam as do compartimento 3, com estimadas duas varas e meio de comprimento e quatro de largura. A superfície útil desta casa encontra semelhança nas médias de algumas urbes portuguesas como Alenquer, Coimbra ou Óbidos (Conde, 2011, p.224-225). A sua forma rectangular, ainda que menos estreita, tem paralelos nas medidas prevalecentes (comprimento/largura) de algumas cidades como Coimbra ou Alcácer do Sal (Conde, 2011, p. 226). Os muros acresciam a estes valores com medidas que rondavam por regra a meia vara. As duas portas internas deste conjunto são também de uma vara de largura.

## CONCLUSÃO

A apropriação do espaço doméstico merínida pelos portugueses parece seguir padrões nos dois casos analisados neste texto, embora se verifiquem também particularidades. Em primeiro lugar, se no primeiro caso não parece ter havido um aproveitamento duradouro da casa islâmica pelos cristãos aquando da ocupação da cidade, no segundo é claro que os conquistadores ocuparam a estrutura preexistente por alguns anos, realizando-lhe modificações mínimas. Assim, parece evidente que o processo de substituição das construções domésticas ocorreu ao longo de um século em momentos distintos, embora não se exclua que a continuidade da investigação venha a revelar momentos e espaços onde esta renovação tenha ocorrido em conjunto, numa escala mais abrangente.

Em segundo lugar é evidente que os portugueses levaram a efeito uma profunda substituição da arquitectura civil merínida. A dimensão dos lotes foi alterada parcialmente, verificando-se casos de continuidade em certos

flancos das habitações, não exclusivamente aqueles que confinavam com ruas que mantiveram a sua função, mas também em parcelas fundiárias que permaneceram com os mesmos limites. Houve também algum aproveitamento de parte das paredes externas das unidades habitacionais, numa atitude de claro pragmatismo e poupança de recursos. Mas a compartimentação interna das casas foi profundamente alterada, não se detectando qualquer continuidade ao nível da utilização dos espaços: sobrelevadas em relação às suas predecessoras, as estruturas portuguesas cobriram e construíram muros sobre os pátios centrais, alteraram os espaços de cozinha, anularam poços e sistemas de saneamento, eliminaram compartimentos de latrinas, transformaram os locais de dormida e mudaram a direcção das portas. Dir-se-ia que, fora de alguns lanços da estrutura base das casas, nada foi mantido pelos novos ocupantes do burgo, embora o investimento que estes processos implicavam deva ser matizado, dado que se circunscreveu à substituição da cobertura, alteamento do solo e construção de nova compartimentação interna.

Quanto aos motivos para esta mutação na estrutura doméstica, um acto de ruptura profundo na paisagem urbana, será prematura nesta fase da investigação avançar com causas muito determinantes. Por um lado, motivações de carácter socioeconómico terão sido importantes, podendo o segundo de caso de estudo ser um bom exemplo disso, em que a renovação do lote poderá ter sido feita em função da implantação de um espaço de trabalho, um lagar. Está documentado um caso idêntico em Alcácer Ceguer, mas em que a implantação de uma unidade produtiva não implicou uma transformação tão profunda da arquitectura doméstica (Redman, 1986, p.172-174). Noutras situações, a pressão demográfica terá sido importante, obrigando por exemplo a uma maior compartimentação, à eliminação de áreas de descanso, ou à construção de mais pisos (Boone, 1980, p.97; Redman, 1986, p.165).

Factores de ordem política poderão ter implicado igualmente alteração das estruturas domésticas. Embora não existam por agora dados que apontem nesse sentido, é muito provável que a Coroa tenha determinado programas urbanos condicionadores das próprias habitações, além da estrutura fundiária, que permanece também largamente desconhecida. É possível que o primeiro caso de estudo obedeça a estas premissas, sendo sugestivo pensar numa empreitada régia implicando a estruturação da Rua Direita, a par da construção de um novo espaço culto, a igreja de São Sebastião, fomentando uma alteração geral no tecido urbano envolvente. O alargamento

e rectilinearidade da Rua Direita parece ser o elemento a partir do qual se desenvolvem as outras componentes urbanas. Noutros exemplos, refiram-se as exigências militares, que poderão também ter levado à reformulação das moradias, nomeadamente junto das muralhas do aglomerado urbano.

Por fim, questões de carácter cultural e mental devem ser consideradas como pano de fundo deste processo transformador. É evidente que o modelo de casa que os portugueses transportam para Alcácer Ceguer estava já longe do arquétipo islâmico, ou mediterrâneo, que imperara na Península nos séculos precedentes. Assim, quando existe oportunidade ou desejo de reconstruir o espaço de residência, os modelos aplicados são aqueles que se tinham tornado dominantes no Portugal dessa época.

Com efeito, as casas portuguesas que apresentamos nestes dois conjuntos são um bom exemplo de algumas das variantes formais presentes noutros núcleos urbanos portugueses nos séculos XV e XVI. Se no primeiro conjunto surge-nos o mais raro formato quadrangular, que ainda assim tem vastos paralelos na arquitectura corrente do Reino, no segundo caso afirma-se claramente o modelo mais comum à época de casa alongada, sendo assaz expressiva a proporção entre um comprimento que excede em quase quatro vezes a largura, se considerada apenas a parte residencial (Trindade, 2002, p.31-32; Conde, 2011, p.226).

Destacam-se também organizações das duas habitações seguindo o padrão da “casa dianteira e casa de dentro”, o primeiro espaço destinado a actividades mais públicas, o segundo à intimidade familiar. São porém distintos os espaços funcionais, porque se no primeiro conjunto dispomos de uma casa pluricelular com quatro ou cinco compartimentos, no segundo afirma-se em maior grau a multifuncionalidade dos espaços, com apenas dois compartimentos, a par de uma área de trabalho. Nestes dois conjuntos surgem também áreas de combustão, mas no primeiro caso assente directamente no chão de terra batida em compartimento próprio, ao passo que no segundo utilizando uma estrutura de ladrilho implantada no compartimento dianteiro, o espaço de sociabilidade. Apesar destas diferenças, deve notar-se que em ambos os casos não há vestígios de chaminés associadas, um elemento estrutural raro na habitação comum, fazendo-se a saída do fumo directamente pelo forro do telhado (Trindade, 2002, p.65-66; Conde, 2011, p. 222).

No que respeita às técnicas construtivas aqui utilizadas, nota-se que a construção dos muros é bastante homogénea, utilizando como base a pedra e argamassa, aos quais se juntava por vezes o tijolo, tal como era corren-

te na generalidade dos burgos portugueses da época (Santos, 1964, p.49-50; Trindade, 2002, p.77-92; Conde, 2011, p.214-17). Os muros foram quase sempre rebocados no interior e no exterior da habitação, uma tradição que previve ainda hoje no sul de Portugal (Santos, 1964, p.50). As coberturas usaram de forma esmagadora a telha, podendo o seu forro ocorrer em madeira ou cana, mais uma vez em sintonia com o que se observava no Reino (Santos, 1964, p.50 e 55; Trindade, 2002, p.92-95; Conde, 2011, p.217). Os acessos exteriores ou interiores eram geralmente definidos por soleiras talhadas em pedra de cantaria, onde se colocavam portas de madeira de duas tábuas; mais raramente surgiram aberturas internas sem assento de porta. O solo dos compartimentos é geralmente pavimentado, tanto com pedras de pequena e média dimensão ligadas por argamassa, como por um tipo de argamassa pouco homogénea com pedra miúda, mal preservada em contexto arqueológico. Algumas vezes recorreu-se ao chão em terra batida, como era habitual noutros contextos portugueses (Trindade, 2002, p.95; Conde, 2011, p. 216 e 221).

Enfim, o texto que aqui apresentamos consagra o estudo de apenas duas áreas da intervenção arqueológica realizada pela equipa dirigida por Redman em Alcácer Ceguer. Espera-se no futuro, pela análise de novos contextos arqueológicos deste sítio, perceber constâncias ou padrões que possam afinar as nossas concepções no uso dos espaços e das dinâmicas do quotidiano doméstico na tardo-medievalidade e início da época moderna, tanto em Portugal, como no Norte de África.

## Bibliografía

- Boone, J., 1980. *Artifact Deposition and Demographic Change: An Archaeological Case Study of Medieval Colonialism in the Age of Expansion*. Tesis Doctoral, State University of New York.
- Boudjay, A., 2012. "La mise en valeur du site archéologique de Ksar Seghir: bilan et perspectives". En *Ksar Seghir. 2500 and d'échanges intercivisationnels en Méditerranée*. Institut d'Études Hispano-Lusophones, Rabat, p.107-131.
- Castilho, L. A. de M. e, 2007. "Espaço e Materiais na arquitectura doméstica da Rua Direita de Viseu no século XVI". En *Revista da Faculdade de Letras*, V-VI. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, p.115-128.
- Conde, M. S. A., 1997. "Sobre a casa urbana no Centro e Sul de Portugal nos fins da Idade Média". En *Arqueologia Medieval*, 5. Campo Arqueológico de Mértola, Mértola, p.243-265.
- Conde, M. S. A., 2010. "A Casa". En *História vida privada*, vol. 1. Círculo de Leitores, Lisboa, p.54-77.
- Conde, M. S. A., 2011. *Construir, Habitar: A Casa Medieval*. Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, Braga.
- Correia, J., 2008. *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África. Da tomada de Ceuta a meados do século XVI*. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto.
- Cressier, P., 2012. "Al- Qsar al-Saghir, ville ronde". En *Ksar Seghir. 2500 and d'échanges intercivisationnels en Méditerranée*. Institut d'Études Hispano-Lusophones, Rabat, p.61-89.
- Cressier, P.; Hassar-Benslimane, J.; Touri, A., 1986. El urbanismo rural de Belyounech: aproximación metodológica a un yacimiento medieval islámico del norte de Marruecos. En *Congreso Arqueología Espacial. Coloquio sobre el microespacio*, vol. IV. Seminario de Arqueología y Etnología Turolense, Colegio universitario de Teruel, Teruel, p.327-349.
- Cruz, M. L. G. da, 1997. "As controvérsias ao tempo de D. João III sobre a política portuguesa no Norte de África". En *Mare Liberum*, nº 13, p.123-87, e nº 14, p.117-98. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.
- Cunha, Rui Maneira, 2003. *As medidas na arquitectura, séculos XIII-XVIII. O estudo de Monsaraz*. Caldeioscópico, Lisboa.
- Farinha, A. D., 1990. *Portugal e Marrocos no século XV*. Tesis Doctoral, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Hita Ruiz, J. M.; Villada Paredes, F., 1996. "Unas casas meriníes en el arrabal de En medio de Ceuta". En *Caetaria*, 1. Ayuntamiento de Algeciras, Algeciras, pp. 67-91.
- Hita Ruiz, J. M.; Villada Paredes, F., 2000. *Un aspecto de la sociedad ceutí en el siglo XIV: los espacios domésticos*. Museo de Ceuta, Ceuta.

- Moujoud, T., 2012. "Ksar Seghir d'après les sources médiévales d'histoire et de géographie". En *Ksar Seghir. 2500 and d'échanges intercivisationnels en Méditerranée*. Institut d'Études Hispano-Lusophones, Rabat, p.35-59.
- Navarro, J.; Jiménez, P. (2009), Casas y Palacios de la Murcia Andalusí a la llegada de Alfonso x. en *Alfonso X, El Sabio*. Comunidad Autónoma Región de Murcia / Ayuntamiento de Murcia / Caja de Ahorros del Mediterráneo, Murcia, pp. 705-720.
- Raissouni, Baraka; Bernal, Darío; El Khayari, Abdelaziz; Ramos, José; Zouak, Mehdi (ed.), 2015. *Carta Arqueológica del Norte de Marruecos (2008-2012). Prospección y yacimientos, un primer avance. Vol. I*. Editorial Universidad de Cádiz, Cádiz.
- Redman, C. L., 1986. *Qsar es-Seghir. An Archaeological View of Medieval Life*. Academic Press, Orlando.
- Redman, C. L.; Anzalone, R. D.; Rubertone, P. E., 1978. "Qsar es-Seghir. Three seasons of excavation". En *Bulletin d'Archéologie Marocaine*, tome XI, p. 151-195.
- Santos, Vítor Pavão dos (1964), *A Casa no Sul de Portugal na transição do século XV para o século XVI*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Teixeira, A.; El-Boudjay, A.; Torres, J. B., 2013. "Un contexto habitacional portugués en Ksar Seghir, Marruecos (siglos XV-XVI)". En *Arqueología en las columnas de Hércules. Novedades y perspectivas de la investigación arqueológica en el Estrecho de Gibraltar. XV Jornadas de Historia de Ceuta*. Instituto de Estudios Ceuties, Ceuta, p.309-341.
- Trindade, L., 2002. *A casa urbana em Coimbra. Dos finais de Idade Média aos inícios da Época Moderna*. Coimbra, Câmara Municipal.





## SENTIRSE EN CASA IMPORTACIONES DESDE EUROPA EN ÁREAS DE EXPLORACIÓN

*Marta Caroscio*

Ministerio della Pubblica Istruzione

### CULTURA MATERIAL DE LOS ASENTAMIENTOS EUROPEOS EN OTROS CONTINENTES

Los objetos utilizados a diario, sobre todo los que están relacionados con la preparación de alimentos, como la cerámica de cocina y la de mesa, de un lado reflejan las costumbres de los grupos que los utilizan, y por otra parte, se identifican con su cultura en sentido más amplio. La identidad cultural de un grupo que se encuentre en un entorno diferente de lo habitual y que quiera marcar una distancia frente a otros grupos reconocidos como distintos se expresa también a través de los objetos empleados en el ajuar doméstico.

La expansión europea en las Américas ha sido estudiada no únicamente desde una perspectiva histórica general, sino más en detalle desde el punto de vista social y antropológico: a lo largo de las últimas décadas varios investigadores se han dedicado al estudio de la cultura material de áreas específicas (Deagan, 1988; Deagan y Cruxent, 1993). Las excavaciones llevadas a cabo en los primeros asentamientos europeos en el Caribe, muestran que desde el Viejo Continente fueron importados no únicamente artículos considerados de lujo, como los textiles, sino también objetos utilizados diariamente, como la loza de mesa, que viajaban junto a alimentos de subsistencia como el trigo. El asentamiento de la Isabela, en la isla de *Hispaniola* (hoy en día La Española), es especialmente relevante en este sentido, y ha sido investigado durante más que una década de excavaciones (Deagan y Cruxent, 2002; fig. 1). Aunque no trataremos aquí del mercantilismo y de las políticas de monopolio entre los siglos XVI y XVIII, cabe

notar como en aquella época el comercio se focalizó en productos tales como metales preciosos y materias primas y, en un segundo momento, en el monopolio de otros productos de consumo creciente en Europa, como por ejemplo el azúcar del Caribe, un producto que llegó en grandes cantidades a las mesas europeas desde mediados del siglo XVIII. Unas décadas más tarde, sobre estas mismas mesas será frecuente encontrar el cacao en forma de chocolate líquido (Norton 2008): esta nueva moda de la edad moderna influenciará también la producción de pequeñas copas (las jícaras) de las cuales hablaremos más adelante.

Lo que destaca en la cultura material del área del Caribe es el persistir – a lo largo de la edad moderna – de la importación de objetos de menor importancia comercial, y también de uso común, conjuntamente con mercancías de amplia circulación; un indicio de que la cultura europea sigue considerándose una referencia. Esta situación persiste más allá del siglo XVII, manteniéndose una diferencia frente a la cultura local también cuando ya no había incertidumbre para conseguir abastecimientos. Por consiguiente, la accesibilidad a estos objetos no está únicamente relacionada con el hecho de no poder producir materiales semejantes en el Nuevo Mundo ya que, después de una primera fase de establecimiento y exploración, hubiera sido posible una producción local. Tener objetos procedentes de Europa representaba de hecho el permanecer de una relación cultural que se reflejaba en la identidad propia de cada individuo, así como del grupo (Crosby 1972).

Como hemos mencionado, en la isla de *Hispaniola* (Haití/Santo Domingo) se localiza uno entre los más antiguos asentamientos europeos en el Nuevo Mundo. En las excavaciones llevadas a cabo en el sitio de la Isabela se encontraron, entre diferentes tipos de loza, las conocidas como ‘Columbia plain’ y ‘Columbia plain deep green’: unas producciones sevi-



Fig. 1. La Isabela, *Hispaniola* (Española/Haití-Santo Domingo).

llanas que circulaban en la península Ibérica ya a partir de las primeras décadas del siglo XV y que se utilizaron, aunque con variantes, hasta el principio del siglo siguiente (fig. 2). Con respecto a este último punto, caben dos consideraciones. En primer lugar, el mercado de las Américas recibe cantidades considerables de loza de mesa procedente de talleres alfareros renombrados en Europa ya a partir del siglo precedente: las lozas de Sevilla, que llegan en el área del Caribe a lo largo del siglo XVI, y más tarde – en el siglo XVII – las de Montelupo. Este centro afronta un momento de crisis con respecto a la distribución de las cerámicas para el mercado local, debido esencialmente a la crisis económica que sigue

el final del siglo XVI. Una situación que se hace más crítica con respecto a la producción de loza, especialmente después del éxito creciente de la loza conocida como *bianchi*, que se produjo en Faenza a partir del siglo XVII. Así, al no ser apreciada en el mercado italiano, a lo largo de la edad moderna, los talleres de Montelupo irán especializándose en la exportación de cantidades considerables de cerámicas de calidad no excelente dirigida específicamente hacia el Nuevo Mundo (Berti 1998: 27-31). Se conocen contratos de producción para los barcos que recorrían las nuevas rutas oceánicas: desde el puerto de Livorno la loza de Montelupo llegaba al Caribe. En segundo lugar, gracias a los hallazgos en sitios con estratigrafías selladas, que permiten fechar con seguridad los materiales a partir de su primera colonización, ha sido posible precisar el ámbito cronológico de circulación de la loza producida en el Mediterráneo occidental, y que circuló también entre Europa y África septentrional.



Fig. 2. **a** – *Columbia plain* y *Columbia plain deep green* hallados en Ceuta; **b-c** – plato y cuenco del mismo tipo hallado en la Isabela.

## CEUTA, EL MEDITERRÁNEO Y EL ATLÁNTICO

El estudio sistemático de la evolución del asentamiento urbano a partir de los hallazgos de cerámica ha permitido dividir en distintas fases la historia de la cultura material de Ceuta a partir de la conquista portuguesa (1415). La investigación se ha enfocado en el análisis de los contextos arqueológicos en las diferentes áreas de la ciudad, identificando en primer lugar la procedencia de los distintos tipos de cerámica y sus redes de comercio. A partir de contextos cerrados se han precisado las fechas de producción y las de distribución: estos datos han permitido reconstruir las fases de desarrollo del asentamiento y las redes de circulación, tanto de objetos de uso común como de importaciones de lujo. Tras la conquista portuguesa de Ceuta, la transformación del asentamiento se desarrolla por fases que coinciden con las divisiones temporales elaboradas a partir de la interpretación de las fuentes históricas. Entre el año de la conquista portuguesa (1415) y la conclusión

del cerco de Mulay Ismail – segundo Sultán de la dinastía Alauita – se han identificado tres fases. La primera (Fase 1) va de 1415 hasta 1507, es decir hasta cuando se ordena abandonar la Almina como área residencial al no poder garantizar la integridad de sus habitantes (fig. 3). La segunda fase (Fase 2) empieza a partir de este momento, cuando la población se concentra en el Istmo, y llega hasta el principio del cerco de la ciudad por Mulay Ismail (1694); la tercera y última fase (Fase 3) coincide con el mismo cerco (1694-1727). Con referencia a las dos primeras fases (1415-1507 y 1507-1694) cabe recordar dos fechas relevantes para la historia de Ceuta: en 1580 la Península Ibérica queda unificada bajo la corona de Felipe II; 1640 es el año



**Fig. 3 – Localización de Ceuta y división de la ciudad en distintas áreas: A. Istmo; B. Almina; C. Monte Hacho; D. Campo Exterior.**

de la independencia de Portugal, cuando Ceuta toma la decisión de permanecer fiel a la dinastía de los Austrias. En relación con este segundo evento, otro momento importante es 1668: por el tratado de Lisboa se ratifica la vinculación de Ceuta a la corona española.

En el periodo histórico posterior, que llega hasta nuestros días, se identifican dos fases distintas: la Fase 4 (1728-1800) conoce un crecimiento de la población y una ulterior expansión del asentamiento urbano; la Fase 5 coincide con el siglo XIX, cuando se erigen construcciones en áreas que un tiempo fueran de pertenencia pública, como los suelos agrícolas de la comunidad. Las fechas que marcan de manera más evidente la evolución del asentamiento urbano son los dos momentos más importantes de la historia de Ceuta "europea": la conquista portuguesa de la ciudad en 1415 y el cerco de Muley Ismail entre 1694 y 1727. En 1415 hay un cambio radical en comparación con la cultura material de la tradición islámica anterior; 1694 es un momento en el cual las necesidades defensivas se hacen especialmente evidentes.

Si consideramos la cultura material en Ceuta a lo largo del siglo XV, y sobre todo en el periodo que caracteriza la primera fase de la conquista portuguesa, notamos por ejemplo que los materiales de mesa se importaron en su mayoría del área de Sevilla, es decir de la zona en donde operaba la que es conocida como "la factoría de Andalucía", y que representó el punto de abastecimiento principal de las fortalezas europeas en el norte de África a lo largo del siglo XVI (Drumond Braga y Ribeiro Mendes Drumond Braga, 2000: 370-371). A partir de 1415 y a lo largo de la que hemos identificado como primera fase (1415-1507), llegaron a Ceuta importaciones desde la península Ibérica y sobre todo de Sevilla y de su entorno, pero no únicamente. Es preciso distinguir entre cerámica de almacenamiento y cerámica de transporte; cerámica de cocina y cerámica de mesa. En el primer grupo, es decir la cerámica de almacenamiento, prevalecen las tinajas sevillanas, utilizadas para abastecer Ceuta de trigo y aceite procedentes de la factoría de Andalucía; en número menor (aproximadamente un 10-15% de este tipo de cerámica procedente de las excavaciones) están presentes tinajas procedentes de Barcelona, que se distinguen no sólo por la forma, sino más bien por la naturaleza del cuerpo cerámico. Las tinajas de área Sevillana presentan generalmente una arcilla bastante clara y además aclarada en la superficie exterior.

Si consideramos la cerámica de mesa, los hallazgos arqueológicos indican la presencia de materiales procedentes de diferentes áreas del sur de la Península, y no únicamente de loza sevillana, ya desde el principio del siglo

XV cuando la loza importada de Italia llega también a la fortaleza portuguesa. Ya los estudios de hace una década indicaban que las importaciones no procedían de manera exclusiva del sur de la Península (Hita Ruiz y Villada Paredes, 2007); los datos más recientes confirman que la presencia de loza del Mediterráneo occidental aumenta a lo largo del siglo XVI: a final del mismo siglo Ceuta queda incluida en el mercado internacional y la porcelana China aparece sobre la mesa. Un hecho característico de la Fase 1 (1415-1507) es la presencia casi exclusiva de cerámica de cocina portuguesa, como las ollas. En la primera fase de la conquista portuguesa, el asentamiento estuvo en el Istmo (fig. 3). Hemos podido estudiar materiales significativos procedentes de este lugar (excavaciones tales como Jáudenes, plaza de la Catedral, plaza de África y paseo de las Palmeras). Las investigaciones arqueológicas llevadas a cabo en esta área han evidenciado dos grupos de yacimientos: Plaza de África, Jáudenes y el paseo de las Palmeras presentan fases de los siglos XV-XVI, en parte perturbadas por las intervenciones posteriores, y también fases que se fechan entre el siglo XVI y el XVIII. De modo diferente, sitios como Plaza de la Catedral, Queipo de Llano y Gran vía-Parcela 21, suponen una ocupación durante todo el periodo moderno, pero con perturbaciones de distinta entidad en relación con la urbanización del siglo XIX, manteniéndose en mejor estado de conservación sólo los estratos medievales. Cabe notar que la destrucción de las fases inmediatamente anteriores a la construcción de una estructura cualquiera es una situación bastante común en los contextos urbanos. Por consiguiente, en caso de continuidad del asentamiento, la calidad de la documentación o la ausencia de unas fases es con cierta frecuencia reconducible a los eventos posteriores, más que a una efectiva ausencia de actividades humanas. Desde luego, es un aspecto que no se puede generalizar, pero hay que tenerlo en cuenta a nivel interpretativo, como quedará más claro analizando la Almina.

Entre el primer grupo de asentamientos, presentamos aquí la calle Jáudenes, particularmente representativo del panorama de la circulación de cerámica en Ceuta en el periodo analizado. Se trata de un sitio con estructuras arquitectónicas relacionadas con el convento de los Trinitarios (fig. 8b; tabla 1b), para la cimentación de cuyos muros fueron necesarios distintos niveles de colmatación. Los materiales modernos se fechan entre la mitad del siglo XV y finales del XVI, con presencia documentada de materiales posteriores que remontan a los siglos XVII-XIX. Las UU. EE.



Fig. 4 – Cerámica hallada en la 'Calle de Jaúdenes, 5, y representación de una jarra con pasta clara y paredes finas en un bodegón de Luis Meléndez (1760). Madrid, Museo Nacional del Prado.

que han sido fechadas en época moderna contienen también cerámicas romanas y medievales, a veces en cantidades apreciables. Como pertenecientes a la Fase 1 (1415-1507) se reconocen escudillas y platos de loza blanca o de loza blanca con vidriado verde, los dos con pié de anillo, conocidos como *Columbia plain* y *Columbia plain deep green* (Redman, 1986; Deagan y Cruxent, 2002). Unas pequeñas jarritas sin vidriar y sin cubierta estannífera, y de pasta clara, son más bien características de la Fase 2 (1507-1694): se trata de una tipología cerámica todavía en uso a lo largo del siglo XVIII que queda representada en los bodegones de aquel periodo (fig. 4).

La 'moda' de la cerámica de mesa blanca se difunde por toda Europa a partir del principio del siglo XVII, cuando *i bianchi* di Faenza circulaban en grandes cantidades y se imitaban, siendo un producto particularmente solicitado por el mercado. En este momento Ceuta se abre a las importaciones del Mediterráneo Occidental: cerámica de mesa procedente de Italia, y producida entre finales del siglo XV y la primera mitad del XVII (correspondiente a las Fase 1 y 2) llega a la fortaleza portuguesa en el norte de África. Los hallazgos de la calle de Jaúdenes incluyen un fragmento de cuenco procedente de los alfares de Montelupo fechable entre finales del

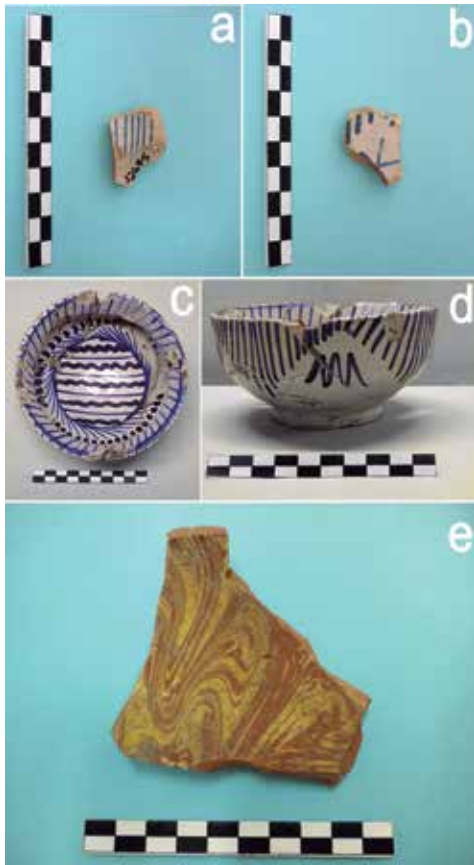


Fig. 5 – Cerámica de importación hallada en la 'Calle de Jaúdenes, 5'. **a-b** – fragmento de cuenco de loza de Montelupo; **c-d** – cuenco parecido entero producido en Montelupo. **e** – 'marmorizzata' procedente de Pisa.



siglo XV y principio del siguiente, así como otro fragmento de cerámica *marmorizzata* producida en Pisa en la primera mitad del siglo XVII (fig. 5). La presencia de cerámica Toscana coloca Ceuta en la red de rutas comerciales del Mediterráneo Occidental: objetos parecidos y procedentes de la misma área se han encontrado en las islas Baleares, en Barcelona, en Valencia, así como en otros puertos en el área meridional de la Península Ibérica (Actas, 1991; Berti, 2003). Destaca el fragmento de loza de Montelupo, ya que se trata de una producción de finales del siglo XV (fig. 5, a-b). Del mismo período, o más bien del principio del siglo siguiente, son los fragmentos de tinajas sevillanas, que como ya ha sido mencionado están relacionadas con la actividad de la Factoría de Andalucía. Siempre del área de Sevilla se importan lebrillos vidriados en el interior, fácilmente reconocibles por el característico color verde oliva del vedrío.

La relevancia de Ceuta en el comercio del Mediterráneo queda confirmada por la presencia de un fragmento de porcelana china de la Dinastía Quing, que se fecha en la segunda mitad del siglo XVII (fig. 6). Si hasta ahora hemos consi-

◀ Fig. 6 – Cerámica de importación hallada en la Calle Jaúdenes, 5'. Fragmento de ala de plato de la época de la dinastía Quing (1600-1650 ca.).



derado las importaciones de procedencia internacional y las procedentes del área Mediterránea de la Península Ibérica, cabe añadir que calle de Jaúdenes ha aportado también materiales procedentes de Portugal, como la cerámica bruñida de pasta roja del siglo XVI-XVIII y las imitaciones de *delftware*, es decir loza blanca con decoraciones azules de producción portuguesa que imita la loza holandesa del mismo período, que a su vez imita la porcelana china. (fig. 7).

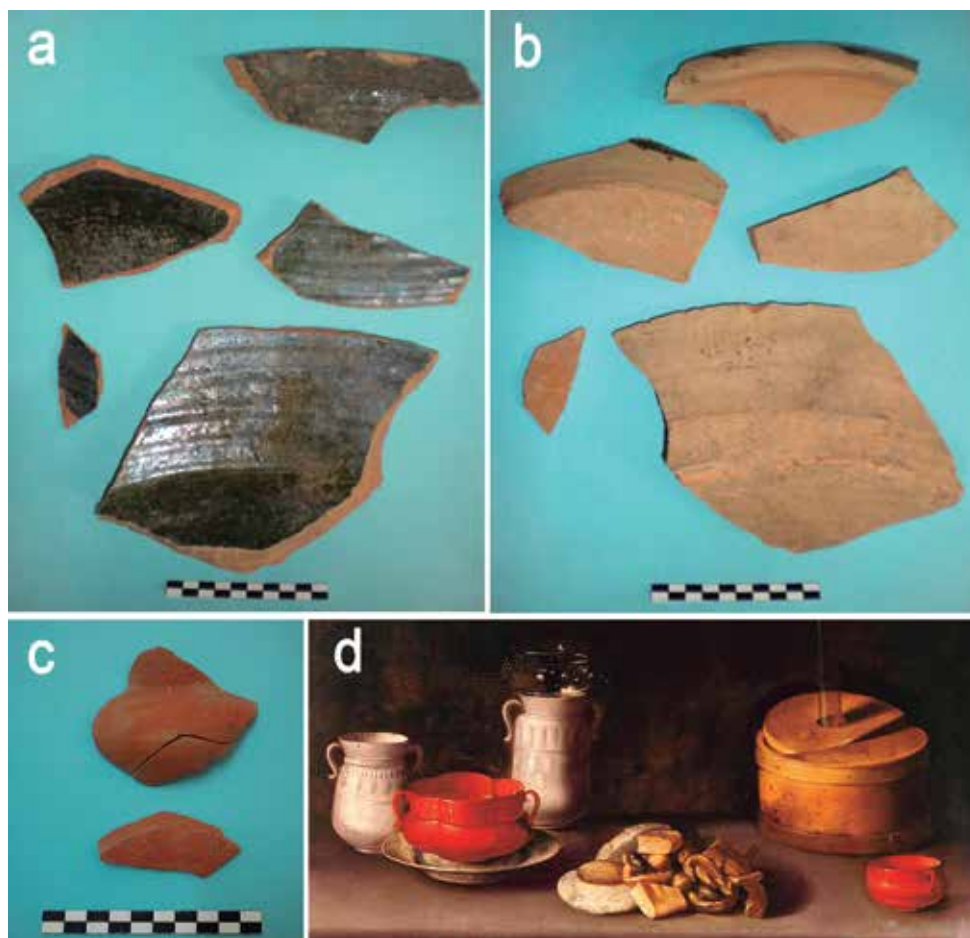


Fig. 7 – Cerámica hallada en la Calle Jaúdenes, 5. **a-b** – lebrillos vidriados de producción peninsular (s. XVII); **c** – cerámica bruñida de pasta roja de producción lusa (s. XVI-XVIII); **d** – Juan van Der Hamen y León (1596-1631), *Bodegón con loza y dulces*, 1627, Museo Thyssen.



Fig. 8. **a** – Imitación de *delftware* posiblemente procedente de Sevilla (1750-1820 ca.); **b** – Plaza de la Catedral, *columbia plain* (Fase 1); **c** – Convento de los Trinitarios, cerámica de cocina posiblemente de producción lusa (Fase 1).

Plaza de África y el paseo de las Palmeras, también en el Istmo, son áreas que podemos incluir en el primer grupo, es decir a los que presentan fases de los siglos XV-XVI (aunque en parte alteradas por las intervenciones posteriores), así como fases que remontan a los siglos XVI-XVIII. Con referencia a la Fase 3 (1694-1727) y a la Fase 4 (1728-1800), se han encontrado en la Plaza de África varios fragmentos de loza, posiblemente procedentes de Sevilla y de su entorno, que imitan el *delftware*, y que necesitarían unos análisis arqueométricos para poder averiguar su procedencia (fig. 8, a). En los niveles de época moderna del Paseo de las Palmeras, correspondientes a las estratigrafías superficiales, en las cuales se hallaron unas habitaciones de los siglos XVII-XVIII, destacan un fragmento de plato de loza ligur ‘a la francesa’ (fig. 9, a; tabla 1d), y un plato de cerámica con cubierta a base de plomo y decoración con engobe amarillo, posiblemente del área de Jaén (fig. 9, b; tabla 1c); los dos de la primera mitad del siglo XVIII. Por ahora, el análisis de los materiales indica que la mayoría de las importaciones proceden de Sevilla y Granada.

Si analizamos ahora la península de Almina durante la Fase 2 y la 3 (1507-1727), es decir a partir del abandono de esta zona como área residencial, notamos la presencia de tres grupos de yacimientos que corresponden a tres situaciones diferentes. Unos se encuentran en áreas de aprovechamiento agrícola en los siglos XVI - XVII y reflejan la frecuentación de estas zonas con tal propósito. En otros se refleja el establecimiento efectivo de habitantes a partir del siglo XVIII cuando la población se

Fig. 9. Cerámica hallada en el Paseo de las Palmeras. **a** – fragmento de plato de loza ligur ‘a la francesa’ (1700-1750 ca.); **b** – cerámica con cubierta a base de plomo y decoración con engobe amarillo, posiblemente del área de Jaén (1700-1750 ca.).

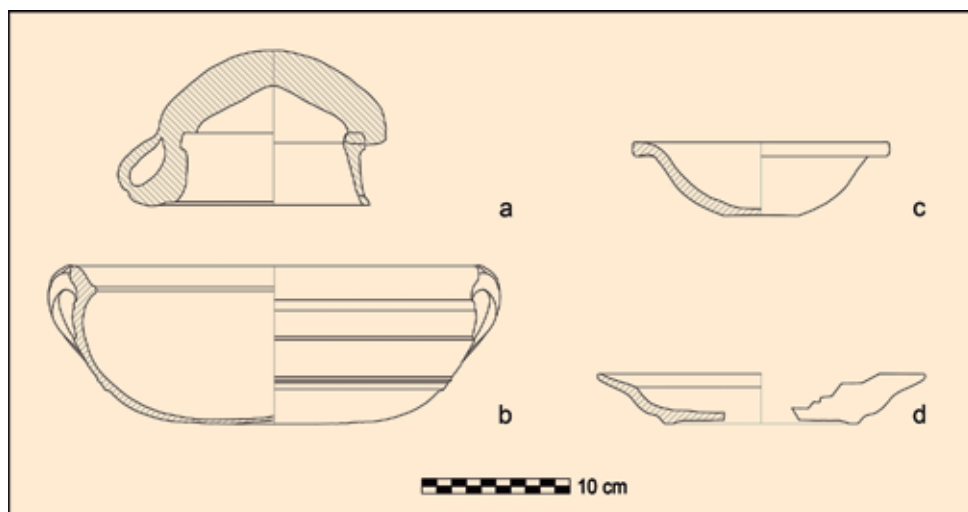
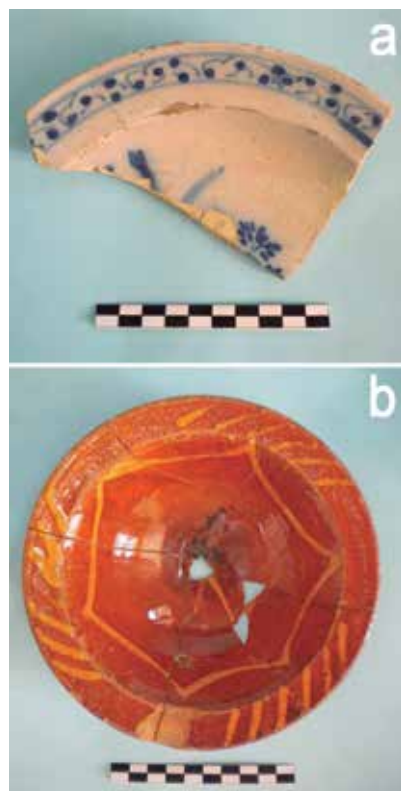


Tabla 1. **a** – cerámica lusa de almacenaje (1450-1500), **fig. 11c**; **b** – Convento de los Trinitarios, cerámica de cocina posiblemente de producción lusa (Fase 1), **fig. 8b**; **c** – cerámica con cubierta a base de plomo y decoración con engobe amarillo, posiblemente del área de Jaén (1700-1750 ca.), **fig. 9b**; **d** – fragmento de plato de loza ligur ‘a la francesa’ (1700-1750 ca.), **fig. 9a**.

refugia en la Almina huyendo de los bombardeos. Por último, otros parecen responder a motivos religiosos: alrededor de la Iglesia de Nuestra Señora del Valle, visitada con regularidad desde los siglos XV-XVI, surgen núcleos de población residente durante el siglo XVIII. La excavación en Nuestra Señora del Valle ha documentado la ubicación de un nuevo edificio de planta rectangular entre la segunda mitad del siglo XV y mediados del siglo siguiente, con obras de remodelación del pavimento durante los siglos XVI-XVII. Estas estructuras han sido interpretadas como la primera fase de construcción de la ermita; los materiales hallados confirman la cronología del contexto estratigráfico.

El barrio de Almina es seguramente el área más interesante para analizar la evolución del asentamiento en Ceuta, ya que sus fases de ocupación ejemplifican de manera excelente los cambios a lo largo de la edad moderna (fig. 10). Por ejemplo, en el sitio conocido como Martín Cebollino, hay una amortización de estructuras bajo medievales para la instalación de nuevos edificios, es decir que en este espacio, a partir de la segunda mitad del siglo XVIII, se van intensificando las edificaciones. Efectivamente, se evidencia una fase de amortización con relleno de piezas islámicas bajomedievales que se fechan al momento de abandono de la población islámica, cuando la ciudad se conquista por los portugueses. Los materiales arqueológicos documentan la presencia de importaciones procedentes de la Península Ibérica, como por ejemplo pequeñas jarras de pasta clara y paredes muy



Fig. 10. Ceuta y la Almina en un mapa de 1643. Archivo Central de Ceuta.

finas producidas en Málaga, que recuerdan las vajillas pintadas en los bodegones de Zurbarán. En otro sitio, en la Calle Echegaray, se ha encontrado en los silos loza del segundo cuarto del siglo XV, es decir del periodo inmediatamente posterior a la conquista lusa. Junto a la loza se encontró además una cantidad bastante considerable de cerámica de cocina, que por sus características de larga pervivencia se puede datar genéricamente a los siglos XV-XVI, y cerámicas de transporte y almacenaje de la segunda mitad del siglo XV (fig. 11; tabla 1a).



Fig. 11. Cerámica hallada en la Calle Echegaray. **a-b** – cerámica portuguesa de cocina (s. XV-XVI); **c** – cerámica lusa de almacenaje (1450-1500).

Hasta este momento las fuentes materiales han confirmado cuanto era conocido a través de los documentos: la evolución del tejido urbano en la península de Almina parece ser de tipo 'nuclear'. Es decir que se va desarrollando a partir de los edificios en donde inicialmente se instalaron el Gobernador y el Obispo, o también en los alrededores de áreas ya frecuentadas por diferentes razones: en relación a las actividades de cultivo, o por su cercanía a las ermitas. Los materiales del siglo XVIII son posteriores al cerco de Mulay Ismail, es decir que se colocan en el periodo de máxima actividad edilicia del área entre el siglo XVIII avanzado y el principio del XIX, coherentemente con cuanto ha sido documentado en otras excavaciones en la misma zona. En general, por lo que concierne las importaciones, podemos también hablar de la Fase 3 (1694-1727), que coincide en parte con el principio del siglo XVIII y que ve una ampliación de las importaciones de Europa, incluyendo en la cerámica de mesa producciones lusitanas e imitaciones de porcelana china procedentes de talleres distintos: de Sevilla, así como de Liguria (fig. 12). En este último caso se trata de cerámicas que imitan directamente los modelos chinos, o más bien las producciones francesas que los imitan su vez: así, junto a los originales y a las imitaciones,



Fig. 12. Jícaras y tazas halladas en Ceuta. A la izquierda una jícara de Liguria del principio del siglo XVII. Las demás piezas son producciones de Talavera y de Triana del siglo XVIII.

circulan también imitaciones de imitaciones. De todas formas, destaca que los modelos originales, es decir la porcelana china, circulen ya a partir de la Fase 2 (1507-1694), como documenta un fragmento de ala de plato de la mitad del siglo XVII (Dinastía Quing).

Las recientes excavaciones llevadas a cabo en la Puerta Califal, en el Istmo, han confirmado la presencia de importaciones del Mediterráneo Occidental, y más específicamente de los talleres italianos de Montelupo y de Liguria de la primera mitad del siglo XVI, así como sus posibles imitaciones procedentes de los talleres sevillanos (Caroscio 2015). La porcelana china encontrada en estos sondeos presenta decoraciones azules sobre fondo blanco y se ha reconocido como una producción Ming de principios del siglo XVI, posiblemente del periodo Zhengde (1506-1521), o más bien de los primeros decenios del periodo Jiajing (1521-1545). Destaca también la presencia de un fragmento de fondo plano de una forma abierta, no fácilmente identificable a causa de su pequeño tamaño, con decoración pintada en verde y rojo sobre cubierta, que se ha interpretado como una producción posiblemente del periodo Zhengde (1506-1521). Como queda dicho, el papel de Ceuta como centro de intercambio entre las dos orillas del Mediterráneo se amplía a principios de la época moderna cuando llegan al área del Estrecho importaciones orientales como las porcelanas chinas (fig. 13). Las rutas portuguesas del comercio intercontinental fueron diferentes de las españolas. Mientras los primeros privilegiaron la ruta de Lisboa a Goa con escalas en la

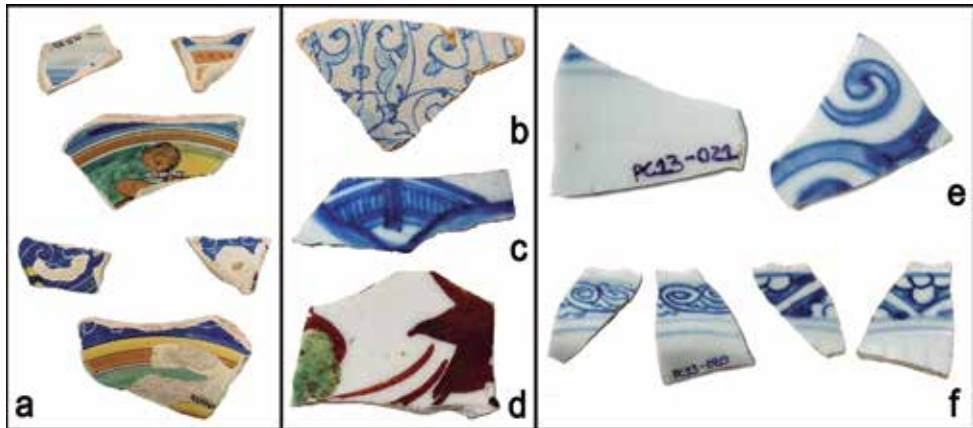


Fig. 13. Cerámica hallada durante la excavación de la Puerta Califal. **a** – interior y exterior de loza de Montelupo (1480-1550 ca.); **b** – fragmento de loza de Liguria (1500-1550 ca.); **c** y **e** – fragmentos de pequeño cuenco de periodo Ming, posiblemente del periodo Chinghua (1465-87); **d** – fragmento de plato con decoración con flores de lotos entrelazadas de color verde y rojo; dinastía Ming, periodo Chinghua (1465-87); **f** – Interior y exterior de fragmentos de ala de plato; dinastía Ming, posiblemente periodo Xuande (1426-35).



Fig. 14. Ruta conocida como Galeón de Manila o Nao de China.

costa de África y en el mar Rojo, los segundos monopolizaron a partir de la segunda mitad del siglo XVI (precisamente de 1565) la ruta conocida como Galeón de Manila o Nao de China, que conectaba los puertos de Nueva España (México) con Manila (Filipinas) y con Acapulco (fig. 14).

Para concluir, cabe notar como en la Fase 4 (1728-1800) aumentan las tazas de té y de chocolate procedentes de España, y específicamente de las

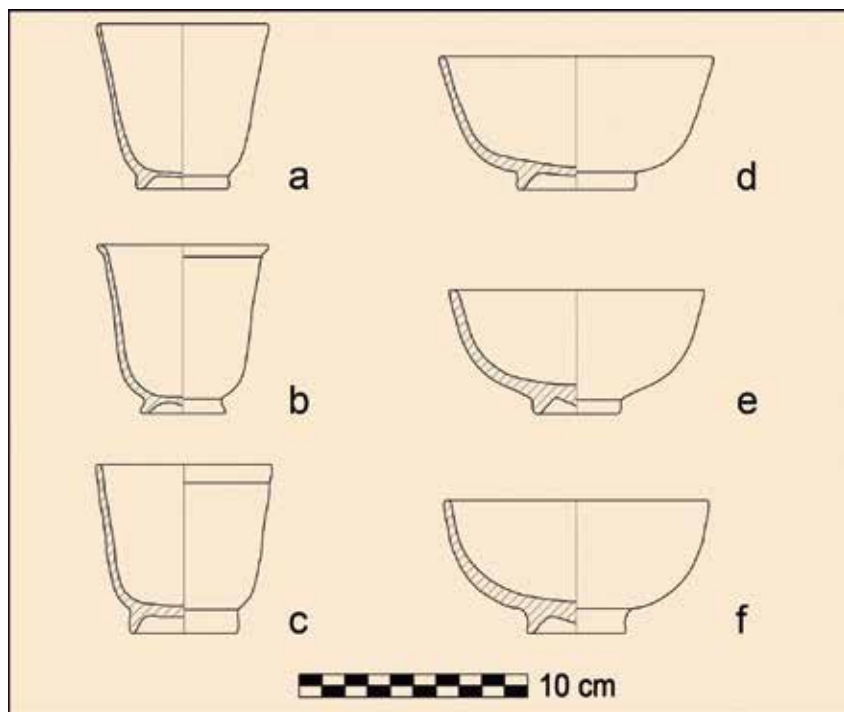


Tabla 2. **a-c** – jícaras; **d-f** – cuencos.

manufacturas de Talavera y Triana, que acompañan las jícaras de Liguria ya presentes desde el principio del siglo XVII (fig. 12; tabla 2). Podemos reconducir ese gusto a un concepto de ‘moda’ que, a lo largo de la edad moderna, va cambiando más rápidamente en comparación con la época anterior. La costumbre de consumir bebidas nuevas como el café y el chocolate se introduce en Europa a partir de finales del siglo XVI, pero será a partir de su aprecio por la naciente burguesía europea que estas bebidas, así como las jícaras para consumirlas, circularán por Europa, llegando también a los lugares de la creciente expansión europea a lo largo de los dos siglos siguientes. En particular, la difusión de las jícaras de chocolate y junto a ellas del aparato de mesa necesario para su preparación puede ser considerado un proceso de ‘globalización’ dentro del cual Ceuta queda incluida. Un proceso iniciado con la expansión de las rutas lusas a lo largo del siglo XV, y dentro del cual la conquista de Ceuta representa un elemento estratégico. Un viaje que continuará por nuevas rutas durante toda la época moderna, llevando un proceso parecido a lo que se produjo en el área del Caribe en el siglo XV, y que a distancia de dos siglos se produjo también en la colonización del norte de América siguiendo rutas ya consolidadas.



## Referencias Bibliográficas

- Actas del IV Congreso de Cerámica Medieval no Mediterráneo Occidental*, (Campo Arqueológico de Mértola, 1987), 1991. Lisboa.
- Berti, F., 1998, *Storia della ceramica di Montelupo. Uomini e fornaci in un centro di produzione dal XIV al XVIII secolo. Le ceramiche da mensa dal 1480 alla fine del XVIII secolo*. Aedo: Montelupo Fiorentino. Vol. 2. 464 pp.
- Berti, G., 2003, "Pisa città mediterranea. La testimonianza delle ceramiche importate ed esportate". En M. Tangheroni (ed). *Pisa e il Mediterraneo. Uomini, merci, idee dagli Etruschi ai Medici*. Skira: Milano, pp. 169-174.
- Caroscio, M., 2015, "Fichas". En *Lisboa 1415 Ceuta. Historia de dos ciudades*. Lisboa. 287 pp.
- Crosby, A. W., 1972, *The Columbian exchange: biological and cultural consequences of 1492*. Greenwood Publications: Westport (Connecticut). 268 pp.
- Deagan, K., 1988, "The archaeology of the Spanish Contact Period in the Caribbean". En *Journal of World Prehistory*, 2, vol. 2, pp. 187-233.
- Deagan, K., Cruxent, J. M., 1993, "From contact to Criollos: Archaeology of Spanish Colonization in Hispaniola". En *Proceedings of the British Academy*, 81, pp. 67-104.
- Deagan, K., Cruxent, J. M., 2002, *The Archaeology at La Isabela: America's first European Town*. Yale University Press: New Haven y Londres.
- Drumond Braga, P., Ribeiro Mendes Drumund Braga, I., 2000, "El dominio portugués hasta 1580". En F. Villada Paredes (ed). *Historia de Ceuta, de los orígenes al año 2000*. Instituto de Estudios Ceutíes y Ciudad Autónoma de Ceuta: Ceuta, pp. 316-388.
- Hita Ruiz, J. M., Villada Paredes, F., 2007. *Un decenio de arqueología en Ceuta 1996-2006*. Ciudad Autónoma de Ceuta: Ceuta. 187 pp.
- Norton, M., 2008, *Sacred Gifts, Profane Pleasures. A History of Tobacco and chocolate in the Atlantic World*. Cornell University Press: Ithaca y Londres.
- Redman, Ch. L., 1986. *Qsar es-Seghir. An Archaeological View of Medieval Life*. Academic Press Inc.



## A PROPÓSITO DE LAS PUERTAS Y CORACHAS ISLÁMICAS Y LUSITANAS DEL FRENTE OCCIDENTAL DE LAS FORTIFICACIONES DEL ISTMO DE CEUTA

*José Manuel Hita Ruiz*

Museo de Ceuta

*Fernando Villada Paredes*

Instituto de Estudios Ceutíes

Uno de los hechos esenciales que caracterizan la geografía ceutí es su marcado carácter peninsular.

En el extremo oriental de esta península se levanta el monte Hacho, atalaya que domina el estrecho de Gibraltar y alcanza una altura máxima de 204 metros sobre el nivel del mar. Su abrupto litoral únicamente es accesible en determinados puntos. A continuación, se extiende la Almina cuyos terrenos desciende progresivamente conforme avanzamos hacia el oeste. Con una configuración a modo de anfiteatro sus mayores alturas se alcanzan en la parte meridional. Su litoral sur prolonga los abruptos acantilados del Hacho mientras que el septentrional, menos elevado, facilita el desembarco desde la bahía norte. Más allá de la Almina comienza el Istmo, una estrecha porción de tierra de planta rectangular y de menos de doscientos metros de anchura, que une la península ceutí al continente. Es la zona de menor altura, aunque también en este caso las más elevadas se encuentran en su lado sur (13 metros sobre el nivel del mar). Superado el Istmo, el terreno se ensancha y se eleva nuevamente.

Esta geografía peninsular (fig. 1) motivó la concentración de los esfuerzos defensivos en el denominado Frente de Tierra, es decir, en el punto de contacto entre la península ceutí y el continente. Señores de las aguas del Estrecho, los ceutíes soportaban sin grandes sacrificios los sitios terrestres con la única condición de que las murallas fuesen lo suficientemente resis-

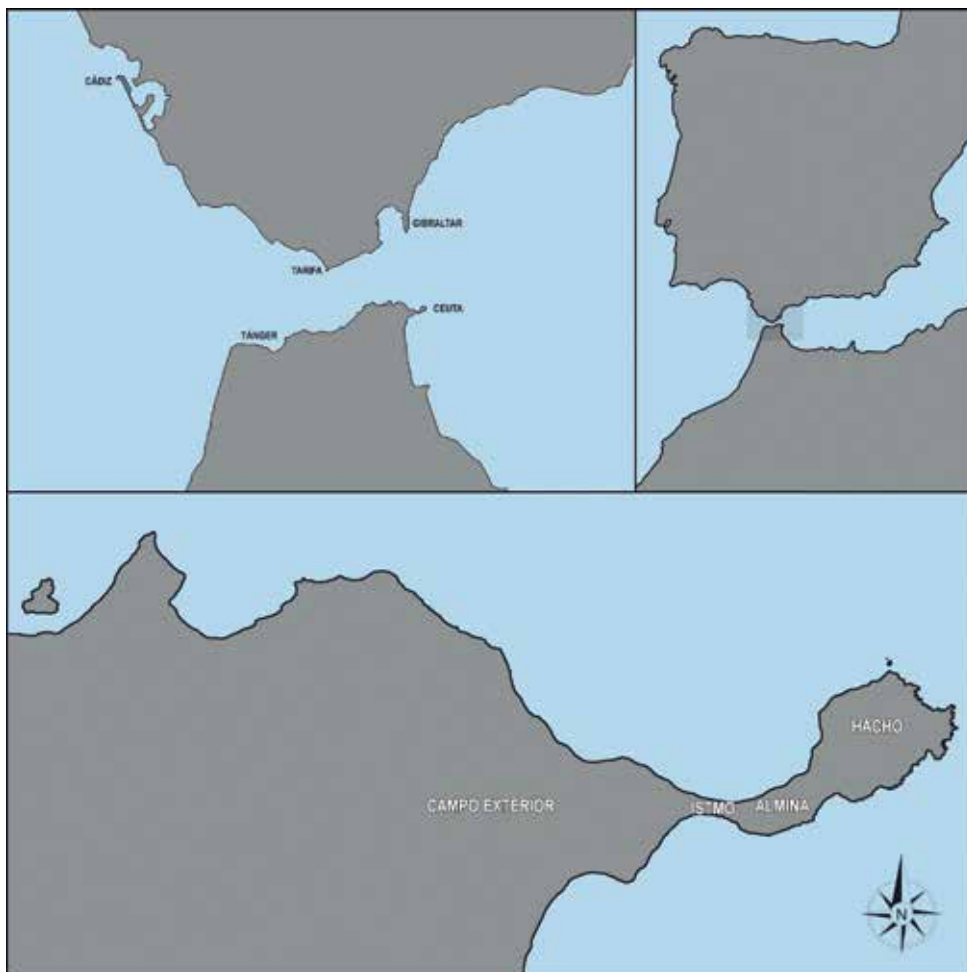


Fig.1.- Entorno geográfico de Ceuta.

tentes para soportar los embates terrestres. Es ilustrativa en este sentido la noticia recogida por ibn `Idari (1953, p. 337) a propósito del cerco al que fue sometida en 1232 por al-Ma`mun,

*“La sitió por el lado de tierra, pero la mayor parte de su vida provenía de la parte del mar y gozaban de general bienestar, sin preocuparse de la guerra y sin que los alcanzase ni atemorizase el aprieto y el asedio de al-Ma`mun, aunque disponía de numerosas tropas y auxiliares. Levantó contra ella tres almajaneques, que lanzaban cada día buen número de piedras, pero no derribaron nada de la muralla ni arruinaron ninguna casa. Se mantuvo ante ella tres meses seguidos y sus habitantes estaban en su ciudad, como habían estado en los tiempos pasados, sin que careciesen de provisiones y condimentos, aunque los sitiase durante años”*

En época medieval islámica en el istmo se situó la medina donde se encontraban algunos de los principales edificios de Ceuta, como por ejemplo la mezquita aljama, el palacio de los gobernadores, etc., aunque la ciudad en estos momentos se prolongaba a oriente y occidente con distintos arrabales y barrios, también amurallados. La medina fue fortificada por los omeyas cordobeses reutilizando y reforzando en el sector occidental elementos defensivos de etapas anteriores.

Tras la conquista portuguesa de 1415 gran parte de la ciudad fue abandonada. La población se concentró en los terrenos antes ocupados por la medina manteniéndose en uso, aunque adaptados a nuevas necesidades, sus principales edificios.

Cuando a mediados del siglo XVI se acomete la reestructuración de las defensas ceutíes es también la zona occidental la que recibe un esfuerzo más notable construyéndose la Muralla Real (fig. 2 y 3). Tanto las fortificaciones de este frente de tierra en general como específicamente puertas y corachas han sido objeto de atención por numerosos investigadores que han contribuido con sus aportaciones decisivamente a su conocimiento (entre otros Gozalbes, 1980; Gozalbes, 1988; Dias 2002; Correia 2008; Matos 2012; Moreira 1989; Ruiz, 2002).



Fig. 2.- Foso navegable desde la cubierta del baluarte del Torreón (fotografía J. Gutiérrez).



Fig. 3.- Fortificaciones portuguesas de Ceuta (desde el sur) (fotografía J. Gutiérrez).

En este trabajo analizamos algunos elementos, puertas y corachas, del frente occidental de esta fortificación de Ceuta en el periodo islámico y portugués, concretamente entre los siglos X y XVI (fig. 4).



Fig. 4.- Ubicación de los elementos estudiados.

Planteamos en esta ocasión una aproximación distinta centrándonos en los vestigios materiales que restan de estos elementos a través de las aportaciones realizadas en los últimos años por la arqueología. En consecuencia, dado el espacio disponible, nos centraremos exclusivamente en presentar las intervenciones arqueológicas que han aportado información sobre algunos de estos elementos sin entrar a considerar otras, igualmente importantes, pero sobre los que no podemos ofrecer novedades significativas.

## PUERTAS

En su *Epítome de la fortificación moderna*, impreso en Bruselas en 1669, aconsejaba Alonso de Zepeda y Adrada reducir al mínimo posible el número de puertas de las fortalezas por ser puntos débiles de estas, cuya guarda consumía muchos recursos.

*“Por [...] costar tanto cuidado las puertas, se han de hazer en las Villas las menos que se pudieren”*

Es opinión compartida por la práctica totalidad de los ingenieros, tratadistas y expertos en el arte de fortificar ya que, por su propia función, permitir el ingreso y salida del recinto, las puertas eran puntos muy sensibles de la fortificación pues debilitaban necesariamente la seguridad conseguida mediante cortinas, torres, baluartes y otros elementos defensivos. De ahí que debieran ser reducidas tanto en su número como en su tamaño.

La fortificación ceutí no fue una excepción a esta norma.

Aunque los datos que poseemos sobre las murallas de Ceuta en época preislámica son aún muy escasos podemos señalar que se han identificado restos de dos puertas en el lugar conocido como la “Puerta Califal”, en el interior de la Muralla Real portuguesa. Forman parte de un mismo recinto de planta rectangular, quizás una torre anterior a la fortificación cordobesa. Están construidas con recios sillares de notable tamaño, en algún caso achaflanados, siendo la situada al norte de mayores dimensiones.

Ya en época medieval islámica contamos con varias referencias escritas a las puertas de la Ciudad. Así, sin ánimo de ser exhaustivos, indicaremos que al-Bakri señala que el muro occidental de la medina tenía nueve torres y en la central se abría la puerta que conducía a la ciudad. También alude a otra puerta en la torre de *Sabiq* por la que se entra al palacio del Gobernador (al-Bakri, 1913, pp. 203-204).

Un compilador tardío, al-Qalqasandi, confirma la existencia de estas dos puertas en el frente occidental de la ciudad, aunque posiblemente se trata de una referencia tomada de al-Bakri (al-Qalqasandi, 1951, p. 25).

Pero, como en tantas ocasiones, es al-Ansari nuestra principal fuente de información. Según su testimonio (1962, pp. 430-432):

*“El número de puertas es de cincuenta. La más famosa por su monumentalidad es la Puerta Grande (al-Bab al-A`zam), llamada también Puerta Nueva (al-Bab al-Yadid). Esta puerta incomparable es una de las maravillas de Ceuta y es construcción regia. Fue ceñida de una calahorra (qalahurra) monumental, de aspecto imponente, como si estuviera colgada en el aire, rematada por diez cúpulas (qubbat) y catorce arcos (qaws). La puerta central estaba limitada por dos calahorras, unidas a la mayor. La puerta era ancha y alta en extremo, inconmensurable. Sus arcos y dovelas (fuyasil) fueron contruidos de piedra pómez (kaddan). Es una obra maravillosa y una construcción extraordinaria y se dice que tiene el mismo estilo que Puerta de Hamadan. La describimos detalladamente en el I`lam donde puede verlo. El número de Puertas de la Traición (Abwab al-Gadr wa al-jinzirat), de las cortinas (sitarat) y pasadizos de los antemuros (masalik al-suluqiyat) es de dieciséis.*

*El Arrabal de Afuera, cuyas murallas demolió el citado Abu Sa`id tiene cinco puertas; el Afrag tiene tres, la mayor de las cuales, Bab Fas, construida por el sultán mariní Abu `l-Gasan, se parece a Bab al-Siba` de Fez la Nueva, capital del reino. Como esta hay otras setenta y cuatro puertas, casi todas ellas acorazadas con planchas de hierro”*

Desconocemos la ubicación exacta y fisonomía de prácticamente todas estas puertas, con la única excepción de la puerta de Fez del Afrag de la que se conservan vestigios y en la que recientemente se han llevado a cabo investigaciones arqueológicas que han servido para restituir su primitivo trazado (Villada y Suárez, 2013).

Al-Ansari destaca, como hemos visto, *bab al-Azam* cuya construcción indica es del periodo almohade (al-Ansari, 1962, p. 430, nota 96). Estaba provista de tres torres o calahorras cuyos arcos estaban contruidos con piedra *kaddan*. Debía ser la puerta principal de Ceuta, pero no tenemos datos concretos sobre su ubicación más allá de que debía estar situada en el frente occidental de la medina.

Por último, debe apuntarse un testimonio más (Correa, 1999, p. 107) sobre las puertas islámicas de Ceuta, útil a nuestro propósito por referirse a



la única conservada aún en el siglo XVIII que puede identificarse con la llamada “puerta califal” a la que haremos mención más adelante:

*“Dentro en la ciudad lucían fábricas de magestuosa arquitectura, mezquitas, colegios y palacios, muchas y hermosas torres y vn alcázar o castillo, de que al presente permanece vna puerta y lienzo de muralla, a que están arrimados los cuarteles, el granero o sillero en la plaza principal. También tenía para abrigo de las embarcaciones dárzenas y pequeño muelle.”*

Tras forzarlas en la conquista de 1415, los portugueses se valieron de las fortificaciones medievales islámicas durante casi un siglo, reparándolas y mejorándolas en lo posible (Villada, 2013). Las diferentes crónicas y relatos de la conquista, así como la documentación conservada del periodo portugués y posterior hacen mención a distintas puertas forzadas durante el asalto o remodeladas en décadas sucesivas. No es posible entrar en el análisis detallado de estas referencias, de una parte, para no alargar excesivamente este artículo y, de otra, por estar situadas muchas de ellas fuera del ámbito geográfico –el sector occidental de las defensas del Istmo– fijado como objetivo de estas páginas.

Recordemos tan solo, pues será de interés para nuestra exposición, que en la Crónica de la Tomada se menciona tanto una puerta forzada por el Infante D. Enrique, hazaña en la cual estuvo a punto de perder la vida, que comunicaba con el exterior de la medina como otra por la que escaparían del castillo sus ocupantes sin que su huida fuese notada por los portugueses.

Efectivamente, la primera de ellas, en que tuvo lugar la lucha del Infante, estaba en un lugar donde se juntaban los muros del castillo, el de *Barbaçote* (el del Sur) y otro muro que separa ambas villas (la medina de los arrabales situados al oeste) (Zurara, 1915, p. 216). Es decir, en el ángulo SO de la medina ceutí (Gozalbes, 1988, p. 403). Allí los portugueses se vieron frenados en su empuje dos horas y media según narra el cronista hasta que al fin consiguieron hacer retroceder a los musulmanes. Finalmente, incapaces de resistir el empuje de los lusitanos, huyeron por aquella puerta abierta en un muro grueso y fuerte. Esta puerta tenía además una torre con bóveda, horadada en ciertos lugares y más allá una segunda puerta en recodo. Se alcanzaba entonces un pasillo a cielo abierto entre el muro y la *barreira* (el antemuro de la fortificación islámica) que permitía alcanzar una tercera puerta y el puente que cruzaba el foso, todavía seco. En ella, se produjo un contraataque que pudo ser contenido por los portugueses, cuyo número era

muy inferior, gracias a que había un muro que impedía a los musulmanes atacarla con todos sus combatientes. Los portugueses consiguieron cerrar inicialmente una de las hojas y, tras una salida que despejó momentáneamente el espacio frente a ella, lograron finalmente cerrarla de manera definitiva dejando asegurada la entrada a la medina (Zurara, 1915, pp. 216-220). Esta descripción coincide con detalle con los restos arqueológicos puestos al descubierto en la excavación de la puerta califal que expondremos más adelante.

Una vez tomada Ceuta tras una larga jornada de combates, restaba por expugnar el castillo. Pero no fue necesario pues había sido abandonado sin que ello fuese percibido inicialmente lo que indica que había una puerta que comunicaba el interior del castillo directamente con los arrabales occidentales (Zurara, 1915, pp. 231-232).

Casi un siglo después, a principios del siglo XVI, el rey D. Manuel I culmina un proceso, iniciado tiempo atrás, al ordenar reducir definitivamente el perímetro de la cerca ceutí. La *Ciudad* de las fuentes portuguesas quedó definitivamente circunscrita al Istmo, con solo algunos elementos defensivos destacados tanto en Hacho como en el Campo Exterior.

Correa da Franca (1999, p. 159) ofrece una precisa descripción del resultado final de esta transformación cuando indica que

*“Por los frentes de oriente y occidente y por lo más hondo y estrecho cortaron la ciudad, quedando el de oriente con latitud de ciento y cinco toesas y el de occidente con ciento y veinte y cinco, sin incluir los antiguos brazos o espigones que por ambos costados salen al mar. Y las puertas quedaron en medio de estos frentes. La cara que mira al norte, con la longitud de doscientas setenta y dos toesas, y la que mira al sur con la de doscientas treinta y dos, dejando las puertas de estos muros sin tocar”.*

Es decir, el área habitada quedó reducida a un rectángulo algo irregular de aproximadamente 1.430 metros de perímetro y una superficie de 8,5 hectáreas.

Las puertas que daban a la Almina y al Campo Exterior quedaron en medio de estos frentes oriental y occidental respectivamente en tanto que las situadas en los lados norte y sur no se modificaron.

En el auto del maestro Boytac y Luis Bastiao de 1514 se ofrece una detallada información de una de estas puertas, la de la Almina, en la que se explican las obras llevadas a cabo allí por Danzilho.

Pero todo esto fue pronto insuficiente debido al avance de la potencia artillera de los enemigos, acentuada por la presencia turca en las inmediaciones de Ceuta. Se lleva entonces a cabo una reforma completa de las fortificaciones ceutíes diseñada por Benedito de Rávena con la colaboración de Miguel de Arruda. El texto de este proyecto se conserva, pero no así los planos, lo que ha hecho posible distintas interpretaciones en cuanto a la localización de los diferentes elementos (Ricard, 1947).

Cita el documento varias puertas, tres en los muros de “fuera” (“*portal do atalho*”, “*portal que vay pera a praça*” y “*portal que vay pera as tereças*”) y la cuarta en el “*muro do atalho velho*”. Las puertas de ambos atalhos coinciden en tamaño (14 palmos de ancho por 16 de alto) y son mayores que las otras dos (8 palmos de ancho por 10 de alto (RICARD, 1947, p. 46). Además, se menciona una quinta puerta que queda inutilizada: “*o portall que esta no dito lamço [lamço de outro muro que vay sobre a praça] sera çarrado*” (RICARD, 1947, p. 45). Debe referirse a la antigua puerta de la medina que podemos identificar con la llamada “puerta califal”.

Si comparamos el texto de Correa con el del proyecto de Benedito de Rávena se observa un cambio notable en el llamado “*portal do atalho*” que permite la comunicación con la zona continental y, por ello, la más comprometida desde un punto defensivo. Efectivamente, si el resto de las puertas debieron mantener básicamente su ubicación anterior en este caso la puerta se traslada desde el frente de la muralla occidental a la norte, donde queda escondida del fuego enemigo tras el baluarte del Torreón, es decir, en su ubicación actual. Para llegar a ella había que recorrer una estrecha lengua de tierra, que sería protegida por la denominada “primera puerta” más tarde, dominada desde la cubierta del baluarte del Torreón. Una vez superada esta, se llegaba al foso marítimo que era salvado por un puente levadizo defendido desde las troneras de los dos baluartes (Torreón y Santa María) que cruzaban fuego frente a este puente. La antigua puerta medieval quedó entonces condenada, como hemos indicado antes, tras el lienzo de la muralla Real.

El 15 de junio de 1543 el Gobernador informa al Rey que los trabajos en las puertas comenzaban.

Además de las mencionadas existen otras dos pequeñas en el frente occidental a nivel del foso marítimo protegidas por los orejones de los baluartes inmediatos. Sabemos que el foso fue usado para abrigo de embarcaciones

de remo. Posiblemente fueron pensadas para poder acceder desde este lugar al interior de la fortaleza de forma discreta, aunque su construcción parece fue abandonada, al menos en el caso de la situada más al norte.

Salvo en el caso de la puerta de la Almina, que fue demolida, en las otras cinco se han llevado a cabo actuaciones arqueológicas de diferente naturaleza que describimos someramente a continuación.

### **Puerta de Santa María**

En el frente norte de las murallas de Ceuta se sitúa la puerta de Santa María que permite la conexión desde el interior de la Ciudad con el desembarcadero existente junto al baluarte de Santa María o los Mallorquines. Recibe este nombre por considerarse lugar de entrada en Ceuta de la talla de Nuestra Señora de África enviada por el infante D. Enrique desde Portugal, según señala en su segundo testamento de 1460.

Su aspecto es conocido gracias a la cartografía histórica.

Así, aparece en el grabado del *Civitates Orbis Terrarum* ya en el siglo XVI (fig. 5 arriba a la izquierda) y en el fresco del palacio del Viso del Marqués dibujada como un arco de medio punto abierto en la muralla norte, casi al nivel del mar guardada por dos lienzos perpendiculares a la muralla y varias torres (fig. 5 arriba a la derecha).

En 1643, otro plano (AGS, MPD 12, 078) la representa con una configuración más cercana a la actual. En el lugar que denomina "*miradouro da cidade*" se encuentra a cierta altura sobre el nivel de las aguas la "*porta da ribeira de Santa Maria*" a la que se accede por una rampa protegida por un muro. En este, los lienzos perpendiculares a que nos referíamos han desaparecido, mostrándose dos espigones o corachas situados más al oeste, frente al Albacar (fig. 5 centro a la izquierda).

Unas décadas más tarde, en 1662 (AGS MPD 19, 164), aparece nombrada como "puerta del desembarcadero" explicitando su función mientras que en otro plano fechado en 1691 (AGS MPD 33, 007), aunque se dibuja con mayor precisión su trazado, no se especifica su denominación (fig. 5 centro a la derecha).

En siglos posteriores es señalada en distintos planos siendo quizás uno de los de mayor interés el realizado por Joaquín de la Cruz en 1809 con motivo de su reforzamiento con distintos elementos (estacada, ladronera, etc.)

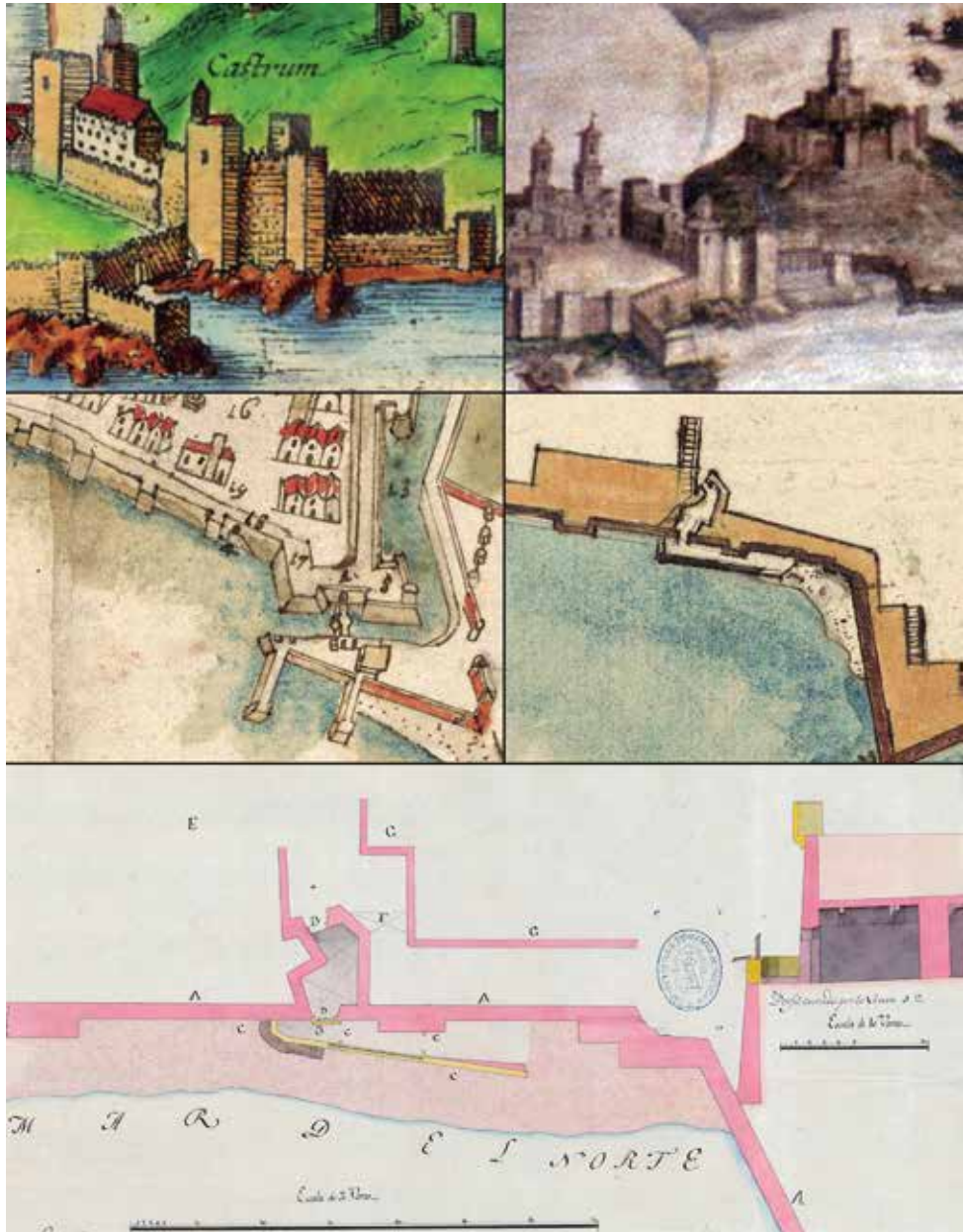


Fig. 5.- Puerta de Santa María. Cartografía.

para impedir su asalto en un desembarco por sorpresa en la playa. Consta de una planta y sección que muestra como, una vez ascendida la rampa y superada la primera portada, se penetraba en un pasillo abovedado en recodo que desembocaba en la Ciudad (fig. 5 abajo).

Ya a mediados del siglo XX fue cegada por la ampliación del paseo de las Palmeras.

En 2004 la Ciudad Autónoma acomete la remodelación de este espacio eliminando la ampliación del paseo antes mencionada así como los pilares que le servían de apoyo.

En este sector de la cerca los elementos más antiguos visibles corresponden a la fortificación omeya del siglo X. Efectivamente, en 1962, fueron publicados los vestigios de una torre (Terrasse, 1962). Antes de ejecutar la excavación, cuando el antepecho fue derribado, se identificaron los restos de otra y parte de un lienzo de la cerca califal (Hita y Villada, 2004a).

Entre otras actuaciones relacionadas con este proyecto, se ejecutó una excavación arqueológica dirigida por J. Suárez y J. M. Tomassetti que reveló aspectos hasta entonces desconocidos. Se ejecutaron tres sondeos, el primero en la zona superior, el segundo en la rampa de acceso y el tercero al pie de la muralla. Además, se llevó a cabo una lectura de los paramentos exhumados a fin de determinar su génesis constructiva (Suárez y Tomassetti, 2004).

El corte realizado al pie de la muralla permitió conocer la cimentación de este lienzo. Contaba con una zarpa formada por una primera hilera de sillares de grandes dimensiones adelantados unos 10 cm sobre el muro. Sobre ella se disponían otras tres hiladas, de características similares aunque de dimensiones variables. A partir de esta cimentación se alza el lienzo visto de sillarejo (Suárez y Tomassetti, 2004).

La semejanza de este basamento de sillares en cuanto a robustez y aparejo con los fundamentos del resto de las construcciones portuguesas que forman el frente de tierra es notable lo que llevó a asignarles una cronología cercana a estos, mediados del siglo XVI, tratándose posiblemente de un refuerzo de la muralla medieval quizás deteriorada por el continuo batir del mar.

El otro sondeo, llevado a cabo en la rampa, permitió despejar la torre omeya identificada tras la demolición. Estaba construida con los habituales sillares de biocalcarenita aparejados a soga y doble tizón que caracterizan las fábricas de esta fortificación. Había sufrido diversas modificaciones (ensanchamiento, instalación de una puerta que cerraba el acceso a la rampa, etc.) posiblemente consecuencia de la adaptación de estas estructuras medievales islámicas a las necesidades del desarrollo de la pirobalística (Villada, 2013, p. 16) (fig. 6).

En la base de esta torre se apreció un reborde de argamasa quizás correspondiente a un primitivo suelo cuya datación concreta es difícil. Los niveles que lo amortizaban contienen un fragmento de cerámica valenciana que podemos datar en el siglo XV siendo este nuestro principal indicio para fechar su ejecución. Sobre estos rellenos se disponía un empedrado, cuidadosamente ejecutado, que conducía a la puerta.

Se conservan ambas jambas hasta una altura de unos dos metros (según los cálculos realizados sobre los planos anteriormente citados, especialmente el de 1809, se estima su altura total en unos 4 m). Están construidas con sólidos sillares de arenisca, de notables dimensiones y achaflanados en una de sus aristas. La anchura de este vano es de aproximadamente unos tres metros y su umbral está situado a 6,5 m.s.n.m. (fig. 7).

Fue abierta en un lienzo, de aproximadamente 30 metros, reforzado con dos torres de planta rectangular (la publicada por Terrasse y la excavada en 2004). Fue levantado con sillares de biocalcarenita aparejados a “soga y tizón” tomados con mortero de cal (Hita et al., 2008). Se encontraba reparado y remodelado en buena parte de su superficie.

Es posible que esta puerta tuviese un origen medieval islámico ya que las fábricas en que se abre son claramente omeyas por lo que es probable que este fuese el momento de construcción (de este primitivo acceso nada queda hoy). Es seguro que se encontraba en uso en los momentos de la conquista portuguesa como parece desprenderse de la tradición que señala que fue usada para conducir la imagen de la Virgen de África al interior de



Fig. 6.- Puerta de Santa María y rampa de acceso (fotografía J. Suárez).



Fig. 7.- La puerta de Santa María tras ser excavada (fotografía J. Suárez).

la Ciudad. Además, sabemos con seguridad, gracias a la representación del Libro de los navegantes de Piri Reis, que se mantenía a fines del siglo XV y que su aspecto no debió modificarse durante esa centuria pues la encontramos dibujada con similar apariencia en el grabado de Ceuta incluido en el *Civitates Orbis Terrarum* de Georgius Braun.

Además, debe recordarse como ya hemos apuntado que, al describir la reforma llevada a cabo bajo el reinado de Manuel I, Correa da Franca específica que tendrá “*la cara que mira al norte, con la longitud de doscientas setenta y dos toesas, y la que mira al sur con la de doscientas treinta y dos, dejando las puertas de estos muros sin tocar*” (Correa da Franca, 1999: 159), lo que parece indicar que ambas puertas existían con anterioridad.

### **Puerta de la Ribera**

Con este nombre se conoce la que comunica la plaza de África con la playa del mismo nombre salvando una diferencia de cota cercana a los diez metros. Su salida a la playa queda protegida por encontrarse al amparo del espigón de la Ribera.

Las crónicas portuguesas mencionan en diferentes ocasiones una puerta en este lugar lo que hace posible atribuirle un origen islámico.

La primera representación gráfica de la Puerta de la Ribera que hemos localizado procede de un plano ya citado (AGS, MPD, 12, 078) fechado en 1643 (fig. 8 arriba a la izquierda). En él, bajo la denominación “*Porta da Ribera dos navios*”, aparece marcada con el número 3 entre la Catedral y los cuarteles. Apenas nada podemos decir de su trazado salvo que el vano de salida a la plaza de África parece estar formado por un arco de medio punto que se abre en un cuerpo al parecer a cielo abierto.

En 1662 se la nombra como puerta de la Marina (AGS, MPD, 19, 164) (fig. 8 arriba a la derecha, marcada con una C).

Podemos seguir el desarrollo de esta puerta en otro plano fechado en 1690. Recoge (letra Y) únicamente el tramo final de su trazado, paralelo al lienzo sur, con una portada enfrentada al muro este del baluarte de la Coraza Baja lo que, teniendo en cuenta el plano anterior, nos permite saber que su trazado era acodado (fig. 8 abajo a la izquierda).

Otra representación del mismo año (AGS, MPD, 61, 013, letra O) confirma esta disposición: desde la actual plaza de África se abre un vano al norte desde el que se ingresa en un primer cuerpo, posiblemente el que citamos



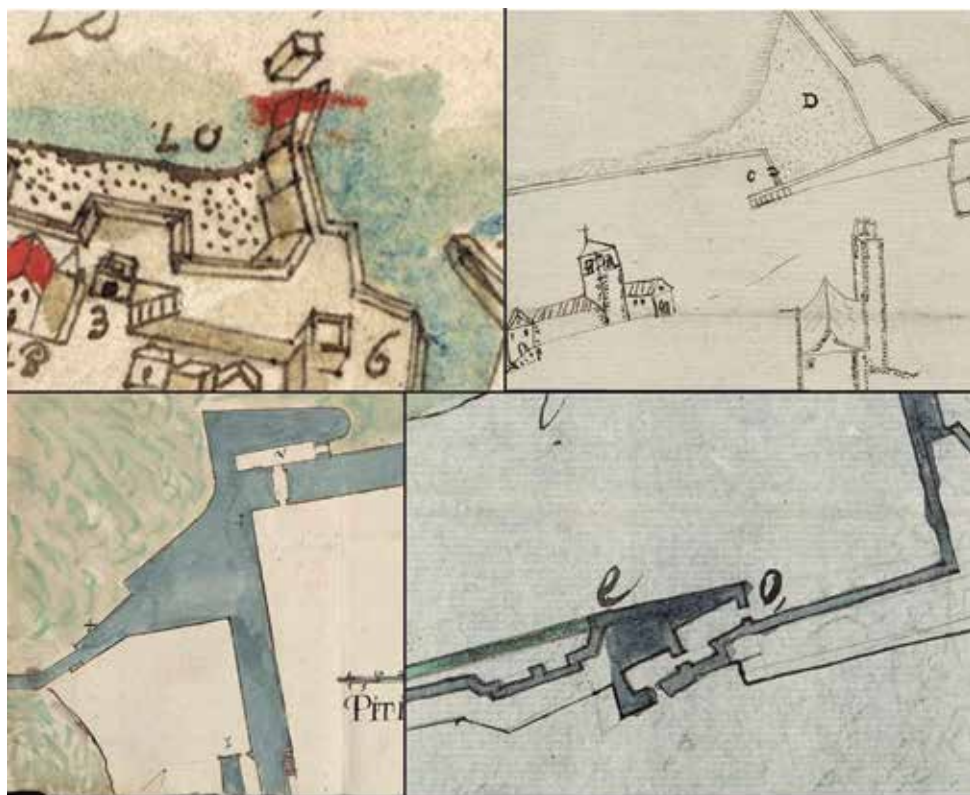


Fig. 8.- Puerta de la Ribera. Cartografía.

en el plano de 1643 a cielo abierto; tras él un vano conduce a un nuevo espacio que forma un codo; traspasado este se accede a la playa (fig. 8 abajo a la derecha).

Es la misma disposición que observamos en un plano de 1691 (AGS, MPD, 33, 007) (fig. 9 arriba a la izquierda).

Ya establecido el cerco de Muley Ismail, la vista levantada por J. T. Correa (1699-1743) (fig. 9 arriba a la derecha), la de Borrás (AGS, MPD, 61, 056) y la de Erquicia (BNF ark:/12148/btv1b8441413g) (fig. 9 centro a la izquierda) permiten ver nuevamente esta puerta desde occidente abierta en un baluarte protegido por troneras, en tanto que el de Silvestre (BNF ark:/12148/cb41073923x) nos la muestran vista desde el norte, en este último caso con una pieza de artillería en el mencionado baluarte (fig. 9 centro a la derecha).

Levantado ya el cerco, la volvemos a encontrar dibujada en el plano (AGS, MPD, 01,027) que lleva por título "Plano de la Plaza de Ceuta con

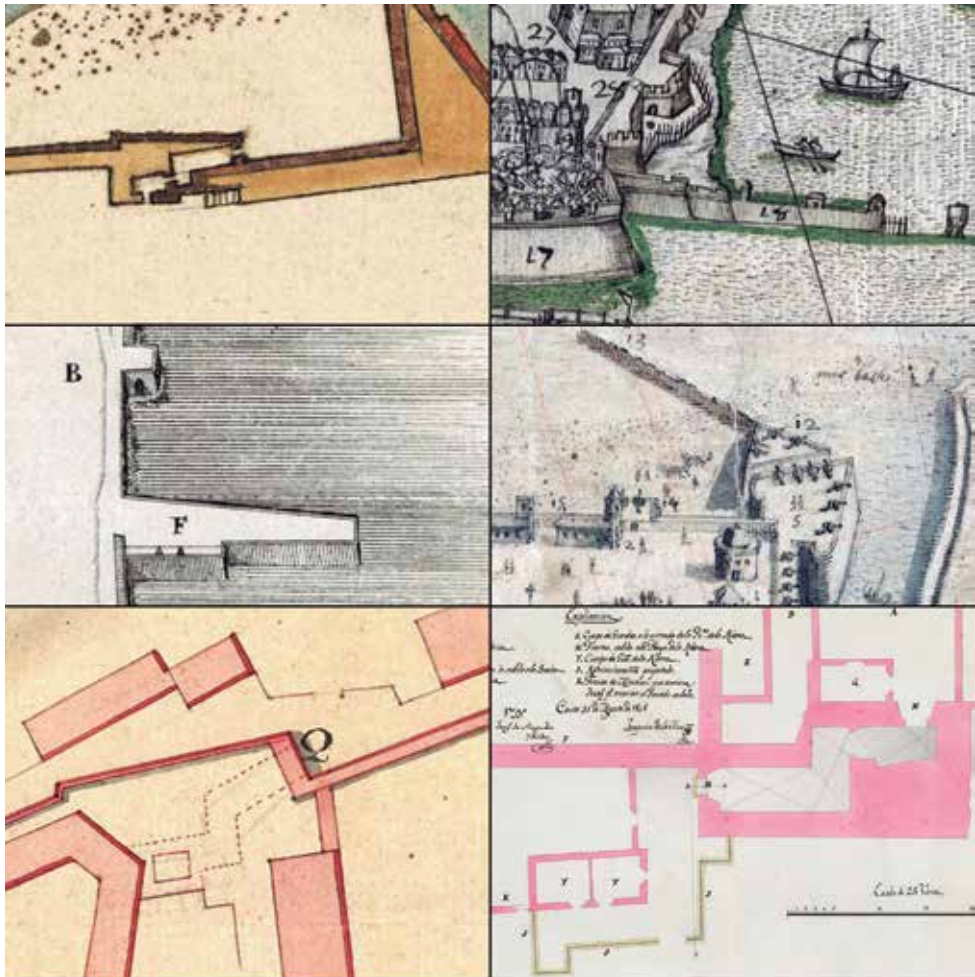


Fig. 9.- Puerta de la Ribera. Cartografía.

el frente que mira a los moros y porción de la Almina". En él aparece detalladamente dibujada la Ciudad y sus fortificaciones y el arranque de la Almina. La puerta de la Ribera aparece señalada con la letra Q, indicándose el tránsito hasta la plaza de África con línea punteada. El acceso se realiza desde la plaza de África, al sur y su trazado describe un doble recodo. Franqueado el acceso llegamos a un espacio rectangular a cielo abierto. Desde allí el recorrido es a cubierto y desemboca en una nueva portada abierta al oeste y protegida, ya en la playa, por una empalizada que continúa diversas edificaciones. Este acceso se encuentra al abrigo de la coraza baja (fig. 9 abajo a la izquierda).

Otros muchos planos del siglo XVIII siguen mostrando, en términos generales, este mismo recorrido. Como en el caso de la puerta de Santa María es especialmente clarificador para su reconstitución el dibujado por Joaquín de la Cruz a principios del siglo XIX (fig. 9 abajo a la derecha).

La apertura de la calle Luis López de Anglada, ya en el siglo XX, obligó al derribo del primer sector de este recorrido. También fue necesario llevar a cabo un nuevo tramo que prolongase su recorrido hasta alcanzar la playa tras la construcción de la carretera que une la ciudad con la frontera.

Las intervenciones realizadas en la puerta de la Ribera han consistido en el levantamiento topográfico de su actual estado en 2011 y la realización de una serie de catas en los paramentos (dirigidas por uno de los autores con la colaboración de E. Ortuño) en 2014. En total, fueron llevadas a cabo un total de 13 catas de diferentes dimensiones en su interior que han permitido realizar una primera aproximación a sus fábricas y etapas constructivas, cuyos resultados más relevantes resumimos a continuación.

En la actualidad el ingreso se realiza a través de una portada (P 01) de 4,5 m de anchura y 5 de altura en la que se abre un vano con arco de medio punto flanqueado por sendas pilastras que rematan en un entablamento con varias cornisas (se trata de la antigua puerta de San Luis trasladada a este lugar en el siglo XX) (fig. 10 y 11). El conjunto es rematado por una losa de caliza en que se labraron las armas de Portugal (fig. 12 y 13).

Tras ella se sitúa un pasillo (E 01) con cubierta plana que une esta portada con lo que se conserva del trazado histórico de esta puerta (todo lo anterior es obra nueva o producto del traslado de elementos procedentes de otros

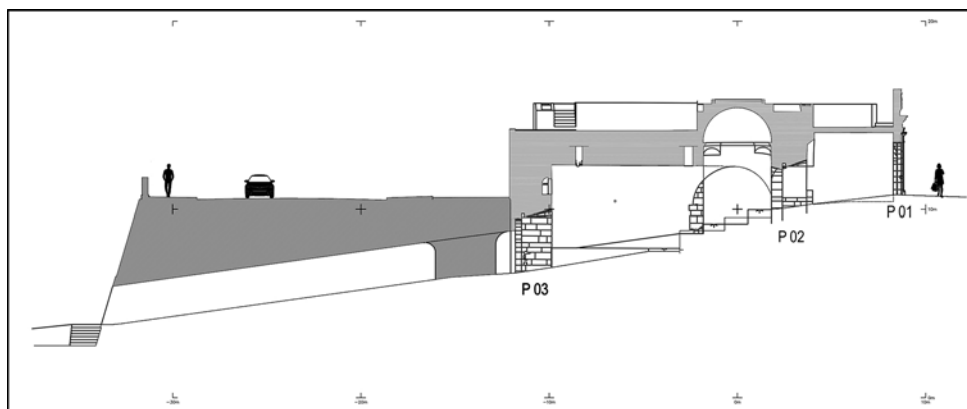


Fig. 10.- Sección de la puerta de la Ribera.

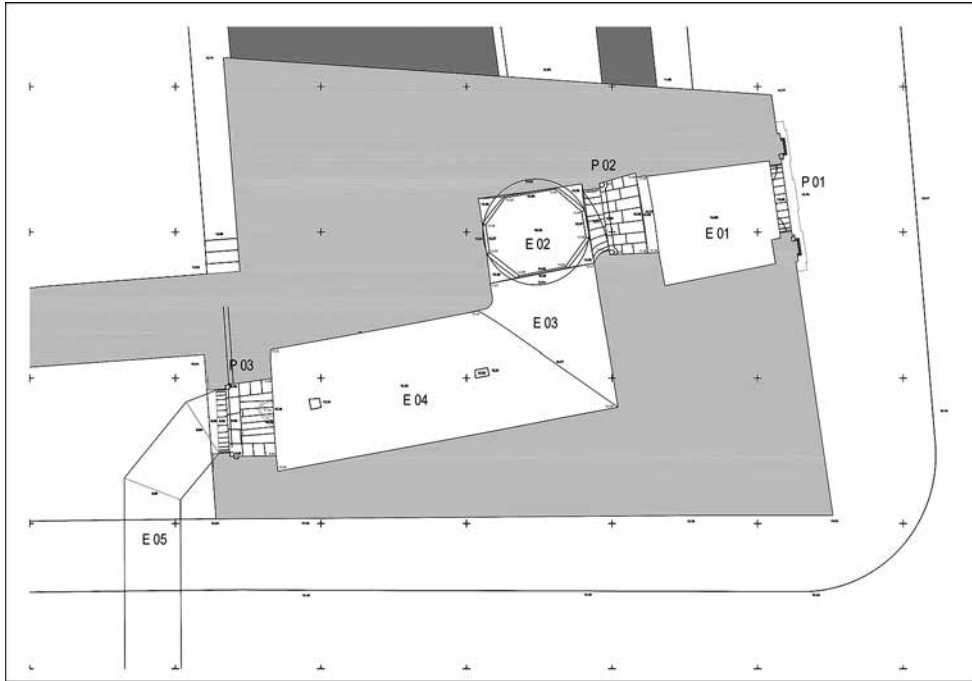


Fig. 11.- Planta de la puerta de la Ribera.

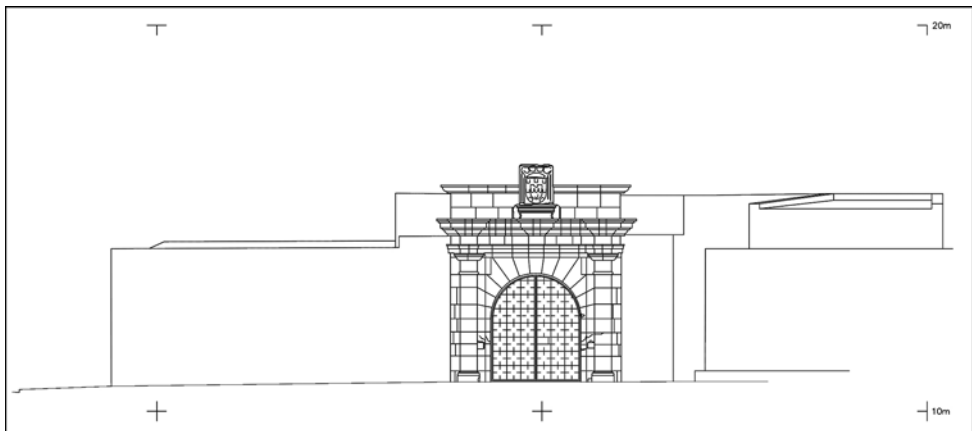


Fig. 12.- Ortoalzado de la puerta de la Ribera (J. A. Camino).

lugares). Sus paredes están levantadas con fábricas recientes, excepto en su lado norte en que parece aprovechar una construcción de mayor antigüedad.

A continuación, ya en la zona original de la puerta, se levanta un arco de medio punto de sillares (P 02) precedido por un antepecho abocinado construido también con sillares de gran tamaño (fig. 14). En su lado norte, en el que se realizó una cata, este apoya sobre una construcción, posiblemente

anterior, de hiladas de sillarejo de mediano tamaño regularizado con varias hiladas de ladrillos macizos.

Pasada esta portada se abre un espacio rectangular (E 02) rematado por una cúpula sostenida por pechinas con moldura inferior que dibuja un octógono. Aquí se realizaron tres nuevas catas. La situada al este, en el que se abre el arco (P 02), y la norte forman su pared inferior con un mampuesto muy heterogéneo y desordenado hasta alcanzar la moldura. Esta parece tallada en piedra con numerosas reparaciones y añadidos. La cúpula está construida con sillares de tapia. La cata abierta en la pared oeste muestra una fábrica idéntica de sillares de tapia, aunque también reparados en distintos puntos (en una de estas reparaciones fue recuperada una pieza cerámica de inicios del siglo XX).

Tras pasada esta estancia cubierta por la cúpula (E 02) se abre otra (E 03), en dirección norte-sur, cubierta por una bóveda de cañón. El ingreso queda marcado por dos jambas, con planta de cuarto de círculo, construidas con grandes sillares de piedra de similar naturaleza a los que observamos en el arco inicial y su antepecho abocinado. Una de las catas practicadas en la pared sur vuelve a mostrarnos una fábrica de sillares, similar a la descrita antes.

Tras superar este espacio, el trazado quiebra nuevamente en dirección este-oeste, formando un recodo (E 04),



Fig. 13.- Puerta de la Ribera (P 01)



Fig. 14.- Portada (02).



Fig. 15.- Estancia (04) y portada (03).



Fig. 16.- Detalle de la portada (P 03).

hasta alcanzar una nueva puerta de sillares (P 03) (fig. 15 y 16). Aquí, al menos en las catas abiertas, el aparejo de sillares de arenisca se conserva en la zona superior pues en las realizadas en su lado sur parece superponerse sobre un mampuesto formado por ripios muy heterogéneos de mediano tamaño que alterna con algunos ladrillos. En su cara norte fue regularizada su superficie con piezas cerámicas, que no han podido ser fechadas, para proceder a su enfoscado posterior.

Como decíamos esta zona culmina en una nueva portada, un arco de medio punto, de sillares con antepecho abocinado con una hornacina en su parte superior que actualmente alberga una imagen religiosa.

Más allá, se abre un nuevo pasillo abovedado de construcción contemporánea que desemboca en la playa producto de la construcción de la actual carretera (E 05).

Todo este intrincado recorrido desciende progresivamente para salvar la diferencia de cota entre sus extremos.

Las catas realizadas ponen de manifiesto diferentes fases constructivas que dan como resultado la configuración actual de este acceso (fig. 17). Las portadas de sillares por su morfología fueron construidas posiblemente en



Fig. 17.- Aparejos documentados en la puerta de la Ribera.

época portuguesa aprovechando en parte fábricas anteriores. En cuanto a los muros, han sufrido múltiples reparaciones pudiendo pensarse que conservan de su estructura original, islámica o lusitana, únicamente las partes bajas en tanto las bóvedas y las zonas más altas son producto de remodelaciones posteriores. Estas dataciones solo podrán ser confirmadas por un estudio completo de los paramentos de dicha puerta.

## **Puerta califal**

En 2002 durante una visita realizada a zonas habitualmente no abiertas al público de la Muralla Real con motivo de la celebración de las I Jornadas de estudios sobre fortificaciones organizadas por la Fundación Foro del Estrecho fueron identificados varios lienzos y una puerta construida en el periodo omeya que permitía el ingreso desde el continente a la medina ceutí (sobre las circunstancias de este hallazgo véase Gómez, 2002).

Comienza a partir del año siguiente una serie de intervenciones arqueológicas dirigidas por F. Villada que han permitido excavar en su totalidad este sector, así como otros de la Muralla Real y sus baluartes.

Estas excavaciones han permitido exhumar una amplia ocupación de este espacio que comienza hace aproximadamente unos 170.000 años y que llega hasta la actualidad. Efectivamente, además de una frecuentación en época prehistórica, se han exhumado restos relacionados con una primitiva factoría romana de salazón de pescados (Villada, Suárez, Bravo, 2007; AA.VV., 2012; Bernal, Villada, 2016) así como estructuras defensivas de época bizantina, califal, almohade-maríní, portuguesas y españolas (Hita, Suárez, Villada, 2008; Villada, 2013; Villada, Gurriarán, 2013).

Los vestigios de fortificaciones omeyas se han identificado en tres puntos. Tanto en los baluartes de la Coraza Alta como en el del Torreón se han localizado sendos tramos del lienzo occidental de la cerca en tanto que en la propia Muralla Real existen un tramo en cremallera del mismo lienzo, un vestigio del antemuro que corría delante del mismo, una torre y una puerta acodada como elementos principales.

Estas construcciones omeyas se apoyan sobre estructuras anteriores cuya fecha de edificación ha sido datada en la segunda mitad del siglo VI / primera mitad del siglo VII, es decir, en el periodo de dominación bizantina (fig. 18).

El muro está construido con sillares de calcarenita de procedencia alóctona, posiblemente de una cantera de la isla de las Palomas en Tarifa (Gurriarán, Villada, en prensa) (fig. 19).

Las dimensiones de estos sillares son bastante homogéneas: longitud entre 92 y 99 cm, altura en torno a 30 cm y grosor de aproximadamente 20 cm. Están aparejados a soga y doble o triple tizón enfoscados con un fino mortero de cal, aunque es imposible asegurar que en su totalidad corresponda a la construcción original.



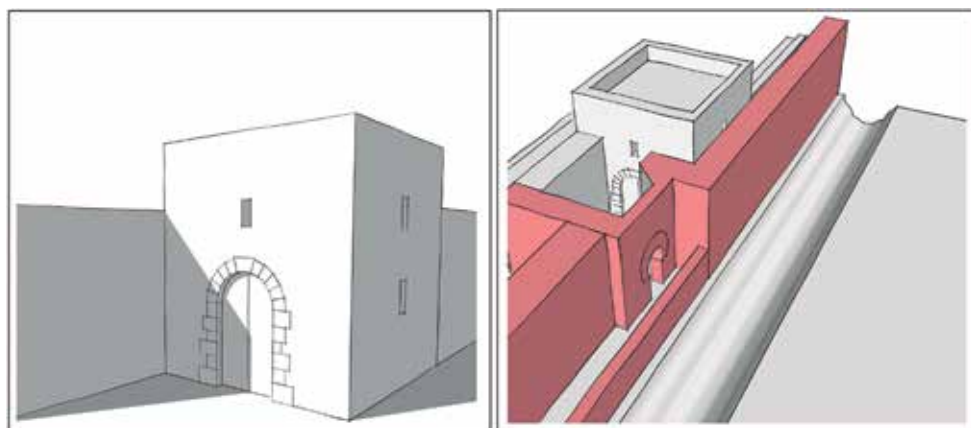


Fig. 18.- Evolución de la puerta. A la izquierda, siglo VI. A la derecha, siglo X.

Se han documentado restos de pinturas parietales en rojo y ocre que forman líneas remarcando dovelas y sillares o composiciones más complejas (fig. 20).

La portada de acceso a que nos referimos queda formalizada mediante un arco ultrasemicircular con un vano de aproximadamente 2,10 m de anchura y una luz de 4 m. La rosca está formada por 15 dovelas enjarjadas finas y largas. Su alfiz, construido en piedra, sobresale unos centímetros del plano y se proyecta sobre el lienzo que quiebra a la derecha, en una solución para la que no hemos encontrado precedentes, posiblemente forzada por la existencia de construcciones previas. Sobre el alfiz un hueco debe corresponder con la placa conmemorativa, hoy perdida (fig. 21, 22 y 23).



Fig. 19.- Detalle de unos de los sillares (fotografía J. Gutiérrez).



Fig. 20.- Detalle de la decoración (fotografía J. Gutiérrez).



Fig. 21.- Ortoalzado (Yamur S.L.).

La puerta sufrió nuevas remodelaciones tras su construcción a mediados del siglo X (fig. 24, 25 y 26): en época bajo-medieval fueron incorporados nuevos tramos a su desarrollo, convirtiendo de este modo el inicial acceso en recodo simple en un doble recodo, e incorporando una antepuerta antes del vano principal del que restan aún vestigios de un arco de ladrillo tomado con un mortero rico en cal de considerable espesor.

Ya en época lusitana, concretamente durante el reinado de D. Manuel I sufre nuevas modificaciones. Sobre la cubierta de la primitiva bóveda se construyen entonces merlones de mayor tamaño para facilitar la protección de las piezas de artillería allí situadas (Villada, 2013, pp. 16-19). Destaquemos por último que ha sido documentado en una de las nuevas paredes construidas un grafito de un alquerque (Villada, 2013, p. 18; Fernández y Villada, 2017).



Fig. 22.- Portada exterior (foto J. Gutiérrez).



Fig. 23.- Lienzo de muralla califal y puerta (fotografía J. Gutiérrez).



Fig. 24.- Detalle de una de las bóvedas (fotografía J. Gutiérrez).



Fig. 25.- Planta y sección de la puerta califal.

Como indicamos antes, la construcción del nuevo dispositivo defensivo ideado supuso el traslado de la puerta principal de acceso a la Ciudad al lado norte perdiendo esta puerta su función. El espacio residual entre la muralla real portuguesa, adelantada respecto a la islámica, fue rellenado con tierras, posiblemente procedentes de la excavación del foso marítimo (Villada, 2013, pp. 16-19).



Fig. 26.- Interior de la puerta (fotografía J. Gutiérrez).

## Otras puertas

Al margen de las señaladas, existen otras puertas en el ámbito de las murallas portuguesas en las que se han llevado a cabo actuaciones arqueológicas de diferente naturaleza.

Nos referimos concretamente a dos poternas situadas en la parte baja de la cortina de la Muralla Real, a nivel del mar y protegidas por los orejones de los baluartes de la Bandera y la Coraza Alta. Fueron concebidas posiblemente para facilitar un acceso discreto al interior de la fortaleza. En ambos casos sus vanos en el exterior de la muralla se resolvieron con sendos arcos de medio punto construidos con sillares calizos.

En la situada más al norte, junto al baluarte del Torreón, se ha llevado a cabo su exploración y levantamiento de croquis de plantas y secciones (con la colaboración de D. Godoy y G. Fernández) (fig. 27).

La entrada está construida con sillares de caliza como dijimos. El vano inicial es un arco de medio punto que tiene unas dimensiones aproximadas de 2,20 m de altura, algo más de 1 m de luz y un grosor de 0,8 m. Tras pasado este, nos encontramos con una primera parte abovedada, con una longitud total de 2,60 m aproximadamente. Al superar este punto se

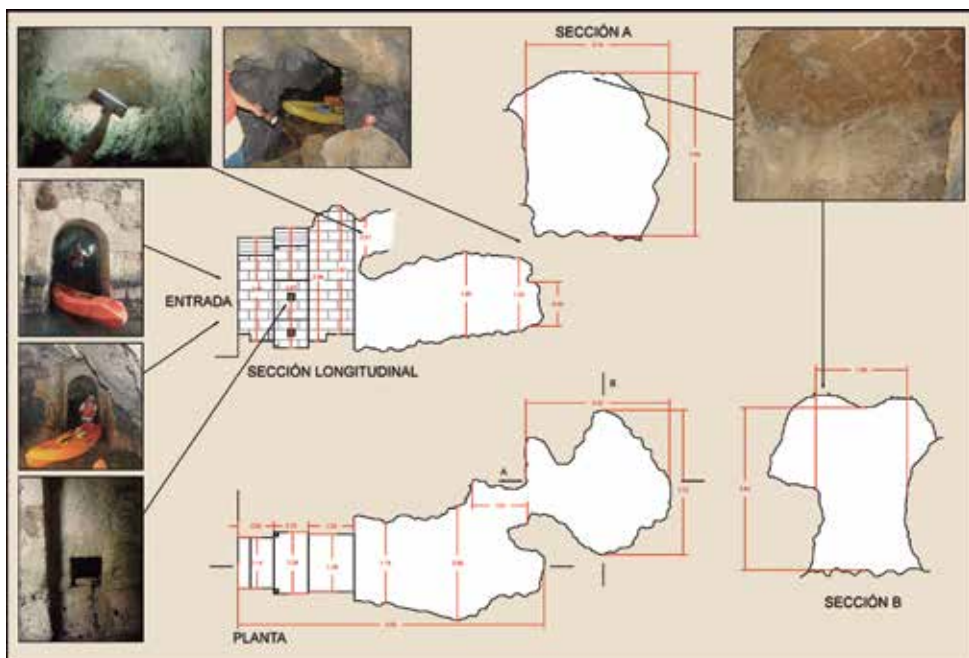


Fig. 27.- Croquis poterna norte (Murex S.L.).



Fig. 28.- Izquierda, poterna norte. Derecha, poterna sur.

accede a un nuevo espacio, de mayor altura (2,67 m) y anchura (1,38 m) y semejante espesor que el anterior. La diferencia de altura con el umbral se consigue al bajar la cota del suelo y aumentar la de la cubierta abovedada. Encontramos aquí dos gorroneiras a ambos lados en que encajaban las puertas que impedían el acceso al interior, así como cuatro huecos para dos trancas que las aseguraban. A continuación, el terreno vuelve nuevamente a elevarse mediante unos escalones.

Comienza a partir de este punto el sector excavado en la roca.

La primera parte tiene una anchura máxima de 2,55 m, una altura máxima de 1,90 m y una longitud de aproximadamente 5,5 m. Destaca la existencia, en el tramo inicial, de una nueva galería situada sobre la anterior de tan solo 80 cm de altura. La siguiente cámara, situada hacia el norte tiene mayores dimensiones (aproximadamente unos 7 m<sup>2</sup> de superficie) y altura (3,64 m). En la parte superior de esta estancia se aprecian restos de fábricas que deben corresponder a las construcciones situadas por encima de esta cota.

La poterna situada al sur, junto al baluarte de la Coraza, ha sufrido más alteraciones en momentos recientes (nuevo suelo, reducción del tamaño de la puerta, etc.) pero debió responder básicamente a un esquema similar al descrito en la zona construida con sillares, salvo que, posiblemente debido a la mayor altura del terreno en este lugar, se incorporan varios peldaños en su extremo final. En cuanto a la excavación en la roca que observamos en la poterna norte, aquí no se llevó a efecto, desembocando este acceso en un frente de roca sin posibilidad de continuar (fig. 28).

Todo parece indicar, a raíz de esta prospección, que se trata de obras inacabadas. Así, estas poternas debían conducir al interior de la fortaleza, pero se encuentran interrumpidas no pudiendo por tanto cumplir la función para la que fueron pensadas.

Básicamente constan de un tramo construido con sillares seguido de una excavación en la roca que, en el caso de la situada al sur, apenas se inició, y en la otra cuenta con un ramal en dirección al interior de la fortaleza que comunica a su izquierda con una cámara de mayores dimensiones. Es oportuno recordar que en el texto conservado del proyecto de Benedito de Rávena se menciona que cada uno de los cubos (baluarte) tendrá dos bóvedas cada una de ellas con sendas cañoneras que batirán los muros. En la actualidad, cada uno de los baluartes conserva una única bóveda y cabría preguntarse si este espacio no estaría relacionado con los trabajos de construcción de la estancia inferior señalada en el proyecto y luego abandonada.

Existe además otra puerta en la cortina de la Muralla Real. Está situada a algo más de 11 metros sobre el nivel del mar y desplazada hacia el sur (a 100 m del baluarte del Torreón y unos 50 aproximadamente del de la Coraza alta). Sus dimensiones son de algo más de tres metros de alto por poco más de dos metros de ancho. Sobre ella se dispone un arco de descarga de ladrillo. En la actualidad está tapiada (fig. 29).

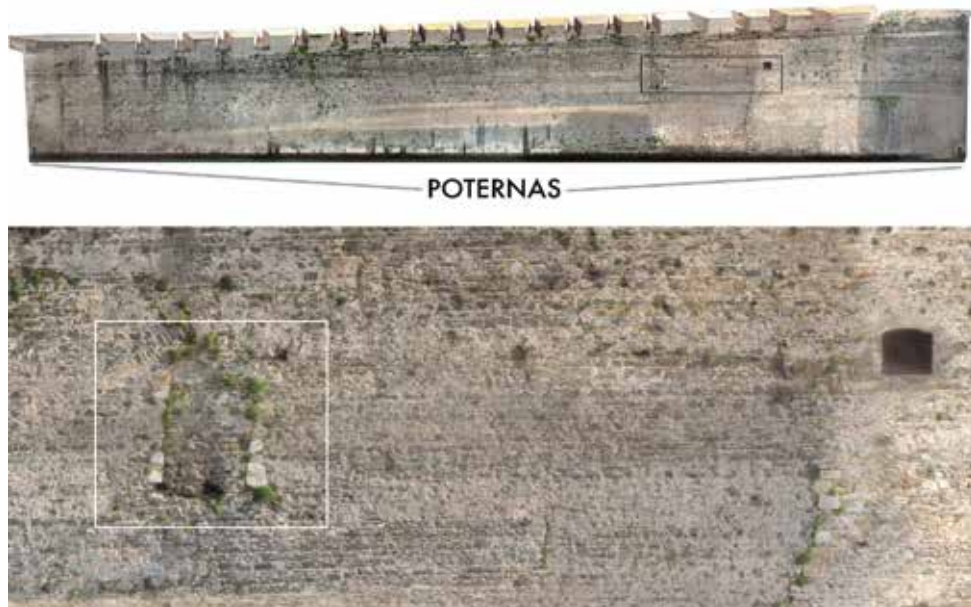


Fig. 29.- Arriba ortofoto de la muralla Real con indicación de la situación de las poternas. Abajo, detalle con la puerta tapiada.



Bajo ella desemboca un aliviadero de aguas que es la culminación de una atarjea que arranca de las proximidades de la puerta califal.

Su periodo de uso parece estar circunscrito al de la ejecución de los trabajos de construcción de la Muralla Real. Posiblemente se trató de una puerta de obra provisional para facilitar el acceso al interior de la fortaleza que estaba siendo construida. Tras cumplir esta función fue tapiada quedando disimulada en el muro por el enfoscado que cubría su superficie.

Por último, indicaremos que, en planos franceses de principios del siglo XVIII (BNF ark:/12148/btv1b5966381n; BNF ark:/12148/btv1b59663822; BNF ark:/12148/btv1b59663807) aparece reflejado un puente provisional, posiblemente de madera, que cruza el foso navegable desde el baluarte de la Coraza Alta al de Santa Ana. Posiblemente su salida desde la Coraza Alta se realizaba a través de la tronera situada en su flanco por lo que describía un trazado en L. Sobre el orejón de dicho baluarte y en la contraescarpa se observan unos huecos cuadrados en los que posiblemente se sujetaron las tornapuntas que lo sostenían. Debió tener una existencia efímera pues no aparece en el resto de la cartografía consultada.

## CORACHAS

Las corachas son elementos defensivos para los que se han ofrecido definiciones próximas, aunque no siempre coincidentes (López, 2013, pp. 72-75).

Torres Balbás (1941, 190) las caracteriza como un *“espolón de muralla que arrancando de la general del recinto, avanzaba para proteger una puerta o aislar una zona inmediata, casi siempre a un río y facilitar el acceso a éste, el aprovisionamiento de agua en caso de asedio, a los defensores de un recinto murado”*, una definición muy cercana a la propuesta por Ricard (1954, 171; 1955a, 490) o Mora-Figueroa quien añade que contaba con adarve con doble antepecho puede ser batida por ambas caras y *“en ocasiones, si la distancia es menor, la coracha puede ser perimetral, en U, incorporando así el punto y su área inmediata al pleno control del recinto. En cualquier caso, la coracha es una albarrana hipertrofiada”* (Mora-Figueroa, 1994, pp. 85-86).

También como corachas son conocidos los *“pasadizos subterráneos, que desde los castillos o fortificaciones, bajaban hasta un río o pozo, asegurando de esta forma el abastecimiento de agua”* (Gozalbes, 1989, p. 168), como es el caso de la de Badajoz (Pavón, 1986, p. 340).

Además, existían corachas marítimas cuya finalidad no era la de facilitar la aguada sino la de asegurar el abastecimiento exterior o la huida en caso

de extremo peligro (Ricard, 1955b, p. 453, Gozalbes, 1980, p. 365). Este último es el caso de las existentes en Ceuta.

En Ceuta, las descripciones árabes no las mencionan, pero sí las crónicas y documentos portugueses (Ricard, 1955a, p. 478-479; Gozalbes, 1980, p. 366-368). En el cerco de 1418 se alude en la Crónica de D. Pedro de Meneses a los duros combates librados en la "*coiraça de Barbaçote*", que contaba con una "*porta da coiraça*", posiblemente una poterna en opinión de Gozalbes (1980, p. 366-368). Si la identificación de esta coracha sur no plantea excesivos problemas (algunos autores proponen la existencia de dos en esta dirección, pero se trata de dos sectores de la misma, véase Gozalbes, 1980, p. 370) más confuso es determinar las que existieron en la bahía norte.

En el plano de Piri Reis se aprecia un espigón o muelle en esta bahía y el grabado del *Civitates Orbis Terrarum* parece representar dos, una a cada lado de la puerta de Santa María (*vide supra*).

Un texto de interés, aunque de difícil interpretación, sobre las corachas ceutíes es el de Boytac y Luiz Bastiao (1514). Se trata de una comprobación de los trabajos realizados en Ceuta y en otras plazas lusitanas por Francisco Danzilho. Bajo el epígrafe "*couraça nova*", la que "*se fez no cabo da cava da parte do porto de Santa Maria*", recoge los trabajos de construcción en ella realizados dando cuenta de sus medidas y de lo que se apartan del diseño proyectado. Señala que termina en un "*cubo redomdo*" (folios 43-44v).

Después menciona que se midió también el pretil y las almenas de la "*couraça de Samta Maria*" (folios 44 v.-46).

Más adelante (folio 46 v.) indica que "*e quanto ao repairar das outras couraças que por nhum preço quería poor maao nellas nem em seu repayro e que he por demays o dito mestre Boytac fazer orçamento diso*".

El Auto ha sido estudiado por Correia (2008, pp. 113-115) quién, en lo referente a las corachas, lo interpreta en el sentido de que las obras realizadas serían la ejecución de una nueva coracha al norte y la reconstrucción de otra existente al sur (el espigón de la Ribera), cuyo cubo había caído. Al resto, las que se ven en el Civitates, no se les presta atención. Quizás una de estas otras corachas que no se reparan sea a la que se hace referencia en la Crónica de D. Pedro de Meneses con el nombre de "*coiraça de Ruy Mendes*" (Zurara, 1792, p. 353) o "*coiraça que he cerca das Taracenas*" (*ibid.* 423), quizás dos denominaciones de la misma coracha, que Gozalbes (1980, p. 372-373) sitúa en la bahía norte. Si esta identificación fuese correcta, tendrían origen en época medieval islámica lo que explicaría su mal estado a principios del siglo XVI cuando Boytac aconseja que no sean reparadas por Danzilho.

En la cartografía posterior a la reforma joanina del frente de Tierra observamos dos espigones que parten del Albacar. Aparecen dibujadas en la vista levantada por Texeira en 1634 (Texeira, 2002) y se mantienen, si bien en estado ruinoso en sus últimos momentos, hasta la construcción del puerto a principios del siglo XX. Todo parece indicar que las corachas situadas hacia el norte fueron demolidas total o parcialmente durante las reformas de mediados del siglo XVI.

Reseñamos a continuación las intervenciones arqueológicas posiblemente relacionadas con estas corachas.

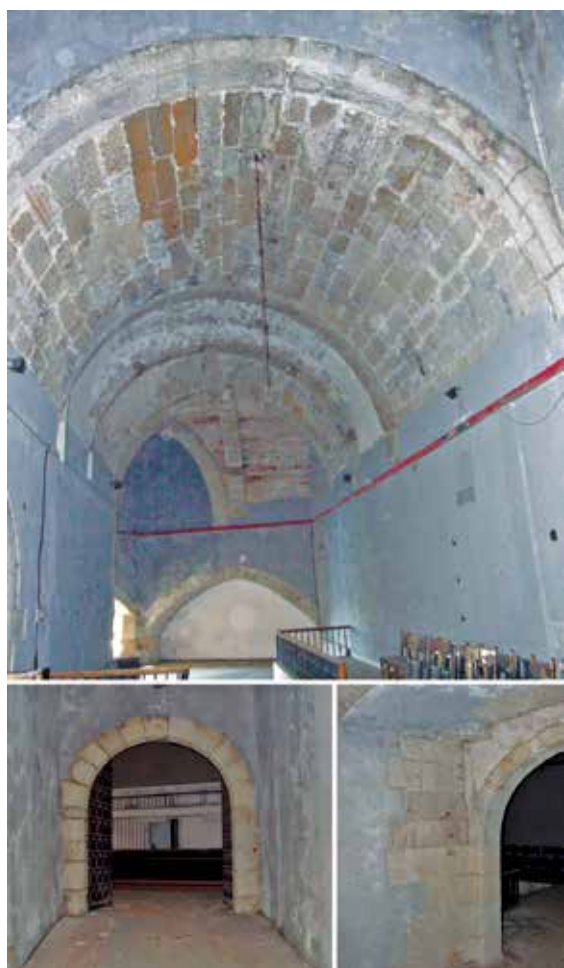


Fig. 30.- Interior baluarte del Torreón antes del comienzo de la excavación.

### Baluarte del Torreón

En 2014 se llevó a cabo una intervención arqueológica en el interior del baluarte dirigida por F. Villada contando con E. Ortuño como personal técnico. De una parte, fueron llevadas a cabo una serie de catas paramentales en los muros interiores y de otra, una excavación arqueológica (fig. 30).

La excavación arqueológica cubrió una superficie aproximada de 20 m<sup>2</sup> distribuidos en tres sondeos, dos situados en la zona central de la nave principal del baluarte (Sondeo 1 y 2) y el tercero en el pasillo de acceso desde el exterior (Sondeo 3). En ninguna de ellos se alcanzó el nivel natural del terreno por lo que la descripción de la secuencia estratigráfica que realizamos es parcial.

Los niveles más antiguos corresponden a varias estructuras murarias que estaban colmatadas ya en el siglo III d.C.

La siguiente fase constructiva es otro muro de piedras de mediano ta-

maño tomado con mortero de cal. Como en el caso anterior su datación es imprecisa, pero a tenor de la estratigrafía puede ser situado en época tardoantigua.

Adosado a este último muro se construyó otro con sillares de biocalcarenita (UE 1/8), aparejados a soga y tizón sin seguir un ritmo constante y cuyos módulos coinciden con los conocidos para la fortificación omeya. Forran un núcleo de mampuestos, una disposición similar a la que observamos en el sector oriental de esta misma cerca (calle Queipo de Llano) (Hita, Suárez y Villada, 2008).

El muro corre en dirección norte-sur y tiene una anchura de aproximadamente 2,5 m, la misma documentada en otros sectores de los lienzos califales. Conserva un alzado de 1,5 m aproximadamente (fig. 31).

Bajo este muro se documenta otra estructura más ancha, formada por piedras de tamaño irregular y dos sillares de biocalcarenita, que puede ser interpretada bien como parte de su cimentación o como refuerzo.

Al formar parte de la fortificación omeya su datación a mediados del siglo X no ofrece dudas.

A mediados del siglo XVI fue construido el baluarte del Torreón cuyas estructuras se apoyan directamente en los muros descritos. Las catas paramentales efectuadas permiten reconocer la estructura omeya a que aludíamos antes, con mayor alzado, de tal manera que puede deducirse que esta estructura quedó embutida en el baluarte y recortada en su interior para acomodarla al suelo del mismo.

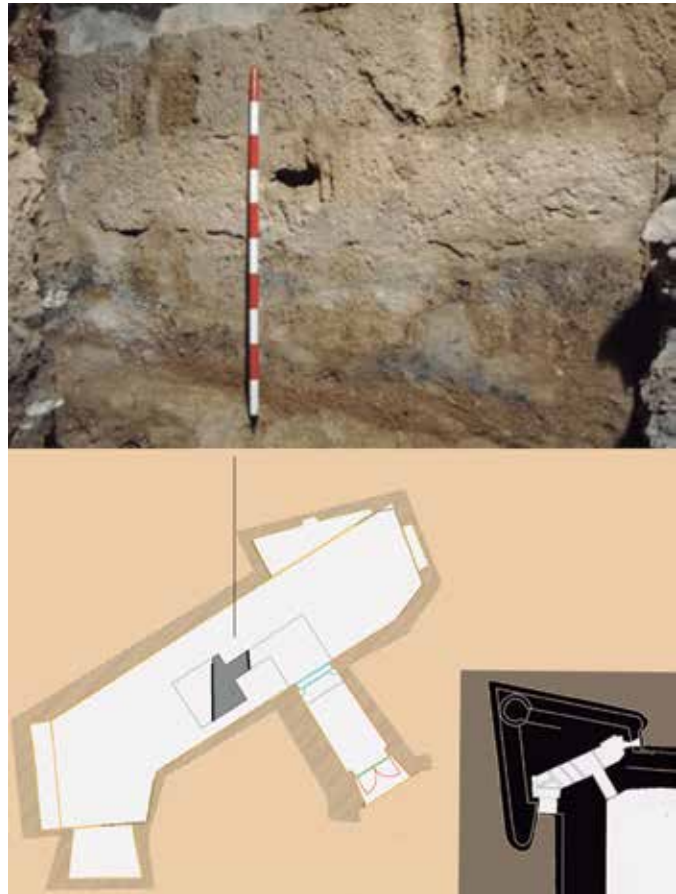


Fig. 31.- Interior baluarte del Torreón.  
Lienzo califal.

A pesar de sus limitaciones la intervención arqueológica aporta datos de interés para entender las modificaciones sufridas en este punto por las defensas ceutíes.

En primer lugar, vuelve a confirmarse la secuencia conocida ya en otros puntos del frente occidental de la Muralla Real: sobre estructuras de época romana, se realizan en época tardo-antigua construcciones que, a tenor de su envergadura, tienen un carácter defensivo. Aprovechando estas se levanta la cerca omeya que es, a su vez, integrada por el proyecto de Benedito de Rávena a mediados del siglo XVI. Pero aquí, a diferencia de lo que ocurre en la puerta Califal, no pudo ser usada como encofrado perdido del lienzo lusitano pues el baluarte se adelanta hacia el oeste sobre la línea fortificada omeya. Quedó de este modo atravesando el baluarte y por ello debió ser recortada en su interior permaneciendo únicamente con su altura original en los lugares en que quedó embutida en la fábrica del mismo. De hecho, en el exterior de la cara norte de este baluarte del Torreón, se aprecian dos fisuras sensiblemente paralelas entre sí separadas unos 2,30 m. Esta anchura, que coincide con la de la muralla califal, puede reflejar la huella de este muro en dicho lugar (fig. 32).

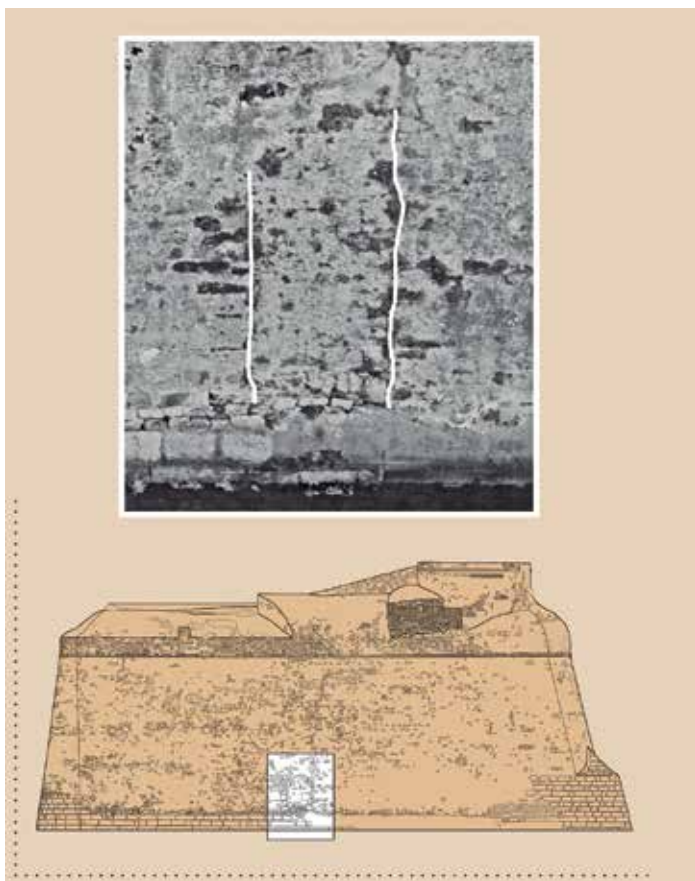


Fig. 32.- Baluarte del Torreón. Cara norte (ortofoto Yamur S.L.).

La cota inferior de la estructura omeya es notablemente inferior a la del resto de las documentadas hasta el momento, aproximadamente 6 m, confirmando que su trazado seguía la pendiente natural del terreno con un claro buzamiento hacia el norte.

Es difícil identificar la funcionalidad exacta del tramo de lienzo califal documentado. Su situación permite suponer su proximidad al extremo norte del frente occidental amurallado y su cercanía a la línea litoral hace pensar que se adentrase en el mar formando una coracha.

### Baluartes de Santa María

El baluarte de Santa María fue demolido parcialmente a inicios del siglo XX reconstituyéndose su volumen a inicios de la siguiente centuria siguiendo el proyecto redactado por el arquitecto Hernández León.

Antes, en 2002, se llevó a cabo una excavación arqueológica dirigida por F. Villada y en 2006, tras acabar la nueva construcción, otra.

La realizada en 2002 permitió documentar los diferentes espacios que conformaban el interior de este elemento fortificado destacando, a los efectos que nos ocupan, la documentación de un lienzo correspondiente a la cerca califal que discurría en sentido SO-NE, es decir paralelo prácticamente a la cara norte del baluarte. Estaba construido con sillares de biocalcarenita aparejados a soga y doble tizón. Ningún otro nivel ni estructura anterior a la construcción del baluarte fue documentado.

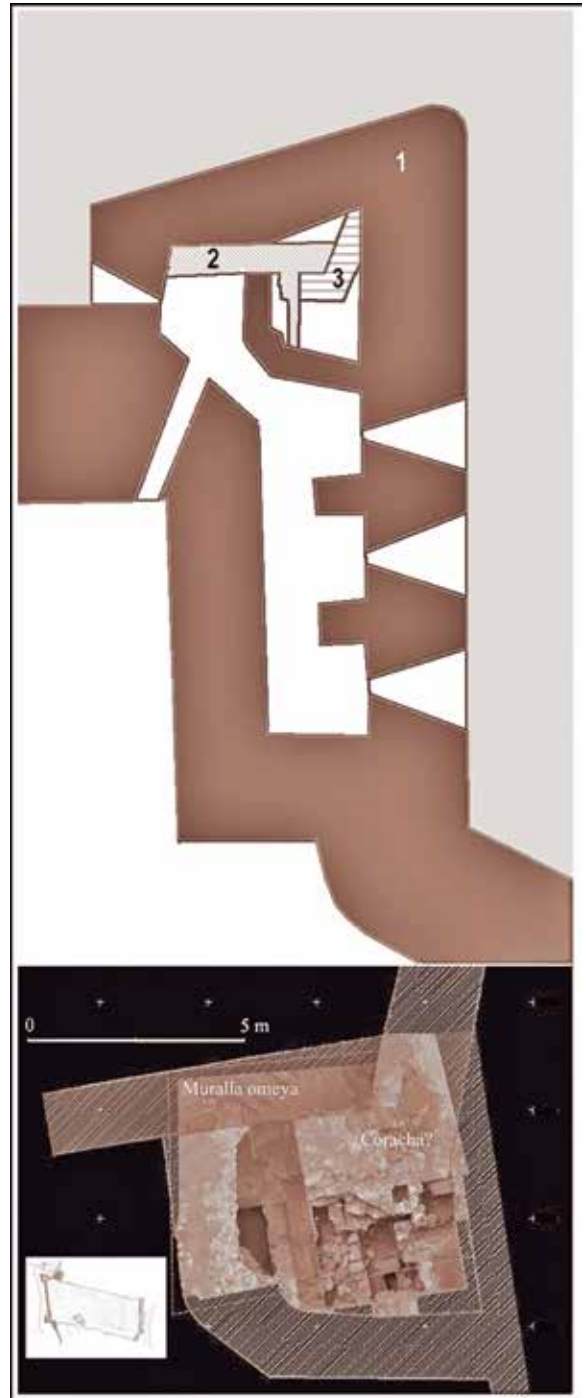


Fig. 33.- Baluarte de Santa María. Arriba, 1. baluarte portugués 2. murallas omeyyas 3. posible coracha.

En 2006 fue posible excavar el interior del refuerzo de la esquina NE delimitado por un muro de mampuesto. Pudo entonces documentarse una secuencia más amplia, cuyos momentos iniciales pueden fecharse en momentos del alto Imperio romano, de gran complejidad y con múltiples estructuras. De época califal se documentó la continuidad del lienzo puesto al descubierto en 2002 del que partía otro perpendicular, de menor grosor, de la misma cronología. Adosado al muro califal, corría otro paralelo que quebraba un poco más adelante hacia el norte hasta perderse en las fábricas del propio baluarte. Estaba construido con un recio calicanto de mampuesto con su cara visible careada (fig. 33).

Fue interpretado como los restos de una coracha posterior al siglo X y amortizada por el propio baluarte en el siglo XVI.

### **Espigón de la Ribera**

Es el único que se encuentra en la bahía sur. Su construcción por orden de Abu-l-Hasan puede situarse entre 1331 y 1351, como recoge ibn Marzuq (1977, p. 330).

*“Lo más admirable que levantó fueron las torres, para lo cual reunió gente experta en edificaciones y alarifes constructores, antes de proceder a su edificación, para que su fábrica se hiciera según sus planos y deseos y se llevaran a cabo en las mejores condiciones.*

*Entre ellos está el Castillo del Agua (Bury al-Ma) que edificó mar adentro, en medio de las olas, en el mar de Bassul, en el litoral de Ceuta. Yo asistí a su construcción. Todo el mundo coincidía en que era imposible edificarlo allí. Se acarrearón rocas del tamaño de peñas y piedras que era imposible desplazar sin cálculos (handasa) y medidas y sin la ayuda de rodillos (ayal): se arrojaron allí del mar y sobre él hizo levantar el imponente castillo que allí es tan famoso. Ordenó luego hacer un puente que desde la costa iba a este castillo, por el cual podían circular los animales y comunicaba con él la tierra firme”*

En su extremo se situaba una torre de considerables dimensiones.

Es mencionado en crónicas portuguesas con diferentes nombres y señalando en ocasiones su mal estado de conservación, habiéndose producido el desplome de parte la torre y del muro que lo remataba (Gozalbes, 1980, p. 372).

En 1521 se proponía ya que se levantase con más espesor (Correa, 1999, p. 166) pero los huecos causados por los desplomes permitían el paso de los enemigos con facilidad.

Tras la remodelación de las defensas ceutiés en el siglo XVI se unía al baluarte de San Luis a través de la denominada coraza alta hoy demolida por la construcción de la carretera que conduce desde la ciudad hasta la frontera.

Efectivamente, la cartografía del siglo XVII testimonia su avanzado estado de deterioro y así en el plano AGS, MPD, 12, 078, fechado en 1643, se indica que estaba derruido y debía reformarse.

Casi un siglo después, en 1735, se redacta otro proyecto de reforma pues estaba ya en tal estado que, aprovechando los huecos abiertos, podía atravesarse a pie sin dificultad con marea baja. En 1748 su estado era preocupante y su cabeza se había caído en parte según indica el ingeniero Carlos Luxán en un levantamiento que realiza en 1751 (AGS MPD 05/064).

Por ello este primitivo espigón fue engrosado forrándose por ambas caras y dotándolo de una plataforma capaz para artillería en su extremo como muestran los planos levantados por Luis Huet en 1763 (AGS MPD 60/055).

Ya en el siglo XX fueron construidas sobre él las instalaciones deportivas hoy existentes. Su extremo, allá dónde se ensancha para formar una plataforma artillera, está perdido en buena medida. En total conserva aproximadamente unos 62 m de longitud (una descripción de su estado actual en Fernández y Villada, 2017, pp. 70-73).

La actuación en este elemento ha consistido, de una parte, en un levantamiento fotogramétrico (ortoalzado y estudio constructivo) por Yamur S.L. y de otra un análisis de fábricas, aparejos y otras características físicas destinado a identificar sus diferentes fases constructivas (fig. 34).

Sintéticamente podemos señalar que en su cara occidental el elemento se sustenta sobre un zócalo de sillares de notable tamaño que protege su base de los embates del mar. En su extremo, ha sido reforzado a su vez con hormigón ya en época reciente.

Sobre este fundamento se levanta un muro formado por hiladas de mampuestos de piedras de mediano tamaño regularizadas con ladrillo y tomadas con cal y revestido de un enlucido de cal de tonalidad rosácea bastante perdido en la actualidad. En su mayor parte estos mampuestos están formados por serpentinas procedentes de la cantera abierta del Sarchal.



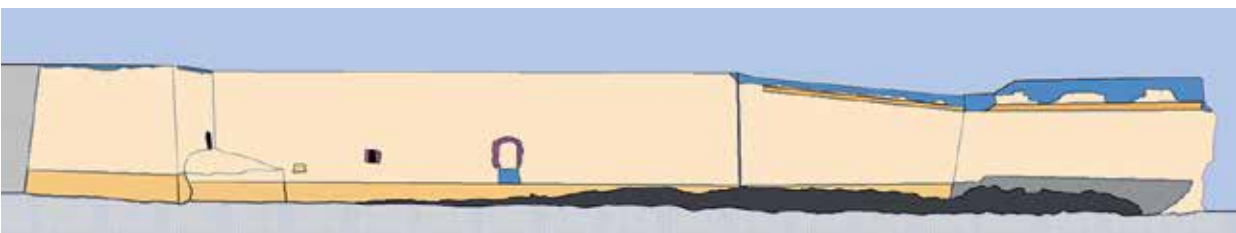


Fig. 34.- Espigón de la Ribera (visto desde el oeste). Fases constructivas.

El cordón magistral, conservado únicamente en su mitad sur, está realizado con piedra arenisca y es de sección semicircular. Rematan todo el conjunto, mampuestos de regularización del nuevo pretil contemporáneo y el edificio actual del club deportivo.

Al margen de varios vanos abiertos recientemente, se identifica un mechnal o salida de aguas y una puerta cegada de antiguo, con una luz de aproximadamente 2,80 m y una anchura de poco más de un metro.

El frente este, parcialmente oculto por las instalaciones deportivas (quedan vistos unos 16 m y no en toda su altura), reproduce un esquema constructivo similar al descrito antes con la diferencia de que en este caso no se aprecia el basamento de sillares, enterrado bajo la arena que se acumula en su base, y de que el enlucido está mejor conservado.

En ambas caras las aristas se refuerzan con sillares de arenisca, mejor conservados en el lado de levante

Las fábricas descritas, al margen de añadidos contemporáneos, corresponden básicamente a las levantadas durante las reformas del siglo XVIII.

El extremo que mira al sur es el de mayor interés por las novedades que representa. Corresponde a la batería que se localizaba en el extremo del espigón, destruida en buena medida. Ello permite observar una sección de su trazado interno. Allí emerge, entre fábricas más modernas, los vestigios del antiguo espigón (anchura 2 m, altura visible 2,5 m). Se trata de un núcleo de calicanto de gran dureza forrado con sillarejo de piedras de pequeño tamaño careadas que debe corresponder posiblemente a los restos de la antigua coracha islámica (fig. 35).

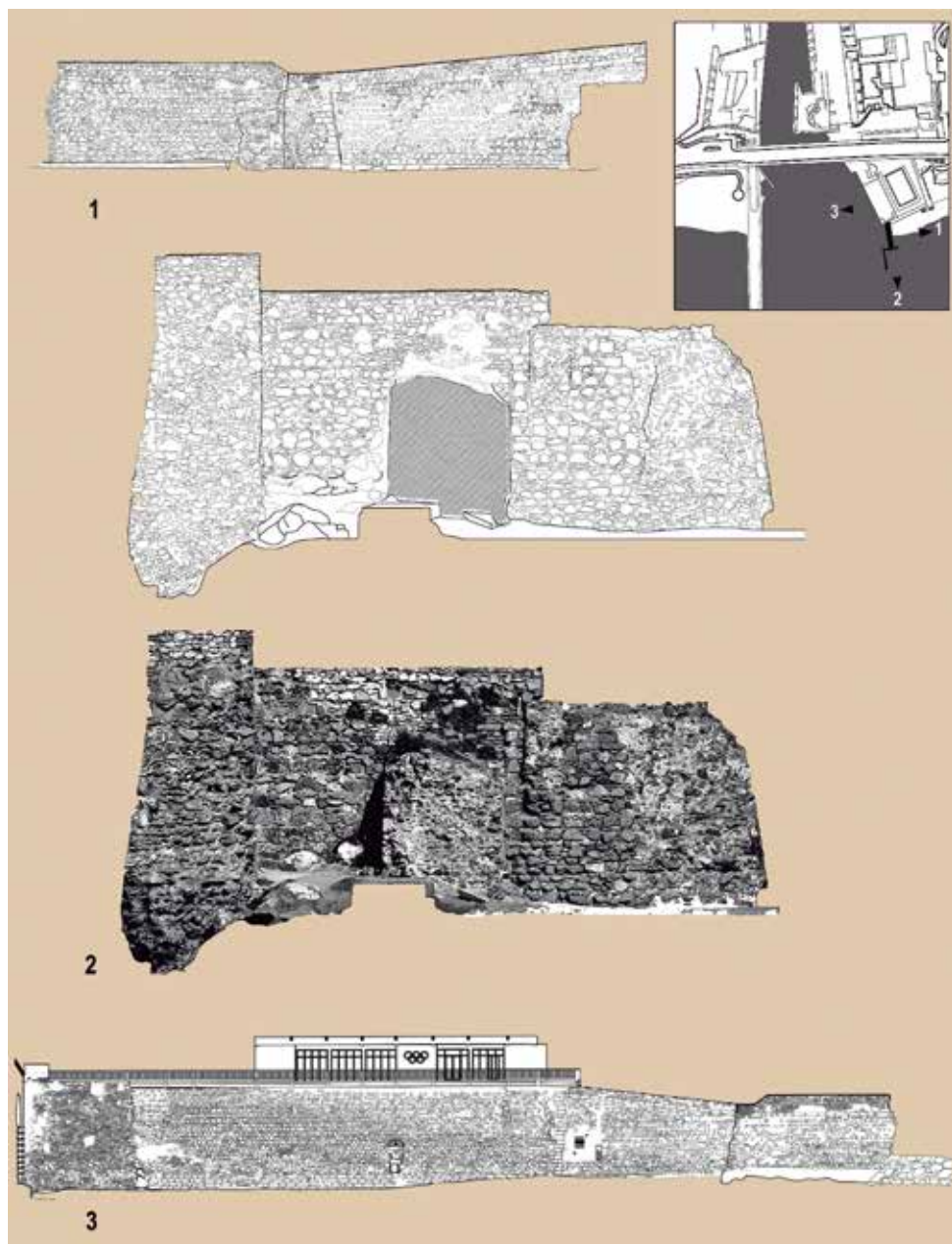


Fig. 35.- Espigón del sur (ortofoto Yamur S.L.).

## CONCLUSIONES

Las defensas situadas en el punto de conexión de la península ceutí con el continente recibieron gran atención tanto en época islámica como portuguesa por ser este lugar el que representaba mayor peligro. A pesar del largo tiempo transcurrido se conservan importantes vestigios de estas fortificaciones que constituyen un catálogo vivo del arte de fortificar desde época medieval hasta nuestros días. Es por ello que han recibido una constante atención por parte de los investigadores que han intentado reconstruir sus diferentes fases fundamentalmente a través del empleo de fuentes escritas y cartográficas. No obstante, su larga perduración temporal y el continuo reaprovechamiento de estas estructuras para la construcción de otras adaptadas a las necesidades de cada momento unida a la pérdida de algunos elementos, hacen su interpretación difícil.

Se ha abordado en esta contribución el estudio de algunos elementos –puertas y corachas– de esta fortificación en el periodo islámico y portugués, pero añadiendo a las fuentes ya conocidas la información proporcionada en distintas intervenciones arqueológicas llevadas a cabo en los últimos quince años.

En lo que se refiere a las puertas la principal novedad ha sido la localización de una de las puertas de ingreso a la medina califal en un magnífico estado de conservación. Al margen de su propia existencia –se consideraba que había sido demolida por las obras posteriores– cabe reseñar entre las novedades aportadas que su construcción aprovechaba estructuras precedentes, se han podido determinar las principales fases de su ubicación y se ha obtenido una información de gran relevancia para comprender la génesis constructiva de las fortificaciones portuguesas.

También se han aportado novedades en relación con las puertas norte y sur del recinto, la puerta de Santa María y de la Ribera respectivamente. Aquí vuelve a ponerse de manifiesto que su construcción aprovechaba estructuras precedentes, califales en el caso de la de Santa María y algo más tardías en el de la Ribera.

Por último, se presenta información inédita sobre las poternas situadas en el lienzo de la muralla Real que parecen, a tenor de la información obtenida, que nunca fueron terminadas de construir.

En cuanto a las corachas, las principales aportaciones han sido la localización de estructuras que podrían estar relacionadas con estos elementos

tanto en el baluarte del Torreón como en el de Mallorquines y la identificación de los restos del antiguo espigón del sur en el caso del de la Ribera.

Pero las incógnitas que restan por resolver son muchas y sólo la continuidad de las investigaciones hará posible resolverlas. Confiamos en que la arqueología pueda contribuir a ello.

### **ABREVIATURAS USADAS EN EL TEXTO**

AGS Archivo General de Simancas.

BNF Biblioteca Nacional de Francia.

BNP Biblioteca Nacional de Portugal.

## Bibliografía

- AA.VV. (2012), “Los atunes de la Tingitana. Un contexto excepcional de las factorías salazonerías de Septem Fratres”, *Trasformazione dei paesaggi del potere nell’Africa settentrionale fino alla fine del mondo antico, L’Africa romana*, vol. 3, pp. 2507-2534
- Al-Ansari, Muhammad ibn al-Qasim (1962), “Descripción de Ceuta musulmana en el siglo XV”, trad. y notas J. Vallvé Bermejo, *Al-Andalus*, vol. 27, nº 2, pp. 398-441
- Al-bakri (1913), *Description de l’Afrique septentrionale*, trad. Mac Guckin de Slane (ed. rev. y corr.), Alger
- Al-Qalqasandi, Abu-l-Abbas Ahmad (1951), *Marruecos a comienzos del siglo XV*, trad. Luis Seco de Lucena, Tetuán.
- Bernal Casasola, Darío y Villada Paredes, Fernando (2016), “Septem Fratres I (Parador Turismo – Puerta Califal)”, *RAMPPA, Red de Excelencia Atlántico-Mediterránea del Patrimonio Pesquero de la Antigüedad* (<http://ramppa.ddns.net/cetaria/septem-fratres-i-parador-turismo-puerta-califal>), 13 noviembre, 2016.
- Boytac y Bastiao, Luiz (1514), *Livro das medidas de Arzila, Alcácer, Ceuta e Tânger, feitas por mestre Boytac e Bastião Luiz em 1514* (IAN-TT - Núcleo Antigo, nº 769, fls.41-47v)
- Correa, Joao Thomas (1669-1743), *Livro de varias plantas deste reino e de Castela*, original autógrafa (BNP <http://purl.pt/12158>)
- Correa de Franca, Alejandro (1999), *Historia de la mui noble y fidelíssima ciudad de Ceuta*, edición M. Carmen del Camino, Ceuta
- Correia, Jorge (2008), *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África. Da tomada de Ceuta a meados do século XVI*, Porto, Faculdade de Arquitectura.
- DIAS, Pedro (2002), *A arquitectura dos portugueses em Marrocos, 1415-1769*, Lisboa
- Fernández Ahumada, Gabriel y Villada Paredes, Fernando (2017), *Scripta Manent. Inventario de los signos lapidarios de Ceuta*, Ceuta.
- Gómez Barceló, José Luis (2002). “Hallazgo en Ceuta de una muralla califal”, *Anuario de la Real Academia de Bellas Artes de San Telmo*, pp. 14-17
- Gozalbes Cravioto, Carlos (1980), “Las corachas hispano-musulmanas de Ceuta”, *al-Qantara*, 1, pp. 365-389
- Gozalbes Cravioto, Carlos (1988), “Las fortificaciones medievales del Frente de Tierra de Ceuta”, en *I Congreso Internacional “El Estrecho de Gibraltar” (Ceuta, noviembre, 1987)*, Madrid, tomo II, pp. 401-409
- Gozalbes Cravioto, Carlos (1989), “La coracha del castillo de Santopitar (Málaga). Notas sobre la función y definición de la coracha en las fortificaciones musulmanas”, *Sharq al-Andalus*, 6, pp. 161-171

- Gurriarán Daza, Pedro y Villada Paredes, Fernando (en prensa), "Las canteras califales del estrecho de Gibraltar", *Jornada Interdisciplinar sobre los espacios de canteras históricas*, Madrid, noviembre de 2018.
- Hita Ruiz, José Manuel y Villada Paredes, Fernando (2004a), "En torno a las murallas de Ceuta. Reflexiones sobre el amurallamiento de Septem Fratres y la cerca omeya de Sabta", *Actas de las I Jornadas de estudio sobre fortificaciones y memoria arqueológica del hallazgo de la muralla y puerta califal de Ceuta*, pp. 17-52
- Hita Ruiz, José Manuel y Villada Paredes, Fernando (2004b), "Informe sobre la intervención arqueológica en el parador de turismo hotel La Muralla de Ceuta", *Actas de las I Jornadas de estudio sobre fortificaciones y memoria arqueológica del hallazgo de la muralla y puerta califal de Ceuta*, pp. 205-243.
- Hita Ruiz, José Manuel, Suárez Padilla, José, Villada Paredes, Fernando (2008), "Ceuta, puerta de al-Andalus. Una relectura de la historia de Ceuta desde la conquista árabe hasta la fitna a partir de los datos arqueológicos", *Cuadernos de Madinat al-Zahra*, 6, ppp. 11-52
- Ibn `Idari Al-Marrakusi (1953), *al-Bayan al-Mugrib fi ijtisar ajbar muluk al-Andalus wa al-Magrib*, trad. Ambrosio Huici Miranda, Colección de crónicas árabes de la Reconquista, Tetuán.
- Ibn Marzuq, Muhammad ibn Ahmad (1977), *El Musnad. Hechos memoriables de Abu l-Hasan, sultán de los benimerines*, María Jesús Viguera Molins, ed., Madrid.
- López Jiménez, Jesús (2013), "Las corachas de al-Ándalus. Las corachas-minas en la frontera nazarí occidental", *Takurunna*, 3, pp. 71-90
- Mascarenhas, Jerónimo de (1915), *História de la Ciudad de Ceuta. Sus sucessos militares, y políticos; memorias de sus santos y preladados, y elogios de sus Capitanes Generales escrita em 1648*, editor A. de Dornelas, Lisboa.
- Matos, Joao Barros (2012), *Do mar contra terra. Mazagao, Ceuta e Diu, primeiras fortalezas abaluartadas da expansao portuguesa. Estudo arquitectónico*, Tesis doctoral inédita [<http://hdl.handle.net/10174/8334>]
- Mora-Figueroa y Dingwall-Williams, Luis de (1994), *Glosario de arquitectura defensiva medieval*, Cádiz, Universidad.
- Moreira, Rafael (1989), *História das fortificações portuguesas no mundo*, Lisboa
- Pavón Maldonado, Basilio (1986), "Corachas hispanomusulmanas. Ensayo semántico-arqueológico", *al-Qantara*, VII, 1986, pp. 331-382
- Piri Reis (2007), *Kitab-I Bahriye. Libro para navegantes*, J. E. Lechuga de Serantes coordinador, Madrid
- Rávana, Benedito de (inédito), *[Proyecto de construcción de la Muralla Real de Ceuta]*, Archivo Nacional de Torre do Tombo, Corpo cronológico, parte 1, maço 69, n. 125.
- Ricard, Robert (1947), "Un documento portugués de 1541 sobre las fortificaciones de Ceuta", *al-Andalus*, 12, pp. 43-48

- Ricard, Robert, (1954), “*Couraça-coracha*”, *al-Andalus*, XIX
- Ricard, Robert (1955a), *Etudes sur l’histoire des portugais au Maroc*, Coimbra
- Ricard, Robert (1955b), “Compléments sur la couraça-coracha”, *al-Andalus*, XX, pp. 452-453
- Ruiz Oliva, José Antonio (2002), *Fortificaciones militares de Ceuta: siglos XVI-XVIII*, Ceuta.
- Suárez Padilla, José y Tomassetti Guerra, José María (2004), *Informe preliminar de los resultados de la I. Arqueológica llevada a cabo en el sector Paseo de las Palmeras C/V calle Edrissis. Lienzo N. de la muralla de Ceuta*. Inédito (original consultado en el archivo de la Consejería de Educación y Cultura de la Ciudad Autónoma de Ceuta).
- Terrasse, Michel (1962), “Un vestige des fortifications oméiyades de Ceuta”, *al-Andalus*, vol. XXVII, pp. 244-246.
- Texeira, Pedro (2002), *El Atlas del Rey Planeta: la “Descripción de España y de las costas y puertos de sus reinos” de Pedro Texeira (1634)*, F. Pereda y F. Marias (eds.), Madrid
- Torres Balbás, Leopoldo (1941), “La alcazaba almohade de Badajoz”, *al-Andalus*, vol. VI
- Villada Paredes, Fernando (2013) “De huma parte cercados do mar e da outra dos imigos. Notas sobre a defesa de Ceuta desde 1415 até ao reinado de D. Manuel I (1415-1521)”, *Artis. Revista do Instituto de Histórica da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, 1, pp. 8-19
- Villada Paredes, Fernando, gurriarán daza, Pedro (2013), “Recientes investigaciones sobre las fortificaciones del califato omeya en el estrecho de Gibraltar (Tarifa, Algeciras, Tánger y Ceuta), Fernandes, Isabel Cristina (coord.), *Fortificações e territorio na Península Ibérica e no Magreb (séculos VI a XVI)*, vol. 1, pp. 51-62.
- Villada Paredes, Fernando, Suárez Padilla, José (2013), “Investigación arqueológica en el Afrag de Ceuta”, en Villada, Fernando y Gurriarán, Pedro (coords.), *al Mansura. La ciudad olvidada*, Ceuta, pp. 63-89
- Villada Paredes, Fernando, Suárez Padilla, José y Bravo Jiménez, Salvador (2007), “Nuevos datos sobre las factorías de salazones de Septem Fratres a raíz de los resultados de las excavaciones arqueológicas del Parador de Turismo La Muralla”, en Lagóstena, L., Bernal, D. y Arévalo, A. (eds.), *Cetariae 2005. Salsas y salazones de pescado en Occidente en la Antigüedad*, B.A.R. vol 1686, pp. 487-501
- Zepeda Y Adrada, Alonso de (1669), *Epítome de la fortificación moderna*, Bruselas
- Zurara, G.E. (1792), *Chronica do Conde Dom Pedro de Menezes*, ed. José Correa da Serra, *Collecção de livros inéditos de história portuguesa dos reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João III*, tomo II, 1792, p. 213 y ss.
- Zurara, G.E. (1915), *Crónica da Tomada de Ceuta por el Rei D. João I*, Lisboa.





## PROCESOS DE RESTAURACIÓN DE LA ESCULTURA DE NUESTRA SEÑORA DEL VALLE DE CEUTA

*Álvaro Domínguez Bernal*

Licenciado en Bellas Artes, especialidad de Restauración

Según hemos podido consultar y documentarnos ligeramente a través de fotografías cedidas por J. Luís Gómez Barceló e internet, la escultura de estilo románico o más bien gótico traída a Ceuta por las tropas de Juan I de Portugal en la Conquista de Ceuta en el siglo XV, y por tanto la más antigua de la ciudad, ha sufrido varias intervenciones que han modificado su aspecto original de forma alarmante, resultando hoy día una imagen bastante diferente de la original.

A mediados del siglo XX, según fuentes documentales y fotográficas, fue “restaurada” y policromada, ya que hasta entonces la escultura presentaba un aspecto pétreo más propio de su momento de creación. En ese momento nos parece que fue modificada la mano derecha de la titular que en su origen levantaba los dedos índice y corazón en actitud de bendición y modifican su morfología colocándole un cetro en dicha mano.

Posteriormente sobre 1973, al parecer tras una aparatosa caída de la imagen en la cual sufre numerosos desperfectos, fue trasladada a Sevilla y el restaurador D. José Pérez Delgado interviene la obra, eliminando la policromía añadida anteriormente y la deja en su color pétreo natural.

La restauración fue muy delicada ya que se le tuvo que reconstruir parte de la cara, la mano derecha – que vuelve a cambiar su configuración, colocándole una manzana-, la imagen del Niño y la peana. La imagen regresaría a su Templo en el año 1976 presidiendo el altar mayor de la Iglesia.

A partir de este momento perdemos la historia material de la imagen, y nos encontramos hoy día con una talla nuevamente policromada, que

presenta multitud de daños y transformaciones. No sabemos determinar si los daños que apreciamos en las fotos son de nueva factura o son los anteriores que han vuelto a resurgir tras manipulaciones, movimientos o mala ejecución de la intervención, o incluso por la mala calidad de los materiales empleados en su momento de reparación.

Es curioso observar que ya en las fotos primitivas aparecen grietas en la frente, sienes y lateral de la cara de la imagen, daños estos que hoy día están en plena vigencia.

### DATOS TÉCNICOS Y ESTADO DE CONSERVACIÓN

En este punto hay que indicar que los daños posteriormente reseñados se han estudiado a la altura de la escultura que nos ocupa.



Estado de la imagen de la Virgen del Valle a principios del siglo XX.



Aspecto tras la restauración de 1976 y detalles de las grietas.

Así a primera vista destacan las grandes y profundas grietas que recorren el rostro de la escultura, sobre todo en la frente, a ambos lados de la cara, cuello y ojos.

Las diversas restauraciones, sufridas por la imagen a lo largo de su historia, han dejado sus marcas que ahora han virado de volumen y dan el aspecto de grietas e incluso algunas de ellas han desaparecido o perdido su consistencia. Estas grietas recorren gran parte de la imagen, principalmente la zona superior de la Virgen y el cuello, la cara y hombros del Niño Jesús que porta en su brazo.

Debido a la gravedad de estas grietas, se observa el peligro de desprendimiento urgente de algunas zonas de la mascarilla de la Virgen y de la cabeza del Niño.

Para finalizar y a grandes rasgos, la escultura y su peana presentan una policromía general de una calidad ínfima, donde se ha empleado una pintura polivinílica, sin matices ni transparencias y todo ello patinado toscamente a base de betunes, restándole belleza y calidad a la titular.

## PROCESOS DE RESTAURACIÓN

Una vez traslado todo el equipo a la ciudad de Ceuta e instalado en uno de los salones de la misma parroquia del Valle procedimos a la bajada de la titular de su camarín para iniciar sus procesos de recuperación.

Para ello fue necesario vendar todas las zonas con peligro de desprendimientos ante su inminente caída tras la manipulación durante la bajada y traslado. Una vez vendada, fue bajada entre varias personas, debido a su gran peso y difícil agarre. Cuando estuvo en el suelo se envolvió en una manta y se sujetó a un carrillo de mano que sirvió para su transporte hasta el vehículo exterior.

El siguiente paso fue su traslado hasta la clínica militar, dónde se le iban a practicar una serie de radiografías, con la intención de ver qué contenía en su interior y qué estaba provocando el grave deterioro externo para aclarar las razones de su lamentable estado.

Una vez realizadas todas las radiografías, principalmente en la zona superior, cabeza de la Virgen y Niño, fue devuelta a la parroquia e instalada en el salón parroquial que se destinó para hacer de taller de restauración.

Habría que decir en este punto que, una vez colocada la imagen sobre la mesa de operaciones y retirada la manta que la envolvía, se observó a través de las vendas cómo las piezas que presentaban gran riesgo de desprendimiento se habían separado y que la cabeza del niño estaba completamente suelta.





Retirada las vendas que protegieron y preservaron los fragmentos que se habían desprendido, pudimos observar in situ la presencia de las cabezas de los pernos oxidados que asomaban del interior de la escultura y que ya habíamos observado en las radiografías.

Tal como intuíamos era éste el problema principal del deterioro de la escultura: durante las anteriores reparaciones de la Virgen le habían introducido en su interior varios pernos de acero recubiertos con cemento blanco para reconstruir el volumen perdido. Con la presencia de humedad el acero se oxida e hincha lo que provoca el rompimiento del cemento y las consiguientes grietas exteriores y quebradura de la piedra.

Así ya teníamos claro el siguiente paso a seguir, debíamos eliminar todos los elementos metálicos oxidados introducidos en la escultura y llegar a hasta lo más hondo del problema. De paso también eliminaríamos el cemento para dejar limpio el material original pétreo que conforma nuestra imagen y también determinar qué cantidad de sustancia original existía de la talla.

Empezamos con la cabeza del niño. Eliminamos todos los pernos que tenía en su interior y limpiamos todos los restos de óxido que cubrían los cuatro trozos en los que se había dividido ésta. Una vez limpios se volvieron a pegar con resina epoxídica.

A su vez empezamos a retirar el cemento que cubría la parte posterior de la cabeza de la Virgen en la búsqueda igualmente de los pernos oxidados, y a medida que los íbamos localizando procedíamos a su retirada y limpieza de su entorno manchado de óxido.

Junto a los pernos de hierro oxidado también retiramos las piezas perdidas que se habían reconstruido, en concreto brazo derecho y hombro de

la Virgen; hombro, pecho, brazo izquierdo y manos del Niño y un pequeño pliegue inferior de la saya.

Ya teníamos la escultura libre de pernos oxidados y de piezas reconstruidas con cemento blanco por lo que empezamos a retirarle la policromía a punta de bisturí y con ayuda de decapantes químicos.

Mientras se decapaba la talla fuimos pegando, con resina epoxídica, las piezas pequeñas sueltas, rostro de la Virgen y cabeza del niño. A su vez íbamos eliminando la policromía de las encarnaduras de la escultura. Igualmente hicimos con el rostro de la Virgen.





Ya teníamos toda la escultura sin policromía, sólo nos faltaba reintegrar volumétricamente las zonas perdidas, reconstruir el nuevo brazo y manos y colocar las piezas originales sueltas en su lugar de origen con la ayuda de pernos de acero inoxidable y varillas de fibra de vidrio.

Ya reconstruida en un 90% llega el momento de realizarle un tratamiento de desalado y limpieza de la piedra que hemos dejado libre. Para ello aplicamos sobre la escultura una Papeta AB-57 con un espesante a base de Carboximetilcelulosa y la cubrimos con papel celulósico. Todo el conjunto se cubre de papel film para retardar el secado y así actúe mejor la Papeta de limpieza durante tres días.

Retiramos el papel y la Papeta a base de lavados de agua y cepillado.

Se le aplicó una capa de biocida diluido en agua destilada al 3%, Biotín T.

La escultura una vez desalada y limpia, ya estaba lista para colocarle las cabezas, manos y reconstruir volumétricamente las zonas faltantes del niño.

Para ello se decidió sacar una reproducción de la mano existente de la virgen y darle una morfología semicerrada para que sujete el cetro en su nueva y original posición. En cuanto al niño, y apoyándonos en documentación fotográfica, se modelaron sus manos acorde a su morfología original.

Utilizando también este soporte fotográfico, se reconstruyó la parte de la corona dañada, la cota de malla originaria y el velo que rodeaba su cuello y cubría sus sienes.

Una vez reconstruidas todas las áreas perdidas y deterioradas, se reintegraron cromáticamente con pigmentos al barniz mate, al modo "rigattino" -es decir mediante rayitas de color- que haga de diferenciador entre las zonas antiguas originales y las nuevas o añadidas.

Para finalizar todo el conjunto fue protegido con cera microcristalina, diluida en esencia de trementina, que una vez seca se pulió suavemente con paño de lana.







La imagen una vez finalizado el proceso de restauración.

**ANEXO I • ANÁLISIS PIEDRA VIRGEN DEL VALLE**  
**MUSEO NACIONAL DE CIENCIAS NATURALES - MADRID**

*De: Javier García-Guinea (guinea@mncn.csic.es)*

*Enviado: jueves, 30 de octubre de 2014 6:44:26*

*Para: 'Álvaro Domínguez Bernal' (alvarodbernal@hotmail.com)*

Hola Álvaro,

Recibí tu muestra de roca carbonatada y estuve viéndola despacio a la lupa binocular, se trata de una roca caliza micritica bastante homogénea de procedencia desconocida para mí por tratarse de un ejemplar muy común en la península ibérica.

Le hice una prueba de efervescencia de CO<sub>2</sub> con ácido clorhídrico y salió positiva. Por estos motivos no he querido seguir analizando por otras técnicas. Su fórmula es CaCO<sub>3</sub> y **se trata de una caliza compuesta por microcristales de calcita.**

Perdona el retraso en mi dictamen.

Un cordial saludo

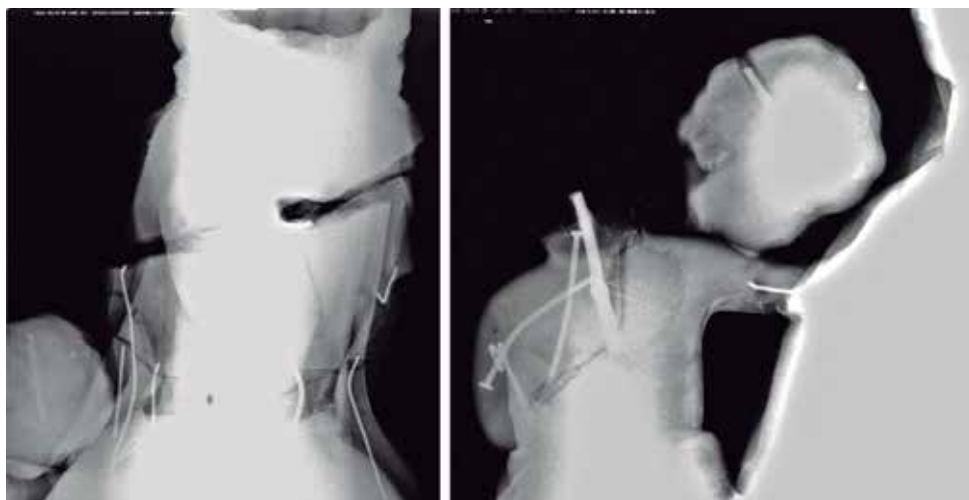
*Javier García Guinea*

**MUSEO NACIONAL DE CIENCIAS NATURALES**

**Calle José Gutiérrez Abascal 2**

**Madrid 28006**

**ANEXO II • RADIOGRAFÍAS**  
**SERVICIO DE RADIOLOGÍA DEL HOSPITAL MILITAR - CEUTA**



ANEXO III • GRÁFICOS



||||| PERNOS ACERO



◎◎ CEMENTOS AÑADIDOS



## LA INTERNACIONALIZACIÓN DEL ESTRECHO DE GIBRALTAR EN EL SIGLO XV: LA EVIDENCIA CERÁMICA

*José Antonio Ruiz Gil*  
Universidad de Cádiz

### INTRODUCCIÓN

Esta comunicación pretende apoyar la idea de la internacionalización del Estrecho de Gibraltar a comienzos del siglo XV, justamente en el momento en el que la Corona de Portugal decide incorporar el enclave norteafricano de Ceuta. En este marco el trasiego de materiales es fundamental, y entre ellos la evidencia cerámica. La aportación que presento corresponde a un conjunto de fragmentos, muy característicos y definitorios, hallados más allá de las Columnas, concretamente en el Teatro Romano de Cádiz.

Pues bien, en Cádiz, las sucesivas excavaciones realizadas en las ruinas de lo que fue Teatro en época romana, han deparado un valiosísimo número de cerámicas de distintas épocas históricas. Con motivo de mi Tesis Doctoral (RUIZ GIL, 2004) tuve ocasión de estudiar la cerámica posromana del Teatro Romano en el Museo de Cádiz, lugar en las que se encuentran legalmente depositadas. Los datos de excavación no están publicados y, básicamente, realicé un estudio de materiales. Para el caso que nos ocupa, el lote de materiales de época Bajomedieval era muy relevante, no sólo por su cantidad, sino por calidad (procedencia y estado de conservación).

En este momento lo que nos interesa saber es que las cerámicas valencianas, tanto las series nacionales, relacionadas a los alfares de Paterna y Manises, como las internacionales, asociadas al tipo conocido como "Pula", eran dominantes. El Teatro Romano de Cádiz de un almacén con lozas azules, doradas, y azules y doradas valencianas. Entre estas cerámicas encontramos las de "estilo Pula", fechadas en Italia entre 1330 y 1410. Desde nues-

tro punto de vista el estilo de Pula corresponde a una cerámica fabricada en Manises o en la propia Valencia (LERMA, 1992), destinada a la exportación. Mannoni y Magi han excluido la pertenencia del estilo de Pula al área de Valencia, mencionan el origen de algunas cerámicas en Málaga (fines del siglo XIII-principios del .XIV) o Murcia (documentos de Palermo, datados en el siglo XV) (RAVANELLI, 1992:29). La aparición de motivos malagueños se explica precisamente por la imitación de tipos de cara a la exportación al propio reino de Granada y al norte de África (MARÇAIS, 1916). La diversidad de la vajilla de Pula -29 escudillas y una jarra, valencianas, en azul y dorado, una escudilla de Paterna en verde y morado, y tres jarros en dorado de Málaga (RAVANELLI, 1992)-, invita a considerar la existencia de un elemento aglutinante. A este punto consideramos la existencia de un lugar de almacenaje y posterior distribución (*trading post*) en las galerías del Teatro, por cierto, subterráneas a las viviendas que se elevaban sobre él, ocultando definitivamente su fisonomía.

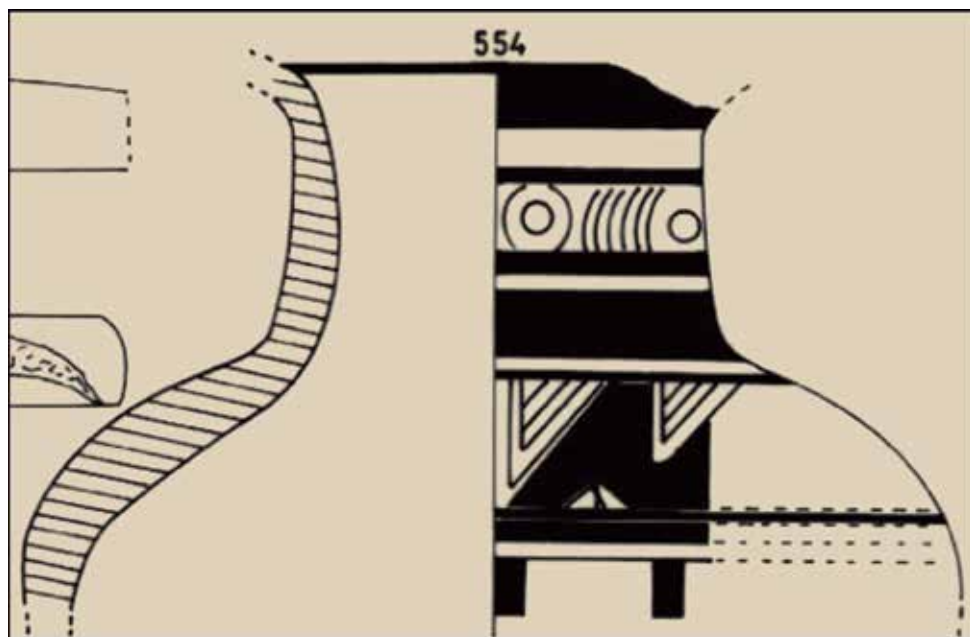
Y es en este contexto en el que presuntamente se encontraron los fragmentos que vamos a pasar a describir seguidamente. No sin lamentar, que la ausencia de un contexto arqueológico claro de excavación nos impide precisar más la datación. Asunto que más adelante veremos.

## LA CERÁMICA DE VEDRÍO ALCALINO EN EL TEATRO ROMANO DE CÁDIZ

Los fragmentos que componen la jarrita 554 (en la numeración que le dimos para la Tesis Doctoral) se caracterizan por tener su decoración bajo una cubierta de plomo alcalino. La decoración a base de motivos geométricos se dispone por el exterior, de arriba abajo. Alterna bandas de colores azul, blanco, y negro, con una cenefa de arcos y círculos, en negro, y blanco. Una gruesa banda azul deja zonas triangulares en blanco sobre las que se dibujan líneas en negro que ocupan el espacio triangular, así como una zona con metopas realizada mediante bandas verticales azules que deja los fondos en blanco. Las áreas azules están arriba y abajo de la zona negra.

Es de reseñar el mal, pésimo, estado de conservación, destacando que el componente de plomo del vidriado vela gran parte de la decoración. Por otra parte, el tratamiento tan solo fue el de lavado, pegado, siglado y almacenaje. En ningún caso ha recibido tratamiento de restauración.

Pero lo más decisivo, de cara a su clasificación es la pasta. Una pasta de color blanco, como consecuencia de su alto contenido en yeso, y los desgra-



Reconstrucción del dibujo de la jarrita 554 (Luis Aguilera Rodríguez).

santes muy finos, casi polvo, lo que delata una pasta depurada y elaborada. Además, tras su urdido ha sido revestida de una engalba blanca, visualmente también de yeso. Es de origen egipcio.

La cerámica mameluca de Egipto se corresponde con la anteriormente mencionada de vidriado alcalino. Dada la pasta, hemos relacionado los fragmentos aparecidos en Cádiz con el Egipto bajomedieval. El apelativo “mameluco” se aplicó a la dinastía de sultanes que gobernó en Egipto y Oriente Medio entre 1250 y 1517. Estos gobernantes eran de origen eslavo y de cultura turca. No obstante, encontramos algunos de origen georgiano, griego, alemán, húngaro e, incluso, chino (VV.AA., 1996). Como es hasta cierto punto lógico, las “underglaze-painted wares” mamelucas, se produjeron no sólo en Fustat, sino en otros centros sirios, como Damasco o Hama (VV.AA., 1996: 415).

Con anterioridad, las cerámicas producidas en Egipto denotan un contacto entre las costas extremas mediterráneas, al menos desde época fatimí (ZOZAYA, 1969). Con posterioridad, se documentan en el Mediterráneo oriental unas formas cerradas modeladas en pasta silíceica y decoradas con pinturas en negro bajo cubierta azul verdosa de tipo alcalino. Esta serie toma el apelativo de “tipo Raqqa”, y se fecha con posterioridad al siglo



XIII (NEPOTI, 1986, fig.6c). En esta misma línea, en el Magreb oriental se modelaron en los siglos XI-XII cerámicas polícromas bajo cubierta plúmbea (BLAKE, HUTT y WHITEHOUSE, 1971: 111-113).

Volviendo a las cerámicas de vedrío alcalino, fueron fabricadas en el Egipto mameluco desde la segunda mitad del siglo XIII a fines del XV. Estas cerámicas se pintaban en azul y negro o en azul y blanco, a imitación de las porcelanas chinas. En concreto las de azul y blanco se inspiraban en





las porcelanas de la segunda mitad del XIV. La distribución ocupa extensas regiones: por el Mar Rojo hasta Yemen, desde Siria a Iraq por el Éufrates, y al Kanato de la Horda de Oro desde Bizancio por el Mar Negro y el Volga. Las formas citadas son las copas, escudillas, azulejos (VV.AA, 1992: 298, 299, 327 y 354), la jarrita, caso de la encontrada en el Teatro Romano de Cádiz; y los albarelos (WADE HADDON, 2012).

Este hallazgo de Cádiz se inserta perfectamente en el discurso que explica la presencia de cerámica valenciana en Alejandría (Egipto), y supone la aparición más atlántica de este tipo cerámico, sólo documentado hasta el momento en el sur de Italia (VV.AA.:1996,415), mediterráneo occidental, y especialmente Valencia en la primera mitad del siglo XIV (GARCÍA VILLANUEVA. 2009). En este sentido, el albarello de la figura 11, citado como de Próximo Oriente por García Villanueva (2009: 155) es similar a los publicados por Rosalind Wade para el siglo XIV (WADE HADDON 2012), si bien habla de la continuidad de una exportación de botes de farmacia a Italia y España durante el siglo XV (WADE HADDON 2012:111).

## CONCLUSIÓN Y DISCUSIÓN

Esta jarrita de tipo mameluco egipcio, queda enmarcada en la “Fase Bajomedieval, Horizonte valenciano” que daté en la segunda mitad del siglo XIV y la primera mitad del siglo XV. En su conjunto es una data algo más elevada que la proporcionada por García Villanueva (2009) para las cerámicas de importación en Valencia. Puede ser que mi propuesta no sea correcta, dado que es un estudio de materiales que carece de los datos de excavación. Pero, creo importante apuntar que se trata de una forma y de una decoración diferente.

Las series cerámicas características del período bajomedieval ostentan unas decoraciones con colores verde, negro manganeso, verde y negro, azul, azul y negro, dorado, y azul y dorado. Lo que nos interesa resaltar

es que estos colores se disponen siempre sobre un fondo blanco de estaño. Es decir, las lozas se imponen a las cerámicas vidriadas. Cuestión que nos destaca a estas alcalinas.

Las cerámicas decoradas en verde y negro-manganeso sobre blanco se modelaron en varios alfares de la Corona de Aragón, entre los que destaca Paterna, fabricándose entre los siglos XIII y XV, hasta la actualidad se han continuado produciendo de forma local. Esta serie no es muy numerosa en la Bahía de Cádiz, donde se fechan con carácter general a fines del siglo XIV o a principios del XV. No son las series relevantes en el almacén del Teatro Romano.

Estas lozas se acompañan por otras producciones valencianas, tales como las decoradas en azul, en dorado y por ambos colores. Las azules proceden de Manises y se encuentran en la Bahía de Cádiz en unas cantidades muy significativas, situación similar a la que vemos en las lozas dorada y azul y dorada. El núcleo alfarero valenciano es tributario de Málaga y no nos ha sido fácil la discriminación de ambos lugares de producción. No obstante, la cronología de estas lozas, segunda mitad del XIV y muy especialmente la primera mitad del XV, y la homogeneidad de las pastas nos hablan claramente de Valencia.

En sentido inverso podemos analizar el recorrido de las cerámicas valencianas en Italia. En Piamonte mantienen una cronología que ocupa una horquilla que va desde el siglo XII hasta el siglo XVI. Se diferencia una fase inicial, esporádica, interesada por la aplicación de los cuencos en edificios religiosos, de una fase final, constituida por materiales procedentes de excavaciones, que denotan un incremento del tráfico comercial. Génova actúa como centro distribuidor, y no creemos lógico pensar que los mercaderes catalano-aragoneses no colocaran personalmente sus productos en esta ciudad. A fines del XIV las lozas valencianas copan el mercado hasta mediados del XV, donde encontramos mejores cerámicas italianas y peores valencianas con decoraciones simples y esmaltes pobres (RAVANELI: 1992,29).

No sólo se debe pensar en la participación genovesa para explicar la distribución de esta vajilla, los propios comerciantes valencianos tienen una intervención directa, y su presencia efectiva se documenta desde Alejandría, en Egipto hasta Cádiz. En este sentido, Paulino Iradiel cita la existencia en el siglo XV de una sociedad comercial entre Pedro Gil y Juan Riquer para comerciar con Oriente, así como los viajes de galeras valencianas a Alejandría (IRADIEL, 1995:22). No sólo podemos mencionar el hallazgo de

cerámicas valencianas en Alejandría, sino de la jarrita que presentamos procedente del Egipto mameluco. Cádiz y El Puerto de Santa María, en la Bahía de Cádiz, juegan un papel de áreas intermedias en el comercio valenciano bajomedieval, y uno de los géneros exportados, junto a la seda, textiles y agrarios, era la cerámica (IRADIEL, 1995, 27). El cargamento del Pecio del Cabo de Gata está en esta órbita, y la relación propuesta con el estilo de Pula favorece nuestra tesis (SÁEZ, 1994).

El problema radica en que la distinción entre Génova y Valencia no es tan fácil de hacer. A principios del siglo XV se diferencian dos zonas de influencia, por un lado la ruta de las especias, y por otro el Mediterráneo Occidental. La primera, se centra en la cuenca oriental del Mediterráneo, y se caracteriza por los negocios especulativos y por los productos caros. En la segunda, se comerciaba con lana y con otros productos alimenticios. El Mediterráneo Oriental estaba parcialmente en manos de la Corona de Aragón. El Mediterráneo Occidental, estaba bajo control de Génova y de las ciudades toscanas. En esta segunda zona, Barcelona actúa como parte dirigente, financiera y aseguradora; mientras que Valencia y Mallorca marcan pasos operativos con respecto al Magreb, Toscana, Nápoles, Sicilia, Sevilla-Cádiz y Flandes (IGUAL, 1992).

El mercado barcelonés decae progresivamente ante la inestabilidad política en Oriente y frente a la competencia de Valencia, salida de Castilla al Mediterráneo. Hacia 1400 Valencia ya era el centro principal de negocios genoveses. Paralelamente, Granada, en palabras de Igual, “es una indudable colonia económica genovesa, cuya costa es un ejemplo de especialización agrícola ligada al tráfico internacional” (IGUAL, 1992).

Los puertos andaluces de la costa atlántica se vertebraban en el sistema comercial catalano-valenciano como “escala obligada en las rutas internacionales de intercambio” (IRADIEL, 1995), donde producían más beneficios a través de la importación que de los propios productos exportados. Sin embargo, durante la primera mitad del siglo XV, no se encuentran establecimientos similares a los existentes en el reino de Granada (IRADIEL, 1995).

## Bibliografía

- Blake, H.; Hutt, A. y Whitehouse, D., 1971. "Ajdabiyah and the earliest Fatimid architecture"; *Libya Antiqua*, 8 ,pp.105-120.
- García Villanueva, M<sup>a</sup>. Isabel, 2009. "La cerámica de importación en la ciudad de Valencia: el barrio de Velluters"; *Actas del VIII Congreso Internacional de Cerámica Medieval*, Ciudad Real, Tomo I, pp. 141-158.
- Igual Luis, David, 1992. "Valencia y Sevilla en el sistema económico genovés de finales del siglo XV"; en *València i la mediterrània medieval. Societats i economies en contacte al segle XV. Revista de Historia Medieval*, 3, pp.78-116.
- Iradíel, Paulino, 1995. "El Puerto de Santa María, los genoveses, el Mediterráneo occidental"; en *El Puerto de Santa María entre los siglos XIII y XVI. Biblioteca de temas portuenses*,4, El Puerto de Santa María, pp.5-36.
- Lerma, Josep Vicent, 1992. *La loza gótico-mudéjar en la ciudad de Valencia*; Valencia. Monografías del Museo Nacional de Cerámica y Artes Suntuarias "González Martí", 1.
- Marçais, G., 1916. *Les poteries et faiences de Bougie*; Constantine, vol.III.
- Nepoti, Sergio, 1986."Ceramiche tardomedievali spagnola e islamiche orientali nell'Italia centro-settentrionale adriatica"; *Il Coloquio de Cerámica Medieval del Mediterráneo Occidental*, Toledo, 1981, pp.353-363.
- Ravaneli Guidoti, Carmen, 1992. *Mediterraneum. Cerámica española en Italia entre el Medioevo y el Renacimiento*; FAVL Edizioni Artistiche, Viterbo.
- Ruiz Gil, J. A., [1999], 2004. Arqueología de la Bahía de Cádiz durante la Edad Moderna; Tesis Doctoral. <http://rabida.uhu.es/dspace/handle/10272/2733> [consulta 27/09/2015].  
Idem, 2012. Editorial Académica Española (EAE).
- Saez Lara, Fernando, 1994. "Estudio de la loza azul y dorada de un navío hundido en Cabo de Gata (Almería)"; *IV Congreso de Arqueología Medieval Española*, T-III, 1993, pp. 1049-1057.
- VV.AA., 1992. *Arte y cultura en torno a 1492*. Expo'92, Sevilla.
- VV.AA., 1996. "The dictionary of art"; Nueva York, Tomo 16.
- Wade Haddon, Rosalind A., 2012. "Mongol Influences on Mamluk Ceramics in the Fourteenth century"; en Doris Behrens-Abuseif (ed.): *The Arts of the Mamluks in Egypt and Syria – Evolution and Impact*. V&R unipress, Bonn University Press, pp. 95-113.
- Zozaya Stabel-Hansel, Juan, 1969. "El comercio de al-Andalus con el Oriente: nuevos datos;" *Boletín de la Soiedad Española de Orientalistas*, V, pp.191-204.

## DE CEUTA A SANTARÉM: IMAGEM E MEMÓRIA DO PERCURSO DE D. PEDRO DE MENESES

*Antonia González Tinturé*  
*M<sup>a</sup>. Antonia Athayde Amaral*  
Direção Geral do Património Cultural

### INTRODUÇÃO

A arca tumular que alberga os restos mortais de D. Pedro de Meneses, de D. Margarida de Miranda e D. Beatriz Coutinho, suas primeira e terceira mulheres respectivamente, localiza-se na Igreja da Graça, na cidade e concelho de Santarém.

A igreja integrava o antigo Mosteiro dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho, fundado por D. João Afonso Tello de Meneses, Conde de Ourém, e por sua mulher, D. Guiomar Lopes Pacheco, bisneta do rei D. Sancho de Castela.

O mosteiro foi extinto em 1834 e adquirido á Câmara, em 1847, pelo Comendador Silvério Alves da Cunha (Carvalho 1902: 16) a quem se deve uma grande intervenção, nomeadamente a nível da cobertura. A igreja terá sido, ainda em vida de Silvério Alves, cedida à Irmandade dos Passos, e o edifício anexo seria doado ao Asilo de Santo António, aquando da sua morte, em 1878, tendo incumbido a sua administração de conservar o templo, com 4 contos que deixou para o efeito (Sarmiento 1993: 111-112).

O programa inicial do mosteiro abarcaria uma série de dependências que deveriam corresponder, com mais ou menos modificações ao longo dos séculos, às descritas por Manoel de Moraes, aquando do inventário que se seguiu à extinção do Convento. Relata a *Descrição breve e essencial* que pelo lado esquerdo das torres o convento prolongava-se em dois dormitórios, no claustro baixo em dois andares com seus alojamentos; deste programa constava ainda, nesta zona, uma livraria, o De Profundis, o refeitório, a cozinha, e dependências como a Adega, o lagar de vinho, lojas, cisterna, tudo muito danificado, na altura, pelo *flagelo ocorrido nestas desgraçadas terras* (as

invasões francesas)<sup>1</sup>. Hoje em dia, embora ainda subsistam edifícios que integraram o complexo monasterial, é difícil, por alterações ocorridas, sobretudo, no século passado, recuperar a imagem global deste monumento.

A Igreja da Graça, encontra-se classificada como Monumento Nacional desde 16 de maio de 1910, é património do Estado Português, monumento afeto à DGPC por Decreto-Lei n.º 115/2012, DR, 1.ª série, n.º 102 de 25 maio de 2012 e está, desde 6 de Outubro de 1999, a ser gerida pela Câmara Municipal de Santarém<sup>2</sup>.

### A CONSTRUÇÃO DA IGREJA DO CONVENTO DOS EREMITAS DESCALÇOS DE SANTO AGOSTINHO

A intenção de fundar o convento dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho, em Santarém, parece remontar a 1372, data do Breve do Papa Gregório XI e da altura em que João Afonso Teles de Meneses terá trazido os frades de Lisboa para os instalar no seu próprio paço, até Maio de 1376 (Cardoso 1652: 175). Nesse mesmo ano, a crer no Pe Ignacio (Vasconcellos 1740: 127), ou ao ano seguinte, conforme o “Instrumento de fundação” referido por Silva Tarouca, D. João Afonso Teles daria, aos referidos Eremitas de Santo Agostinho, representados pelo prior do convento de Lisboa, Frei João de Torres, *umas suas casas em Santarém, que foram do Mestre Pero das Leis, situadas na rua, que se chamava de João Caramo* (Tarouca 1942: 402 e 407)<sup>3</sup>, intramuros da cidade e cuja área foi sendo aumentada através da compra de propriedades contíguas em 1378, 1380 e 1383, a Vasco Peres de

---

1.- *Torre do Tombo. Ministério das Finanças - Convento de Santo Agostinho de Santarém (Convento da Graça). Coleção Especial, nº 350 Caixa 2249. Em 1834, no âmbito da “Reforma geral eclesiástica” empreendida pelo Ministro e Secretário de Estado, Joaquim António de Aguiar, e executada pela Comissão da Reforma Geral do Clero (1833-1837), pelo Decreto de 30 de Maio, foi realizado, pela Provedoria do Concelho, um Inventário dos bens do extinto Convento da Graça desta Villa de Santarém da Ordem dos Agostinhos descalços, in Torre do Tombo. Ministério das Finanças - Convento de Santo Agostinho de Santarém (Convento da Graça).*

2.- Arquivo do DEPOF/DGPC “Empreitadas Diversas 1996, 1997, 1999, 2000 e 2003” - Contrato-Programa entre o Instituto Português do Património Arquitectónico e a Câmara Municipal de Santarém que estabelece que a gestão corrente da Igreja da Graça (guardaria, limpeza e demais serviços correspondentes à abertura ao público do monumento) será assegurada pela CMS.

3.- O autor refere-se ao *Instrumento de Ereção deste Convento, que o Conde de Ourem, D. João Afonso Tello e seu filho o Conde de Barcellos, mandarão edificar nesta Villa, existente na Torre do Tombo, à data, mas ao qual não foi possível aceder nem confirmar a existência.*

Camões, Afonso Peres Leitão e a Lopo Ruiz respectivamente<sup>4</sup>. Refere ainda o documento citado que teriam lançado a primeira pedra para a construção do altar, D. João Afonso Telles de Meneses e o seu filho, João Afonso Telo, no ano de 1377, em cerimónia presidida por alguns freires e onde se teria, ainda, celebrado uma missa.

No entanto, e cruzando esta informação com outros documentos em análise, como a lápide fundacional<sup>5</sup> colocada no pilar entre a capela-mor e a antiga capela de S. João, no braço direito do transepto, que ostenta a data de 16 de Abril de 1380, as obras teriam ficado a cargo, ou teriam sido mesmo encomenda, de João Afonso, criado do referido Conde, ou, pelo menos, de alguém das suas relações, só assim se compreendendo, e como assinalou Mário Barroca (Barroca 2000: 1874) a referência, na segunda parte do texto da referida lápide, a si e à sua mulher Clara Lourenço, como estando aí sepultados.

Sobre o andamento destas obras, que cremos poderem ter ficado algo comprometidas depois da morte do fundador, no Natal de 1381 (CDP, 59-61), e do assassinato do seu filho, em 1384, ou, eventualmente, interrompidas aquando do exílio da restante família Teles em Castela, não temos qualquer registo documental que nos permita saber quando se repegaram e concluíram. Interessa contudo chamar a atenção para alguns elementos arquitecturais que permitem perceber momentos de construção que extravasam o último quartel do século XIV e que comprovam a já suspeitada extensão da obra no tempo.

Esta diacronia construtiva é, assim, na opinião de alguns autores (Dias 1994: 142 e Pereira 1995: 419), especialmente visível nos pilares da nave com meias colunas viradas para a nave central e para as naves laterais, rematadas por mísula invertida em bisel, sem solução arquitectónica de continuidade visível, mas cuja função inicial parece ter sido a de apoio ao madeiramento trabalhado da cobertura, talvez mudéjar (Pereira 1995: 420); ou ainda na fachada, já claramente do século XV, eventualmente da segunda metade, com rosácea rendilhada a encimar o portal principal moldurado

---

4.- Trata-se de casas, *um chão por outro chão e huns mortórios ante as portas do mosteiro, para nellas fazer certa obra para o mosteiro*. O documento de 1383 é um contrato de escambo entre a Condessa D. Guiomar e o referido Lopo Ruiz, tendo o Conde, nesta altura, morrido há pelo menos dois anos. O autor seguiu o Tombo Antigo de 1724, eventualmente na Torre do Tombo mas ao qual não foi possível aceder nem confirmar a existência.

5.- A lápide foi lida por Purificação 1642-56, vol. II, fl. 233, col. 4<sup>a</sup>; Cardoso 1652-66, vol. I, 175; Freire 1921, vol. I, 119; Tarouca 1942, 408 segundo a leitura do Tombo Antigo 1724; e, mais recentemente, por Barroca 2000, 1872-1878.

por um alfiz decorado, como na Batalha, com estiletos verticais em relevo e platibanda superior vegetalista, composto por cinco arquivoltas e capitéis de decoração igualmente vegetalista (*Idem, ibidem*).

Considerada a melhor manifestação da corrente mendicante nacional (Chicó 1981: 112), de clara filiação batalhina, a igreja apresenta três naves com cinco tramos e largo transepto, cabeceira tripla, com capelas de planta poligonal cobertas por abóbadas de nervuras. A cobertura das naves e do transepto é de madeira e a iluminação do templo, proporcionada quer pela rosácea da fachada, pelo óculo do topo, pelas janelas ogivais dos flancos das naves ou ainda pelo janelão do braço livre da nave transversal, confere amplitude ao edifício. Especial destaque para os pilares da nave, cruciformes e com colunas adossadas, encimadas por capitéis que ostentam decoração fortemente naturalista e com alguns elementos antropomórficos, de que destacamos os dois anjos tenentes com escudos, que lembram os existentes na Batalha. Dizia Pedro Dias que *tudo nesta igreja lembra a arte do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, não parecendo, no entanto de aceitar a intervenção de qualquer dos Mestres principais do estaleiro* (Dias 1994, p. 142).

Espelhando tempos descontínuos e soluções arquitectónicas e decorativas dos primeiros tempos da Batalha, na esteira do Mestre Afonso Domingues mas sobretudo de Mestre Huguet, o templo, iniciado em finais do século XIV, só viria a consubstanciar a sua actual aparência a partir da segunda metade do século seguinte com acrescentos e intervenções ainda hoje detectáveis e enquadráveis nos séculos XVI, XVII e XVIII.

## O PERCURSO DE D. PEDRO DE MENESES

A família Telles, de origem castelhana, estabeleceu-se em Portugal no século XIII após um desentendimento de João Afonso Teles com o sogro, o monarca D. Sancho IV de Castela. Este mesmo João Afonso seria nomeado, em 1298, por D. Dinis, conde de Barcelos, o primeiro título nobiliárquico da família Teles em território nacional e, mais curioso, o primeiro título condal de tipo “moderno” em Portugal (Campos 2008: 42-43). A partir daqui a família desempenhará um papel preponderante na corte portuguesa.

Um neto do primeiro conde de Barcelos, D. Afonso Teles, servirá D. Afonso IV, e ser-lhe-á outorgada a alcaidaria de Marvão. Casado com D. Berenguela Lourenço Valadares, serão precisamente os pais de D. João Afonso Telo de Meneses, fundador do Mosteiro dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho de Santarém. Personagem de grande destaque na Corte portuguesa aparece



referido na documentação como Conselheiro de Pedro enquanto Príncipe Herdeiro, vassalo da Casa deste monarca, seu Alferes-Mor e, posteriormente, seu Mordomo-Mor. O seu casamento, em 1353, com D. Guiomar Lopes Pacheco ou Vilalobos<sup>6</sup>, filha de Lopo Fernandes Pacheco, também ele poderoso magnate de D. Afonso IV, e bisneta do monarca castelhano D. Sancho IV, reforçaria, uma vez mais, o poder e o prestígio desta família no ambiente político e social português de então. Em 1357 João Afonso Telo de Meneses foi nomeado 4º Conde de Barcelos, por mercê do mesmo monarca, que ordenaria festejos de tal forma sumptuosos, em sua honra, que mereceram de Fernão Lopes atenção pormenorizada na Crónica de D. Pedro (CDPI, Cap. XIV: 61-63). O conjunto de benesses de que foi objecto por parte de D. Pedro e, posteriormente, por parte de D. Fernando, de que relevamos a sua nomeação como 1º Conde de Ourém, são bem testemunho do enorme prestígio que gozava enquanto privado do rei (Barroca 2000: 1875-1876). Foi ainda D. João Teles de Meneses o grande mentor do casamento do monarca com a sua sobrinha, Leonor Teles, tornando-se a influência desta família, pelos fortes laços parentais que a uniam à rainha, quase absoluta<sup>7</sup>.

O casal teve três filhos, D. Afonso Telo, quinto Conde de Barcelos, D. João Afonso Teles, primeiro Conde de Viana (pai de D. Pedro de Meneses), e D. Leonor Teles de Meneses, que se viria a casar com D. Pedro de Castro, senhor de Cadaval. Será precisamente à filha deste casal, D. Guiomar de Castro, que se deverá a iniciativa da construção do jazigo dos fundadores (seus avós) a meio da Capela Mor da Igreja da Graça<sup>8</sup>, entre 1448 (data em que o seu marido, D. Álvaro Gonçalves de Ataíde, se torna o primeiro

6.- D. Guiomar, filha de D. Lopo Fernandes Pacheco e de D. Maria de Vilalobos era, bisneta de Sancho IV de Castela, conforme referido na lápide fundacional da Igreja da Graça, no epitáfio do seu túmulo da capela mor ou ainda no epitáfio de D. Pedro de Meneses, seu neto (vide, a este respeito, Tarouca 1940: 176-177 e *Idem*, 1942: 396-401).

7.- O casal régio concedeu, em 1371, o título de Conde de Ourém a D. João Afonso Telo, já então conde de Barcelos; em 1372, 1376 e 1382 a alcaidaria de Lisboa, o almirantado do Reino e o condado de Barcelos a D. João Afonso Telo, irmão primogénito da rainha; em 1373, a alcaidaria de Coimbra, o senhorio de Faria e o condado de Neiva a D. Gonçalo Teles, irmão de D. Leonor; no mesmo ano fizeram Mestre da Ordem de Cristo D. Lopo Dias de Sousa, sobrinho da rainha (filho de Maria Teles) e alcaide de Beja e Conde de Viana do Alentejo, D. João Afonso Telo, pai de D. Pedro de Meneses (Campos 2008: 44).

8.- Existem algumas transcrições da lápide sepulcral, da original e da actual que data, segundo Braancamp Freire, da segunda metade do século XVII (Cardoso 1652: 175; Vasconcellos 1740: 133; Freire 1921: 119; DGEMN: 8-9; Tarouca 1942: 396; Barroca 2000, p.1872-1878).

Conde de Atouguia) e em período anterior à da sua morte que ocorreu em 1473 (Freire 1921: 1199) iniciando, aqui, a clara intenção de converter o templo na capela Panteão dos descendentes do Conde de Ourém.

Com a morte de D. Fernando em 1383, a subsequente crise dinástica e o seu desfecho, a maioria dos membros desta família, fiéis a D. Beatriz de Portugal, desaparecerá, de uma forma ou de outra, do cenário político português. Assim acontecerá com D. João Afonso Telo, irmão da rainha, morto na batalha de Aljubarrota, com o pai de D. Pedro de Meneses, D. João Afonso Telo, conde de Viana e alcaide de Penela e Miranda, que será decapitado em 1384, durante uma revolta popular (Campos 2008, p.45), ou com todos aqueles que, vendo os seus bens arrestados pelo novo monarca, optaram por ir viver para Castela, instalando-se nas imediações da corte de D. Beatriz. Foi assim com a viúva de João Afonso Telo, D. Mayor de Porto Carrero, e com seu filho, D. Pedro de Meneses, que, encontrando-se em Santarém, em 1386, provavelmente hospedados em casa D. Guiomar Lopes Pacheco, sem bens e confrontados com a proposta do monarca de ficarem em Portugal ou de partirem para Castela, optaram por se acolher na cidade de Toro onde a rainha D. Beatriz, ela própria uma Teles, permanecia com a sua Corte. Nesta mesma cidade acolher-se-iam igualmente grande parte dos portugueses exilados, entre os quais o seu parente D. Álvaro Gonçalves Camelo, prior da Ordem do Hospital, documentado em Castela entre 1399-1403, que desempenhará, juntamente com outro seu parente, D. Lopo Dias de Sousa, prior da Ordem de Cristo, um papel crucial junto de D. João I na escolha de D. Pedro para capitanear Ceuta (Campos 2008: 47-50).

Pouco se conhece da vida de D. Pedro de Meneses em Castela durante os cerca de 18 anos que aqui terá permanecido além do facto de o monarca castelhano o ter agraciado com o título de conde de Ilhó, ou Ayllon, que nunca seria reconhecido por D. João I.

Quanto ao seu regresso a Portugal permanecem pouco claras quer as circunstâncias que o tornaram viável quer a data precisa em que tal aconteceu. A primeira referência ao seu retorno data de 6 Maio de 1403, altura em que se encontrava em Santarém, com o rei, a tratar, segundo alguns autores, da questão da devolução dos bens familiares confiscados (Campos 2008: 47; Zurara: 317-318). Pouco tempo depois encontramo-lo já na Corte e na Casa Real, como *morador de mais elevada moradia – quantia anual atribuída pelo soberano aos moradores da corte – recebendo cerca de 28.600 libras anuais* (Campos 2008: 49), e a testemunhar, com outros privados, documentos de actos tão relevantes como o da instituição da Casa dos Infantes ou a desempenhar o

cargo de alferes-mór na Casa do Infante D. Duarte, afirmando a sua posição social e política no seio da Corte, de que também é reflexo o seu primeiro casamento com D. Margarida de Miranda, filha do arcebispo de Braga, D. Martim Pires da Charneca, e moradora da Casa da Rainha.

A documentação e relatos sobreviventes, que permitem reconstituir a sua reintegração no País até à tomada de Ceuta, espelham bem as suas intenções de recuperação do antigo prestígio e influência política da família Telles, na sua cada vez maior proximidade pessoal ao novo monarca português e no consequente aumento da sua influência institucional e política no seio da corte.

Integrou o contingente militar de Ceuta, como Alferes do Infante D. Duarte, tendo sido, depois das três escolhas régias recusadas (Nuno Álvares Pereira, Gonçalo Vasques Coutinho e Martim Afonso Melo), nomeado capitão da praça conquistada. Aparentemente surpreendente, talvez esta nomeação já estivesse a ser preparada e não fosse totalmente inesperada se tivermos em conta o papel determinante, de Álvaro Gonçalves Camelo, prior da Ordem do Hospital, e tio de D. Pedro, junto de D. João I, ou o elevadíssimo número de parentes – Porto Carreiro, Barreto, Ataíde, Meneses, Noronhas e Gomes da Silva - que, afinal, o acompanhavam e que se disponibilizaram, de imediato, a ficar com ele em Ceuta (Casaca 2000: 56). Em 1424 recebeu de D. João I o título de Conde de Vila Real e, em 1433, o de conde de Viana. Morreu em 22 de Setembro de 1437, em Ceuta.

## A TUMULAÇÃO DE D. PEDRO DE MENESES: DE CEUTA A SANTARÉM

A grande arca conjugal de D. Pedro de Meneses, de D. Margarida Miranda e de D. Beatriz Coutinho, suas primeira e terceira mulheres respectivamente, guardada na Graça, resulta de uma disposição testamentária do conde, referida no capítulo final da crónica, onde é nomeada D. Leonor *herdeira em todos os bens do património, porque ho all pertemçia aa comdesa Dona Beatriz, molher do Comde dom Fernando, com espiçiall encargo de hordenar sua sepultura e satesfazer e todo as cousas que a sua allma pertencia, o que çertamente ella fez como molher virtuosa e digna de grande louvor, caa, leixamdo as exéquias que lhe mandou fazer aa emterração, depois fez trazer sua ossada com grande homrra e poer no Moesteiro de Samt Agustinho de Santarē, que fez o comde d'Ourē, seu avoo, e lhe camtar çertas capellas, segumdo seu padre leixara ordenadas no testamēto*<sup>9</sup>. A esta filha de D. Pedro, convém lembrar, coube ainda a iniciativa, por reque-

9.- BROCADO, MARIA TERESA (1997), Crónica de D. Pedro de Meneses. Gomes Eanes de Zurara, edição e Estudos. Fundação Calouste Gulbenkian, p. 175. Doravante CDPM.



Arca tumular de D. Pedro de Meneses e, do lado direito do conde, a lápide sepulcral de D. Leonor.

rimento a D. Afonso V, da Crónica do Conde D. Pedro de Meneses *E assy que ho bõ desejo e vomtade deste rrey dom Affonso foy a primçipall causa de esta obra começar e acabar e desy rrequerimento de hũa filha daquelle comde que se chamaua dona Lianor de Meneses, molher por çerto virtuosa e de grã, de saber a quall ffoy casada com dom Fernamdo, bisneto dell rey dom Johão* (CDPM, cap. I, 175).

D. Leonor, filha de D. Pedro de Menezes e da sua primeira mulher D. Margarida de Miranda, casou em 1447 com D. Fernando, neto do rei D. João, marquês de Vila Viçosa e conde de Arraiolos, e morreu pouco depois, em 1452, sem descendência.

A referência a D. Leonor como principal impulsionadora da encomenda deste magnífico mausoléu aparece referida na inscrição tumular de D. Pedro, onde se lê *Sua sepultura/mandou fazer: a muito honrada muy noble e muy honesta senhora dona lionor de meses sua filha molher que foy do muito honrado e noble Sor [dom fernando filho do marques de villa vjiçosa (...)]* (Freire 1921, I: 128) e no testamento da própria, datado de 2 de Maio de 1452. Este testamento refere ainda determinações outras relativamente ao sepultamento da própria, em campa rasa na Igreja da Graça, à mão direita do túmulo de seu pai, fazendo-se representar de corpo inteiro, envergando hábito franciscano

e ostentando inscrição na bordadura da lápide *Aqui jaz a mui honrada e nobre senhora dona lionor de menezes/ molher que foi do muy<sup>to</sup> honrado e nobre S<sup>or</sup> dō fernãdo neto delrey dō Jō marques de /vila viçosa e cōde daraiolos filha do m<sup>to</sup> honrado e nobre S<sup>or</sup> dō / P<sup>o</sup> de menezes conde de viana alferes mor delrey dō eduarte capitã e governador que foy da cidade de cepta e almirante destes reg<sup>os</sup> /finou em vij dias de mayo do ãno de nosso senior...de mil IIII<sup>c</sup> lij. (Freire 1921, I, 129).*

Da leitura do capítulo final da crónica de D. Pedro, das duas inscrições tumulares e do testamento de D. Leonor levantam-se dúvidas, como já salientaram alguns autores (Freire 1921, Tarouca 1962 e David 1990), no que concerne à data da trasladação dos restos mortais de D. Pedro e ao ano da execução do monumento. O ano de 1437, como defenderam alguns autores sugestionados pela data da sua morte e pelas similitudes deste túmulo com o de D. João I, na Batalha, está fora de questão. Vejamos.

Segundo a crónica de Azurara, embora D. Pedro tenha morrido em Ceuta em 22 de Setembro de 1437, o corpo só terá vindo para Portugal durante a regência de D. Pedro (1439-1446) - *ao tempo que ally foy trazido falleçera jaa ell rey Eduarte e rregnava este rey Dom Affonso moço de pequena hydade, regemdo por elle seu tio o ymfante Dom Pedro, homē por certo digno de grande louvor, como por seus feitos podeys/[639] / saber. E este rrey com seu irmão e com este seu tio fizerão muy [grãde hmnrra] ao corpo daquelle conde ao tempo de sua treladação.*

*E assy aveis de saber que ho conde dom Pedro manteve a Cepta vinte dous anos e pouquos dias (...)* (CDPM, Cap. XL, 717), ou talvez mesmo mais tarde.

Onde teria ficado sepultado D. Pedro de Meneses, em Ceuta, não sabemos com exactidão. A maior parte dos autores portugueses sugerem, como hipótese, que teria ficado na igreja de Nossa Senhora de África, onde se encontra o bastão (o Aleo) que, segundo a tradição, D. João I teria entregue a D. Pedro com a governança da cidade. Não existe, contudo, e segundo informação do historiador e arquivista de Ceuta José Luis Gómez Barceló, qualquer documentação ou mesmo tradição que sustente esta hipótese. Segundo o mesmo investigador teria muito provavelmente ficado na Capela Real do convento de Santiago fundado por bula *In eminenti specula militantes Ecclesia*, de 4 de Junho de 1420, que se edificou sobre a antiga madrassa Al-Yadida.

*Esta capela, onde por certo se guardava o Pendão Real e onde foi depositado o corpo de D. Sebastião, separada da Igreja principal do Convento, fue mantenida por la Cavallaria de Lanza, en quien existía la ermandad, arruinada com las Baterías de los Moros despues que en el año de 1694 sitiaron*

*esta Plaza; ella tenía un hermoso Retablo, en medio de él la Efigie del Apóstol Santo a Cavallo, y decían era retrato de uno de los señores Marqueses de Villareal, y encima la imagen de N.S.A de Guia, y en los Colaterales la de San Buenaventura, y Sn. Antonio de Padua, de que se infere fue colocado antes del año de 1569, y en lo alto de cada una destas dos, un Angel embrizado en el izquierdo el Escudo de Armas de dichos Señores, y en el diestro empuñado un Bastón con inscripción que decía "Alleo" representando el mando de esta Plaza, que el Rei Dn. Juan el Primero destinou a su primier Capitán El famoso Dn. Pedro de Meneses; todo lo que se consumió con él incendio de las Bombas (in Correa da Franca, p. 656, citado por Gómez Barceló 1996: 198 e 201).*

Mesmo que a transladação se tenha verificado durante a regência de D. Pedro, o que não nos parece completamente adquirido, o facto é que no ano de 1452, e segundo o testamento de D. Leonor acima referido, o túmulo não estaria concluído ou mesmo iniciado, já que esta deixa essa incumbência aos seus testamenteiros com indicações precisas sobre o local exacto onde deveriam colocar a arca tumular:

*(...) mando que meus testamenteiros façam a meu padre huma sepultura em meyo do Arco da Capella grande de Santo Agostinho, da parte que vai contra Sam João. E tirem a parede, e fique todo o arco bem alto com huma gullhanda muy fermosa, e seja quazi a Sepultura. E seja o moimento de alabastro e dourado onde cumprir, cercado de redol de huma grade de ferro dourada ou prateada. E isto seja assim ordenado que á sua pessoa e estado seja correspondente... E no mesmo lugar que eu ordeno, poraõ suas Armas todas e letreiro de boa memória e da muita merce que Deos lhe fez, em [210] boas andanças que lhe deu, e como sempre venceu e nunca foy vencido, segundo tudo compridamente e melhor puder ser. E suas bandeiras e armas d'Estandarte sobre o moimento estem penduradas ..O qual moimento seja de obra de suas batalhas e guerras dos Mouros e seja da peleja do terço d'Alemanha e desbarate que elle fez e grande façanha. E seja a sepultura da quela grandeza e altura, que seu honrado nome merece, e o melhor que se possa fazer (Tarouca, 1962: 409-410).*

Também os epitáfios do Conde e da sua filha referem D. Fernando (1403-1478), sogro de D. Leonor, como Marquês de Vila Viçosa, titulo que só lhe será atribuído em 1455, e Fernando II, seu marido, sem qualquer título. Ora D. Fernando II sucedeu no título de Duque de Bragança em 1461 e foi conde de Guimarães entre 1463 ou 1464. Assim, por exclusão de partes e em conclusão, a execução desta encomenda só deverá ter acontecido na segunda metade do século XV, entre 1455 e 1461 (Freire 1921: 130 e David 1990: 42).

## OTÚMULO DE D. PEDRO DE MENESES NA IGREJA DA GRAÇA DE SANTARÉM

Detenhamo-nos, agora, no lugar escolhido por D. Pedro, na Igreja, para a colocação do seu túmulo, ponto determinante do programa arquitectónico da tumulação.

Refere o testamento de D. Leonor que a sepultura seria colocada *em meyo do Arco da Capella grande de Santo Agostinho, da parte que vai contra Sam João* (Tarouca 1962: 409), ou seja, na zona do transepto, em frente à capela-mor, talvez chegado ao lado direito, mais precisamente, e tem lógica, em frente à lápide fundacional do templo a que atrás aludimos. Desconhecemos qual terá sido a orientação do túmulo mas é natural que se tenha optado pela orientação canónica, com a cabeça para Oeste e os pés para Este. Assumindo esta posição, a lápide de D. Leonor estaria do lado direito de D. Pedro, em frente à capela-mor e com a mesma orientação. Tenha sido esta ou outra a posição porque optaram, o certo é que os monumentos se mantiveram neste local até 1725.

Por esta altura, e por se querer dar *próprio lugar* a Santa Rita (não sabemos de quem partiu a iniciativa mas é possível que tenha sido do Padre Fr. António das Chagas que substituía então o Prior do Convento Padre Prior Fr. José de Ataíde, ausente no convento da Graça de Lisboa) tomou-se a decisão de retirar o túmulo de D. Pedro do seu lugar de origem e de o colocar do lado do evangelho, por baixo do coro e ao lado das escadas da entrada principal (Vasconcellos 1740: 139).

Noticiava-se então, na Gazeta de Lisboa 14 de Junho de 1725, no âmbito das obras que aqui se pretendiam desenvolver, que se teria procedido à abertura do túmulo (atribuído, por lapso, ao fundador, o que foi corrigido, no mesmo periódico, 6 dias depois) onde se encontraram 3 sepultamentos, um dos quais incorrupto: *tirouse a tampa e se achou inteiro o corpo desta Senhora Dona Beatriz, e todas as vestiduras em que estava amorta-[140]lhada, incurrutas, e tão sans, que parecia, que naquela hora lhas tinham vestidas, havendo mais de trezentos anos, que alli foy sepultada (Idem: 140)*. Esteve o referido corpo exposto numa capela da Igreja, que não se especifica, mais de oito dias, ou seja, o tempo que se terá levado a concretizar a quase impossível tarefa de mover o túmulo para a entrada da Igreja.

Seria então posicionado com a cabeceira para Norte e os pés para Sul e acompanhado da lápide sepulcral de D. Leonor, colocada à direita de D. Pedro, ou seja, do lado Este, conforme prescrito na disposição testamentária já referenciada.

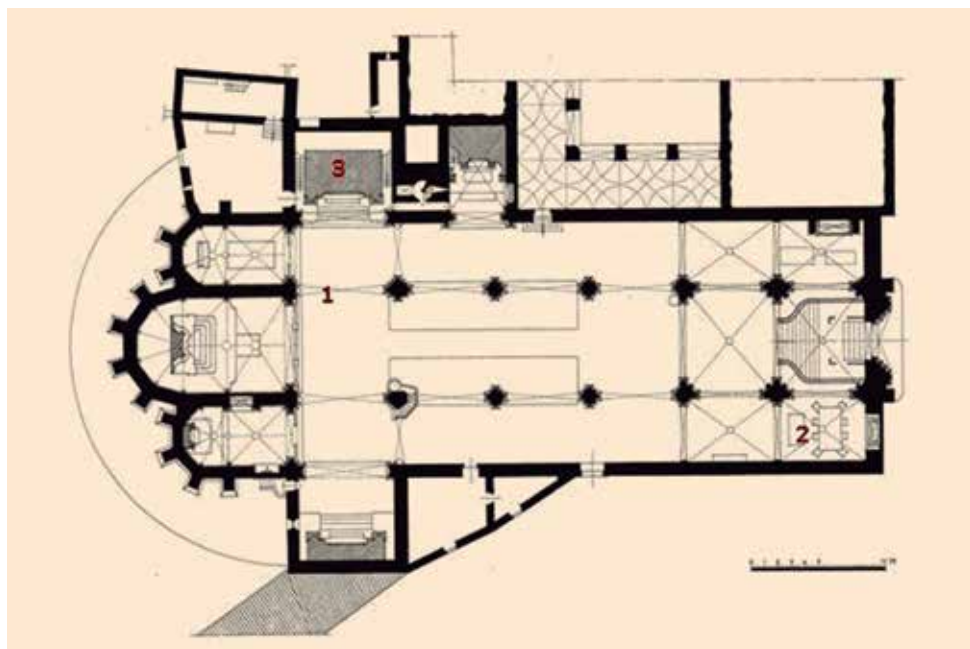


Colocação do Túmulo de D. Pedro à entrada da Igreja em 1725 (Domingos Alvão, SIPA 00531724).



Colocação do Túmulo de D. Pedro e de D. Leonor (lápide no chão) em 1725.





Posição do túmulo de D. Pedro no século XV (1), no século XVIII (2) e em 1951.

Em 1951, aquando das obras realizadas na igreja, pela DGEMN, voltou-se a deslocalizar este monumento funerário na intenção de o restituir à sua posição primitiva. Este local, no extremo do braço direito do transepto, com uma disposição Sul-Norte, não é, como facilmente se pode verificar, o original.

Do programa referido na documentação para o túmulo de D. Pedro, a que atrás aludimos, pouco se cumpriu.

Relativamente à matéria-prima do suporte, cujo documento referia ser alabastro dourado, optar-se-ia (e infelizmente, como a diante veremos), por um calcário oolítico da região centro de Portugal. Dos elementos iconográficos alusivos aos seus feitos em África e à batalha do terço d'Alemanha, que o testamento preconizava, apenas conseguimos identificar a cabeça do mouro, embora não ponhamos de parte a existência de mais simbologia ainda não decifrada. Quanto aos elementos decorativos que se disporiam em seu redor - a grade de ferro dourada e prateada - desconhecemos se alguma vez foram colocados.

Em contrapartida, do que se ordenou fazer relativamente à campa de D. Leonor, o programa foi cumprido com a máxima fidelidade. ...*Item Eu*



Arca tumular de D. Pedro de Meneses (vista geral).



Localização da abertura para o interior do túmulo.

*mando que meu corpo seja enterrado à sua mão direita (do sepulcro de D. Pedro de Meneses), em habito de Sanm Francisco, e ponhão sobre o meu corpo huma agrachão, em que eu este [sic] figurada com meu habito e meu letreiro seja escripto em ella e isto junto com a grade da parte de fora (Tarouca 1942: 410).*

O túmulo, tal como o conhecemos na actualidade, é constituído por uma arca em calcário maciço assente numa base composta por 6 blocos de calcário que perfazem uma moldura que assenta sobre o dorso de oito leões, vigilantes do túmulo, que seguram presas alusivas, eventualmente, aos feitos e às vitórias do primeiro capitão de Ceuta, mas cujo significado só nos parece evidente na cabeça humana de um mouro entre as garras de um leão. As outras presas entre as garras dos restantes leões representam uma cabeça de veado esfolada, tíbias, costelas, maxilares e coelhos.

Com dois jacentes sobre a tampa o monumento apresenta-se profusamente decorado com símbolos heráldicos, a empresa do tumulado – o *aleo* –, motivos vegetalistas e figurativos bem como ostenta uma inscrição alusiva ao seu percurso.

Os jacentes apresentam-se ricamente vestidos - D. Pedro, que Zurara descreve como *homem em que ouve meã estatura, corpo largo e fortes membros* (CDPM, cap. II, 182), repousa a cabeça sobre uma almofada, enverga armadura completa e tabardo, até aos joelhos, profusamente decorado com as suas armas, inclusivamente nas mangas, e faz-se representar com o braço esquerdo dobrado sobre cintura, cuja mão seguraria uma espada ou o bastão (o Aleo), e com o braço direito voltado para a mulher, segurando-lhe a mão; a figura feminina, D. Margarida, tal como a rainha D. Filipa de Lencastre, enverga um manto preso no peito por firmal em forma de flor de corada com pérolas, segura na mão esquerda o Livro de Horas e estende a mão direita a D. Pedro.

De mãos dadas, e olhos abertos, repousam lado a lado, protegidos por baldaquinos inspirados no modelo batalhino, e com os pés apoiados em mísulas, cuja base é esculpida com figurinhas femininas e masculinas entrelaçadas de difícil interpretação. O rebordo da tampa, de perfil em >, apresenta decoração de frisos de motivos vegetalistas (espigas, bolotas), antropomórficos (mão donde se expandem ramagens, máscaras regorgitantes) e zoomórficos (pássaros) onde se inscrevem pequenas molduras com a empresa do conde. No eixo central dos faciais principais, inscrevem-se duas cabeças, feminina, do lado da mulher, e masculina, do lado do homem, e no eixo central das testeiras dois anjos na parte superior e uma máscara regorgitante na zona inferior.

No facial principal, por baixo do jacente de D. Pedro, a longa inscrição biográfica (transcrita por Bramcamp Freire em 1921, e por Silva Tarouca em 1942) enaltece o tumulado evocando os seus títulos e cargos - Conde de Viana, primeiro capitão e governador Ceuta, Alferes Mor de D. Duarte -, a família e a sua ascendência real, os feitos militares de Ceuta, e por fim a data da sua morte e as virtudes - bom e católico, verdadeiro, fiel e leal.

Ao centro, as armas de D. Pedro, VilaLobos e varonia dos Meneses - escudo português posto "au balon" cortado de um traço e partido de dois, o que perfaz seis quartéis: os I, III e V divisam-se: (de vermelho) dois lobos passantes e sotopostos (ouro); II, IV e VI: de (ouro) três palas de (vermelho). Sobre-o-todo: de (ouro) liso - envoltas em folhagem de carvalho e bolotas, em clara alusão ao seu percurso vitorioso, à sua força moral e física. Inscrita numa coroa, de ambos os lados do seu escudo, surge, uma vez mais, a empresa do 1º Conde de Vila Real que se repete, curiosamente, 35 vezes em todo o túmulo (9 vezes em maiores dimensões).

No facial correspondente ao lado feminino duas representações heráldicas - as armas de D. Margarida de Miranda com escudo em lisonja, partido, ao I as armas do Conde, ao II uma aspa acompanhada de 4 flores de lis (Miranda) e as armas de D. Beatriz, também em lisonja, só diferindo por ter em II cinco estrela de cinco pontas (Coutinhos) -, intercaladas pela empresa do tumulado.

Nas testeiras, as armas do Conde, ostentando, a principal, uma cabeça de cervo esfolada, com sua pele, formando uma espécie de paquife, envoltas em folhagem e ladeadas da empresa.

O programa iconográfico aqui delineado é inovador, apresentando uma clara ruptura com o que até aí se executava. Os motivos de cariz religioso são claramente preteridos em benefício de um contexto profundamente laicizante. Os anjos representados, que sustentam os baldaquinos e encaminham as efígies à Jerusalém celeste, outrora elementos determinantes, são acessórios, de reduzidas dimensões desempenhando uma função minimizante, (David 1989:105). Em contrapartida as máscaras humanas regurgitadoras de verduras, de feição classicizante, que assegurariam a esperança na ressurreição, suplantam claramente as quase imperceptíveis representações angelicais.

Toda a narrativa do túmulo parece consagrar um ideal de *pietas*, à maneira romana, qual Eneias que levava os antepassados às costa (a referência aos seus avós D. João Afonso Teles de Meneses e Margarida de Vilalobos), a mulher e a descendência à mão direita (a mulher ao seu lado e o túmulo

de D. Leonor à sua direita), o enaltecimento das vitórias militares e das virtudes humanas, em perfeita consonância com o período em questão considerado o mais classicizante do gótico final.

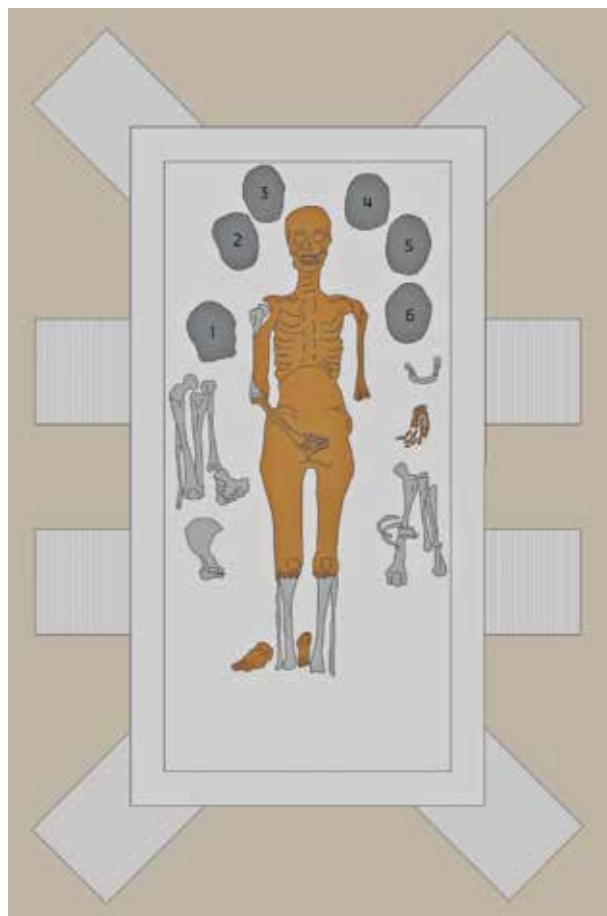
Em síntese diríamos que estamos perante uma obra do terceiro quartel do século XV, inspirada no modelo, de influência inglesa, inaugurado por D. João I e D. Filipa de Lencastre na Capela do Fundador, e que *originou um grupo específico e significativo da escultura funerária portuguesa quatrocentista* de que fazem ainda parte, os túmulos dúplices de D. Duarte e D. Leonor (Mosteiro da Batalha, 1438-1442), Pêro Esteves Cogominho e Isabel Pinheiro (Igreja de Oliveira, Guimarães, século XV – segundo quartel) e de D. Fernando de Meneses e D. Brites de Andrade (Igreja de Santa Clara, Vila do Conde, século XV – segundo quartel) (RAMOA 2008: 86).

A convergência das datas das encomendas, na igreja da Graça, iniciativa da família Teles de Meneses – a finalização da Igreja que parece remontar à segunda metade do século XV, a construção do jazigo dos fundadores e do túmulo de sua mãe, por D. Guiomar de Castro, entre 1448 e 1473, e, na mesma época, do mausoléu de Pedro de Meneses, iniciativa do conde mas cuja encomenda passaria para sua filha D. Leonor e para os seus testamenteiros -, documentam uma inusitada conjugação de esforços da 3ª geração do fundador no sentido de resgatar e perpetuar, através da execução e ostentação de símbolos religiosos e de prestígio como o templo, os túmulos, as inscrições e a crónica de Gomes Eanes de Azurara, a memória dos feitos familiares!

#### UMA JANELA PARA UM PASSADO DE VIDA E MORTE DA NOBREZA ESCALABITANA

Na sequência de uma ação de conservação e restauro da arca tumular de D. Pedro de Meneses efetivada pelo ex-IPPAR em Fevereiro de 2000, foi necessário proceder à remoção de argamassas cimentíceas que colmatavam um orifício localizado por cima das armas de D. Pedro, Villa-Lobos e varonia dos Meneses (facial principal, por baixo do jacente de D. Pedro). Trata-se de uma lacuna aberta na pedra calcária provocada, provavelmente, por uma ação intrusiva ao interior do túmulo. Apresentava uma dimensão de cerca de 40 centímetros de largura por 15 cm de altura. Após a remoção de todas as argamassas, surgiu a curiosidade de examinar o interior do túmulo, pelo que foi solicitada a nossa presença no local.

Tendo em conta a reduzida dimensão desta “janela” para o interior da arca tumular – onde apenas era possível colocar uma mão –, a observação preliminar do seu interior apenas foi possível após a colocação de uma fon-



Esboço esquemático dos elementos presentes no túmulo.

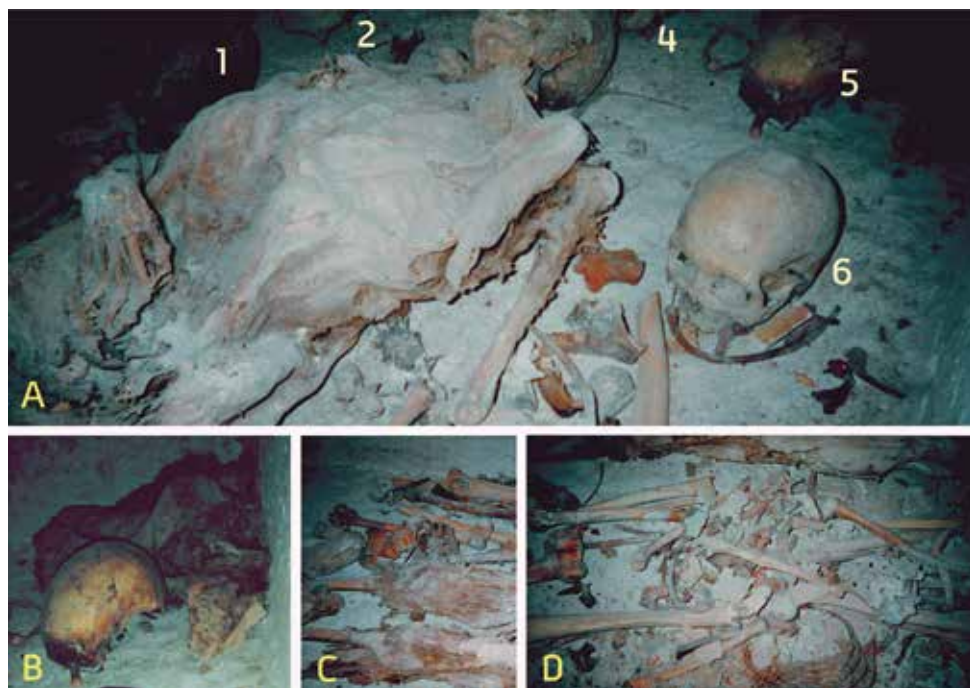
modo, o número mínimo de indivíduos (NMI)<sup>10</sup> encontrado é de 7 (sete) indivíduos, ou seja, um indivíduo em conexão anatômica e 6 (seis) crânios isolados, dois dos quais representados unicamente pela calote craniana, constatando-se a ausência das zonas frontal e basilar.

No que concerne o indivíduo colocado no centro da arca tumular, verificámos que sofreu um processo de conservação do corpo, aliás, um processo

te de iluminação artificial. Com a ajuda de um pequeno espelho, confirmámos a existência de restos humanos. Todavia, ressaltamos o facto de que todo este processo foi efetuado a partir de uma observação à distância, impossibilitando qualquer contacto com os restos humanos presentes no túmulo. Este facto condicionou o aporte de informação, apesar de ter sido possível a elaboração de um esboço gráfico que ilustra, esquematicamente, os elementos presentes.

Como já foi referido, o túmulo de D. Pedro de Meneses encontra-se situado no braço do transepto da Igreja da Graça em Santarém e tem uma orientação Sul (cabeceira) – Norte (pés). No seu interior identificámos a presença de um corpo principal ladoado, lateralmente, de diversos ossos longos e na zona da cabeça de seis crânios isolados e sem conexão anatômica. Deste

10.- Este número mínimo de Indivíduos (NMI), apesar da observação condicionada que realizámos, foi calculado unicamente pela presença do osso que surge com maior frequência, neste caso, o crânio. Contudo, lembramos mais uma vez que não possível analisar o restante material ósseo, nomeadamente, os ossos longos. Pelo que, depois da sua análise pormenorizada, este NMI pode sofrer alterações.



Preservação do corpo central: A) cabeça, caixa torácica e membros superiores; B) cintura pélvica; C) Membros inferiores.

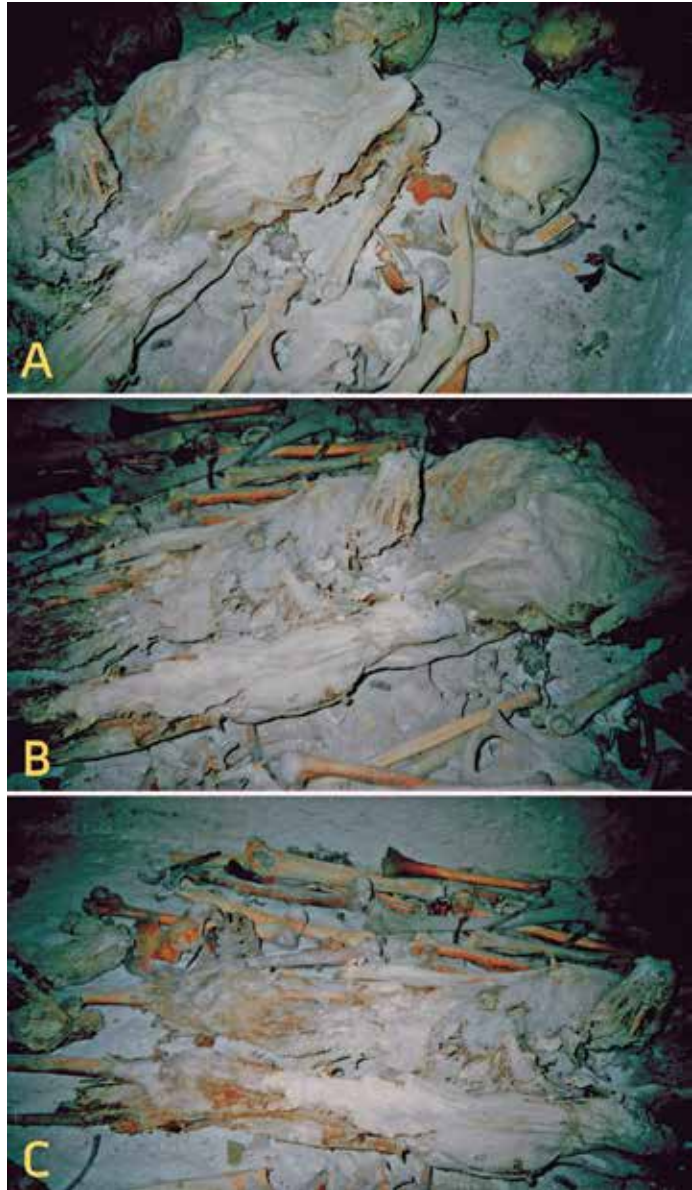
já considerado aquando da primeira abertura do túmulo em 1725<sup>11</sup>. Assim, estamos na presença de um indivíduo colocado em decúbito dorsal e em perfeita conexão anatómica, que preservou a maior parte dos tecidos moles, ligamentos, tendões e, muito provavelmente, órgãos internos. É visível também a presença de tecido a cobrir todo o corpo. A sua mão direita encontra-se colocada sobre a zona pélvica, enquanto que o antebraço e mão esquerda foram desarticulados do resto do corpo e colocados numa zona próxima da sua posição anatómica original. Esta desarticulação terá sido efetuada durante alguma das aberturas feitas ao túmulo ao longo da sua história. Esta mão está completa, com os tecidos moles (músculos, ligamentos e tendões) a envolver todos os ossos.

Como já foi referido, existe um conjunto osteológico humano disperso e sem qualquer conexão anatómica, que poderá, eventualmente, ter pertencido a qualquer dos indivíduos presentes no túmulo. Este espólio é cons-

11.- Em 14 de Junho de 1725, a *Gazeta de Lisboa* (nº24) anuncia a abertura de uma sepultura situada no meio da Capela-mor do Mosteiro dos Religiosos de Santo Agostinho de Santarém.

tituído, na sua maioria, por ossos longos e por seis crânios isolados. Os crânios sem conexão anatômica estão colocados sobre a base do crânio e numa posição periférica em relação ao corpo principal, na zona da cabeceira da sepultura. Todos eles têm a parte frontal orientada numa posição Sul-Norte.

O crânio 1 surge junto ao lado direito do corpo e apresenta características morfológicas compatíveis com uma diagnose sexual masculina. Do ponto de vista tafonômico, apresenta alterações ao nível da coloração atípica da superfície externa do osso (sinal de sepultamento em covacho). O crânio imediatamente a seguir (nº2) é representado por uma calote craniana sem as partes frontal e basilar, e que apresenta um frontal robusto e inclinado para trás com arcadas supraciliares marcadas (caraterísticas aparentemente masculinas). O crânio nº3 está completo e apresenta perda de peças dentárias *post-mortem* no maxilar. O crânio nº4 encontra-se completo e com perda de peças dentárias *post-mortem* no maxilar, apresentando um frontal baixo e inclinado para trás, juntamente com arcadas supraciliares robustas, órbitas quadrangulares e apófise mas-

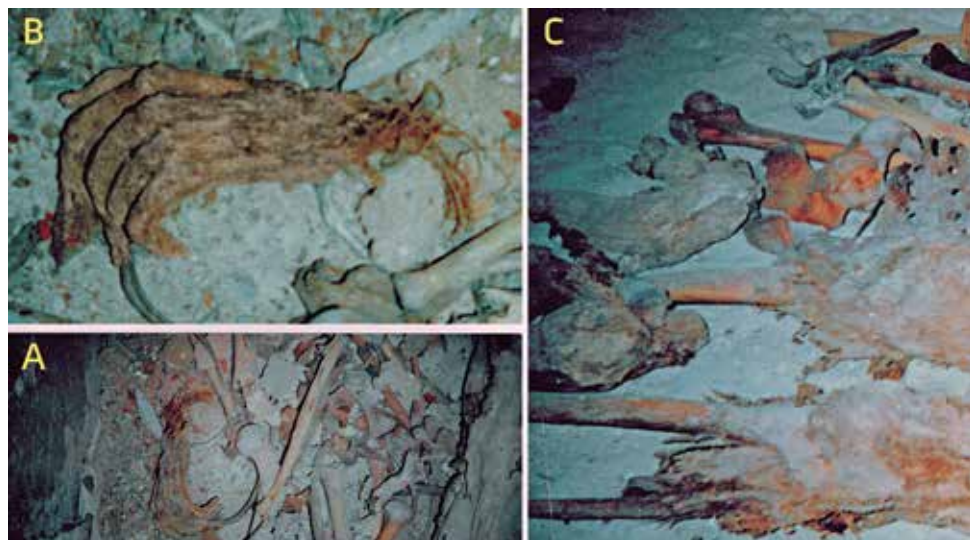


A) Posicionamento e numeração dos crânios sem conexão anatômica em torno do corpo central; B) Crânio nº 5 e restos de tecido; C) Membros inferiores parcialmente esqueletizados por ação antrópica; D) Vista geral do ossário presente do lado direito do corpo central.



tóide direita bastante desenvolvida. O nº5 é uma calote craniana sem as partes frontal e basilar, enquanto que o nº6 representa um crânio completo, com perdas dentárias *post-mortem* no maxilar e um frontal com arcadas supraciliares ligeiramente robustas, órbitas retangulares, osso malar e apófise mastóide pouco desenvolvidos.

Por sua vez, o crânio do corpo principal está totalmente ligado por tecidos, excetuando as partes temporal, parietal e occipital que se encontram desprovidas de tecidos moles, pelo que deixa visível uma apófise mastóide esquerda grácil e pouco massiva. Deste modo, o crânio encontra-se apoiado na região occipital, o que significa a permanência de tecidos moles que seguram toda a zona do pescoço e, conseqüentemente, a confirmação da posição original de inumação. A articulação temporomandibular é uma das articulações lábeis do nosso organismo que liga a mandíbula ao crânio e é uma das primeiras articulações a ceder. Todavia, tal não se passa neste caso, uma vez que a presença de tecidos moles na zona frontal permitiu a conservação da sua posição anatómica original. No que concerne a dentição, apresenta perda total *post-mortem* de peças dentárias do maxilar e da mandíbula. Terão sido perdidos e/ou arrancados durante as deslocações efetuadas aos inumados.

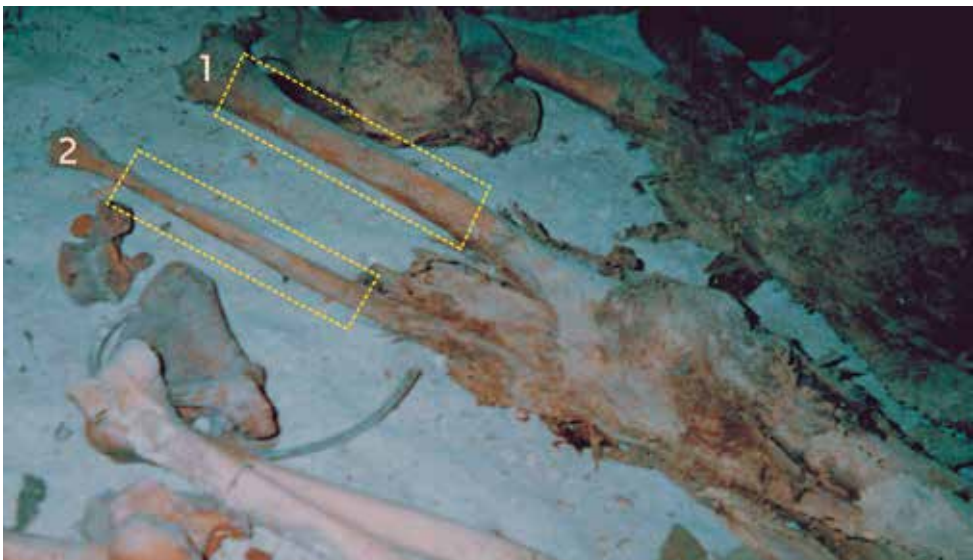


A) Ossário e mão esquerda desarticulada e localizada fora do seu local anatómico de origem; B) Pormenor do grau de preservação dos tecidos da mão esquerda; C) Desarticulação dos pés, que permanecem fora do seu local anatómico de origem.

Os membros superiores surgem colocados sobre a zona abdominal/pélvica, enquanto que os membros inferiores encontram-se esticados e paralelos entre si, com os pés fora do seu contexto, isto é, tal como sucedeu com o membro superior esquerdo (mão e antebraço), foram desarticulados do resto do corpo pela articulação tibiotársica e os ossos unidos pelos ligamentos e tendões (tecidos moles). De salientar o facto de ter sido colocado o pé esquerdo entre a extremidade distal das duas pernas (articulação tibiotársica) e o pé direito ao lado da perna direita com a planta do pé virada para o nosso local de observação. Somente a zona que se prolonga da articulação tibiotársica até ao joelho é que não comporta os tecidos moles, ficando as diáfises e epífises distais destes ossos totalmente expostas.

Por outro lado, parece ter havido um cuidado particular da disposição do corpo central dentro da sepultura, uma vez que se encontra ladeado por ossos longos e na cabeceira por crânios isolados. Existem ossos longos (úmeros, cúbitos, rádios, fémures, tíbias e perónios), dentes, vértebras, costelas, ossos das mãos e dos pés espalhados na periferia do corpo principal. Alguns destes ossos longos encontram-se fragmentados, o que denota que durante os transportes e limpeza do túmulo houve uma perda de material ósseo.

No âmbito da paleopatologia, observámos reações periosteas nas diáfises da tibia e do perónio esquerdos, possivelmente rugosidades irregulares do osso cortical das diáfises, compatíveis com uma possível periostite. A

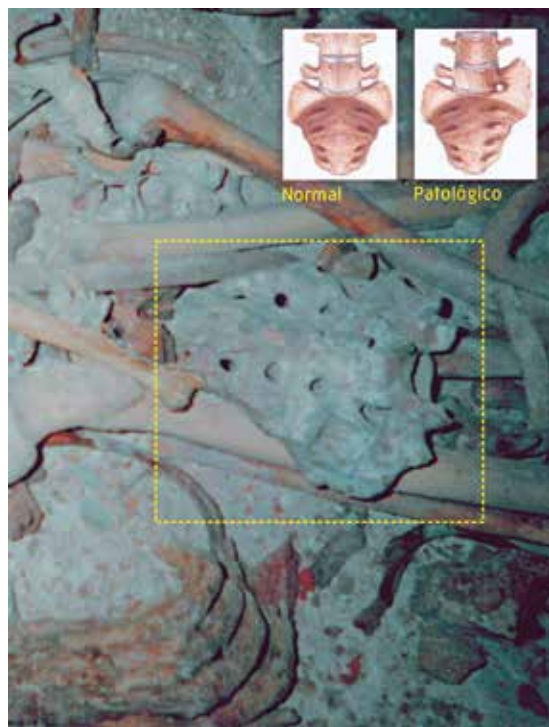


Reações periosteas nas diáfises da tibia (1) e perónio (2) esquerdos.

periostite pertence ao grupo das patologias infecciosas não-específicas e pode ter na sua génese uma infeção produzida por microrganismos, mas também em traumas, hemorragias ou úlceras crónicas (Ortner, 2003). Consiste numa reação inflamatória às bactérias do género *Staphylococcus* e *Streptococcus*. Essas lesões surgem, sobretudo, na superfície das diáfises dos membros inferiores sob a forma de uma estriação longitudinal e deposição de uma nova camada de osso sobre a camada cortical inicial. As diáfises tibiais são as mais atingidas por esta afeção, desconhecendo-se, todavia, a causa exata para esta localização preferencial (Ortner, 2003). Avaliando esse episódio de inflamação do perióstio poderemos saber como evoluíram os indivíduos e a sua adaptação às alterações ambientais, assim como inferir sobre a sua qualidade de vida, nomeadamente, sobre as condições de higiene em que viviam (Roberts e Manchester, 1995).

Ao lado da mão esquerda (desarticulada) identificámos no conjunto de ossos dispersos e desarticulados, um sacro que comporta um caso patológico congénito: sacralização total da quinta vértebra lombar (L5). Trata-se de uma patologia congénita que se materializa pela anquilose total ou parcial de L5 com o sacro. Neste caso em particular existe uma fusão total (bilateral). Por vezes, esta patologia poderá estar no desenvolvimento precoce de patologias como a osteocondrose ou do grupo das espondiloartropatias.

Na zona da cabeceira encontramos restos de tecido, que terão pertencido, muito provavelmente, à cobertura (lençol) que envolvia o corpo. Por sua vez, o chão do túmulo apresenta-se muito limpo e arrumado, dando a impressão de ter sido varrido, pois os ossos sem conexão anatómica encontram-se colocados de uma forma organizada, de um lado e de outro do corpo central. Todavia, é de estranhar não haver, pelo menos, algumas peças



Sacralização de L5 em sacro descontextualizado.

dentárias soltas ou fragmentos ósseos resultantes das aberturas do túmulo. Existe ainda na parte direita do corpo principal um osso (ou fragmento de madeira) que se encontra atado com um fio (ou pedaço de couro).

De quem são os restos mumificados presentes neste túmulo? Porquê a utilização deste método artificial de conservação humana? Qual a razão para a presença de, pelo menos, 7 indivíduos?

Em 14 de Junho de 1725, a *Gazeta de Lisboa* (nº24) anuncia a abertura de uma sepultura situada no meio da Capela-mor do Mosteiro dos Religiosos de Santo Agostinho de Santarém. Durante essa abertura foi encontrado um corpo inteiro apenas coberto por um lençol e que se encontrava em excelente estado de conservação, volvidos 340 anos da sua morte. O mesmo jornal refere, no dia 25 de Junho, no seu nº 25 que o corpo encontrado teria pertencido a D. Beatriz Coutinho, terceira mulher de D. Pedro de Meneses. As ossadas do próprio D. Pedro de Meneses estão igualmente encerradas neste túmulo, bem como os restos da sua filha D. Leonor e da sua primeira mulher, D. Margarida de Miranda. Enquanto que a primeira esposa morre em Portugal, a segunda (D. Filipa Coutinho) morre na viagem para Ceuta e a terceira – D. Beatriz Coutinho – falece em Ceuta. Daí que na altura se aceitou o facto de ser o corpo desta última que se tenha encontrado incorrupto, visto que na época e nessa região da África do Norte, conheciam-se métodos de embalsamento (químico) e mumificação (natural) totalmente desconhecidos na Europa, rituais esses criados e utilizados pelos egípcios uns milénios antes.

Tendo em conta o tempo da viagem até Portugal, a utilização de métodos de fixação e preservação, seriam a única forma de interromper o processo de autólise (fenómeno de digestão enzimática da célula após a morte) e putrefação do corpo (progressão do processo autolítico com a invasão bacteriana do corpo, principalmente por germes saprófitas). Uma boa conservação do corpo da D. Beatriz Coutinho, além de não permitir a deterioração dos tecidos moles, evitava também a proliferação de agentes patogénicos que poderiam causar doenças nas pessoas que a acompanhassem nesta viagem de regresso.

Por fim, de referir apenas que desde o ano 2000, há cerca de 16 anos, nada mais foi efetuado sobre este túmulo. Do ponto de vista da investigação bioantropológica, seria desejável uma abertura parcial da sua tampa para efetuar um estudo exaustivo dos restos que permanecem encerrados nesta arca tumular. Tal não tem sido possível devido à fragilidade da pe-

dra que lhe serve de base construtiva. Seria importante nessa investigação: definir o tipo exato de preservação do corpo; o seu perfil biológico (idade, sexo, morfometria, paleopatologia) realizado a partir dos restos ósseos e dentários;; a aferição dos indicadores externos de doenças e causa de morte; a realização de exames radiológicos (tomodensitométricos); a descrição, amostragem e análise histológica e bioquímica de todos os órgãos (pele, coração, diafragma, pulmões, fígado, pâncreas, rins bexiga, próstata, testículos, pênis, ovários, útero, seios e intestinos) e ainda uma análise coprolítica e paleoparasitológica.

A morte representa a pior de todas as ruturas, precisamente porque ela deixa um cadáver humilhante e repugnante que é, simultaneamente, um símbolo de ausência, dado que o defunto desaparece, e igualmente um anúncio da vida que há-de vir. O túmulo de D. Pedro de Menezes e a sua potencialidade científica, permanece envolto num manto de incertezas, que só a ciência poderá ajudar a desvendar.

## **CARACTERIZAÇÃO DOS MATERIAIS CONSTITUINTES DO TÚMULO E SEU ESTADO DE CONSERVAÇÃO**

O túmulo foi esculpido em calcário oolítico da região centro de Portugal. Trata-se de um calcário muito claro, de cor branco-creme, grão fino, compacto, muito suave e homogêneo, semelhante ao utilizado na construção do Mosteiro da Batalha e as patologias são em tudo comparáveis às do Panteão Real <sup>12</sup>. A sua fraca dureza torna-a uma pedra muito utilizada na escultura, pela sua facilidade no entalhe, mas pelas mesmas características, é um material pouco resistente às alterações microclimáticas.

As pedras, a partir do momento em que são deslocadas do seu meio natural, iniciam, em maior ou menor grau, o seu processo de degradação. Vicissitudes acontecidas ao longo dos tempos contribuíram para o decaimento físico-químico do material pétreo que dá forma ao túmulo, chegando aos nossos dias num estado de conservação alarmante. É este um problema antigo patente ao longo do século XX a julgar pelo material fotográfico de arquivo existente. Comparando as fotografias dos anos 40, 80 e 90, obser-

---

12.- Amélia Dionísio, Edite Martinho, Fernando Almeida, Carlos Grangeia, Manuela Mendes, Rita Moura, Joana Caldas (2013)- The application of non invasive geophysical techniques for the diagnosis of stone cultural heritage: the case of a Portuguese fifteenth century tomb 2012. In:Lazzari M, Cano E, Rogerio-Candelera MA (eds), Science and technology for the conservation of cultural heritage, CRC Press , pp. 221-225, ISBN: 978-1-138-00009-4.



Estado de conservação do túmulo na década de 80 do S. XX

va-se em todas elas a perda considerável de material, com o conseguinte arredondamento das formas e apagamento das partes lavradas, reduzindo drasticamente a leitura decorativa original, principalmente na tampa da arca tumular.

Perante o deficiente estado de conservação, o instituto que tutelava o património em finais dos anos 90 do século XX (IPPAR), promoveu diversos estudos para identificar as patologias do material pétreo e as policromias<sup>13</sup>. Para além de contribuir para o maior conhecimento dos materiais constituintes do túmulo, estes estudos tinham como objetivo elaborar um diagnóstico que permitisse propor as medidas adequadas para a conservação do mesmo. Do ponto de vista do material pétreo, no relatório realizado em 1999 pelo Instituto Superior Técnico (IST) são identificados fenómenos avançados de esfoliação e pulverização com a consequente perda de coesão que conduz ao apagamento das formas esculpidas, sendo os topos Nascente, Norte e Poente os que apresentavam um estado de degradação mais avançado. Também foram identificados fenómenos de alveolização derivados de agentes físicos, diretamente relacionados com a erosão provocada pela associação da circulação de ar e a presença de humidades, acelerando assim os ciclos de secagem-molhagem, e causando desgaste ao nível de poros e capilares.

Para a caracterização dos produtos de alteração, foram recolhidas amostras para serem analisadas no Laboratório de Mineralogia e Petrologia do IST, utilizando técnicas de espectroscopia de Raios Infravermelhos com transformador Fourier e Espectrometria de fluorescência de raios X. As análises detetaram, para além da calcite em grandes quantidades, uma considerável presença de sais prejudiciais, principalmente nitratos, procedentes da decomposição da matéria orgânica e cloretos, confirmando deste modo a utilização de produtos de limpeza agressivos e inadequados para o calcário, tais como o hipoclorito de sódio e derivados.

As sucessivas transferências de local, como foi anteriormente mencionado, provocaram repetidas modificações das condições microclimáticas às quais o material pétreo estava submetido, com as consequências nefastas descritas.

Além dos problemas indicados no relatório técnico, são conhecidas outras causas que podem ter contribuído para o agravamento do estado de

---

13.- “Caracterização mineroquímica dos produtos de alteração ocorrentes no túmulo dos Condes de Viana e Vila Real”, pelo Instituto Superior Técnico e “Estudo da Policromia do Túmulo da Família de Menezes da Igreja de Santarém” Instituto José de Figueiredo.

conservação do material. Antes do restauro realizado em 1999, os vitrais da capela que alberga o túmulo apresentavam falhas por onde se infiltravam as águas pluviais e outros dejetos orgânicos. A pesquisa do acervo documental relava também que, antes das obras das coberturas, realizadas pela Direção Geral dos Monumentos Nacionais a finais dos anos 40, o túmulo esteve diretamente exposto às intempéries.

Relativamente aos vestígios cromáticos localizados pontualmente nos elementos heráldicos e na almofada e punho direito de D. Beatriz, o Instituto José de Figueiredo analisou uma série de amostras de policromia para identificar pigmentos e aglutinantes. Nos cortes estratigráficos realizados, para além de uma camada de preparação de espessura média, são identificados um total de sete pigmentos, aplicados de forma direta ou em mistura, todos eles inorgânicos. O aglutinante, quer o utilizado na camada de preparação, quer na policromia, é constituído por proteínas, o que indica tratar-se de uma pintura a têmpera.



Vestígios de policromia.

Com base nos resultados obtidos no estudo acima mencionado foi realizada, em 1999, uma intervenção de conservação e restauro<sup>14</sup> consistente na limpeza, dessalinização e consolidação. Tratamentos diretos de dessalinização do material pétreo por imersão em água desionizada são mais efetivos que os realizados apenas mediante a aplicação de compressas. Porém, este tratamento implicava o levantamento do tampo, uma operação extremamente delicada que comportava grandes riscos dada a vulnerabilidade da peça. Para além da falta de coesão do material pétreo, devida ao elenco de patologias acima mencionado, existe um veio quartzítico que percorre o túmulo transversalmente, constituindo um ponto de descontinuidade do material que o torna ainda mais frágil. As características formais da arca e, principalmente, do tampo, profusamente decorado e lavrado, com partes salientes, acentuava a complexidade do levantamento, pelo que se optou

---

14.- Intervenção realizada pela firma STATUA, Atelier de escultura, conservação e restauro, Lda.



por uma dessalinização mediante aplicação superficial de compressas embebidas em água desionizada.

A consolidação foi realizada através da impregnação da tampa com silicato de etilo, com recurso a um sistema gota a gota durante uma semana, tendo a tampa sido vedada com folha de polietileno para evitar a evaporação do consolidante. Verificou-se durante a intervenção existirem, de uma intervenção mais antiga, massas em cimento que foram substituídas por argamassas de cal aérea, mais compatíveis com os materiais e com baixo teor de sais.

Porém, após quinze anos passados, é possível detetar a olho nu as mesmas patologias: a pulverulência, esfoliação e alveolização da pedra. O avançado estado de degradação que apresenta o túmulo, principalmente ao nível da tampa e planos horizontais, indica que a intervenção de consolidação não teve o efeito pretendido. Cabe assinalar também que, durante este período de tempo, não houve nenhuma atuação no sentido de minimizar os fatores e mecanismos de alteração, continuando a existir grandes flutuações dos níveis de humidade relativa e temperatura no ambiente envolvente ao túmulo. Embora fossem resolvidos alguns problemas evidentes concernentes ao próprio edifício, tal como a entrada direta de águas pluviais através da recuperação do vitral, não foram implementadas outras medidas de climatização e monitorização que modificassem ou controlassem as condições ambientais no interior da igreja.

Como agravante dos problemas, foi descoberta a existência de um pequeno saguão sem comunicação cujas paredes são contíguas à capela, onde se acumula grande



Intervenção de consolidação realizada a finais dos anos 90.



Pormenor do estado de conservação atual.

quantidade de guano e outros dejetos orgânicos, constituindo uma fonte ativa de nitratos, tal e como foi verificado por análises laboratoriais das eflorescências salinas existentes nas paredes da Capela.<sup>15</sup>

Em 2010, foram retomados por parte de uma equipa de investigadores do Departamento Eng<sup>a</sup> Civil, Arquitectura e Georrecursos Centro de Petrologia e Geoquímica do Instituto Superior Técnico (CEPGIST) e da Universidade de Aveiro, estudos para a realização diagnóstico do estado de conservação da pedra aplicando técnicas geofísicas não invasivas. A investigação consistiu na caracterização do material pétreo e das formas de degradação; recolha de micro-amostras para a identificação dos produtos de alteração, teor de humidade, sais e pigmentos; amostragem da água dos poços vizinhos; levantamento termográfico; levantamento da velocidade de ultrassons; levantamento do potencial espontâneo.

Concluiu-se neste estudo que os produtos de alteração identificados não variam em relação às análises realizadas em 1999, tendo sido detetados nitratos em grande quantidade, sulfatos vestigialmente e carbonatos.

---

15.- As micro-amostras foram analisadas por FTIR no Laboratório HÈRCULES e identificam uma alta concentração de nitrato potássico e uma percentagem vestigial de sulfatos.

As medições geofísicas revelaram, não obstante, que a humidade detetada na superfície da pedra não é de origem ascensional, por capilaridade, mas sim de origem atmosférica e que os fenómenos de degradação na pedra se desenvolvem gradualmente desde a parte exterior do túmulo. Revelaram ainda leituras diferenciadas nas superfícies consoante a sua exposição, sendo a parte sul mais húmida que a norte.

### **PERSPETIVAS DE FUTURO: CONSERVAR A MATÉRIA, PRESERVAR A MEMÓRIA**

Perante o cenário descrito e a experiência acumulada ao longo deste processo, concluímos que a humidade ambiental, a presença de sais, as heterogeneidades da pedra e as intervenções realizadas no passado, combinados com as características intrínsecas do calcário oolítico, levaram o túmulo ao seu estado atual. Estamos também cientes de que, qualquer intervenção direta sobre o túmulo, para além de ineficaz, comporta novos riscos em muitos casos irreversíveis. Devemos assumir que as intervenções usuais de consolidação da pedra manifestaram-se inúteis neste caso, e nada se resolve sem antes identificar e controlar os agentes de alteração responsáveis pela degradação do túmulo.

Em primeiro lugar, torna-se necessário desenvolver ações de conservação preventiva, que passam da manutenção e bom uso do monumento à monitorização sistemática das condições meio-ambientais do mesmo.

É fundamental garantir a manutenção do espaço mediante uma limpeza constante de lixo e guano ou outros detritos acumulados no saguão e, ao mesmo tempo, verificar se os sistemas de drenagem contíguos, das coberturas, se encontram a funcionar corretamente para evitar infiltrações no interior da igreja.

A instalação de um sistema de monitorização ambiental mediante sensores de Humidade Relativa e Temperatura em diferentes pontos da Igreja, bem como na superfície da pedra, é uma das medidas de conservação preventiva recentemente implementadas. No interior da igreja foram colocadas



Localização dos sensores de medição ambiental na igreja.

seis sondas HYGROCLIP HC2-S a diferentes níveis a fim de abranger uma maior amplitude de medições ambientais, e duas sondas HYGROCLIP HC2-CO4 em contacto direto com o túmulo. Todas as sondas constam de um módulo de HR e T que comunicam via Radio LOG-HC2-RC. Os dados são captados por um recetor de radio com comunicação USB LOG-DS-EXT e descarregados no computador portátil. A sonda HYGROCLIP HC2-S colocada no exterior para medir as condições ambientais do local, conta também com um escudo protetor ROTRONIC AC 100, ficando assim abrigada do efeito das intempéries.

As medições são feitas num intervalo de 6 horas, perfazendo quatro medições por dia. Avaliando o resultado destas medições, que nunca deverão ser inferiores a um ciclo de um ano, poderá ser analisada a melhor estratégia de conservação a implementar, inclusive ponderar a possibilidade de criar na capela que alberga túmulo um espaço climatizado, com umas constantes ambientais adequadas à conservação da pedra.

Finalmente, está a ser ponderada a realização de uma réplica do tampo à escala por se tratar da parte mais deteriorada e com maior risco de se perder definitivamente. Obviamente, e por todos os motivos que foram descritos até este ponto, uma réplica tradicional por molde direto sobre a peça foi totalmente descartada. Assim, e em colaboração com o laboratório HERCULES da Universidade de Évora, está a ser realizado um levantamento em 3D laser-scanning para recolher toda a informação escultórica ainda existente. Com este levantamento, consegue-se reproduzir de forma tridimensional o objeto para além de o poder visualizar e manipular virtualmente desde todos os ângulos.

Toda obra de arte assenta num suporte material, que funciona como veículo transmissor de uma mensagem estética e histórica. Porém, não podemos ignorar que a matéria está sujeita à degradação e que este é um processo dinâmico evolutivo, pelo que esta mensagem corre também o risco de se perder definitivamente ou de chegar aos nossos dias alterada e desvirtuada. De certo modo, conservar a matéria contribui para preservar a memória pelo que temos a obrigação de juntar esforços oriundos de todas as áreas implicadas para conseguir, na medida do possível, transmitir este legado patrimonial às futuras gerações.

## Bibliografía

- Aires De Barros, L., Dionísio, A. (1999) – *Caracterização mineroquímica dos produtos de alteração ocorrentes no Túmulo dos Condes de Viana e Vila Real. Igreja da Graça-Santarém*, Laboratório de Mineralogia e Petrologia.
- Aufderheide, Arthur (2003), *The scientific study of mummies*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-21.
- Baeza Herrazti, Alberto (1987) – El Aleo, Bastón de Mando de los Comandantes Generales de Ceuta. *in Monografías grupo aleo*, nº 1, junio.
- Barroca, Mário Jorge (2000), Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422), volume II *Corpus Epigráfico Medieval Português*, tomo 2.
- Braga, Paulo Drumond E Braga, Isabel Drumond (1998), *Ceuta Portuguesa (1415-1656)*, Ceuta, Instituto dos Estudos Ceutíes – Ciudad Autónoma de Ceuta.
- Brocado, Maria Teresa (1997), *Crónica de D. Pedro de Meneses. Gomes Eanes de Zurara. Edição e Estudo*. Fundação Calouste Gulebenkian.
- Campos, Nuno Silva (2008), *D. Pedro de Meneses. O primeiro capitão de Ceuta. Sete Caminhos*.
- Campos, Nuno Silva (2008), *D. Pedro de Meneses e a construção da casa de Vila Real (1415-1437)*, Lisboa COLIBRI
- Campos, Nuno Silva (2008), *Redes Sociais: D. Pedro de Meneses e a construção da casa de Vila Real (1415-1437)*, Dissertação para obtenção do grau de Mestre, orientador Professor Doutor Filipe Themudo Barata. Mestrado em Estudos Históricos Europeus, ramo de Fontes para a Construção da Identidade Europeia. Universidade de Évora. Évora 2002.
- Carvalho, Alberto (1902), *Memoria a respeito da sepultura rasa em que na igreja da Graça de Santarém Portugal está sepultado Pedro Alvares Cabral descobridor do Brasil*, Lisboa, p.2-20.
- Cdp - Lopes, Fernão, *Crónica de D. Pedro*, Imprensa Nacional Casa da Moeda (2ª edição 2007)
- Chicó, Mário T (1981), *A arquitectura Gótica em Portugal*. Livros Horizonte.
- Custódio, Jorge (1996), *Santarém Cidade do Mundo. Investigação realizada no âmbito da Candidatura de Santarém à Classificação pela Unesco como Património da Humanidade*, Volume I, C.M. de Santarém.
- Custódio, Jorge (1996), *Santarém Cidade do Mundo. Investigação realizada no âmbito da Candidatura de Santarém à Classificação pela Unesco como Património da Humanidade*, Volume II, Câmara Municipal de Santarém

- David, Dionísio M.M. (1989) *Escultura Funerária Portuguesa do Século XV 2ª parte: Iconografia Tumular*. Dissertação em História de Arte Medieval. Mestrado em História de Arte. FCSH da Universidade Nova. Vol. I.
- Dias, Pedro (1986), *História de Arte em Portugal. O Gótico.*, volume IV, Publicações Alfa.
- Dias, Pedro (1994), *A arquitectura Gótica Portuguesa*. Editorial Estampa.
- Dionísio, A., Martinho, E., Almeida, F., Grangeia, C., Mendes, M., Moura, R., Caldas, J. (2013), *The application of non evasive geophysical techniques for the diagnosis of stone cultural heritage: the case of a Portuguese fifteenth century tomb 2012*. In:Lazzari M, Cano E, Rogerio-Candeleria MA (eds), *Science and technology for the conservation of cultural heritage*, CRC Press , pp. 221-225.
- Dornellas, Afonso (1924), I. ALLEO. Gloriosa Epopeia portuguesa em Ceuta, *Elementos de História*, Lisboa.
- Freire, Anselmo Braancamp (1921), *Brasões da Sala de Sintra*, volume I, Coimbra.
- Goulão, Maria José (1995), Figuras do Além. A escultura e a tumulária in *História da Arte Portuguesa* (Direcção de Paulo Pereira), volume II, Grandes Temas da Nossa História. Circulo dos Leitores, pp. 157-179.
- Igreja da Graça de Santarém, in *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Monumentos*. nº 65-66, Setembro a Dezembro de 1951.
- Lázaro, António Manuel [1990], *Cronica do Conde D. Pedro de Meneses. Continuada à tomada de Ceuta. Edição Diplomática e Crítica*, volume I e volume II, Dissertação de mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Martinho, E. et al. (2014), *Integrated geophysical approach for stone decay diagnosis in cultural heritage*. *Construction and Building Materials*, 52C, pp. 345-352.
- Martins Serrano, M<sup>ª</sup>C. (1999), *Estudo da Policromia do Túmulo da Família de Menezes da Igreja de Santarém*, Relatório técnico, Instituto José de Figueiredo.
- Mendes, M. et al. (2014), *Diagnóstico do estado de conservação da pedra de uma obra de arte Portuguesa do século XV aplicando técnicas geofísicas não invasivas/ Stone decay diagnosis in a Portuguese artwork of the XV century using non-evasive geophysical*. In *Proceedings 8º Assembleia Luso Espanhola de Geodesia e Geofísica Asamblea Hispano Portuguesa de Geodesia y Geofísica techniques*, pp. 229-232, editores Bento Caldeira; Joel Barrenho; José F. Borges; José Pombinho; Maria J. Costa; Maria R.
- Mendes, Octávio Da Silva (1988), *Santarém Monumental. Roteiro*. Câmara Municipal de Santarém, Santarém.
- Moura, Carlos Manuel Da Silva (2005), *A linhagem de D. Pedro de Meneses: percursos e estratégias de poder político, social e senhorial (séculos XIV – XV)*. Dissertação de Mestrado em História Medieval, UNL, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (orientação do Professor Doutor João Silva de Sousa), Lisboa.

- Ortner, D. (2003), *Investigation of Pathological Conditions in Human Skeletal Remains*. Amsterdam. Academic Press. 2<sup>nd</sup> Edition.
- Osório, Baltasar (1933), *Ceuta e a Capitania de D. Pedro de Meneses (1415-1437)*. Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa.
- Paraty, Conde (1969) As armas africanas de D. Pedro de Menezes, Braga 1969, Separata da *Revista Armas e Troféus*.
- Patrício, João Gonçalo Carrão (2014), *Implementação de técnicas avançadas de embalsamamento de cadáveres por perfusão vascular*, Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Engenharia Biomédica apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Policopiada, pp. 11-12.
- Pereira, Paulo (1995), A arquitectura (1250-1450), in *História da Arte Portuguesa* (Direcção de Paulo Pereira), volume I, Grandes Temas da Nossa História. Circulo dos Leitores, pp. 335-433.
- Ramoal, Joana E Silva, José Custódio Vieira Da (2008), O retrato de D. João I no Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Um novo paradigma de representação, in *Revista de História de Arte*, nº 5, p. 77-95.
- Roberts, C.a.; Manchester, K. (1995), *The archaeology of disease*. Stroud, Sutton.
- Sarmiento, Zeferino (1993), *História e Monumentos de Santarém*. Câmara Municipal de Santarém.
- Silva, Jorge Custódio Vieira (1989), *O Tardo-Gótico em Portugal. A arquitectura no Alentejo*. Livros Horizonte.
- Tarouca, Carlos Da Silva (1942), A Graça de Santarém, in *Brotéria*, volume XXXV, fasc. 5, Lisboa, p. 395-413.
- Tavora, Luiz Gonzaga De Lencastre (1969), A heráldica funerária do Conde D. Pedro de Meneses. *Actas das I Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, volume I, Lisboa
- Zurara, Gomes Eanes de, *Cronica do Conde D. Pedro de Meneses*, Porto.

#### PERIÓDICOS

Gazeta de Lisboa, MF 8192 – 14 de Junho de 1725.





# V ECONOMÍA, ADMINISTRACIÓN, URBANISMO Y CULTURA





## DE CEUTA PARA O MUNDO: EM ROTA PELA REGULARIDADE URBANAS

*Jorge Correia*

Escola de Arquitectura Universidade do Minho

### INTRODUÇÃO

A tomada portuguesa de Ceuta em 1415 inaugurou processos históricos que irreversivelmente condicionariam o mapa político do mundo. Por entre eles, o desígnio da urbanização envolveu a ocupação e/ou fundação de vilas e cidades pelas costas atlânticas e índicas.

Das ruas e praças públicas de Ceuta no século XV para os traçados reguladores do século seguinte, os portugueses implantaram vilas e cidades cujo risco revela marcas de regulação geométrica, numa época em que conceitos e práticas urbanas se renovavam através da fundação de vilas novas medievais (ou *bastides*) e de um espírito higienista subjacente a uma modernidade que se anunciava na Europa. De um urbanismo tendencialmente regular que emanava da metrópole a uma aspiração claramente renascentista, Angra, Mazagão ou Salvador foram portos de abrigo da obra urbana *ao romano* da Expansão portuguesa.

Começando pelo Norte de África, nas cidades conquistadas pelos portugueses imperou uma atitude pragmática orientada para a sustentabilidade de praças de guerra isoladas em território hostil. O processo que se vulgarizou como 'atalho' constitui o principal instrumento de controlo espacial que os portugueses empregaram neste território. Decorrente de um espírito profundamente racional, esta técnica provocou um exame radical das cidades apropriadas, regularizando-as geometricamente, aproximando-as do canal marítimo, reequacionando a sua disposição interior e, por conse-

guinte, muitas vezes demarcando o estrato português até ao presente, no panorama das actuais cidades.

Como recurso formal, implicava a diminuição da superfície urbana útil, quase sempre arrastando consigo um encurtamento do perímetro amuralhado, através da introdução estratégica de um ou mais panos de muralha nova e secante em relação ao contorno islâmico pré-existente. Procurava encolher-se o comprimento defensável com vista a uma colocação mais rentável dos meios militares, tão escassos quanto fundamentais para a manutenção da conquista recente. Como consequência política, o atalho “decidia” o abandono e frequente arrasamento de áreas excluídas na sua opção de cidade, eliminando todas as estruturas construídas que pudessem favorecer o abrigo e esconderijo de um inimigo empenhado em reaver a terra usurpada. A retórica orgulhosa da preservação integral das urbes tomadas subordinava-se ao racionalismo pragmático da sobrevivência e ao peso do valor simbólico da aquisição de baluartes do extremo ocidental do Islão.

## A EXPERIÊNCIA CEUTÍ

Integrada na coroa portuguesa, Ceuta viu-se então com um hinterland hostil, perdendo algumas das condições favoráveis que a tinham tornado num empório mercantil na Idade Média. Por conseguinte, o número dos seus habitantes foi muito reduzido e o seu perímetro recuado para a estreita faixa da península, mais facilmente defensável pois tinha pouca frente de terra. Necessidades militares levaram também os portugueses a destruir sistematicamente, como medida de precaução, as casas e arvoredos situados extramuros.

Numa primeira fase, logo após a conquista de 1415, os portugueses aplicaram um atalho à cidade que excluiu imediatamente os arrabaldes continentais a ocidente (Posac Mon, 1967: 22), bloqueando a península e reduzindo a mancha urbana. Esta operação revelou-se estratégica na resistência ao primeiro cerco imposto à cidade, apenas três anos depois.<sup>1</sup>

---

1.- Em carta de 1443, o vale de Aljazira era já apontado como “fora” da cidade, lugar onde se situavam courelas, num registo claramente rural do sítio, mostrando que o processo de limpeza territorial se encontrava já largamente consumado. Carta de doação de umas casas a Rodrigo Afonso de Azevedo, escudeiro do Infante D. Pedro, que ali residia desde a conquista da cidade, Sintra - 12 de Julho de 1443 (Chancelaria de D. Afonso V, liv. 24, fl. 85), in *Documentos das Chancelarias Reais, anteriores a 1531, relativos a Marrocos, 1915-1934*, I, p. 246.

Para levante, a urgência do atalho não foi tão grande, uma vez que um ataque implicava um desembarque do inimigo na orla da península que circunda o monte Acho. Os arrabaldes orientais foram sendo progressivamente arrasados e transformados em terrenos de cultivo para abastecimento da reduzida população da cidade. Neste sector, o atalho e suas implicações arrastaram-se durante todo o século XV. Como se pode observar pela gravura de Braun, no início do século seguinte era ainda visível a destruição de casas e mesquitas nas colinas entre a cidade portuguesa e a extremidade da península.



Fig. 1.- *Septa*, em princípios do século XVI (Braun, 1572: 56-56v).

Interessa aqui perceber os processos de regularização que possam ter ocorrido dentro da nova cidade amuralhada. Para Ceuta, a correspondência coeva documenta doações e confirmações de casas por D. Afonso V (1438-1481), fazendo alusão ao espaço público como referência para localizações. No trajecto de conquista da cidade muçulmana, as crónicas referiam já um

percurso pela “rua direita”, identificado com a actual *Calle Jaudenes*. Assim interpretada aquando da incursão dos infantes, assim se terá mantido a designação em mãos portuguesas, claramente identificada como “Rua Direita pubrica da dita cidade”, definindo um eixo Este-Oeste.<sup>2</sup> Igualmente como rua pública era identificada outra artéria, que pela orientação Norte-Sul se conclui que de outro canal viário se trataria.<sup>3</sup> A estrutura urbana apresentava-se com espaços verdes privados, constituídos por hortas e quintais, negativos de um construído mais denso, entretanto obsoleto e desajustado face a uma população menos numerosa.

Para além de ruas e casas ou currais que as flanqueavam, Ceuta exibia como principal espaço aberto público o seu terreiro. Ao conquistar a cidade, os portugueses aproveitaram todos os elementos urbanos disponíveis mas necessitavam de uma urbe mais exteriorizada que reflectisse as práticas sociais que identificavam nas vilas e cidades da metrópole. A conformação de uma grande praça urgia. Face a uma menor pressão populacional, o local ideal revelou-se em frente à antiga alcáçova, desafogando, como consequência, o espaço aberto e informal junto à fachada norte da mesquita, agora tornada igreja. Uma grande praça desenhada no centro da cidade atalhada, tal como aparece na gravura de Braun, seria inverosímil antes dos portugueses.<sup>4</sup> Apesar de um gesto de alguma modernidade, mais frequente na cidade medieval nova de expansão e raro no tradicional núcleo urbano de evolução contínua, nesta praça é possível reconhecer-se a denominação de *Aira* (eira),<sup>5</sup> amplo terreiro aberto relacionado com parada ou ajuntamento militar, dada a localização vizinha do castelo.

---

2.- Carta de confirmação de umas casas em Ceuta a Garcia de Céspedes, Lisboa - 6 de Julho de 1454 (Chancelaria de D. Afonso V, liv. 10, fl. 57), in *Documentos das Chancelarias Reais, anteriores a 1531, relativos a Marrocos* (1915-1934: II, 211-213).

3.- “(...) hūuas casas e curraaes e herdades de pam de que elle esta em posse na dita çidade de Çepta as quaees casas partem da parte do aurego com cassas de Miçe Donato e da parte do norte com cassas e ortas de FernandAfonso ourivez e da parte do ponente com rua pubrica que vay ferir no muro e da parte do levante partern com cassas do vi-gairo e com horta dOlivel bonbardeiro (...)”, ver supra: nota 1.

4.- Para um cálculo de aproximadamente 320 habitantes por hectare à época muçulmana, confrontar Torres Balbas (1985, I: 95-104) e Gozalbes Cravioto (1995b: 49-59).

5.- “(...) Josepe ouriuz Judeu morador em a cidade de Çepta comprou ora auera çerto tempo hūuas cassas que estam na praça da dita cidade homde chamam Aira as quaees partem da hūa parte com Fernam Rodriguez ferreiro e com Manuell Fernandez e com a dicta Aira e com outras comfromtaçoees com que direito deue partir (...)”, in Carta de doação de umas casas em Ceuta a Martim Gil, criado do bispo da mesma cidade, Lisboa - 28 de Agosto de 1451 (Chancelaria de D. Afonso V, liv. 2, fl. 127), in *Documentos das Chancelarias Reais, anteriores a 1531, relativos a Marrocos* (op. cit.: 13-14).

As renovações modernas da arquitectura militar da cidade, ocorridas no século XVI, vieram oferecer ao aglomerado urbano um período pacífico de desenvolvimento e estabilização, consequência da inexpugnabilidade do seu novo sistema defensivo. A praça ou terreiro da cidade, a *Aira* quatro-centista, continuou a assumir-se como o espaço público mais importante, organizador e distribuidor dos equipamentos notáveis e percursos internos. Possuía uma configuração trapezoidal cujo redesenho só não se aproximava mais do quadrado devido à implantação do grande edifício de culto a sul, agarrado à sua orientação muçulmana original.

A área disponível da cidade portuguesa era de, aproximadamente, 8.5 hectares, durante a segunda metade do século XVI e primeira do século XVII.<sup>6</sup> Em termos gerais, o interior do rectângulo fortificado da cidade apresentava dois sectores equivalentes em área, sensivelmente quadrados e dispostos lado a lado. A metade oriental exibia uma malha densamente ocupada por cerca de onze quarteirões de casas, lojas e hortas, enquanto a metade ocidental albergava praticamente todos os equipamentos públicos, fossem religiosos, militares ou civis.

O processo de organização viária surgiu como uma continuação natural da operação iniciada pelo atalho que, se por um lado tinha conduzido a uma concentração da população nesta área, por outro a desdensificou em relação aos padrões islâmicos de ocupação do construído. Uma menor pressão da procura de território livre contribuiu para uma gradual regularização do traçado dos arruamentos, possibilitando a sedimentação de ortogonalidades viárias. A lógica que presidiu a esta organização resultou, sem dúvida, de um equilíbrio entre os aproveitamentos viários do tecido islâmico, como a rua Direita, e uma vontade de racionalização do espaço público, particularmente através dos seus canais arruados. As ruas tendiam para uma rectícula irregular, favorecendo o seu entroncamento a noventa graus (em T), em detrimento do cruzamento de duas vias em ângulo recto.

---

6.- Para a obtenção deste valor, excluíram-se as principais excrescências ao perímetro, como sejam a couraça do sul e o albacar. Por motivos técnicos, que se prendem com uma maior superfície de implantação das cortinas de muralha, baluartes e fossos das fortificações modernas, registou-se uma pequena redução da utilidade do espaço intramuros em relação à área da medina muçulmana medieval, isolada pelo atalho, e à resultante da reforma manuelina.

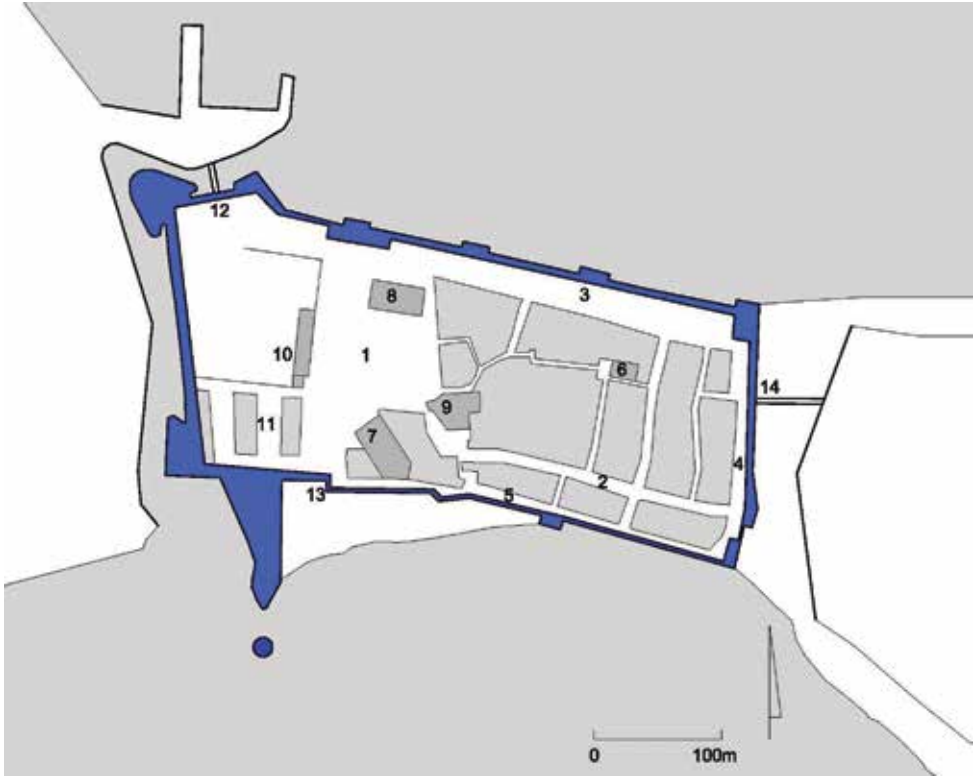


Fig. 2.- Ceuta: reconstituição da cidade entre Quinhentos e Seiscentos.

## PRÁTICAS URBANAS ENTRE QUATROCENTOS E QUINHENTOS

O discurso regularizador que se verificou em Ceuta produziu-se num tempo em que também na metrópole o casco medievo começava a ser questionado. No final do século XV e princípios do seguinte surgiam em Lisboa uma série de impostos, posturas e regimentos municipais que visaram, numa primeira fase, o controlo de algumas práticas invasoras do espaço público e a standardização de processos construtivos, para logo a seguir imporem demolições de sacadas, balcões e arcos com vista à eliminação de obstáculos nas ruas.<sup>7</sup> Procurava-se a correcção de alinhamentos, a saúde e segurança públicas que tais dispositivos arquitectónicos punham em causa ao apertarem a via, ao darem guarida a malfeitores, ao diminuírem a ventilação ou ao aumentarem o risco de incêndio. A legislação muni-

7.- Sobre a legislação manuelina para a cidade de Lisboa entre 1498 e 1502, consultar Carita (1999: 81-90).



pal era o reflexo da orientação régia protagonizada pelos novos ideais de higienismo urbanístico do reinado de D. Manuel I, consubstanciados nas suas Ordenações de 1521, por sua vez já em continuidade com a sistematização normativa adiantada pelas Ordenações Afonsinas (1447). Entre estes dois momentos, D. João II determinava que se calcetasse a Rua Nova (dos Mercadores, no período manuelino) da capital em 1492, num exemplo de atitude “moderna” que do ponto de vista urbanístico havia sido inaugurado com a abertura da Rua Nova ou Formosa, no Porto, pelo primeiro rei da dinastia de Avis.<sup>8</sup> Poucos anos mais tarde, iniciava-se a abertura da Rua Nova d’El Rei, uma ligação directa entre a Ribeira e o Rossio que rompia o tecido imbricado da baixa lisboeta. Na realidade, este higienismo manuelino viria a ser a base para o estabelecimento do Bairro Alto, um novo subúrbio reticulado às portas da muralha oeste da capital.<sup>9</sup>

Ainda na segunda metade do século XV, os mesmos princípios haviam sido experimentados em Itália, particularmente em Génova, com o lançamento da Via Nuova, obra de Galeazzo Alessi em 1470, ou em Pienza, com a intervenção monumental do novo centro palatino encomendada por Pio II em 1459 (Morris, 1984: 174; Goitia, 1982: 110-112). Pioneiras de uma cultura urbanística emergente, concorrem para a renovação moderna da cidade medieval europeia, num sentido mais integrado de ampliação da mancha urbana que de correcção dos ultrapassados sistemas anteriores. Paradigmática desta vontade, a adição de Hércules, projectada em 1492 para Ferrara, constituiu um verdadeiro plano de duplicação da superfície da cidade (Benevolo, 1981: I, 267). Se em Portugal o enfoque das novas actividades urbanísticas contribuía para a modernização da paisagem urbana da capital, aqui marcada por um carácter profundamente medieval de influência islâmica, espalhando-se um pouco pelas cidades onde a corte se instalava, nas praças portuguesas do Norte de África a clivagem formal sobressaía ante o desfasamento conceptual entre ocupante e cidade ocupada. A apropriação resultaria do pragmatismo da adaptação portuguesa de um modelo islâmico não desconhecido mas então apresentado com um grau de independência de contágios medievais europeus bastante avançado. A ruptura impunha-se na medida em que os critérios de defesa interna, baseados

---

8.- Cf. *Idem*: 51; Moreira (1998); e Rossa (1995: 261).

9.- Designada por *Vila Nova de Andrade* em 1498, ficou também conhecido como *Santa Catarina* ou como *Bairro Alto de São Roque* mais tarde. Para mais detalhes, os capítulos 3, 4 e 5 de Carita (1999) oferecem um estudo detalhado das transformações urbanas lisboetas neste período.

na tortuosidade dos seus canais, no corte voluntário de enfiamentos visuais e numa rede arborizada de artérias, se invertiam com os novos senhores. Agora o inimigo era externo e era necessário assegurar não só a rápida chegada de reforços militares às instâncias do perímetro amuralhado, desimpedindo ruas para as manobras de defesa, como também fomentar a vigia do espaço público no interior, prevenindo penetrações e / ou abrigos inimigos.

## DO TRAÇADO REGULAR NO NORTE DE ÁFRICA

Ao contrário de Lisboa ou Ceuta e tal como a expansão de Ferrara, também no Norte de Africa se proporcionaram oportunidades em que os constrangimentos da cidade medieval islâmica herdada foram menos relevantes. Em Arzila ou Azamor, ambas as vilas portuguesas beneficiaram de um terreno, senão total, pelo menos parcialmente despojado de condicionamentos construídos para a implementação de um plano global. O castelo / vila de Azamor, resultado do atalho português, encontrava nos edifícios notáveis da alcáçova e da grande mesquita os objectos incontornáveis para uma renovação que se pretendia o mais apropriável possível, como era tradição na conquista seguida de ocupação portuguesa no Norte de África. Já a Arzila manuelina renasceria das cinzas da destruição da investida árabe de 1508 que havia deitado por terra uma herança urbana islâmica aproveitada como vila atalhada.

Na planta de Arzila reconhece-se facilmente uma matriz geométrica que concorre para a produção de figuras quadrangulares alongadas, sobretudo na parte central, entre as portas da Vila, do Castelo e da Ribeira, seguramente a área mais afectada pela entrada do exército de Fez. Ao todo, são sete unidades rectangulares imperfeitas cujo comprimento mede entre sessenta e dois e sessenta e seis metros, ou seja entre as vinte e oito e as trinta braças, à excepção do quarteirão mais meridional, truncado por ajudar na definição da inflexão da muralha do atalho.

A banda de quarteirões em análise apresenta nos topos uma variação que resulta, essencialmente, do número de unidades que se agrupa em cada um dos três momentos, mais largas ou mais estreitas. Assim, predominam fracções aproximadas de  $\frac{1}{2}$ ,  $\frac{1}{3}$ ,  $\frac{1}{4}$  ou mesmo  $\frac{1}{8}$  das bases dos rectângulos. Por constituir uma situação de maior regularidade, em Arzila é possível executar as deduções e correcções necessárias para a leitura de um desenho urbano mais perfeito e regular. O processo de renovação urbana é veloz e quotidiano nestas medinas magrebina, caracterizado por frequentes in-

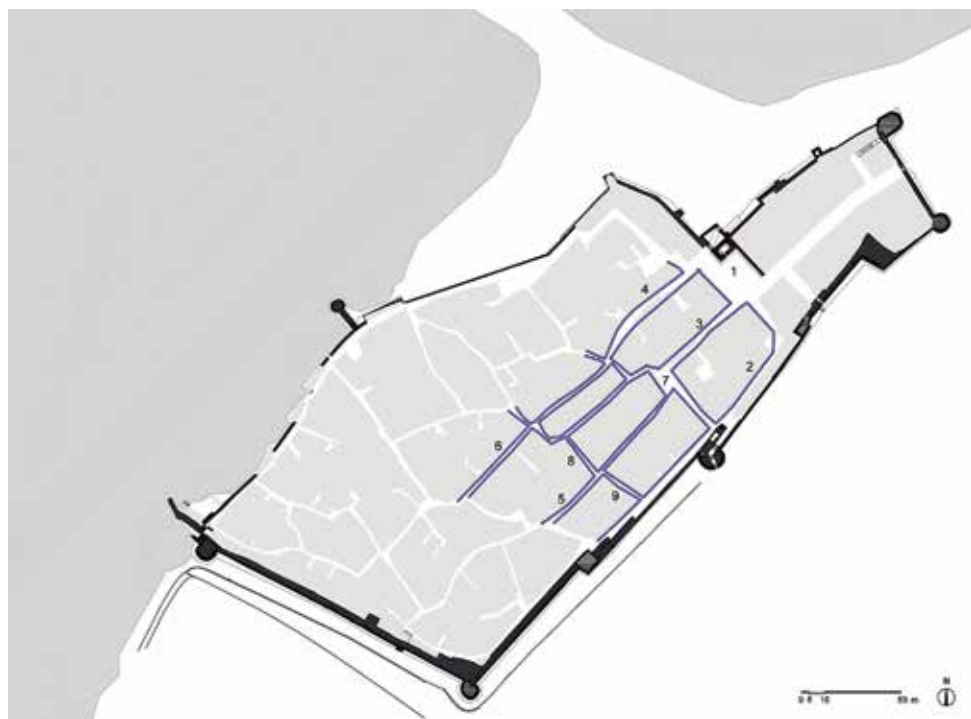


Fig. 3.- Arzila: reconstituição do tecido urbano português.

1. Place Abdellah Guennoun - 2. Rue Bab R'Me - 3. Rue Sidi Ali Ben Handouch - 4. Rue Tijara  
5. Rue M'Jimaa - 6. Rue Kadi - 7. Place Sidi Beniss - 8. Rue Belhachemi - 9. Rue M'Fadel.

terrupções dos canais de circulação, derivados de uma apropriação incorrecta, muitas vezes clandestina, do direito islâmico da *finá'* que conduz à ocupação do estrato inferior de passagens aéreas em ponte entre dois lados da rua (*sabat*). São também frequentes as aberturas de novos becos ou o encurtamento dos existentes, bem como a adição ou subtracção de imóveis ao contorno de um quarteirão definido, provocando cheios e vazios que dificultam a leitura das linearidades originais. Por estas razões, ao contrário de Arzila, Azamor necessita uma análise mais atenta do parcelamento de cada unidade, hoje apreendida como quarteirão, para a detecção daqueles que poderão ter sido os alinhamentos propostos por Simão Correia decorrente de sugestões dos irmãos Arruda.<sup>10</sup>

10. - Importa recordar a experiência que Francisco de Arruda trazia do Alentejo, onde, em 1510, laborara nas obras dos muros e castelos de Moura, Mourão e Portel (Cf. Sousa Viterbo, 1988: I, 55-59), para especular sobre a sua relação com a arruacção das ditas vilas. Todavia, faltam estudos sobre a matéria.

Uma primeira observação regista um desenho macroscópico do actual bairro da Kasbah, então vila no interior do castelo português, expresso por grandes aglomerados de habitações que encerram pátios interiores na maioria das situações. Qual espinha dorsal herdada do tempo português, o eixo da Rua Direita, formado pelos actuais *Derb Kasbah* e *Derb Touamia*, assegura o acesso àqueles conjuntos. No entanto, um exame mais rigoroso da marcação dos lotes, tendo em conta as premissas típicas de alteração e subversão de enfiamentos visuais lembrados atrás, permite destacar, por um lado, algumas casas de planta longitudinal capazes de terem ocupado um canal anterior, e, por outro lado, alguns encostos perturbadores de uma correnteza de casas justapostas, ou ainda, espaços vazios intersticiais destes 'mega-quarteirões' reveladores da passagem de uma artéria primitiva, entretanto obstruída. A eliminação destes obstáculos faculta a recuperação de um traçado e de uma série de quarteirões tendencialmente rectangulares e alongados. O estrato urbano revelado recupera as intenções urbanísticas do ano de 1516 que vieram a contemplar Azamor com seis quarteirões quadrangulares.<sup>11</sup>

A racionalidade imposta comporta similitudes com Arzila nos dois quarteirões mais centrais e mais longos - aquele que isola a antiga mesquita num topo e o que lhe é adjacente para ocidente, entre os actuais *Derb Touamia* e *Derb Sidi ben Abdallah* - onde as medidas se repetem, próximas das trinta braças. Mais, os topos registam uma homogeneidade relativa, oscilando em torno de uma média calculada em vinte e dois metros (dez braças).

Das semelhanças encontradas se infere que, a existir uma lógica de intervenção, ela transcende, não só, o campo geográfico das acções realizadas, como também os protagonistas envolvidos. Encontram-se num apertado intervalo cronológico, com ligeira vantagem para Arzila, e puderam consumir-se paralelamente até às decisões de abandono destas praças, que levariam à edificação da fortaleza de Mazagão. Os conceitos de intervenção compreendidos nas duas praças inserem-se numa longa tradição tardo-me-

---

11.- Lembre-se que já Rui Barreto, ainda em 1514, hesitava na atribuição de terrenos para a erecção de casas particulares antes que um plano geral fosse aprovado, demonstrando a prematura tendência para a formulação de um projecto urbano "(...) Darey chãos aos que quiserem fazer hobra dentro, ainda que nisto nom sse devia de fazer nada, atee Vosa Alteza nom detriminar o atalho ou de que maneira esta cidade ha de ficar. (...)” in *Carta de Rui Barreto a D. Manuel I, Azamor* - 21 de Fevereiro de 1514 (IAN-TT - Cartas dos Governadores, nº 114) in *Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc* (1934: I, 489-501).

dieval europeia de desenho e construção de *bastides*. Por conseguinte, acreditamos que a fundação da vila-fortaleza de Mazagão em 1541 deva ser lida como o corolário de uma tradição urbana centrada na primeira metade do século XVI (Correia, 2008: 410-411). Trata-se do pleno estabelecimento do conceito de arruar como parâmetro em prol de vias rectilíneas e bem proporcionadas, até mesmo calçetadas, numa qualificação urbana que assume a salubridade e o partido estético ortogonal como premissas.

Embora Mazagão represente uma ruptura epistemológica com a arquitectura militar precedente, importa anunciar que as motivações do seu desenho de cidade se comprometem também e ainda com a tradição urbana desenvolvida nos exemplos referentes a ocupações por conquista (Correia, 2008: 411-412). É transversal a presença de quarteirões tendencialmente rectangulares.

Exemplos próximos de implantação de vilas sobre um território semi-íngreme, Azamor e Arzila lançaram iniciativas urbanas já quinhentistas que se integravam na corrente tardo-medieval de construção de vilas novas. Seguiram-se ao desastre fundacional da vila da Graciosa, próxima da foz do rio Loukkos, e das bem-sucedidas empresas tardo-quatrocentistas por D. João II em Milfontes e Caldas de Óbidos. Se bem que Arzila e Azamor se localizem ao longo da mesma costa atlântica, separam-nas uma grande extensão de território que contribuiu para integrá-las em grupos diversos de actividade edificadora. A primeira, muito mais próxima das cidades portuguesas do Estreito e da metrópole, participou das campanhas de Boitaca e Danzilho, ao passo que Azamor, mais tardiamente conquistada, esteve votada às acções dos irmãos Arruda. Agentes diferentes laboraram em intervenções coevas em lugares diversos cujos resultados antecipam alguns dos conteúdos da iniciativa urbana da nova vila de Mazagão. Azamor e Arzila tornam-se pertinentes pelas suas localizações afastadas, demonstrando que nem a presença de mestres diferentes, nem a proximidade a outras experiências, impediu a emergência, o desenvolvimento e a circulação de conceitos e modelos urbanos.

Teoricamente falando, o desenho precedia qualquer agente directo ou matriz e tornava-se, nas primeiras décadas do século XVI, uma prática comum da organização urbana nos territórios conquistados ou descobertos. Representando uma mudança na concepção urbana, este método operativo constituía a base para uma interpretação local de regimentos, documentos régios contendo ordens relativas à gestão política e urbana de um império em crescimento. De facto, uma nova praxis estava a ser desenvolvida

por um grupo de individualidades bem letradas e próximas da coroa cuja acção articulava conceitos de aritmética e geometria com uma capacidade abstracta de provisão espacial. Gaspar Nycolas e o seu «Tratado da Prática Darismetyca» de 1519 são um exemplo categórico deste pensamento pragmático em que a arquitectura e as cidades resultavam de um equilíbrio entre ciência e experiência (Carita y Carita, 1988: 188).

## MAZAGÃO ENTRE CONTINENTES E SÉCULOS

Ignorando-se a inclusão daquelas duas vilas no itinerário elaborado por Benedetto da Ravena, quando acompanhou Miguel de Arruda na descida pela costa desde Ceuta, o construtor de Mazagão, João de Castilho, surge como a personagem mais informada das realidades experimentadas no Norte de África. Havia sido ele que, juntamente com Duarte Coelho, cumprira uma missão de inspecção às praças magrebina em 1529 (Sousa Viterbo, 1988: I, 190) apenas suspensa em latitudes meridionais e, como tal,

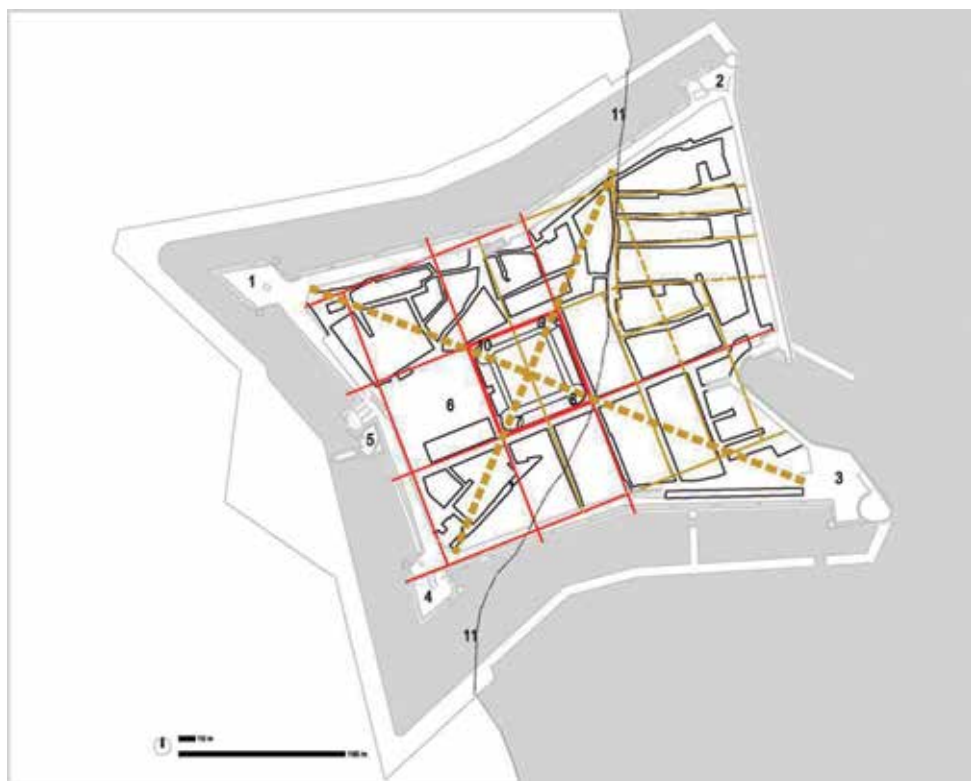


Fig. 4.- Mazagão: interpretação do traçado de origem portuguesa.

visitando tanto Arzila, como Azamor, depois de concluídas as suas grandes operações de atalho. O desenho urbano de Mazagão como vila-fortaleza seria, no entanto, condicionado pela pré-existência física do castelo manuelino de 1514. Tratando-se de um projecto pioneiro no domínio da arquitectura militar, desconhece-se a implicação de Benedetto da Ravena na sua realização urbanística, ou de qualquer outro membro da equipa para um tão racional programa de desenho viário. No centro geográfico da vila, a implantação do castelo manuelino parece ter funcionado como geratriz organizativa de todos os cheios e vazios do espaço urbano da vila projectada a partir de 1541. Para ocidente rasgava-se a grande praça do Terreiro até à Porta da Vila, entalada entre a fachada principal do Palácio do Governador e o canal viário da rua da Carreira, limites de um espaço que representa o negativo do quadrado ocupado da área do castelo. Esta, subdividida em dois rectângulos, fornecia a base geométrica para grande parte da composição urbanística desta vila-fortaleza. Cidade e fortificação aparecem mais uma vez indissociavelmente relacionadas na esfera das conquistas e fundações coloniais. Para Mazagão, tal axioma não poderia ser mais evidente, garantindo à praça uma inexpugnabilidade até à segunda metade do século XVIII.

Curiosamente, depois de um período de cerca de dois séculos e meio neste ponto da costa magrebina, outra história urbana estava a ocorrer numa povoação homónima na América do Sul. Em 1769, a população mazaganista foi evacuada para a Amazónia via Lisboa e Belém, por ordem do Marquês de Pombal. Reter o mesmo nome africano de Mazagão assinalava uma clara referência à memória de conquistas e passado glorioso. A administração pombalina terá ajuizado como conveniente transferir tais simbolismos para uma região disputada por várias potências europeias. Os franceses eram os mais próximos com o seu estabelecimento em Cayenne cerca de 1676.<sup>12</sup> Vila Nova de Mazagão, juntamente com a sua vizinha e mais importante cidade de São José de Macapá, asseguraria a consolidação destes territórios setentrionais como portugueses, numa disputa esclarecida com os seus rivais ibéricos em 1750 através do Tratado de Madrid.<sup>13</sup>

O engenheiro italiano Domingos Sambucetti e o capitão Ignácio de Castro de Moraes Sarmento formaram o par responsável pelo estabelecimento da

---

12.- A cidade de Cayenne é a actual capital da Guiana Francesa.

13.- Para mais informação sobre as negociações bilaterais e pormenores geográficos, ver Cortesão (1950).



Fig. 5.- Mazagão velho, Amapá, Brasil.

Nova Mazagão sobre um sítio indígena designado por Santa Ana do Rio Mutuacá. A planta exhibe uma grelha modular com unidades quadradas de 56 braças, com quatro braças para a largura de cada rua e, consequentemente, 64 braças para as praças (Teixeira y Valla, 1999:264). Todavia, os lotes seriam preenchidos por construção em apenas dois lados de cada quarteirão quadrado, permitindo diferentes combinações e composições mais dinâmicas do arranjo total. A vila dispunha-se de acordo com as direcções colaterais e incorporava a capela da antiga aldeia indígena (Araújo, 1998: 277).

## O DISCURSO URBANO PORTUGUÊS NO ATLÂNTICO

Uma questão emerge: como poderão estar estas duas povoações, em África e na América do Sul, relacionadas uma vez que mais de dois séculos separam o seu planeamento? De facto, nenhuma relação directa deve ser estabelecida neste sentido, mesmo reconhecendo uma matriz quadricular em ambas e que Nova Mazagão duplica as dimensões mais regulares dos quarteirões da vila norte-africana. De qualquer modo, esta transferência urbana através do Atlântico, incluído num plano mais abrangente de povoamento do hinterland amazónico, permite-nos extrapolar, noções de organização do espaço público pois a translação geográfica, bem como o intervalo cro-



nológico envolvido, são consistentes com a experiência urbana portuguesa à época moderna.

Noções de regularidade haviam habitado a Península Ibérica muito antes de Quinhentos. A ocupação romana providenciou a fundação de várias cidades em quadrícula.<sup>14</sup> Ao longo dos caminhos de Santiago na Baixa Idade Média, por exemplo, a implantação de diversas *bastides*, localmente designadas por vilas novas ou póvoas, certificam conceitos que articulam a regularidade geométrica no seu desenho urbano. Viana ou Caminha, construídas junto à frágil fronteira setentrional portuguesa do rio Minho, contradiziam frontalmente o paradigma orgânico da maioria das cidades de evolução contínua através de uma afirmação clara de paralelismo e perpendicularidade viárias (Andrade, 1993: 121-125). O século XV assistiu à abertura de Portugal ao mundo através de uma expansão marítima e mercantil, levando com ela a necessidade de estabelecimento de novos núcleos urbanos nas ilhas recentemente descobertas dos arquipélagos da Madeira e dos Açores. O Infante D. Henrique, o mais importante impulsor do plano reticular de Tomar, no centro de Portugal, era também governador e regedor da Ordem de Cristo.<sup>15</sup> Em 1456, um édito papal determinava a jurisdição da Ordem sobre todas as novas terras descobertas ou conquistadas (Boxer, 2001, 39-40). Sem surpresas, tecidos urbanos com propensão para ângulos ortogonais podem ser observados em baías com boas condições portuárias. Quer o Funchal, na ilha da Madeira, quer Ponta Delgada, nos Açores, mostram como não havia uma obsessão pelo ângulo recto ou pela geometria abstracta. Os projectos resultavam de um grande pragmatismo na marcação de linhas tendencialmente paralelas e perpendiculares, numa aplicação específica caso a caso, tendo em conta condições topográficas, políticas, sociais ou económicas. O eixo principal estruturava-se ao longo da marginal marítima, normalmente ligando ermitérios. A partir desta linha, os quarteirões organizavam-se em anéis paralelos ou fiadas perpendiculares. As praças públicas ou espaços abertos seriam o resultado do encurtamento de alguns quarteirões e estariam marcadas por um equipamento civil ou religioso.

---

14.- Para um aprofundamento sobre a presença romana no território que se tornaria Portugal, consultar Alarcão (1987).

15.- A evolução urbana de Tomar necessita ser entendida na sua *longue durée*, desde a base romana de Sellium, aparentemente ainda evidente quando o Infante D. Henrique decide o seu desenvolvimento tardo-medieval (Rossa, 1995: 3, 258-259).

A expansão urbana de Lisboa e o desenho de Mazagão representaram já uma aproximação a um modelo pré-renascentista de desenho de cidade. O mesmo pode ser dito da primeira expansão de Angra, também no arquipélago açoriano, onde se observa uma tendência para quarteirões quadrangulares e não tanto retangulares, tal como em Salvador ou Damão. A figura quadrada do quarteirão pode também ser pensada como vazio urbano, como praça da cidade.

Assim, a experiência portuguesa no Atlântico norte, apresenta dois modelos de implantação urbana de inspiração regulada, baseada na experiência metropolitana, insular e norte-africana: o esquema linear, ancorado na linha de costa, como na Madeira e Açores, e o diagrama hipodâmico aplicável a expansões urbanas, fortes investimentos implantacionais ou revisões de traçado herdado. Foram estes os modelos que viajaram para sul, para outras ilhas e continentes como o americano. Tratou-se, pois, de uma nova relação operativa e dialectal entre modelos para aplicação pragmática em território escassamente urbanizado como o Brasil.

## CONCLUSÃO

Por todas estas razões, será, talvez, mais apropriado falar da história de Mazagão sobre o Atlântico como uma transferência mais que uma translação urbana. Para o caso português, o cenário foram os oceanos e suas costas, mais que os continentes e seus hinterlands. As expansões europeias foram responsáveis por fluxos culturais centrais para a promoção e manutenção de actividade urbana e arquitectónica por todo o universo atlântico no período moderno. Por conseguinte, a prática urbana portuguesa associada à regularidade pode ser definida tanto como uma aplicação laboratorial de conceitos matemáticos, como indexada a uma exportação de modelos precisos já no Iluminismo. Em qualquer das situações, verifica-se uma relação próxima entre regularidade e fronteira terrestre ou expansão em território despovoado. No Norte de África, as muralhas de cada urbe correspondiam aos limites da soberania portuguesa, enquanto os arredores de Lisboa, os arquipélagos norte-atlânticos ou o Brasil ofereciam muito terreno por explorar, onde a traço regulador poderia gizar o risco.

Este último pode também ser analisado à luz de um imaginário moderno mais amplo uma vez que este território colonial sul-americano foi originalmente dividido em tiras horizontais, cada uma cedida a um capitão-donatário para exploração entre 1532 e 1536 (Dias, 2004: 18). A ideia de

uma grelha aplicada não à cidade, mas também a terras novas, sublinhava a consolidação de padrões geométricos como auxílio do desenho. Aliás, desde 1479 que as coroas ibéricas de Portugal e Castela haviam dividido o mundo horizontalmente por um paralelo a sul das ilhas Canárias através do Tratado das Alcáçovas (Serrão y Marques, 1998: 2, 92-95). Vinte e cinco anos mais tarde, os mundos conhecido e desconhecido viriam novamente a ser retalhados entre o reino de Portugal e o recém-formado reino de Espanha pelo Tratado de Tordesilhas de 1494. Desta feita, um meridiano seccionou o planeta em duas metades através de uma linha vertical pelo Atlântico. Por conseguinte, o século XVI herdaria um mapa ortogonal para a expansão atlântica desde finais de Quatrocentos. A urbanização vindoura não escaparia a esta imagem mental da organização do espaço. O arquétipo da cruz como memória da punição dos condenados no Império Romano, como símbolo da ordem e do sentido da razão pelo traço de duas linhas perpendiculares nas direcções nocturna da estrela polar e diurna do ciclo solar, sempre ajudou a riscar a urbe regulada. Numa relação estreita entre a cidade regular e a cidade de povoamento, colonial ou militar, na cruz se lê o umbigo da metrópole, em Roma ou Lisboa, a religião geometricamente rebatida da Ordem de Cristo na quadrícula de ruas e travessas de Tomar, ou o pragmatismo da praça de guerra.

Resumindo, o universo oceânico funcionou como uma encruzilhada de experiências pioneiras para o desenho e espaço urbanos. Os princípios fundamentais do desenho e construção de cidades forneceram a capacidade conceptual necessária para uma resposta energética ao catastrófico terramoto de Lisboa em 1755 e consequente reconfiguração da parte baixa da capital portuguesa. Da cordeação artesanal ao projecto de cidade, de Ceuta para o mundo, da náutica à urbanística, a cidade portuguesa, empírica ou sonhada, desenhou-se pela *arte da ruação*, como nos lembrava Rafael Moreira,<sup>16</sup> intensificou processos de arruamento pelo mundo onde a um sentido tendencialmente regularizador se veio a impor uma prática de urbanismo regulado.

---

16.- Comunicação 'A Arte da Ruação e a cidade luso-brasileira (sécs. XVI-XVIII)' apresentada por Rafael Moreira no V Seminário «História da Cidade e do Urbanismo», PUC Campinas, 1998 (texto policopiado).

## Bibliografía

- Alarcão, J., 1987. *Portugal Romano*. Verbo, Lisboa.
- Andrade, A.A., 1993. "Um Empreendimento Régio: a Formação e Desenvolvimento de uma Rede Urbana na Fronteira Noroeste de Portugal durante a Idade Média". En *Penélope*, nº 12. Quetzal Editores. Lisboa, pp. 121-125.
- Araújo, R. M., 1998. *As Cidades da Amazónia no séc. XVIII*. FAUPpublicações, Porto.
- Baeza Herratzi, A., 1993. *Ceuta hispano-portuguesa*. Instituto de Estudos Ceutíes, Ceuta.
- Boxer, C.R., 2001. *O Império Marítimo Português, 1415-1825*. Edições 70, Lisboa (1ª edición original: 1969. *The Portuguese Seaborne Empire*).
- Braun, G. et al., 1572. *Civitates Orbis Terrarum*. Philippus Galleus, Koln.
- Carita R. y Carita, H., 2000. "Modelos, instituições e personagens. A urbanização do espaço atlântico nos séculos XV e XVI". En *Oceanos*, nº 41. CNCDP. Lisboa, pp. 174-190.
- Carita, H., 1999. *Lisboa Manuelina e a formação dos modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Livros Horizonte, Lisboa.
- Chueca Goitia, F., 1982. *Breve História do Urbanismo*. Editorial Presença, Lisboa.
- Correia, J., 2008. *Implantação da cidade portuguesa no Norte de África: da tomada de Ceuta a meados do século XVI*. FAUPpublicações, Porto.
- Correia, J., 2012. "Clash of Power and Creed: Cultural (Re)foundations in Northwest Africa". En Delbeke, M. y Schraven, M. (eds.), *Intersections*, nº 22 (*Foundation, Dedication and Consecration in Early Modern Europe*). Brill. Leiden/Boston, pp. 183-208.
- Cortesão, J., 1950. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Seara Nova, Lisboa.
- Dias, P., 2004. *História da Arte Luso-Brasileira. Urbanização e Fortificação*. Almedina, Coimbra.
- Documentos das Chancelarias Reais, anteriores a 1531, relativos a Marrocos, 1915-1934*. Direcção de Pedro de Azevedo. 2 Tomos: Tomo I (1415-1450), Tomo II (1450-1456). Academia das Ciências, Lisboa. Direcção de Pedro de Azevedo. 2 Tomos: Tomo I (1415-1450), Tomo II (1450-1456).
- Fernandes, J. M., 1996. *Cidade e Casas da Macaronésia*. FAUPpublicações, Porto.
- Gozalbes Cravioto, C., 1988. "La estructura urbana de la Ceuta medieval". En: Ripoll Perelló, E. (ed.), *Actas del Congreso Internacional "El Estrecho de Gibraltar"*, (Ceuta, 1987). Universidad Nacional de Educación a Distancia. Madrid, II, pp. 345-350.
- Gozalbes Cravioto, C., 1995a. *El urbanismo religioso y cultural de Ceuta en la Edad Media*. Instituto de Estudios Ceutíes, Ceuta.

- Gozalbes Cravioto, C., 1995b. "La demografía de la Ceuta medieval". En: Ripoll Perelló, E. y Ladero Quesada, M.F. (eds.), *Actas del II Congreso Internacional "El Estrecho de Gibraltar"*, (Ceuta, 1990). Universidad Nacional de Educación a Distancia. Madrid, III, pp. 49-59.
- Moreira, R., 1984. "Uma Utopia Urbanística Pombalina: o 'Tratado de Ruação' de José Figueiredo Seixas". En Santos, M.H.C. (coord.), *Pombal Revisitado*. Estampa. Lisboa, II, pp. 131-144.
- Moreira, R. (dir.), 1989. *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Alfa, Lisboa.
- Morris, A.E.J., 1984. *Historia de la forma urbana*. Gustavo Gili, Barcelona (1ª edición original: 1979. *History of Urban Form. Before the Industrial Revolutions*. Longman, London).
- Posac Mon, C., *La última década Lusitana en Ceuta*. Publicaciones del Instituto Nacional de Enseñanza Media, Ceuta
- Rossa, W., 1995. "A Cidade Portuguesa". En: Pereira, P. (ed.), *História da Arte Portuguesa*. Círculo de Leitores, Lisboa, vol. 3, pp. 233-323.
- Serrão J. y Oliveira Marques, A.H. eds.), 1998. *Nova História da Expansão Portuguesa. A Expansão Quatrocentista*. Editorial Estampa, Lisboa.
- Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*, 1934. Par Pierre de Cénival. Première Série - Dynastie Sa'dienne, Archives et Bibliothèques de Portugal. Tome I. (Julliet 1486 - Avril 1516). Paul Geuthner, Paris.
- Les Sources Inédites de l'Histoire du Maroc*, 1939. Par Pierre de Cénival. Première Série - Dynastie Sa'dienne. Archives et Bibliothèques de Portugal. Tome II. Première Partie (Mai 1516 - Décembre 1526). Paul Geuthner, Paris.
- Sousa Viterbo, F., 1988. *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, Lisboa. Facsimile de la edición de 1899-1922. 3 vols.
- Teixeira M. y Valla, M., 1999. *O Urbanismo Português*. Livros Horizonte, Lisboa.
- Torres Balbas, L., 1985. *Ciudades hispano-musulmanas*. Ministerio de Asuntos Exteriores, Madrid.
- Vidal, L., 2007. *Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico*. Teorema, Lisboa (1ª edición: 2005. *Mazagão, la ville qui traverse l'Atlantique*. Éditions Flammarion, Paris).



## O IMPACTO DO PASSADO: AVISOS, NOVAS E RELAÇÕES DE CEUTA NO PORTUGAL DO SÉCULO XVIII\*

*Isabel M. R. Mendes Drumond Braga*  
Universidade de Lisboa

Ceuta foi conquistada pelos Portugueses em 1415. Em 1656, consequentemente antes da assinatura do tratado de paz que ocorreu em 1668, optou por integrar a Coroa de Castela depois de, em 1640, ter mantido fidelidade a Filipe IV<sup>1</sup>. Foi o final da presença portuguesa na primeira conquista em território africano. Não obstante, ao longo do século XVIII, os Portugueses continuaram a ter interesse pelo que acontecia em Ceuta, que outrora estivera sob o seu domínio. Prova disso mesmo foram as pequenas publicações, algumas com menos de uma dúzia de páginas, editadas em Portugal sobre a cidade do Estreito. Por elas ficaram os Portugueses a saber novidades acerca dos cercos, dos problemas marítimos, das vitórias dos Espanhóis face aos muçulmanos e de várias outras questões relativas ao quotidiano da cidade. É a análise do conteúdo, predominantemente militar, e dos objetivos deste tipo de documentos que iremos interpretar ao longo deste texto.

**1.** Não obstante a falta de textos sobre livros e leitores para o Portugal do século XVIII, teremos que lembrar algumas ideias básicas, as quais carecem de ser aprofundadas em estudos específicos. Quem lia, o que se lia, como se lia, quando se lia e quantos livros eram objeto de leitura eis algumas das questões que têm interessado a historiografia sobre livros e

---

1.- Sobre a conquista e o período português de Ceuta, cf. Paulo Drumond Braga, *Uma Lança em África. História da Conquista de Ceuta*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2015.

\* Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia no âmbito do projeto UID/HIS/00057/2013.

leituras. Aparentemente, estas perguntas – cujas respostas parecem mais relevantes do que as que indagam que livros eram possuídos e por quem, uma vez que a posse de uma obra não implica necessariamente a sua leitura – nem sempre podem ter cabal resposta. Tendo em conta a falta de trabalhos sobre alfabetização em Portugal na Época Moderna, não obstante alguns contributos<sup>2</sup>, parece poder afirmar-se alguns aspetos gerais que ajudam a compreender as questões relativas à leitura. Sendo o analfabetismo elevado, mais evidente nos meios rurais do que nos urbanos e mais significativo entre as mulheres do que entre os homens<sup>3</sup>, não podemos estranhar que a posse e a leitura de impressos fossem pouco relevantes especialmente entre os não privilegiados. Deixando de parte as bibliotecas de instituições religiosas<sup>4</sup> e de poucos particulares, mormente de

---

2.- Francisco Ribeiro da Silva, *Níveis de Alfabetização de Oficiais Administrativos e Judiciais dos Concelhos de Refojos de Riba d’Ave e da Maia na 1.ª metade do século XVII*, separata de *Actas do Colóquio de História Local e Regional*, Santo Tirso, 1979; Idem, “Alfabetização no Antigo Regime. O caso do Porto e da sua Região (1580-1650)”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, II série, vol. 3, Porto, 1986, pp. 101-163; Idem, “Barroco e Escolarização: Taxas de Alfabetização no Porto nos inícios do século XVIII”, *I Congresso Internacional do Barroco. Actas*, vol. 2, Porto, Reitoria da Universidade do Porto, Governo Civil do Porto, 1991, pp. 451-461; Idem, “Tempos Modernos”, *História do Porto*, direcção de Luís A. de Oliveira Ramos, Porto, Porto Editora, 1994, pp. 360-363; Justino Pereira de Magalhães, *Ler e Escrever no Mundo Rural do Antigo Regime. Um Contributo para a História da Alfabetização e da Escolarização em Portugal*, Braga, Universidade do Minho, Instituto de Educação, 1994; Rita Marquilha, *A Faculdade das Letras. Leitura e Escrita em Portugal no século XVII*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2000; Ana Videira Patrício, *Escolarização e Vulgarização Cultural no Porto na Época dos Almadás*, Porto, Arquivo Histórico, Câmara Municipal do Porto, 2000. Para o Brasil, cf. Luís Carlos Villalta, “Ler, Escrever, Bibliotecas e Estratificação Social”, *História de Minas Gerais*, organização de Maria Efigênia Lage de Resende e Luís Carlos Villalta, vol. 2, Belo Horizonte, Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, pp. 289-311.

3.- Estes dados genéricos estão totalmente de acordo com o que se passava no resto da Península Ibérica. Cf., de entre muitos outros, Ofelia Rey Castelao, *Libros y Lectura en Galicia siglos XVI-XIX*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 2003, pp. 27-48; Jean-Marc Buigues, “Los Lectores: Oficios, Profesiones y Estados”, *Historia de la Edición y de la Lectura en España 1472-1914*, direcção de Vítor Infantes, François Lopez, Jean-François Botrel, Madrid, Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2003, pp. 424-431.

4.- Sobre bibliotecas de instituições religiosas portuguesas, cf. Laura Maria Silveira Mesquita, *Braga e a Cultura Portuguesa dos Finais da Época Moderna: A Biblioteca dos Oratorianos*, 2 vols, Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993; Ilídio Rocha, “A Livraria do Convento da Arrábida”, *I-II Seminário O Franciscanismo em Portugal. Actas*, Lisboa, Fundação Oriente, 1996; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Os Monges de São Vicente de Fora na Época Moderna”, *Mosteiro de São Vicente de Fora. Arte e História*, coordenação de Sandra Costa Saldanha, Lisboa, Centro Cultural do Patriarcado de Lisboa, 2010, pp. 35-53.



eclesiásticos<sup>5</sup>, de nobres<sup>6</sup>, e mais raramente a de indivíduos dos grupos intermédios<sup>7</sup>, este é um campo de estudo onde a maior parte do trabalho está por realizar quer no Portugal metropolitano quer no Brasil colonial<sup>8</sup>.

5.- Sobre bibliotecas de eclesiásticos, cf. António M. de Barros Cardoso, *Ler na Livraria de Frei Francisco de São Luís Saraiva*, Ponte de Lima, Câmara Municipal de Ponte de Lima, 1995; José António Mendonça Pereira de Oliveira, *A Paixão da História na Biblioteca de D. João de Magalhães e Avelar*, Porto, Dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995; Maria de Lurdes Correia Fernandes, *A Biblioteca de Jorge Cardoso (†1669), Autor do Agiológio Lusitano. Cultura, Erudição e Sentimento Religioso no Portugal Moderno*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2000, Ricardo Jorge Carvalho Pessa de Oliveira, *Uma Vida no Santo Ofício: O Inquisidor Geral D. João Cosme da Cunha*, Lisboa, dissertação de Mestrado em História Moderna apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2007, pp. 79-82. No caso dos eclesiásticos que foram lentes da Universidade de Coimbra, cf. António de Oliveira, “Livrarias de Professores da Universidade de Coimbra”, *Pedaços de História Local*, vol. 2, Coimbra, Palimage, 2010, pp. 129-338 e a bibliografia aí citada, mormente pp. 132-135.

6.- José Damião Rodrigues, *São Miguel no século XVIII. Casa, Elites e Poder*, vol. 2, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2003, pp. 721-722. Compare-se com as bibliotecas de nobres alemães. Cf. Michael North, “*Material Delight and the Joy of Living*”, *Cultural Consumption in the Age of Enlightenment in Germany*, tradução de Pamela Selwyn, Aldershot, Ashgate, 2008, pp. 17-18.

7.- Sobre as bibliotecas dos grupos intermédios, em especial as de cariz profissional, cf. Isabel Drumond Braga, *Bens de Hereges. Inquisição e Cultura Material. Portugal e Brasil (séculos XVII-XVIII)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, pp. 263-276. Disponível *on line* em <https://www.academia.edu/7228198/>; Idem, “Bibliotecas Particulares em Portugal e no Brasil: o Testemunho das Fontes Inquisitoriais (séculos XVII-XVIII)”, *Conhecimento, Cultura e Circulação de Ideias na América Colonial Luso-Hispânica*, organização de Márcia Helena Alvim, Santo André, Universidade Federal do ABC, 2014, pp. 99-118 (disponível *on line* em <https://www.academia.edu/8020616/>). Diferentes foram os casos dos que estando presos pelo Santo Ofício solicitavam livros para ler. Cf. Idem, *Viver e Morrer nos Cárceres do Santo Ofício*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2015, pp. 113-119.

8.- Sobre estas temáticas no Brasil, cf. Luiz Carlos Villalta, “O que se Fala e o que se Lê: Língua, Instrução e Leitura”, *História da Vida Privada no Brasil*, direção de Fernando A. Novais, vol. 1 (*Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*), organização de Laura de Mello e Souza, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp. 331-385; Idem, “Ler, Escrever, Bibliotecas e Estratificação Social”, *História de Minas Gerais*, organização de Maria Efigênia Lage de Resende e Luís Carlos Villalta, vol. 2, Belo Horizonte, Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, pp. 289-311; Maria Beatriz Nizza da Silva, *A Cultura Luso-Brasileira. Da Reforma da Universidade à Independência do Brasil*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999, pp. 129-150; Leila Mezan Algrantí, *Livros de Devoção, Atos de Censura. Ensaios de História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821)*, São Paulo, Hucitec, 2004; Álvaro de Araújo Antunes, *Espelho de Cem Faces. O Universo Relacional de um Advogado Setecentista*, São Paulo, Annablume, Universidade Federal de Minas Gerais, 2004; Maria Lucília Viveiros Araújo, “Os Interiores Domésticos após a Expansão da economia Exploradora Paulista”, *Anais do Museu Paulista*, nova série, n.º 12, 2004, pp. 155-156.

Se tivermos em conta a estimativa realizada por António Camões Gouveia, para a segunda metade do século XVIII, em Portugal havia uma biblioteca para cada 1.000 habitantes<sup>9</sup>. Porém, sabe-se que a segunda metade da centúria foi um período que conheceu novos públicos<sup>10</sup>, alguns dos quais pouco exigentes para os diversos objetos impressos, o que naturalmente se tem que relacionar com o aumento das taxas de alfabetização. Efetivamente, parte desses novos públicos dominava o português mas não o latim, que foi perdendo peso no mundo da edição, e tinha interesse em obras pequenas, baratas e genericamente designadas por populares, o que não significa que não fossem lidas por pessoas de vários grupos sociais<sup>11</sup>.

Enquanto publicações de grande circulação, as obras integradas no mundo da chamada edição popular – ou talvez mais consensualmente da literatura de cordel<sup>12</sup> – partilhavam técnicas, veículos e procedimentos e, sublinhe-se, eram objeto de formas de apropriação por vezes semelhantes entre os vários públicos<sup>13</sup>. Esta literatura, que não deve ser entendida como uma cultura alternativa ou uma contra cultura, no entendimento de Botrel<sup>14</sup>, era

---

9.- António Camões Gouveia, “Estratégias de Interiorização da Disciplina”, *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, vol. 3 (*O Antigo Regime*), coordenação de António Manuel Hespanha, Lisboa, Estampa, 1993, pp. 421-422.

10.- Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “As Realidades Culturais”, *Da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil* (= *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. 7), Lisboa, Presença, 2001, p. 486. Disponível *on line* em <https://www.academia.edu/18917055/>; Carlos Nogueira, *Literatura de Cordel Portuguesa: História, Teoria e Interpretação*, Lisboa, Apenas Livros Lda., 2003, p. 14.

11.- De qualquer modo, estavam teoricamente ausentes nas chamadas bibliotecas dos *honnêtes hommes*. Cf., a este respeito, Jean-Marc Chatelain, *La Bibliothèque de l'Honnête Homme. Livres, Lectures et Collections en France à l'Âge Classique*, Paris, BNF, 2003.

12.- A este respeito veja-se o entendimento de Francisco Mendonza Díaz-Maroto, *Panorama de la Literatura de Cordel Española*, Madrid, Ollero & Ramos Editores, 2000, p. 25, ao entender que a expressão literatura de cordel era preferível a qualquer outra uma vez que não apresentava qualquer conotação depreciativa.

13.- Sobre o entendimento de cultura popular, cf. Roger Chartier, *Lectures et Lecteurs dans la France de l'Ancien Régime*, Paris, Seuil, 1987, p. 88, *Idem*, *Culture Écrite et Société. L'Ordre des Livres (XIV<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> siècle)*, Paris, Albin Michel, 1996, pp. 205-227.

14.- Jean-François Botrel, “La Littérature de Cordel en Espagne. Essai de Synthèse”, *Colportage et Lecture Populaire. Imprimés de Large Circulation en Europe XVI-XVIII siècles*, direcção de Roger Chartier e Hans-Jürgen Lüsebrink, Paris, Mec Editions, 1996, p. 272.

útil até para aprender a ler, o que não deixou de suscitar algumas críticas. Era quase exclusivamente uma literatura ambulante, a qual perdurou durante séculos, com títulos idênticos ou muito semelhantes e com obras de diferentes géneros<sup>15</sup>. Era também totalmente alheia às novidades técnicas e científicas. As ideias caras aos iluministas, tais como razão, natureza e progresso, estiveram longe dos conteúdos destas obras que, em vez do apelo à racionalidade, muitas vezes continham prognósticos e previsões de astrólogos, adivinhações e superstições diversas, tal é o caso dos almanaques<sup>16</sup>.

Independentemente das dificuldades para se apurarem as matérias das obras publicadas durante o século XVIII, designadamente porque se desconhecem o ritmo e a geografia da produção, a par dos problemas para estabelecer uma tipologia clara das matérias, tanto mais que cada autor tem optado por critérios diferentes<sup>17</sup>, é certo que a chamada literatura de cordel terá tido algum significado quer em Portugal quer no estrangeiro. Os folhetos vendidos a baixo custo, impressos em papel de má qualidade, com edições pouco cuidadas, utilizando gravuras reutilizadas e, em alguns

---

15.- Geneviève Bollème, “Literatura Popular y Comercio Ambulante del Libro en el siglo XVIII”, *Libros, Editores y Público en la Europa Moderna*, direção de Armando Petrucci, Valencia Ediciones Afons el Magnànim, 1990, p. 218.

16.- Em Portugal, no século XVIII, os almanaques figuraram entre as edições de maior sucesso editorial. Se, por cá, a grande época destas publicações foi o século XIX, não só pelo número como pela diversidade de conteúdos e pela especialização de algumas destas espécies, a centúria anterior apresentou já uma considerável divulgação, a par de livros litúrgicos e de devoção, de versos jocosos e de algum teatro (cf. Maria Carlos Radich, *Almanaque. Tempos e Saberes*, [s.l.], Centelha, [s.d.], p. 7; João Luís Lisboa, “Papéis de Larga Circulação no século XVIII”, *Revista de História das Ideias*, vol. 20, Coimbra, 1999, p. 132). Se partirmos das existências da Biblioteca Nacional de Lisboa, os almanaques portugueses que aí se conservam, e que, naturalmente, não correspondem à totalidade publicada, distribuem-se da seguinte maneira: um no século XV, seis no século XVI, 22 no XVII, 21 no XVIII e 528 no XIX. Contagens feitas a partir do inventário *Os Sucessores de Zacuto. O Almanaque na Biblioteca Nacional do século XV ao XXI*, coordenação de Rosa Maria Galvão, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2002. Não esqueçamos que, então, o livro de temática religiosa ainda representava mais de 50% das publicações. Dados concretos, relativos aos anúncios de livros na *Gazeta de Lisboa* entre 1715 e 1750, permitem-nos verificar que tal realidade significou exatamente 59% do total dos títulos. O segundo lugar, com escassos 12%, coube à literatura (cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “As Realidades Culturais”, *Da Paz da Restauração ao Ouro* [...], p. 492).

17.- Trata-se de uma dificuldade comum a outros espaços. Para Espanha, cf. Jean-Marc Buigues, “Las Materias: Traducción y Modernización”, *Historia de la Edición y de la Lectura en España 1472-1914*, direção de Víctor Infantes, François Lopez e Jean-François Botrel, Madrid, Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2003, pp. 317-327.

casos, desarticuladas dos conteúdos, frequentemente com formatos em 4.º e em 8.º, não encadernados e difundidos de forma ambulante, apresentavam formas e designações diversas, a saber: almanaques, cartas, cartilhas, catecismos, histórias, notícias, relações, de entre outras. O significado comercial destas publicações levou a que em alguns locais tenha havido casas tipográficas especializadas na produção deste tipo de obras<sup>18</sup>, independentemente da existência de tipografias que imprimiam objetos muito diversificados<sup>19</sup>.

Sabe-se que em Espanha foram famosos e tiveram ampla difusão os textos de cordel sobre cativos, renegados, mouriscos e batalhas contra os Turcos<sup>20</sup>, os quais, além de proporcionarem informação e distração aos leitores, constituíam agentes de propaganda para a monarquia. As cartas, notícias e relações, por vezes sinónimos, apresentavam-se quer em prosa quer em verso, veiculavam notícias da atualidade e constituíram uma forma rápida e eficaz de proporcionar informação quase imediata aos acontecimentos, aproximando-se dos periódicos<sup>21</sup>, apesar de, em alguns casos, serem textos entre história, crónica e novela. Trata-se de uma literatura ocasional,

---

18.- Veja-se o caso de Espanha. Cf. María Ángeles García Collado, “Los Pliegos Suetos y Otros Impresos Menores”, *Historia de la Edición y de la Lectura en España 1472-1914*, direção de Víctor Infantes, François López e Jean-François Botrel, Madrid, Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2003, pp. 368-377. Os almanaques têm sido as obras que mais estudos têm suscitado. Cf., sem preocupação de exaustividade, Geneviève Bollème, *Les Almanachs Populaires aux XVII<sup>e</sup> et XVIII<sup>e</sup> siècles. Essai d'Histoire Sociale*, Paris, La Haye, Mouton & Compagnie, 1969; Idem, “Literatura Popular y Comercio Ambulante del Libro [...]”, pp. 207-246; Hans-Jürgen Lüsebrink, “L’Almanach: Structures et Evolutions d’un Type d’Imprimé Populaire en Europe et dans les Amériques”, *Les Mutations du Livre et de l’Edition dans le Monde du XVIII<sup>e</sup> siècle à l’an 2000*, direção de Jacques Michon e Jean-Yves Mollier, Québec, Paris, Les Presses de l’Université Laval, L’Harmattan, 2001, pp. 432-441; *Les Lectures du Peuple en Europe et dans les Amériques (XVII<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècle)*, direção de Hans-Jürgen Lüsebrink, York-Gothart Mix, Jean-Yves Mollier e Patricia Sorel, Bruxelas, Editions Complexe, 2003; Louise Hill Curth, *English Almanacs, Astrology and Popular Medicine 1550-1700*, Manchester, Manchester University Press, 2007.

19.- Veja-se o caso estudado por Roger Chartier em “A Enforcada que foi salva Miraculosamente. Estudo de um Livro de Cordel”, *As Utilizações do Objecto Impresso*, tradução de Ida Boavida, Lisboa, Difel, 1998, p. 89, *passim*.

20.- Francisco Mendonza Dáz-Maroto, *Panorama de la Literatura [...]*, p. 105; María Ángeles García Collado, “Los Pliegos Suetos [...]”, p. 373.

21.- Lembremos que os jornais, ao fornecerem informações sobre os sucessos militares eram úteis quer ao poder quer aos que comandavam as tropas facilitando a sua ascensão. Sobre o caso francês e sobre os jornais especificamente sobre sucessos militares, cf. Jean-Paul Bertaud, *La Presse et le Pouvoir de Louis XIII à Napoleon 1<sup>er</sup>*, Paris, Perrin, 2000, pp. 187-203, *passim*.

veículo de mediação cultural, que serviu para consolidar a imagem da monarquia, chegando a ser um porta-voz oficioso da mesma, na expressão de María Ángeles García Collado<sup>22</sup>. É nesse sentido que devem ser objeto de análise e de interpretação os textos sobre Ceuta que aqui se estudam.

2. No pequeno universo obtido, constituído pelos seis únicos exemplares depositados na Biblioteca Nacional de Portugal, sobre Ceuta no século XVIII, encontramos três designações: carta, notícia e relação, o que está em consonância com outros espaços – por exemplo *ocasionnels* em França, *new pamphlets* em Inglaterra, *Neue Zeitungen*, na Alemanha, *relaciones* em Espanha, *avvisi* e *raporti* na Península Itálica<sup>23</sup> – sendo de notar que estes folhetos conviveram com os periódicos propriamente ditos, tal como aconteceu em outros espaços da Europa.

Rafael Bluteau, no *Vocabulario Portuguez e Latino*, publicado nas primeiras décadas do século XVIII<sup>24</sup>, definiu carta como um papel escrito a pessoa ausente, estabeleceu uma tipologia de cartas: com cifra, de favor, injuriosa, picante, além de cartas de A,B,C, de alforria, citatórias, cosmográficas, geográficas, de guia, de jogar, de marear, de pago e de seguro e não esqueceu as cartas “em que se dá novas de vitória”<sup>25</sup>, ou seja, as que aqui nos interessam. O lexicógrafo referiu-se igualmente a notícia, mas a definição que apresentou afasta-se, de algum modo, do sentido em que aqui é utilizado, pois considerou que se tratava de conhecimento ou de coisa que viesse do conhecimento, para esclarecer, em seguida, que havia muitas castas de notícias:

---

22.- María Ángeles García Collado, “Para Todos: Pliegos y Obras de Surtido”, *Historia de la Edición y de la Lectura en España 1472-1914*, direção de Víctor Infantes, François Lopez e Jean-François Botrel, Madrid, Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 2003, pp. 408-414.

23.- Cf., por exemplo, Javier Díaz Noci, Mercedes del Hoyo Hurtado, *El Nacimiento del Periodismo Vasco. Gacetas Donostiaras de los siglos XVII y XVIII*, Donostia, Eusko Ikaskuntza, 2003, p. 28; Mario Infelise, “Le Marché des Informations à Venise au XVII<sup>e</sup> siècle”, *Gazettes et Information Politique sur l’Ancien Régime*, Saint-Étienne, Publications de l’Université de Saint-Étienne, 1999, p. 117; Carmen Espejo, “Un Marco de Interpretación para el periodismo Europeo en la Primera Edad Moderna”, *La Aparición del Periodismo en Europa. Comunicación y Propaganda en el Barroco*, direção de Roger Chartier e Carmen Espejo, Madrid, Marcial Pons, 2012, p. 106.

24.- Sobre Rafael Bluteau, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “A ‘Voz das Palavras’. O Português falado e escrito no Tempo de Bluteau”, *Biblos*, vol. 78, Coimbra, 2002, pp. 185-222. Disponível *on line* em <https://www.academia.edu/6602353/>.

25.- Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino*, vol. 2, Coimbra, Colégio das Artes, 1712, pp. 166-168.

“umas são certas e evidentes, como é a ciência; outras duvidosas e escuras como é a opinião, a conjectura, a suspeita; outras firmes mas escuras, como a fé; outras firmes e claríssimas, como é a luz da glória. Também há notícias naturais como é a inteligência, outras adquiridas como é a metafísica, outras infusas como são as revelações. A estas acrescenta as notícias celestes, terrestres, profanas ou mundanas, políticas e diabólicas”<sup>26</sup>. Finalmente, Rafael Bluteau referiu a relação, definindo-a como, na aceção que nos poderá interessar, a narração de alguma coisa que sucedeu e a comunicação ou correspondência que uma pessoa tem com outra<sup>27</sup>.

As obras em estudo, todas anónimas, foram publicadas entre 1732 e 1791, por várias casas editoras: isto é, os impressores Pedro Ferreira<sup>28</sup>, Inácio Nogueira Xisto e, posteriormente, pela sua viúva; e ainda António Gomes. Se Pedro Ferreira chegou a impressor régio, apresentando edições diversificadas, os restantes tiveram atividade ainda por estudar mas, a partir de uma visualização rápida das existências da Biblioteca Nacional de Portugal, aparentemente concentrada em pequenos folhetos e em sermões.

Estes folhetos, que pressupomos de rápida difusão, transmitiram notícias políticas, como se de um jornal se tratasse<sup>29</sup>. Na realidade, a variedade de impressos além dos jornais propriamente ditos, esteve presente um pouco por todo o lado<sup>30</sup>. Cobriram vitórias das tropas europeias, neste caso espanholas, face a um dos principais inimigos: o Islão. Os primeiros confrontos foram face aos Marroquinos e, quer antes quer depois após a celebração da paz com o sultão, com os Turcos, em especial com os da regência de Argel.

---

26.- Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino*, vol. 5, Lisboa, Oficina de Pascoal da Silva, 1716, p. 754.

27.- Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez e Latino*, vol. 7, Lisboa, Oficina de Pascoal da Silva, 1720, pp. 214-215.

28.- Sobre este impressor, cf. Ana Teresa Guerreiro de Brito, *A Actividade Tipográfica de Pedro Ferreira em Lisboa (1723-1769)*, 3 vols., Lisboa, Dissertação de Mestrado em Estudos Portugueses apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2008.

29.- Sobre as relações entre os jornais e a política, designadamente as matérias militares, cf., para Inglaterra, Hannah Barker, *Newspapers, Politics and English Society 1695-1855*, Longman, Pearson Education, 2000.

30.- S. J. Wiseman, “Pamphlet Plays in the Civil War News Market: Genre, Politics and Context”, *News, Newspapers and Society in Early Modern Britain*, Londres, Frank Cass, 1999, p. 66.

**Quadro .- AVISOS, NOTÍCIAS E RELAÇÕES SOBRE CEUTA NO SÉCULO XVIII**

TÍTULO	LOCAL	IMPRESSOR	DATA	PÁGINAS
<i>Breve Noticia da glorioza Vitoria alcançada no dia 17 de outubro deste presente anno de 1732 pelas armas do Serenissimo Rey Catholico D. Fillipe V nos Campos de Ceuta contra as Tropas del Rey de Mequinez que cercavão a mesma Praça, tirada fielmente da Carta Circular impressa que sua Magestade Catholica mandou aos seus Ministros residentes nas Cortes Estrangeiras</i>	Lisboa Ocidental	Oficina de Pedro Ferreira	1732	8
<i>Nova Noticia do Valeroso Combate que tiveram os Hespanhoes com os Argelinos à Vista da Praça de Ceuta</i>	Lisboa	—	1757	6
<i>Relaçam do Sitio que os Mouros puzerão á Praça de Ceuta. Em cujo Citio empenharão todas as suas Forças; mas finalmente forão obrigados a se retirar, com grande Gloria dos Valerosos Habitantes que a defendiam</i>	Lisboa	—	1757	8
<i>Curiosa e Verdadeira Noticia da Famosa Acção e Inclyta Victoria que o Famigerado Espanhol, Tenente General D. Diogo Maria Ozorio, Governador da Praça de Ceuta, alcançou contra os Mouros no Porto de Tangere, querendo e indo aprezar hum Navio Turco, que ali se achava carregado de Trigo, em 22 de Julho deste presente anno de 1764</i>	Lisboa	Oficina de Inácio Nogueira Xisto	1764	8
<i>Nova Relação da Embaixada que mandou o Imperador de Marrocos a el-Rey Catholico e da Viagem que fez o Embaixador Cide Hamet El Gazel e grandeza com que o tem recebido em os seus Dominios e a toda a sua Comitiva, depois que embarcou em Ceuta, até entrar em a Corte de Madrid</i>	Lisboa	Oficina da Viúva de Inácio Nogueira Xisto	1766	8
<i>Carta que hum Amigo de Ceuta escreveu a outro desta Cidade em a qual lhe dá huma circunstanciada Noticia da resplandecente Embaixada que a Raynha N. S.ra mandou ao Imperador de Marrocos e dos Presentes que dali vieraõ para esta Corte</i>	Lisboa	Oficina de António Gomes	1791	16

Com este tipo de notícias, os seus autores visaram impressionar os leitores e os ouvintes – pensemos que o público era mais vasto do que a comunidade leitora, uma vez que a leitura em voz alta era uma prática comum que permitia acesso à informação quer utilitária quer lúdica<sup>31</sup> – sem desprezar algum sensacionalismo, fazer críticas contundentes aos inimigos, incluindo algumas premonições das derrotas do Islão, e, finalmente, incutir algum moralismo, tal como acontecia com o mesmo tipo de opúsculos, os *pliegos*, publicados em Espanha<sup>32</sup>. O contexto de animosidade permanente vivida no Norte de África explica o aparecimento destes folhetos dedicados ao secular enfrentamento entre cristãos e muçulmanos.

3. Em Marrocos, durante o século XVIII, a presença de praças sob o domínio espanhol e português, neste caso limitado a Mazagão, até 1769, continuou a desencadear ações das tropas muçulmanas no sentido de reconquistarem esses territórios. Porém, a segunda metade da centúria conheceu mudanças significativas com a assinatura de tratados de paz. Muḥammed B.‘Abd Allāh chegou ao poder após um período de grande confusão política iniciada com a morte do sultão Muley Ismā‘īl (1672-1727), seu avô. Ao iniciar o reinado, em 1757, já beneficiava de longa experiência em contactos com os europeus e de prática política e militar no governo de Marraquexe e demais regiões do sul do território, pois associara-se ao reinado de seu pai, o sultão Muley Abd Allāh (1729-1734, 1736, 1740-1741, 1741-1742, 1743-1747 e 1748-1757), a partir de 1745. Efetivamente, Muḥammed B.‘Abd Allāh teve interesse pelo que se passava na Europa, pelo menos desde o tempo em que esteve à frente do califado de Marrocos, sem esquecer o período em que permaneceu em Safim e pôde contactar com comerciantes cristãos e judeus, uma vez que o porto era, então, o mais animado da costa marroquina. Homens de várias nacionalidades, como o judeu português José Buzaglo de Paz ou os franceses Etienne Rey e Jean-Jacques Salva, inteiraram o futuro sultão de Marrocos do que se passava nas Cortes europeias. Mais tarde,

---

31.- Sobre esta matéria, cf., por exemplo, Roger Chartier, “Barroco y Comunicación”, *La Aparición del Periodismo en Europa. Comunicación y Propaganda en el Barroco*, direção de Roger Chartier e Carmen Espejo, Madrid, Marcial Pons, 2012, p. 30.

32.- Cf., a este respeito, Henry Ettinghausen, “Prensa Amarilla y Barroco Español”, *La Aparición del Periodismo en Europa. Comunicación y Propaganda en el Barroco*, direção de Roger Chartier e Carmen Espejo, Madrid, Marcial Pons, 2012, p. 129.



chegou a obter informações de idêntico teor através de alguns cativos cultos, sem esquecer que possuía e lia obras francesas<sup>33</sup>.

Muḥammed B.' Abd Allāh realizou reformas na administração e no exército, para as quais necessitou de um aumento das receitas, o que significou o incremento do corso, que mandou praticar de forma a prejudicar os reinos com os quais não tinha acordos de paz, designadamente Suécia, França, Espanha e Portugal. Para pressionar os visados e forçá-los a alterar as opções de política externa face a Marrocos, inflacionou o comércio de cativos. Realisticamente, poucas novidades face ao passado. Muito mais inovadora se mostrou a perspectiva de aumentar as receitas com o incremento do comércio externo com a Europa, pois taxas e direitos permitiam o financiamento das reformas em curso. A opção de Muḥammed B.' Abd Allāh revelou-se acertada. Se a diminuição do corso e do número de cativos implicaram a redução das fontes de receitas, a animação do comércio internacional apoiada com a criação de infraestruturas como a construção de portos<sup>34</sup> fez aumentar o florescimento urbano e a circulação monetária.

O monarca conjugou, de forma hábil, a ameaça ou mesmo a agressão das praças e o corso com a oferta de negociação. De acordo com a lógica da pressão para o estabelecimento da paz, de 1757 a 1759, o corso sobre navios portugueses aumentou e, concomitantemente, aumentaram os “cativos de mar”<sup>35</sup>. A mesma pressão acontecia face às embarcações e às praças espanholas, designadamente as de Ceuta e de Melilla<sup>36</sup>. A paz propiciou a

---

33.- Henri Terrasse, *Histoire du Maroc*, Casablanca, Editions Atlantides, 1952, pp. 140-142; Ramon Lourido Diaz, *Marruecos y el Mundo Exterior en la Segunda Mitad del siglo XVIII*, Madrid, Agencia de Cooperación Internacional, 1989, pp. 247-248, Albert Hourani, *A History of the Arab Peoples*, Londres, Faber and Faber, 2002, pp. 258-262.

34.- Ramon Lourido Diaz, *Marruecos y el Mundo Exterior* [...], pp. 368-375; Juan Bta. Vilar, Ramón Lourido, *Relaciones entre España y el Magreb* [...], pp. 210-217; Idem, “La Plaza de Ceuta, Estímulo del Patriotismo y del Genio Político de Muhammed III (1757-1790)”, *Ceuta en los siglos XVII y XVIII*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceuties, 2004, pp. 91-120.

35.- Maria Joana Neto, “Portugal e Marrocos. Inversão das Políticas Externas, Modernidade das Relações (1760-1773)”, *Camões. Revista de Letras e Cultura Lusófonas*, n.º 17-18, Lisboa, 2004, p. 58.

36.- Ramon Lourido Diaz, *Marruecos y el Mundo Exterior* [...], pp. 188-191. Sobre as relações entre Mohammed ben Abdallah e Carlos III de Espanha, cf. Juan Bta. Vilar, Ramón Lourido, *Relaciones entre España y el Magreb* [...], pp. 257-318 e Mercedes García Arenal, Miguel Angel de Bunes, *Los Españoles y el Norte de África, siglos XV-XVIII*, Madrid, Mapfre, 1992, pp. 147-153.

realização de novas relações comerciais reguladas pelo direito internacional e não pela força. O investimento na diplomacia levou à celebração e ratificação de muitos tratados de paz: Províncias Unidas (1752), Grã-Bretanha (1760), Dinamarca (1753, 1754, 1756), Suécia (1763), Veneza (1765), Espanha (1767), França (1767), Portugal (1774), Toscana (1778), Áustria (1783) e Estados Unidos da América (1786)<sup>37</sup>. Entrou-se numa nova época.

Mas os problemas não terminaram. Importa lembrar que se Marrocos estava em paz com quase toda a Europa, o mesmo não se pode afirmar de Argel, Túnis e Trípoli<sup>38</sup>, uma vez que estes territórios estavam sujeitos à autoridade turca. A regência de Argel tinha, desde 1671, o *Dey* à frente dos destinos do governo, quer em matéria de justiça quer em questões diplomáticas. No século XVIII, a hereditariedade tornou-se regra de acesso ao poder, não obstante ter sido pontualmente quebrada. O *Dey* estava interessado em manter a guerra de corso uma vez que, assim, dava continuidade à *jihād* e arrecadava um quinto das receitas do corso e as quantias dos resgates. Em termos de política externa, a regência de Argel entendia o corso como a melhor maneira de se relacionar com o exterior, devido ao interesse económico do mesmo. Desde 1780, os cônsules europeus começaram a informar as Cortes que o corso argelino estava em decadência. Porém, o ressurgimento ocorreu no princípio do século XIX<sup>39</sup>. A paz viria a ser celebrada pouco depois, em 1813, com Portugal e fora-o anos antes, em 1786, com Espanha.

4. Em 1732, conseqüentemente antes da paz entre Marrocos e Espanha, assinada em 1767, deu-se um ataque a Melilla e, nesse mesmo ano, ainda Ceuta não estava totalmente refeita dos efeitos do longo cerco de 1694-1727,

---

37.- Ramon Lourido Diaz, *Marruecos y el Mundo Exterior* [...], pp. 252-291, 346-352, *passim*.

38.- Sobre os contactos com as regências turcas cf. Fernando de Castro Brandão, *Portugal e as Regências de Argel, Tunes e Tripoli. Subsídios para a História Diplomática Portuguesa*, Porto, Secretaria de Estado da Emigração, Centro de Estudos, 1985; António Jorge Afonso, *Portugal e o Magrebe nos Finais do Antigo Regime*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1998, pp. 64-70. Sobre as regências, cf. Juan Bta. Vilar, Ramón Lourido, *Relaciones entre España y el Magreb siglos XVII-XVIII*, Madrid, Mapfre, 1994, p. 102; Abadía Laroui, *Historia del Magreb. Desde las Orígenes hasta el Despertar Magrebí. Un Ensayo Interpretativo*, Madrid, Mapfre, 1994, pp. 253-254; Albert Hourani, *A History of the Arab Peoples*, Londres, Faber and Faber, 2002.

39.- António Jorge Afonso, *Portugal e o Magrebe* [...], pp. 89-92.

levado a cabo por Ali B. 'Abd Allāh<sup>40</sup>, novo assédio foi dirigido à cidade. Desta feita tratou-se de um cerco de um outro sultão, um dos filhos de Muley Ismā'īl, instigado pelo duque de Ripperdá, que passara a Marrocos e se convertera ao Islão, depois de se ter incompatibilizado com Filipe V, a quem serviria<sup>41</sup>. 1732, será igualmente o ano em que os Espanhóis recuperaram as praças de Orão e Malzaquivir, perdidas em 1708 para a regência turca de Argel<sup>42</sup>.

Pela *Breve Notícia da gloriosa vitória*, publicada nesse mesmo ano de 1732, fica a saber-se que o sultão 'alawí "ou por diversão das armas católicas em benefício das argelinas ou por efeito do inveterado ódio dos mauritanos gerado nos seus corações por tantas hostilidades recebidas [...] havendo trezentos e dezassete anos que a livrou do culto maometano a espada portuguesa se conservou inexpugnável sempre até o ano de 1580 na obediência dos reis de Portugal e desde aquele ano até ao presente na soberania dos monarcas castelhanos, deixando inúteis as repetidas diligências, dilatados assédios e formidáveis forças com que os



Fig. 1 – Frontispício da *Breve Notícia da Gloriosa Vitória* (1732)

40.- Sobre este cerco, cf. Antonio Carmona Portillo, *Ceuta Española en el Antiguo Régimen*, 1640 a 1800, Ceuta, Ciudad Autónoma de Ceuta, Consejería de Cultura, 1996, pp. 105-120 e a bibliografía aí citada. Sobre a ajuda portuguesa, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, "Um Caso de Cooperação Luso-Espanhola: Ajuda Militar a Ceuta (1694-1695)", *Al Qantara*, vol. 13, fasc. 2, Madrid, 1992, pp. 323-348.

41.- Juan Guillermo de Ripperdá, de origen católica, tornou-se calvinista nos Países Baixos, voltou ao catolicismo em Espanha, fugiu para Inglaterra onde aderiu ao protestantismo e, ao ser expulso daquele país, instalou-se em Marrocos onde se tornou muçulmano.

42.- Mercedes García-Arenal, Miguel Angel de Bunes, *Los Españoles y el Norte de África* [...], pp. 143, 155-157.

mouros a procuraram restaurar"<sup>43</sup>. Porém, o resultado foi “uma das mais célebres vitórias do nosso século”.

O opúsculo deu ainda a saber que, entre as tropas muçulmanas, se contavam alguns homens europeus: “viam-se entre elas [tropas de infiéis] trajes da Europa, cabeleiras, chapéus, plumas, adornos não praticados entre os mouros, e sinais para se reputarem engenheiros cristãos a quem a própria conveniência faz esquecer da observância dos seus religiosos dogmas”<sup>44</sup>. O combate, por mar e por terra, entre Espanhóis e muçulmanos terá durado sete horas<sup>45</sup>. Os cinco corpos das tropas vitoriosas desbarataram o inimigo “deixando o campo semeado de cadáveres e levando de mais de alguns cativos, quatro bandeiras de damasco de diferentes cores, nas quais entrou a real do Bacha em que se vêm bordados de ouro muitos caracteres arábigos. Constou o despojo de cavalos e jaezes preciosos, alquiceres magníficos, turbantes pomposos, armas guarnecidas de prata e bandas de seda arrendadas de ouro com outra bagagem comum”<sup>46</sup>. Finalmente, as baixas espanholas: um oficial subalterno, três sargentos e 14 soldados, a par de sete capitães, seis oficiais subalternos, oito sargentos e 150 soldados, uma parte dos quais vítima de uma explosão num armazém de pólvora que rebentou quando o saqueavam. Destacaram-se, pelos seus feitos, o conde de Aranda e D. José de Vicaria, de entre outros.

Voltaremos a ter folhetos sobre Ceuta, em 1757, desta vez dois. Um referiu-se ao cerco daquele ano, levado a efeito por Muḥammed B.‘Abd Allāh. Efetivamente, antes de assumir o sultanato, nesse ano de 1757, fez pelo menos duas aproximações à cidade para reconhecer as defesas, levando a cabo um curto ataque a 23 de maio. Neste caso, a escaramuça acabou por ser objeto de notícia na *Gazeta de Lisboa* e parece não ter motivado grande preocupação na corte madrilena pois, “o príncipe de Marrocos, que comanda o exército, estabeleceu o seu quartel em uma distância tão grande que esta empresa tem mais aparência de um bloqueio que de um sítio”<sup>47</sup>.

---

43.- *Breve Noticia da gloriosa Vitoria alcançada no dia 17 de Outubro deste presente Anno de 1732 pelas Armas do Serenissimo Rey Catholico D. Fillipe V nos Campos de Ceuta contra as Tropas del Rey de Mequinez que cercavão a mesma Praça, tirada fielmente da Carta Circular impressa que sua Magestade Catholica mandou aos seus Ministros residentes nas Cortes Estrangeiras*, Lisboa Ocidental, Oficina de Pedro Ferreira, 1732, p. 2.

44.- *Breve Noticia da gloriosa Vitoria* [...], p. 3.

45.- *Breve Noticia da gloriosa Vitoria* [...], p. 7.

46.- *Breve Noticia da gloriosa Vitoria* [...], p. 7.

47.- *Gazeta de Lisboa*, n.º 38, Lisboa, 22 de Setembro de 1757.



Fig. 2 – Frontispício da Relaçam do Sitio que os Mouros puzerão á Praça de Ceuta (1757)

*A Relaçam do Sitio que os Mouros puzerão á Praça de Ceuta*, publicada em 1757, começou por referir a antiguidade de Ceuta e as designações que então tivera, para continuar justificando a conquista da praça com os ataques corsários que vitimavam as populações cristãs: “dela saíram todas as vezes que os incitava ou o ódio ou a cobiça a executar as piratarías invasões e crueldades contra os católicos, sendo naqueles tempos tão forte, populosa e opulenta que de seu porto saíram armadas que chegaram a por em susto todas as Espanhas, na verdade a mais sanguinolenta competidora e inimiga da fé católica. Mas não podendo os Portugueses suportar que uns bárbaros e infiéis tivessem em seu poder uma cidade, cujo porto era tão importante e considera-

do, que sendo os mouros desapossados de Ceuta ficaria a soberba e arrogância abatida, resolveram passar a África, senhorear-se daquela chave de Espanha, como lhe chamavam os mouros”<sup>48</sup>. Isto é, teria sido o curso, o grande motivador da conquista levada a efeito pelas tropas de D. João I, descrita brevemente em seguida<sup>49</sup>. A notícia compreendeu ainda outras referências a Portugal, designadamente a mudança da soberania portuguesa para Castela, explicada de forma eufemística: “passados muitos anos cedeu Portugal a Castela aquela praça e então cuidaram os mouros que melhorariam de fortuna, podendo mais facilmente expulsar dela aos novos dominantes, mas como estes eram aqueles mesmos que lançaram fora das

48.- *Relaçam do Sitio que os Mouros puzerão á Praça de Ceuta. Em cuja Citio empenharão todas as suas Forças; mas finalmente forão obrigados a se retirarem, com grande Gloria dos Valerosos Habitantes que a defendiam*, Lisboa, [s.n.], p. 2.

49.- Sobre as teses acerca da conquista de Ceuta, cf. Paulo Drumond Braga, *Uma Lança em África* [...], pp. 15-20.

Espanhas aos escravos de Mafoma, aos quais sempre que pelejaram venceram, conservaram aos mouros no mesmo jugo a que os tinham obrigado os Portugueses, sendo tantas as vitórias como as pelejas”<sup>50</sup>.

Depois destas contextualizações, o autor dedicou-se a explicar o sucesso militar espanhol face ao ataque inimigo. Efetivamente, detetada uma invulgar movimentação de tropas muçulmanas pelas sentinelas e atalaias – um corpo de 3000 homens, onde habitualmente estavam 400 – Ceuta começou os preparativos para se defender. Mas, rapidamente, se percebeu que as tropas inimigas estavam em aumento e pretendiam cercar a cidade sob ordens de um “homem perito na guerra, experimentado em campanhas e prudente em resoluções”<sup>51</sup>. Assim, D. Francisco de Córdoba ordenou uma saída para observar o inimigo e capturar algum mouro para obter informações mais precisas, o que foi coroado de êxito: “saiu o dito tenente com tanta fortuna que se encontrou com vinte mouros de cavalo que andavam correndo o campo mais por divertimento que por espias, vinha entre eles um filho de Mulei Abdala Celim, que não passava de dezoito anos de idade, tão bizarro e rico que logo os da praça conheceram ser ele pessoa de grande estima entre os mouros, de repente se viram estes cercados e fazendo mais esforço de os aprisionarem que de pelejarem, conseguiram só à custa de duas feridas, apanharem doze, podendo os mais escapar-se, sem que por cautela fossem seguidos, porque D. Francisco de Córdoba não queria expor-se a algum incidente”<sup>52</sup>. Este primeiro sucesso foi festejado “com publicas alegrias como feliz anúncio de venturosos sucessos”<sup>53</sup>.

Pelos cativos, ficaram a saber que o objetivo era a conquista da cidade, que já estavam 5000 homens em posição e que a maior parte eram “mouros valerosos”<sup>54</sup>. Perante isto, entendeu o governador juntar 200 cavalos e 700 infantes e fazê-los sair da praça para levantar o cerco. Houve disputas. Todos queriam ir. O governador escolheu uns e aos outros contentou alegando que ficariam com ele para defenderem a praça. Novo sucesso: “Os

---

50.- *Relaçam do Sitio que os Mouros puzerão á Praça de Ceuta [...]*, p. 3.

51.- *Relaçam do Sitio que os Mouros puzerão á Praça de Ceuta [...]*, p. 4.

52.- *Relaçam do Sitio que os Mouros puzerão á Praça de Ceuta [...]*, p. 5.

53.- *Relaçam do Sitio que os Mouros puzerão á Praça de Ceuta [...]*, p. 5.

54.- *Relaçam do Sitio que os Mouros puzerão á Praça de Ceuta [...]*, p. 6.

mouros que não imaginavam que os da praça fizessem saída alguma estavam despercebidos e vendo marchar contra si os valerosos Espanhóis, de quem sempre foram vencidos, foi em eles tal a confusão, que maior número seguiu uma fugida vergonhosa do que se inclinou a uma defesa necessária. Houve, contudo, uma sanguinolenta peleja, que sendo bem disputada por alguns mouros valerosos, finalmente se veio a declarar pelos da praça, porque recebendo Mulei uma leve ferida, imediatamente desistiu da empresa de que fora autor e, com sua ordem, mandou fugir todos os seus”<sup>55</sup>. O combate saldou-se por 143 inimigos mortos, 37 prisioneiros e obtenção de 18 cavalos. Do lado das perdas espanholas, morreram 11 soldados e um capitão ficou ferido.

Sobre o outro ataque, no mesmo ano de 1757, desta feita perpetrado por Turcos, saiu a *Nova Noticia do Valeroso Combate que tiveram os Hespanhoes com os Argelinos á Vista da Praça de Ceuta*. Neste folheto, preocupado sobretudo com a guerra naval, afirmou-se que os Espanhóis eram bons nas artes da guerra e nas da diplomacia, isto é, “prodigiosos na guerra como consumados políticos na paz”<sup>56</sup>. Antes, o autor teceu vários encômios ao interesse e à importância da guerra para o sexo masculino, considerando que a mesma era uma escola para o exercício dos varões, nela se obtinham glória, grandeza e valor, para salientar ainda que a razão, a justiça e a prudência eram o fiel das ações bélicas. Como se tratou de salientar uma vitória face aos



Fig. 3 – Frontispício da Nova Noticia do valeroso Combate (1757)

55.- *Relaçam do Sitio que os Mouros puzerão á Praça de Ceuta [...]*, p. 7.

56.- *Nova Noticia do Valeroso Combate que tiveram os Hespanhoes com os Argelinos á Vista da Praça de Ceuta*, Lisboa, s.n., 1757, p. 4.

corsários argelinos, ocorrida a 23 de julho de 1757, explicitou-se que o combate ocorrera no Estreito de Gibraltar “com tão violento furor, de parte a parte, que o galeão fez uma tão grande derrota nos mouros que pondo uns em vergonha fugida e metendo outros a pique, conseguiu um valeroso e honrado triunfo para crédito da nação e despique de várias presas que os ditos argelinos barbara e furiosamente têm feito aos Espanhóis”<sup>57</sup>.

Nova escaramuça foi objeto de notícia em 1764. Desta feita, tratou-se de salientar o valor do governador de Ceuta, D. Diego Maria Osório, cuja ação ofensiva foi responsável pelo aprisionamento de uma embarcação turca carregada de trigo, ao largo de Tânger. Curiosamente, o folheto começou de maneira muito semelhante a um outro sobre um combate naval entre Espanhóis e Turcos, publicado em 1756. Neste último, intitulado *Curiosa Noticia de hum Grande Combate, que tiveram tres navios e dois chavecos de mouros, com duas naos de Guerra de Hespanha, em 20 de Mayo de 1756, aonde se refere a grande mortandade que houve de ambas as partes e como os Mahometanos ficarão todos mortos ou captivos e juntamente com eles Celim-Kiali-Baki, nobilíssimo e valeroso Turco e outras mais noticias dignas de Memoria*, saído dos prelos lisboetas de Domingos Rodrigues, pode ler-se: “Foi tal o ódio que o infeliz e desgraçado Mafoma introduziu em seus pérfidos sequazes contra os católicos, que ainda depois de dilatados séculos se conserva entre eles a má vontade, que seus antepassados lhe comunicaram contra nós”<sup>58</sup>.

No folheto dedicado aos feitos do capitão de Ceuta, intitulado *Curiosa e Verdadeira Noticia da Famosa Acção e Inclyta Victoria*, publicado em 1764, escreveu-se algo muito semelhante: “Aquele grande ódio e rancor que o infeliz e desgraçado Mafoma introduziu nos seus pérfidos sequazes contra os católicos, está tão radicado nos seus péssimos corações que ainda depois de tão dilatados séculos se conserva entre eles a má vontade, que seus antepassados lhe comunicaram contra nós. Por esta sua insaciável tirania tem a onnipotência divina obrado infinidade de prodígios para os confundir,

---

57.- *Nova Noticia do Valeroso Combate* [...], p. 5.

58.- *Curiosa Noticia de hum Grande Combate, que tiveram tres Navios e dois Chavecos de Mouros, com duas Naos de Guerra de Hespanha, em 20 de Mayo de 1756, aonde se refere a grande Mortandade que houve de ambas as partes e como os Mahometanos ficarão todos Mortos ou Captivos e juntamente com eles Celim-Kiali-Baki, nobilissimo e valeroso Turco e outras mais Noticias dignas de Memoria*, Lisboa, Oficina de Domingos Rodrigues, 1756, p. 2.



servindo-lhes os valorosos e intrépidos braços católicos de instrumento efficacíssimo para lhes abater a sua mais bárbara indignação”<sup>59</sup>.

O autor da notícia, ao entrar no cerne da mesma, começou por salientar que “a heroica ação e monstruosa façanha que o esforço e intrepidez do valeroso tenente general D. Diego Maria Osório, governador da praça de Ceuta, obrou com os briosos soldados do seu mando, no porto de Tânger querendo apresar um navio turco, que ali se achava carregado de trigo”<sup>60</sup>, fora precedida de um outro êxito naval, desta feita sob o comando de D. Vicente Pignatelli, comandante de uma divisão de xavecos castelhanos, que atingira outros Turcos em Tetuão. O governador de Ceuta escolheu D. Martinho Cebollino, tenente do regimento fixo, para o reconhecimento do terreno (praias e enseadas) até ao porto de Tânger. Depois, mandou apressar duas grandes faluas com 42 homens, numa granadeiros do regimento fixo, comandados por D. Gonzalo Pires, subtenente do mesmo, e na outra soldados da companhia de cavalaria da praça de Ceuta, comandados por Manuel Pérez, patrão do xaveco. Seguiram sempre “bem acautelados a não se exporem ao precipício de se perderem, procurando sempre segurar a sua retirada”<sup>61</sup>.

Resultado: após três dias de navegação “entraram no porto, onde foram logo descobertos, porém vencendo o ardor e intrépido espírito das tropas ao fogo de mosqueteria e de canhão da alcáçova e do cais, todos uniformemente com a espada na mão abordaram ao navio e invocando o santo nome de Maria, investiram uma grande quantidade de mouros, que arrebatadamente lhes queriam impedir este triunfo, e dando penetrantes golpes naquela vil canalha, os mataram aos pares, até que eles não podendo sofrer já os infinitos cortes das espadas católicas, voltaram as costas tão precipitadamente que, fugindo uns por cima dos outros, com confusão se lançavam ao mar. Vendo-se os famosos Espanhóis sem alguma oposição sua, cortaram os cabos ao navio e o arrastaram para fora e o conduziram ao porto de Ceuta,

---

59.- *Curiosa e Verdadeira Noticia da Famosa Acção e Inclyta Victoria que o Famigerado Espanhol, Tenente General D. Diogo Maria Ozorio, Governador da Praça de Ceuta, alcançou contra os Mouros no Porto de Tangere, querendo e indo aprezar hum Navio Turco, que ali se achava carregado de Trigo, em 22 de Julho deste presente anno de 1764*, Lisboa, Oficina de Ignacio Nogueira Xisto, 1764, p. 3.

60.- *Curiosa e Verdadeira Noticia da Famosa Acção e Inclyta Victoria* [...], p. 4.

61.- *Curiosa e Verdadeira Noticia da Famosa Acção e Inclyta Victoria* [...], p. 6.

sem haverem experimentado a menor desgraça nesta confusão”<sup>62</sup>. Foram promovidos os que se destacaram no combate.

Em 1765, o sultão Muḥammed B.‘Abd Allāh, no âmbito da referida estratégia política que começara a levar a efeito para alcançar a paz, enviou um presente e uma carta a Carlos III, rei de Espanha, através de dois carmelitas descalços, que assim obtiveram liberdade. O monarca respondeu e remeteu igualmente um presente através do governador de Ceuta, Diego Maria Osório, quem deveria confiar a carta e a oferta ao capitão Antonio del Castillo, que teria como interprete Francisco Pacheco, soldado da companhia de cavalaria da praça de Ceuta. A entrega deu-se em Mequinez, a 26 de fevereiro daquele ano. Na sequência destes atos, o sultão nomeou como embaixador Aḥamad al-Gazzāl, a quem enviou com novo presente de camelos, cavalos e um leão<sup>63</sup>. A comitiva contou ainda com os espanhóis frei Bartolomé Girón, Antonio del Castillo e Francisco Pacheco. Chegam a Ceuta, a 22 de maio, e daí embarcaram numa nau de 70 canhões, passando a Algeciras<sup>64</sup>. O embaixador marroquino foi escoltado até Madrid. Esteve em Ceuta sete dias, durante os quais “se lhe fizeram as honras devidas ao seu character e assim o governador e todos os oficiais e as mais pessoas de distinção se esmeraram em cortejar a sua Excelência e a toda a sua comitiva”<sup>65</sup>. De Algeciras passaram a Tarifa, Medina Sidonia, Jerez, Lebrija, Palacios, Sevilha, Carmona, Fuentes de Campaña “de donde são os últimos avisos”<sup>66</sup>,

---

62.- *Curiosa e Verdadeira Noticia da Famosa Acção e Inclyta Victoria* [...], pp. 6-7.

63.- Sobre os envios de presentes constituídos por animais à Corte de Madrid, cf. Carlos Gómez-Centurión Jiménez, *Alhajas para Soberanos. Los Animales Reales en el Siglo XVIII. De las Leoneras a las Mascotas de Cámara*, [Valladolid], Junta de Castilla y León, 2011.

64.- Mariano Arribas Palau, “El Viaje de fr. Bartolomé Girón de la Concepción a Marruecos en 1765”, *Las Relaciones Hispano Magrebís en el siglo XVIII. Selección de Estudios*, Madrid, Agencia Española de Cooperación Internacional, 2007, pp. 97-110; Idem, “El Ceutí Francisco Pacheco, Intérprete y Vicecónsul (último tercio del siglo XVIII)”, *Ceuta en los siglos XVII y XVIII*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes, 2004, pp. 317-345.

65.- *Nova Relação da Embaixada que mandou o Imperador de Marrocos a el-Rey Catholico e da Viagem que fez o Embaixador Cide Hamet El Gazel e grandeza com que o tem recebido em os seus dominios e a toda a sua comitiva, depois que embarcou em Ceuta, até entrar em a Corte de Madrid*, Lisboa, Oficina da Viúva de Ignacio Nogueira Xisto, 1766, p. 3.

66.- *Nova Relação da Embaixada* [...], p. 6.

segundo o autor do opúsculo; Córdoba, Carpeo, Andujar, Illescas, Madrid e Buen Retiro. De presente, Carlos III recebeu cavalos, dromedários e camelos, tendo-lhe sido entregues religiosos e cativos espanhóis. O autor terminou com a expressão: “na segunda relação daremos notícia da embaixada e presentes que trouxe ao rei de Espanha”<sup>67</sup>. Não se encontrou este folheto. De qualquer modo, refira-se que no que aqui tratamos encontraram-se diversas informações relativas aos recebimentos que as cidades proporcionaram ao embaixador e sua comitiva, sendo de destacar quer as diversões: bailes, música, touradas, quer, muito em especial, a visita a espaços reveladores do poder económico e bélico de Espanha. Algumas destas notícias poderão ter sido obtidas nas gazetas e ainda num texto afim intitulado *Breve Relación de la llegada, estancia y partida que hizo en esta Ciudad de Sevilla Cydi Amet El Gazel, Embajador de Marruecos a la Católica Majestad de nuestro Rey y señor D. Carlos III*<sup>68</sup>.

Esta embaixada levou à assinatura do tratado de paz entre Espanha e Marrocos, em 1767. Novos problemas surgiram no Norte de África em 1774. Apesar de se viver em período de paz, o sultão decidiu tentar recuperar Melilla, tendo igualmente posto cerco ao Peñon de Alhucenas. A guerra hispano-marroquina terminará em 1779<sup>69</sup>.

Finalmente, encontrámos um folheto de 1791, intitulado *Carta que hum Amigo de Ceuta escreveo a outro desta Cidade em a qual lhe dá huma circunstanciada Noticia da Resplandecente Embaixada que a Raynha n. S.ra mandou ao Imperador de Marrocos e dos presentes que dali vieraõ para esta Corte*<sup>70</sup>. Desta feita, as notícias referem-se à embaixada de Portugal, enviada por D.

---

67.- *Nova Relação da Embaixada* [...], p. 8.

68.- Publicado pela Imprenta Manuel Nicolás Vázquez, em Junho de 1766.

69.- Mariano Arribas Palau, “La Reanudación de las Relaciones Comerciales entre España y Marruecos (1779-1780)”, *Las Relaciones Hispano Magrebís en el siglo XVIII. Selección de Estudios*, Madrid, Agencia Española de Cooperación Internacional, 2007, pp. 297-324; Mercedes García Arenal, Miguel Ángel de Bunes, *Los Españoles y el Norte de África* [...], pp.150-152.

70.- *Carta que hum Amigo de Ceuta escreveo a outro desta Cidade em a qual lhe dá huma circunstanciada Noticia da Resplandecente Embaixada que a Raynha n. S.ra mandou ao Imperador de Marrocos e dos presentes que dali vieraõ para esta Corte*, Lisboa, Oficina de António Gomes, 1791.

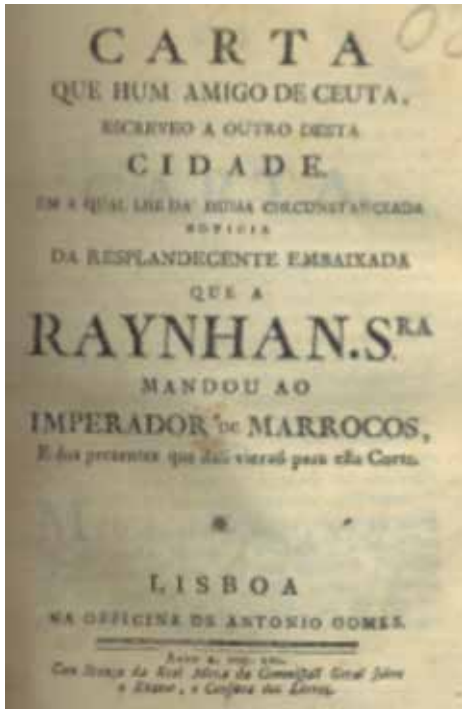


Fig. 4 – Carta que hum Amigo de Ceuta escreveu a outro desta Cidade (1791)

entre cristãos e muçulmanos, ao desejo mútuo de conquista e de reconquista de territórios, à quantidade e ao valor do inimigo que, contudo, é vencido por menor número de cristãos mas melhor preparados, tornando evidente a supremacia espanhola, sem esquecer, num caso, a crítica aos europeus mercenários que compactuavam com o inimigo integrado os seus exércitos. A cruz contra o crescente alimentou, nos casos de sucesso, como estes que foram alvo de publicação, o saque dos vencidos, traduzido em homens, cavalos, armas, bandeiras e todo um conjunto de apreciadas e ricas peças de vestuário e alimentou também as ideias de supremacia da cristandade face ao Islão e de prémios para os mais valorosos. Finalmente, alguns des-

Maria I a Marrocos, no intuito de ratificar o tratado de paz<sup>71</sup>. Ceuta está ausente do conteúdo mas não do título. O autor afirmou ter recebido as notícias que publicou através de um cônsul de Portugal em Mequinez mas nada esclareceu sobre a primeira conquista do Portugueses em Marrocos.

5. O que transmitem estas notícias aos Portugueses? Poderemos referir alguns valores universais para os europeus do século XVIII, em consonância com os dos período medieval e restante época moderna, designadamente a valor da guerra como fator de enobrecimento, fazendo sobressair as qualidades de audácia, coragem, força e valentia masculinas. Poderemos também encontrar omnipresentes referências à secular relação de ódio

71.- Sobre esta embaixada, cf. Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Missões Diplomáticas entre Portugal e o Magrebe no século XVIII. Os Relatos de Frei João de Sousa*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2008, 380 pp. Disponível on line em <https://www.academia.edu/8751001/>, e Eva-Maria von Kemnitz, *Portugal e o Magrebe (séculos XVIII/XIX). Pragmatismo, Inovação e Conhecimento nas Relações Diplomáticas*, Lisboa, Instituto Diplomático, 2010.

tes textos não omitiram a antiguidade de Ceuta, a conquista portuguesa da cidade pelas tropas de D. João I e as motivações que levaram a esse ato bélico, a presença lusa na cidade e a passagem desta para a soberania castelhana. Isto é, a tradicional inimizade entre Espanhóis e Portugueses, é sempre subalternizada, na realidade omitida, a favor de um bem maior que é palpável através das vitórias contra o Islão.

Utilizando uma retórica próxima à dos sermões, na qual se transmitem informações e se persuadem os leitores e ouvintes, em tempo que se pretende seja bastante próximo dos acontecimentos – veja-se a expressão utilizada num dos folhetos: “Este o moderno sucesso acontecido na cidade de Ceuta, do qual damos a ler as notícias que até ao presente se nos comunicaram, e se acaso ainda houver algum incidente a este respeito dele daremos verdadeira notícia aos curiosos”<sup>72</sup> – estas informações salientam sempre as grandes dimensões da vitória e a miséria dos que foram enganados<sup>73</sup>. Assim, mais do que qualificar os textos, integrando-os em categorias, importa, como salientou Roger Chartier, perceber as intenções de quem os escreveu e publicou e aferir a receção das obras por parte dos leitores, o que nem sempre é tarefa fácil<sup>74</sup>. Neste caso, não sabemos quem leu estes opúsculos, sabemos, contudo, que as ideias aí veiculadas tornavam evidentes os ódios e as inimizades seculares e o doce sabor da vitória, justificando assim as opções dos monarcas.

---

72.- *Relaçam do Sitio que os Mouros puzerão á Praça de Ceuta [...]*, p. 7.

73.- Christian Jouhaud, “Imprimir o Acontecimento. La Rochelle e Paris”, *As Utilizações do Objecto Impresso*, tradução de Ida Boavida, Lisboa, Difel, 1998, p. 380.

74.- S. J. Wiseman, “Pamphlet Plays in the Civil War [...]”, p. 76; Roger Chartier, “A Enforcada que foi salva [...]”, p. 86.



## A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DE UMA CIDADE CONQUISTADA: CEUTA NOS SÉCULOS XV E XVI

*Filipa Roldão*

Centro de Historia da Sociedade e da Cultura de Universidade de Lisboa

Percepcionada ora como um último fôlego da Reconquista cristã, ora como um dos primeiros passos para a expansão ultramarina portuguesa, a conquista da cidade de Ceuta em 1415 e a sua ulterior manutenção acarretou para o reino português um esforço militar e sócio-económico, mas também político. Tratava-se de prover ao governo e à sustentação de um espaço urbano fora da península ibérica – no Norte de África –, caracterizado por dinâmicas sócio-económicas e naturais particulares.

Num congresso que procura reflectir sobre a conquista da cidade de Ceuta e as origens da expansão europeia, incidiremos a nossa atenção na caracterização das estruturas políticas e administrativas adoptadas em Ceuta, no decorrer dos séculos XV e XVI. Com efeito, se, por um lado, essas estruturas políticas e administrativas tendiam a revelar soluções institucionais já experimentadas nos reinos peninsulares – como a dimensão municipal (a câmara) e todo um oficialato de provimento régio, em áreas como a fiscalidade, por exemplo –, por outro, essas mesmas estruturas teriam de se adaptar às conjunturas específicas da cidade, como, de resto, se terá passado noutros espaços de conquista ultramarina.

Por estudos já realizados e bem consolidados, conhecemos a arquitectura institucional da cidade de Ceuta, designadamente a composição do poder municipal e as competências de grande parte dos ofícios exercidos na cidade, em áreas tão importantes como a defesa militar, a justiça cível e penal e a fazenda, entendida aqui *in latu sensu*.

Nos primeiros anos da década de oitenta do século XVI, o relato de um oficial enviado pelo poder central peninsular a Ceuta com objectivo de “uesitar e prouer con alcada os lugares de africa nas cousas de justica guerra e fasenda”, transporta o leitor até à cidade, permitindo-nos observar o seu funcionamento.

Referimo-nos à visitação do doutor Jorge Seco, juiz dos feitos do rei, da fazenda e da Coroa que, segundo algumas fontes, terá tido lugar na segunda metade do ano de 1585, designadamente entre os meses de Junho e Dezembro. O documento escrito com o relato da visitação e com as determinações tomadas por este oficial encontra-se, ao que parece, hoje em depósito no Arquivo Municipal de Ceuta, na secção da *Veeduría o Real Hacienda*, sob o seguinte título:

#### 4.- Veeduría o Real Hacienda.

Por diferentes obras y documentos sabemos que uno de los archivos más importantes de la Ciudad, conservado al menos hasta fines de la pasada centuria, fue el correspondiente a la Veeduría o Real Hacienda. En nuestro archivo se hallan varios libros de incalculable valor que proceden de la Veeduría:

- Libro de la Visita efectuada por el Dr. Jorge Seco, enviado a Ceuta por Felipe II en 1583 (figurando en portada 1586) recogiendo todos los nombres de las personas que cobraban sueldos del Estado y sus cuantías. Fue entregado por el profesor Carlos Posac Mon en 1987.
- Libro de Órdenes comunicadas a la Veeduría que afectaban, de forma personalizada, a habitantes de la Ciudad, entre 1799 y 1803.
- Libro de Órdenes comunicadas al Ministro Principal de la Real Hacienda entre 1799 y 1803.
- Libro de Órdenes comunicadas al Ministro Principal de la Real Hacienda entre 1803 y 1809.

Contudo, um traslado, provavelmente completo, desta visitação encontra-se inserto no *O Livro Grande de Sampayo ou Livro dos Vedores de Ceuta (1505-1670)*, editado por José de Esaguy, em Coimbra, no ano de 1941, ao qual tivemos acesso<sup>1</sup>. Neste livro, informa o editor, foram trasladados os principais documentos oficiais de um livro mais antigo e, então, desaparecido, o *Livro do doutor Jorge Seco*. Desses traslados, faz assim parte a visita a Ceuta com o objectivo, já o dissémos, de prouer “nas cousas de justica guerra e fasenda”.

A empresa, levada a cabo pelo Doutor Jorge Seco, parece fazer parte de uma estratégia régia mais ampla de reconhecimento do funcionamento institucional de cidades portuguesas ultramarinas, num período de recen-

1.- ESAGUY (José de), *O Livro Grande de Sampayo ou Livro dos Vedores de Ceuta (1505-1670)*, sep. de O Instituto, vols. 93, 94, 97, 99 e 101, 82, Coimbra, 1941. [Trad. esp., *Libro de los Vedores de Ceuta (Libro Grande de Sampayo)*. 1505-1670, Tânger, ed. do Autor, 1939.]



te união dinástica. Filipe II de Espanha, I de Portugal, poucos anos antes, havia já promovido um relatório informativo detalhado sobre o espaço ultramarino a Oriente, denominado *Livro das Cidades e fortalezas que a Coroa de Portugal tem nas partes da Índia, e das capitánias, e mais cargos, que nelas há, e da importancia delles*.

Contudo, no caso da visita de Jorge Seco a Ceuta, o relato circunscreve-se à dimensão institucional da cidade, pelo que nos interessa sobremaneira aqui explorar.

A fixação por escrito da visitação de Jorge Seco tende a seguir uma ordem padrão que é a seguinte: o juiz afirma que viu ou que soube, por inquéritos prévios, de acontecimentos específicos que se passavam no âmbito da defesa, da justiça e da fazenda, e após descrevê-los, determina o que fazer, quer corroborando as situações, quer determinando que se alterem de imediato ou ainda deixando ao poder central a decisão final. Em qualquer uma destas circunstâncias, todas as decisões do visitador são fundamentadas no quadro jurídico vigente, através dos múltiplos regimentos régios de oficiais existentes na cidade, os quais ele já conhece e/ou consulta na cidade, e que procura fazer cumprir.

O documento por escrito é dirigido superiormente aos mais importantes oficiais na cidade: “Eu faso saber aos senhores capitais desta cidade de cepta que hora he e ao diante forem e aos contadores escriuais dos contos dos almoxarifes escriuais dos almoxarifados e quais quer outros oficiais de fasenda do dito senhor e aos capitais e aos das conpanhias desta cidade de cepta E ao ouuidor juis e oficiais da justica della”.

Vejamos então o que nos diz Jorge Seco, em cada um dos três ambitos que decide corregger. Começemos pela guerra.

A primeira medida que determina é a elaboração de um elenco, um “Livro de matricula de todas as pessoas que nesta cidade vencen soldo de dinheiro e trigo para por ele se saber en todo o tempo que gente de gouernanca ha de caualo e de pe nesta cidade, e o modo e maneira en que ande seruir e con que armas”, p. 125. Seguindo o que já se encontrava consignado em regimentos e provisões régias anteriores, insiste no número máximo de gente a cavalo (80) e a pé (414), permitindo, no entanto, que 10 escopeteiros permanecessem fora do número, porque assim cumpria ao serviço de sua Magestade. Quanto aos bombardeiros, que deveriam ser em número de 60, por provisão régia, eram apenas 32, providos e examinados pelos capitães na cidade, ou seja, sem o devido provimento régio e sem o obrigatório exa-

me em Lisboa, pelo que Jorge Seco determina que em seis meses tenham uma provisão de sua magestade e sejam bem examinados. Sobre este grupo, diz ainda que “fasen pouco emprego en se fazeren bons oficiais” p. 129, aconselhando mesmo o rei a mandar vir do reino mais bombardeiros e até “alguns estrageiros, alemaes ou framengos que seião homens esportos e bem entendidos”, p. 129.

Visitando os oficiais das obras e homens de serviço, concluiu que não deveriam ser em número superior a 50, e que os condenados a degredo deveriam ver incurtadas as suas penas para poderem aqui servir nas obras ou “serem oficiais mecanicos pedreiros carpinteiros ferreiros”, denunciando assim a falta de mão-de-obra para tais tarefas, pp. 128-129.

Num capítulo dedicado aos oficiais e seus regimentos, Jorge Seco afirma que “vesitando os oficiais da guerra e justica e fasenda e os Regimentos de cada hum dos oficiais desta cidade achej que auia muitos officios que não tinham Regimentos do que auião de fazer nen do que auião de leuar de seus precalsos”, notificando todos que em seis meses, a contar a partir de 1 de Janeiro de 1586, deveriam obter junto do poder central os seus regimentos, enviando para o rei a descrição dos seus ofícios. O elenco que, então, se segue dos ofícios sem regimento é acompanhado, quase sempre, pelos nomes daqueles que os ocupam pelo que este apartado revela um interesse sociológico acrescido.

Em capítulo dedicado aos armazéns das armas, artilharia e munições, diz que “o achej muy desbaratado (...) e tudo en tanta desordem e tan mal tratado”, perguntando mesmo ao almoxarife porque o tinham daquela maneira, ao que lhe foi respondido que não havia dinheiro nem homens para o consertar. Jorge Seco determina assim que se cumpra o Regimento destas armazéns, ordenando que todos os objectos sejam reparados e rearrumados com precisão, e que o almoxarife inspecione uma vez por semana o estado do armazém. Para além disso, o almoxarife terá ainda de mandar anualmente o traslado do Regimento das armas e munições que estão no armazem, ao vedor da fazenda da repartição de África com um rol das coisas que faltam no armazém, assinado por ele e pelo escrivão a seu cargo.

Em capítulo dedicado às fortificações e defesa da cidade, Jorge Seco descreve o que vê, com interesse para a história militar e topográfica da cidade, ordenando a reparação de muros, portas, casas e armazéns e também peças de artilharia, que encontrou em estado de degradação ou não conformes à segurança da cidade. Todas as informações e decisões ficariam registadas em livro. Caberia ao almoxarife supervisionar todas as obras e melhoramentos.

Ao visitar a casa dos contos, verificou que os livros das matrículas e rois de pagamento não se encontravam na dita casa, nas arcas de três fechaduras, como mandava o regimento, ordenando de imediato que o fizessem. É neste apartado que ficamos a saber que o “livro de Registos grande era muito confuso e tinha mesturado Regimentos com provisois de merces e outras cousas” e que, por isso, fora substituído por este livro de registos – leia-se Livro de Jorge Seco -, “para nele se tresladarem todos os Regimentos e provisois (...) e asi esta uisitacao”. E afirma ainda que “para Registo das prouisois de merces e cousa particulares ordenej outro livro no qual se tresladarão e não neste”, p. 144.

“Para matricula de toda a gente desta cidade e pessoas que vencem soldo e ração, ou qualquer cousa de fazenda de sua Magestade”, ordena mais um livro separado, que se deverá conservar na casa dos contos, entregue ao contador e escrivão da casa dos contos, os quais oficiais deverão enviar um traslado dele, para o Reino, todos os anos. Por fim, ordena um outro livro de registo das pessoas “que en esta cidade e en seu canpo ou mar foran catiuos”.

Ainda em capítulo sobre fazenda, Jorge Seco afirma ter consultado os livros de receitas e despesas dos almoxarifes, dizendo não encontrar três provisões régias, que fazendo parte do livro dos Registos, deveriam estar igualmente transcritas nos livros de receitas, mandando de imediato copiar.

Visitando a alfândega e o foral dela, verifica que o dinheiro do rendimento da alfândega não se lançava em arca de três fechaduras, que a avaliação das mercadorias se fazia numa folha de papel “desapegada”, pelo contador, sem assinatura dos oficiais, que não existia um feitor para arrecadação da fazenda de sua magestade, e ainda que não estavam a ser arrecadados os direitos alfandegários devidos de mercadorias de pequeno porte e/ou valiosas, em parte, por falta de um selo de chumbo. Qualquer uma destas irregularidades, foi corrigida de imediato pelo visitador, passando a estar consignado por escrito, em livro próprio e no foral da alfandega, como se deveria proceder em todos estes casos.

Por fim, um apartado destinado à justiça.

Aqui, os problemas detectados incidiam sobretudo no provimento e desempenho dos ofícios de justiça. Os ouvidores serviam por mais de três anos, o que era proibido pelo regimento, e desempenhavam, em acumulação os cargos de juiz ordinário e dos órfãos. Jorge Seco manda que pessoas diferentes ocupem estes cargos. Quanto à justiça dos órfãos, detectou ainda

que o dinheiro destes estava no cofre dos órfãos, aconselhando a que esses bens ficassem antes à guarda do mosteiro da Santíssima Trindade, com três chaves.

É neste apartado sobre justiça que aconselha a que os almotacés sejam eleitos não mensalmente, mas de três em três meses, e apenas em número de dois e não em número de seis, como até aqui. Contudo, informa-nos que a decisão final caberá a sua Magestade. Quanto ao alcaide, que não possa servir mais de três anos, notificando Domingos da Roda que servia há anos como alcaide para que obtivesse de sua Magestade provisão para continuar ou não no cargo.

Num último capítulo que surge já como um apêndice dos restantes, Jorge Seco dá ainda conta das muitas queixas que havia recebido de pessoas que, assinando com cruces e sinais simples, diziam que eram vítimas de falsificação dos seus signos em diversos contratos de compra e de venda. Face a isto, o juiz manda que, daí em diante, os escrivães dos contos, do almoxarifado e da alfandega não celebrassem contratos sem verificarem primeiro se os pagamentos eram de facto feitos, devendo os assentos serem sempre assinados por “pessoa conhecida que saiba escrever”, no caso de as partes assinarem com sinais e cruces.

Do muito que viu e de tudo aquilo que procurou corrigir de imediato, surgem aos olhos de Jorge Seco quatro incumprimentos fundamentais e recorrentes, no que respeita à estruturação política e administrativa da cidade:

- o desempenho indevido de cargos, quer pela falta de provisão e regimento régios, quer pela duração excessiva e pela acumulação de ofícios;
- a sonegação de réditos e de direitos alfandegários régios e de outros de natureza diversa por não se encontrarem devidamente lançados por escrito e conservados nos locais devidos e sob a vigilância de quem de direito;
- uma incipiente cultura escrita pragmática ou burocrática, que tem dificuldade em elencar informação, separá-la tematicamente ou por critérios de utilidade, e sobretudo, sem meios de controlo e supervisão dos escritos;
- finalmente, uma ineficaz comunicação escrita entre o oficilato da cidade e o poder central peninsular, uma vez que muitas das informações passadas a escrito na cidade não eram dadas a conhecer no Reino.

A estes quatro problemas fundamentais, Jorge Seco atendeu com as seguintes resoluções, respectivamente:

- Exigiu que os ofícios exercidos na cidade se fundamentassem em regimentos, fixados pelo poder central, e que fossem cumpridos os prazos de ocupação de cargos, respeitando a separação entre ofícios, nomeadamente, de justiça;
- Obrigou a que dinheiros e réditos fossem lançados em arcas com duas ou três chaves, as quais ficariam em posse de oficiais distintos;
- Reorganizou a produção escrita na cidade e promoveu a produção de livros, atendendo ao seu conteúdo e à sua utilidade, em diversas áreas, desenvolvendo práticas de cotejo e controlo da informação e de arquivamento;
- Promoveu a produção regular de traslados de muitas das informações escritas produzidas na cidade, que deveriam ser enviados ao Reino, anualmente. Do reino, deveriam chegar respostas aos pedidos da cidade, em prazo de seis meses, o que poderá permitir aferir o tempo necessário à comunicação política entre o centro e uma cidade conquistada no Norte de África.

Sobre o sucesso ou não destas determinações localmente, não temos, contudo, para já como aferir.

Redigida por Bernardo Romeu, escrivão da visitação, termina deste modo a visitação de Jorge Seco: “Pelo que requeiro aos senhores capitais que a hora he e ao diante foren desta cidade da parte de sua Magestade e notifico ao contador, e aos mais oficiais da fazenda e justica dela que en tudo asima dito cunprão seus Regimentos e as prouisois do dito senhor e suas ordenacois que nesta uesita se contem en cepta a 26 de dezembro de 585. Jorge Seco.”, p. 156.

No mesmo ano em que se concluía a visita de Jorge Seco a Ceuta e em que o poder central tomava conhecimento do estado desta cidade, dava-se carta de foral à mais oriental de todas as conquistas portuguesas, a Macau. Na década de oitenta do século XVI, a burocracia filipina toma o pulso à dimensão ultramarina portuguesa, e Ceuta, conquistada bem mais de um século antes, era uma das partes desse processo.



## LA SEDE EPISCOPAL VACANTE DE CEUTA. UN OBISPADO ENTRE DOS CORONAS

*José Luis Gómez Barceló*  
Instituto de Estudios Ceutíes

### INTRODUCCIÓN

La conquista de Ceuta por las tropas de Juan I de Portugal, en agosto de 1415, iba a transformar la medina Sebta en una nueva urbe occidental, con título de Ciudad, Plaza y Obispado, y las instituciones y autoridades inherentes a su condición.

La sentencia de Cintra de 6 de septiembre de 1420, emitida por los preladados de Braga y Lisboa, dando cumplimiento a una bula de Martín V de 4 de abril de 1417, elevó al rango de ciudad a la villa de Ceuta, convirtió en catedral a su iglesia mayor –antigua mezquita aljama- y dio límites al nuevo obispado, para el que fue designado fray Amaro de Aurillac en 1421, confesor que había sido de la reina doña Felipa y obispo de Marruecos (GÓMEZ, 2002).

Los preladados que se sucedieron a partir de entonces ni residieron en su diócesis ni hay pruebas de que visitaran nunca la población, prefiriendo residir en la Corte o muy cerca de ella (PAIVA, 2006). En cuanto a sus rentas, debieron ser complementadas con territorios y beneficios en el continente.

El 20 de septiembre de 1512 el obispo de Ceuta fray Enrique de Coimbra y el arzobispo primado de Braga, Diego de Soula, firmaron un contrato por el que el distrito de Olivenza se incorporaba a la diócesis septense. Esta población se convertiría en la residencia de este prelado y sus sucesores, donde sería levantada la Iglesia de Santa María Magdalena como verdadera con-catedral.

Años más tarde, con las disposiciones del Concilio de Trento sobre la residencia de los obispos, y la creación de nuevas diócesis en Portugal –particularmente la de Elvas–, Ceuta fue unida a la diócesis de Tánger, perdiendo sus territorios metropolitanos en Olivenza, Campo Mayor y Ouguela, lo que tuvo lugar en 1570. A partir de entonces, sus mitrados hubieron de fijar su residencia en Ceuta, aunque compartida con Tánger, lo que se prolongó hasta que con la independencia de Portugal, ambas poblaciones tomaron caminos diferentes.

La obligatoriedad de pasar a África haría que, tras Francisco Cuaresma (1570-1576), que murió en el ejercicio de su episcopado, varios de sus sucesores tratasen de hacer lo más corta posible su estancia. Así, Manuel de Ciabra (1577-1585) renunció para ser nombrado deán de la capilla real; Diego Correa (1585-1597) fue promovido a la diócesis de Portalegre; y Jerónimo de Govea (1600-1602) fue reclamado por María de Austria como confesor, renunciando a la mitra septense (PAIVA MANSO, 1872, 52-4; LÓPEZ, 1941, 204-6).

## LA SITUACIÓN DEL OBISPADO SEPTENSE EN 1640

En el año 1633 fue promovido a la diócesis de Ceuta D. Gonzalo da Silva, hasta entonces obispo de Malaca y anteriormente inquisidor en Goa (PAIVA MANSO, 1872, 56-7). Podemos decir que en esos años la diócesis está en pleno funcionamiento, con Constituciones propias aprobadas por Jaime de Lancastre en 1553 (ADCE, L. 718), y Estatutos para su Cabildo redactados en 1580 con la aprobación de Manuel de Ciabra (MSICCE), sobre otros anteriores de 1572 promulgados por Francisco Cuaresma (ROS, 1912, cap. XVI).

Organizativamente, la catedral hacía de parroquia única, con varias ermitas *intra* y *extra* muros, y dos conventos, uno de franciscanos y otro de trinitarios (GÓMEZ, 1988 y 2006), que ofrecían diferentes cátedras para los estudios superiores eclesiásticos y literarios (GÓMEZ, 2003). Los prelados ejercían su autoridad también sobre la jurisdicción castrense, quedando fuera de ella los conventuales y las instituciones de patronato real como eran la Santa y Real Casa y Hospital de la Misericordia y el Beaterio de Recogidas.

El traslado de residencia de los titulares de la mitra a la ciudad generó una transformación importante de la estructura y administración de la misma. Entre los más activos contamos con Manuel de Ciabra (1577-1585) con quien se inician las series sacramentales y la de actas capitulares, o la



profesión de fe y toma de posesión de los capitulares, como se ve en el libro primero de esta última serie (ADCE, L. 1137).

Héctor de Valladares y Sotomayor (1598-1600) hubo de ocuparse de la estabilización y cobro de sus rentas, mientras que Agustín Ribeiro (1603-1613) así como mejoró el palacio episcopal y consiguió de la corona que a la toma de Larache, en 1610 (ADCE, L. 1137, Libro 1º, f. 79 v.-80), la nueva posesión de la corona quedara integrada en su diócesis para compensar los territorios perdidos con la creación de la diócesis de Elvas. Por su parte, Antonio de Aguiar (1613-1632) fue el primero que nombró provisor y vicario para Tánger, a partir de 1623, para tratar de subsanar las dificultades que ocasionaba la falta de comunicación entre ambas poblaciones.

## GONZALO DA SILVA

Gonzalo da Silva nació en 1585 (GAUCHAT, t. IV, p.313), fue nombrado inquisidor de Goa en 1605 (LÓPEZ-SALAZAR, 2011), rigiendo la diócesis de Malaca entre 1610 y 1632, aunque desde 1629 había vuelto a residir en el reino (PAIVA MANSO, 1872, pp. 56-7).

En 1632 fue preconizado para la diócesis de Ceuta y Tánger (GAUCHAT, t. IV, p.313), tomando posesión por poderes el 3 de marzo de 1633, fecha en que presentó las bulas en su nombre el tesorero mayor Duarte Fernández de Escobar (CORREA, 1999, 564). Su gobierno se prolongó hasta su fallecimiento, en Ceuta, el 26 de febrero de 1645 (PSMA, L. II de difuntos, f. 33).

Da Silva pasará largas temporadas en Tánger, donde por ejemplo estaba cuando se produjo el violento motín del 18 de agosto de 1638, cuando varios centenares de soldados de la guarnición de Ceuta se levantaron contra la orden de desplazarse a Cádiz para ponerse bajo las órdenes del Duque de Medina Sidonia (Posac, 1993).

En el Archivo Diocesano de Ceuta encontramos algunas disposiciones suyas de tipo económico –sobre las rentas de la Abadía de Barcos, 1635 (ADCE, L. 1018, 2)- y cuentas de fábrica, 1639 (ADCE, L. 1003); organización de las canonjías, 1631; abusos en el vestir –visita de 17 de octubre de 1639-, juramentos en falso -23 de junio de 1640- o práctica de la usura -7 de agosto de 1640- (ADCE, L. 1083, 1); sobre que los clérigos no enseñaran a leer y escribir a las mujeres, sin fecha (ADCE, L. 1072); o sobre no poner cruces en las tumbas para no ser pisadas y otras disposiciones sobre enterramientos, en base a la clase social, pertenencia a cofradías..., 1639 (ADCE, L. 1003).

Gonzalo da Silva se enfrentó a la difícil situación de la independencia de Portugal, en 1640, al decidir las ciudades de Ceuta y Tánger continuar bajo el dominio de la corona de los Austrias. Un año más tarde, el cabildo se dirigió al prelado alarmado por su falta de rentas, ya que con el levantamiento luso habían perdido las procedentes de la Abadía de Barcos, en Lamego, que había sido unida a la diócesis en 1625 (ADCE, L. 1137, Libro 1º, f. 123); las capellanías del legado de Antón de Noroña y las que administraba la Santa y Real Casa de la Misericordia (GÓMEZ, 2015), que estaban en Torres Vedras (ADCE, L. 1003). Así, el monarca hubo de asistir económicamente a la economía del prelado con 2000 ducados de plata de renta en las arcas de Cádiz (Mascarenhas, 1918, 17).

En el verano de 1643, la decisión de Tánger de prestar juramento de lealtad a Juan IV, duque de Braganza, dejó la diócesis dividida en dos, para aumento de males. La población se sublevó el 24 de agosto de 1643 (POSAC, 1972). Días más tarde, y para poner al día de lo sucedido al obispo, su secretario, Ignacio da Costa, recibió una carta de Tetuán en la que se contaban los hechos (CASTRIES, 1911, 596-601), la cual sería interceptada por el gobernador Miranda de Anta y daría nuevos quebraderos de cabeza tanto al prelado como al obispo.

Gracias al dictamen de la Junta de Guerra sabemos que el marqués de Miranda de Anta mandó su carta el 4 de noviembre con “un pliego que de Tánger enviaban los rebeldes de aquella plaza con diferentes cartas para el obispo de Ceuta y otras muchas personas exhortándolas a la rebelión” (AGMM, 152-5).

La preocupación sobre la situación de Ceuta se acrecentó y el monarca se apresuró a mostrar su aprecio y apoyo a la población (CRIADO y ORTEGA, 1925, 195-6):

*Muchas cédulas y cartas escribió el Rey a los leales moradores de Ceuta dándole gracias y por su fidelidad y por los eminentes servicios prestados a la nación; y para demostrarle con cuanta solicitud y cuidado atendía a todas sus necesidades, envió en 6 de octubre de 1643 al Conde de Asentar don Lopo de Acuña para que proveyese a la Ciudad de trigo y de los demás bastimentos que necesitaba.*

*Dice así la carta que con este motivo escribió el Rey a los habitantes de Ceuta: “Juezes, Veedores, Adalid, Escribano de las Cuentas, Matrícula y Almojarifajo, hidalgos, Capitanes y demás Oficiales de Justicia, Guerra y Hacienda y más personas y moradores de mi siempre noble y leal*

*Ciudad de Zeuta: Yo el Rey como quien mucho hos ama, salud y gracia. Teniendo entendido que no sea enviado a essa Ciudad las provisiones que le tocan tan prestamente como convenía y yo abía mandado por diversas órdenes; por cuya causa se ha padecido necesidades y que pueden continuar si luego no se abstuviere con el Remedio bastante y pronto: Y que a precepto de hazer merced y favor a tan Buenos Baasallos como son los de essa Ciudad, tengo por bien de enviar al Conde de Acentar mi Consejero del de Guerra y Hacienda por la mucha satisfacción que de él tengo para que luego sin dilación haga llevar a él el Trigo que por ezze efecto mandé prevenir en los Lugares más Vecinos de Andalucía, para darse satisfacción a los atrasos que se deben y que quede la ciudad no solamente proveyda para el presente, sino para el más tiempo que fuese posible y por que demás de esto Convienne que Desde Luego se Haga Hassiento de todas las provisiones para los años siguientes de modo que queden seguros y pueda de poner el cuidado de andar tratando de ella por otra Vía tengo encargado al mismo Conde (como del lo entenderéis) que trate de efectuarlo en esas partes muy como conviene; por lo que le mando dar las órdenes y facultades necesarias. En cuya Virtud espero lo hará sirviéndome en esta materia como pide la calidad de ella y al efecto con que deseo el bien de todos los moradores de essa Ciudad, adonde es mi Voluntad que por essa se tenga entendido. Escrita en Madrid a 6 de octubre de 1643 años. Según todo esto así y tan cumplidamente dice.- Rey- El Duque de Villahermosa, Conde de Ficallo- Para los Juezes, Veedores y demás personas de Zeuta- E yo Diego Navo Lobo escribano lo traslade y lo firmé aquí- Diego Navo Lobo.*

El 8 de noviembre de 1643, el conde de Asentar, que como se ha dicho, había sido enviado a Ceuta para aprovisionar y colaborar en el gobierno con Miranda, escribirá al Rey a cerca del prelado (AGMM, 147):

*...es sugeto muy apropósito para una rebelión, aficionado al Duque de Berganza y con su hacienda en Portugal, estando tan pobre al presente, que no tiene el sustento necesario, todo esto me obliga a suplicar a V.M. mande sacarlo de aquí luego y se podrá llamar a esa Corte dándosele aquí una ayuda de costa equivalente para sus viajes, y siendo conveniente de tenerlo en un combento, se podrá hacer dándole V.M. renta efectiva con que pueda vivir y que baya en su compañía el beneficiado Ygnacio de Acosta que es su secretario y de quien hay poca satisfacción.*

Como escribimos en nuestro discurso de ingreso en la Academia Andaluza de la Historia (GÓMEZ, 2014):

*No podía ser más claro ni preciso. Tanto el informe de Lope de Acuña como los pliegos retenidos al Obispo y llegados de Tánger fueron enviados a la Junta de Guerra de España, quien aconsejó al monarca enviar 500 hombres a Ceuta e ir embarcando para la península al obispo y religiosos sospechosos.*

*... Respecto al obispo, a pesar del parecer de la misma Junta de Guerra de 10 de diciembre, aconsejando al rey se le dieran 500 ducados de ayuda, no parece que saliera definitivamente de la población, a pesar de haber estado un tiempo en Gibraltar, pues falleció en Ceuta dos años más tarde, siendo enterrado en la capilla de nuestra señora del Rosario de la Catedral de Ceuta, el domingo 26 de febrero de 1645.*

Desconocemos cómo se reivindicó Gonzalo da Silva, pero hemos encontrado un importante documento en el Archivo Diocesano de Ceuta en el cual Ignacio da Costa Ferreira, beneficiado, capellán y secretario del Dr. D. Gonzalo da Silva, presentaba el 30 de mayo de 1644 una petición de justificación de lealtad al Rey Felipe IV, dirigida al provisor y vicario general Duarte Fernández de Escobar (ADCE, L. 1003). Los testimonios de varias personas justificaron su afirmación de que cuando se supo la noticia en Ceuta de la sublevación de Tánger “anduvo con música por las calles vitoreando a Su Real Majestad y poniendo rótulos en los lugares públicos”, como hizo bajo juramento el canónigo Diego de Peña:

*...que cuando a esta ciudad llegó la nueva del levantamiento de Tánger, todos los moradores de esta dicha ciudad de Ceuta acudieron a la Casa Real donde está aposentado el general de esta dicha Plaza y con grandes aclamaciones exaltaron y vitorearon al Rey Don Felipe nuestro Señor, y que entre los que presentes andaban apelando vítores al Rey Don Felipe, con carteles y (...), uno de ellos fue el dicho beneficiado Ignacio de Acosta, el cual como fiel vasallo aclamó a su Real Majestad por Rey y Señor Nuestro.*

A la muerte de Gonzalo da Silva en Gibraltar, dice Alejandro Correa que (CORREA, 1999, 564):

*Fallecido este ylustríssimo obispo y juntos en cabildo los prebendados, eligeron por ecónomo de las rentas pertenezientes a la tercia episcopal y depositario de los bienes del defunto prelado al canónigo Francisco*

*de Costa; y por vicario general al deán Duarte Fernández de Escobar, cuias elecciones firmaron: Duarte Fernández de Escobar, deán; el chantre, Miguel Pérez Bezerra; el thesorero maior, Pedro de Escobar; el arzediano, Gil de Azambuja Pereira; el canónigo Diego Méndez Cuello; el canónigo Francisco de Costa; el canónigo Gonzalo Pinto Sedeño; el canónigo Amaro de Andrade; y el beneficiado Gaspar Pinto. Esta Iglesia estuvo vacante de pastor treinta y vn años sucessibos.*

## LA SEDE VACANTE

El 6 de marzo de 1645 fue declarada vacante la sede septense (ADCE, L. 1137, Libro 1º, f. 121). Las consecuencias de la falta de prelado al frente de la misma fueron evidentes, haciendo decir al canónigo Ros Calaf (ROS, 1912, cap. XVI):

*...los 31 años que duró la vacante causada por la muerte del Ilmo. Sr. D. Gonzalo de Silva en 1645 fueron muy funestos, y tal vez no está muy descaminado sospechar que la ruina de la Catedral se debió en parte, sin negar por eso otras influencias, al descuido, negligencia, poco celo, interés y afecto de algunos Señores a la conservación de la Catedral. Las acusaciones del Obispo –Antonio Medina Cachón y Ponce de León- que viene a poner término a una vacante de 31 años, acusaciones gravísimas y de pésima índole, son de grande importancia y dejan mal parada la moralidad de no pocas personas.*

Abundando más adelante, en el mismo capítulo:

*Durante la vacante que medió entre los Ilmos. Sres. Silva y Chacón se inició la ruina de la primera Catedral, y en 1664 ya se tornaron providencias para repararla bien que ya no le fue posible por haber llegado el mal a un extremo irremediable, gracias a la acción destructora del tiempo y a las turbulencias de tantas guerras con laudable fin sostenidas por España, pero que agotaban sus tesoros y su sangre.*

*Una de las disposiciones más notables en el orden histórico que tomó en su pastoral Visita en el año 1680 fue el mandar coleccionar las Constituciones, Estatutos y Visitas de los Sres. Alencastro, Cuaresma, Ciabra, Correa y Aguiar, únicas que dice haber leído, copiarlas en un libro encuadernado y guardarlo en el archivo para evitar nuevas maliciosas falsificaciones, pues a la sazón eran muchos los que entendían perfectamente ambos idiomas.*

*No dice S.S. Ilustrísima cuando se hicieron las falsificaciones que denuncia y cuya repetición quiere cortar, pero es probable se hicieran durante el largo tiempo que estuvo vacante esta Sede Episcopal, por algún díscolo y enemigo de la disciplina canónica que por desgracia suele haber en todas partes.*

La responsabilidad no era de una sola persona, sino de todo el cabildo, por cuanto, como dice Ros Calaf (ROS, 1912, cap. XIX) en la iglesia de Ceuta no se elegía vicario capitular sino que durante las vacantes el cabildo gobernaba la diócesis "en cuerpo".

En 1647 Felipe IV presentó para el obispado de Ceuta a D. Alonso de Palma, pero ante la situación de posesión de Tánger por Juan IV de Portugal y sus reivindicaciones sobre Ceuta, la Santa Sede no resolvió nada (LÓPEZ, 1941, 208-9). Xiqués afirma que fue designado y que no llegó a residir en la ciudad, basándose en una cédula real por la que se pedía al Cabildo que lo eligiese gobernador (XIQUEÉS, 1892, 408), pero eso confirmaría precisamente no haber sido designado como obispo.

No hay noticia en las actas capitulares de este hecho, pero sí de la pretensión de ser nombrado gobernador del obispado, en 1653, un hijo de Ceuta, el religioso de la orden de San Benito fray Diego de Almeida (ADCE, L. 1137, Libro 1º, f. 36 y v.). Fray Diego de Almeida era confesor del rey Felipe IV y la ciudad lo había utilizado como mediador y representante en sus reivindicaciones, tras la incorporación a la corona en 1640 (ADCE, 1030). A él se le atribuye la redacción del *Memorial de la Ciudad al Reino junto en Cortes* (BAUER, 1923), siendo autor de algunas otras obras histórico-literarias (BOUZA, 1994, 97-9).

Sin embargo, el cabildo acordó, el 10 de octubre de 1653, dirigirse al Rey al considerar que dicha pretensión iba claramente en perjuicio del Cabildo que era quien tenía la potestad de elegir vicario capitular cuando un prelado era trasladado o había fallecido.

En 1655 fue Juan IV quien se dirigió a la Santa Sede para proponer un obispo para la diócesis septense, concretamente fray Juan de Andrade (MENDES Y DRUMOND, 1998, 146), que recibió la misma respuesta que había recibido el español, es decir, ninguna. Juan de Andrade era un fraile trinitario nacido en Ceuta en 1588 y que falleció en Lisboa en 1655. Hijo del almojarife de la Plaza Manuel de Azevedo y de Violante Andrade, profesó en Ceuta en 1604, para luego estudiar ciencias eclesiásticas en Lisboa (Asunción, 1898, 21-49). Era considerado gran orador y letrado de la pro-

vincia, siendo llamado "oráculo das letras" por el cronista de su orden, fray Jerónimo de San José (San José, 1794, 132-4) que hace una extensa biografía suya. Pasó años en Roma, siendo pontífice Pablo V, y fue autor de obras como *Apología pro vero e proprio martyrio per pestem*, 1650 (Alberti, 1728, 688), *Apología Patriarchal Sagrada*, 1647 o *Quaestiones Selectae in univerversam Theologiam*.

Puestas así las cosas, no es extraño que el monarca escribiera el 27 de abril de 1657 al embajador en Roma para que negociara con la Santa Sede el nombramiento del gobernador del Obispado para el propio deán de la Catedral de Ceuta, D. Andrés Viegas Coello (LÓPEZ, 1941, p. 209 y ss.):

*El Rey.*

*Ilustre Duque de Terranova, primo, Gentilhombre de mi Cámara y mi Embajador extraordinario en Roma. Con esta carta se vos remite una para Su Santidad y la copia della traducida al portugués para que veáis lo que contiene, en que por los respectos referidos en dicha carta suplico a Su Santidad nombre por gobernador del Obispado de Ceuta al Licenciado Andrés Viegas Coello, deán de aquella catedral para que gobierne y rija durante la sede vacante y visite el cabildo y clero de aquel obispado, y juntamente que, respecto la mucha distancia a essa curia para semejantes ocurrencias que pueden sobrevenir, Su Santidad someta sus poderes, en bastante forma, al Nuncio ordinario destes reinos para que, si después de nombrado por gobernador de aquel obispado al dicho deán Andrés Viegas Coello, él falleciere, el dicho Nuncio pueda nombrar en su lugar otro gobernador o gobernadores, si tanto durare la sede vacante de aquella iglesia, y que assi mismo pueda acudir al gobierno y quietud della durante dicha sede vacante en las cosas que pidieren acelerado remedio, proveyendo el que más conviniere al servicio de Dios y quietud de la misma iglesia. Encargos y encomiendos mucho que, luego que recibáis esta, habléis con Su Santidad dándole my carta y suplicándole de my parte instantemente lo que por ella le pido, aziendo esta súplica en my nombre, como Rey de Portugal y del Algarve, y procurando que quanto antes se expidan los breves necesarios, los cuales, avisándome lo que sobre todo resultare, remitiréis a mano de Alfonso de Lucena, mi secretario de Estado de la my corona de Portugal.- Escrita en Madrid a 27 de abril de 1657.- Yo el Rey.- Por mandato del Rey-nuestro Señor.- Alfonso de Lucena.*

El Padre Atanasio López traslada a continuación la carta escrita al Papa el 27 de abril de 1657:

*Muy Sancto en Cristo Padre y muy Bienaventurado Señor: El vuestro devoto y obediente hijo don Phelipe por la gracia de Dios Rey de Portugal y de los Algarbes de aquende y allende el mar e in Africa senhor de Guinea y de la conquista, navegación y comercio de Ethiopía, Arabia, Persia y de la India con toda umildad y reverencia enbia a besar sus santos pies. Muy Santo en Cristo Padre y muy Bienaventurado señor: Haviendo yo nombrado y presentado a al Santidad de Ignocencio Desimo (que santa gloria haya) para el obispado de la ciudad de Ceuta, que vacara por muerte del obispo don Gonçalo de Silva al doctor don Alonso de Palma, por carta de treinta de junio del año pasado de mil seiscientos quarenta y siete, y por no haberse concluido asta ahora la expedición de las bulas, aunque siempre encargué a mis embaxadores lo procurasen y duplicasen las instancias con Su Santidad por haver a este respecto y con esta larga dilación estando aquella iglesia tanto tiempo sede vacante, han resultado en el cabildo y clero graves inconvenientes e inquietudes en deservicio de Dios y mío y con escándalo de los seglares, y aunque algunas veces por mi parte se procuró aplicar los remedios necesarios, todavía recrecieron de nuevo los mismos y mayores inconvenientes, llegando a pública nota y a reselarse grandes daños por esta causa en la seguridad de aquella plaça puesta en la Berbería y a vista de tantos enemigos del nombre christiano, y deseando yo que a esta materia tan importante se conduzca el remedio que conviene, habiéndome sido presente lo que ha pasado en ella para que con toda brevedad se acuda a aquella iglesia y se eviten los daños que tan justamente se pueden recelar; suplico a Vuestra Santidad se sirva de nombrar por gobernador del dicho obispado de Ceuta al licenciado Andrés Viegas Coello, deán del cabildo del mismo obispado, en quien concurren, además de conocida calidad, muy buen talento y virtud exemplar; mandando Vuestra santidad expedir Breve para que dicho Andrés Viegas Coello gobierne el dicho obispado de Ceuta en quanto durare la sede vacante, y visite al cabildo y clero del.*

*Y así suplico a Vuestra Santidad que en consideración de quan lejos quedará el remedio para cualquier otro semejante accidente, si se obiere de recurrir a essa curia, que Vuestra Santidad se sirva de dar sus podres en bastante forma al nuncio ordinario destes reinos de España para que si después de nombrado por gobernador del dicho obispado de Ceuta el dicho deán Andrés Viegas Coello muriere, y no se ubieren aún expedido las bulas del dicho obispado, que en tal caso y durante la dicha*



*sede vacante pueda el nuncio nombrar otro gobernador o goberandores que en su lugar y assi acudir a los demás inconvenientes que ubiere en Ceuta, que pidieren remedio acelerado, dándole aquel que fuere más conveniente al servicio de Dios y buen gobierno de aquella iglesia, en lo que recibiré de Vuestra Santidad especial gracia y merced.*

*Muy Santo en Cristo padre y muy bienaventurado Senhor, nuestro Senhor por largos tiempos conserve a Vuestra Santidad en su santo servicio. Escrita en Madrid a 27 de abril de 1657.*

Muy graves debieron ser las denuncias recibidas por la corona sobre el comportamiento del Cabildo para escribir al Papa lo referido, y no cesar de hacerlo en los años siguientes. De la correspondencia que traslada Atanasio López se infiere que el propio cabildo catedralicio había pedido al Rey una nueva forma de gobierno.

Resulta particularmente interesante la contestación que da el Embajador al Rey sobre las dificultades del asunto en 1659:

*El Rey nuestro Señor.- Señor:*

*Por despacho de 30 de junio de 1647 se sirvió Vuestra Majestad de mandar al Conde de Oñate, que a la saçon hera Embajador en esta Corte, hiciese presentación a Su Santidad de la persona de don Alonso de Palma para la iglesia de Zeuta y Tanxer, que estaba vaco por muerte de don Gonzalo de Silva, y habiéndose tratado de dar execución a esta orden, parece se preconizó en un Consistorio, y quando se había de proponer y despachar, en otro, mandó que se detuviese, respecto de haver sabido que Tanxer estaba en poder del Revelde, y aunque después he entendido se han hecho repetidas instancias por los ministros de Vuestra Majestad por su Real Despacho de 27 de abril deste año, recibido a 30 de junio pasé mis oficios con Su Santidad para que nombre por gobernador del obispado de Zeuta al Licenciado Andrés de Biega Coello, deán de la cathedral de aquella iglesia para que la gobierne mientras durare la Sede Vacante y se pueda reformar; ... el cabildo y el clero de aquel obispado, y por si éste falleciere durante la sede vacante, se dé facultad al Nuncio en esa Corte para que pueda nombrar en su lugar otro que la gobierne; y habiendo considerado la calidad desta pretensión, me hallo obligado a representar a Vuestra Majestad que este negocio tiene muchas dificultades, y no pocos inconvenientes el suscitar materia deste género, quando en el reyno de Portugal casi todas las iglesias y algunas que ha muchos años están vacas, se gobiernan por los Vicarios Capitulares y*

*lo mismo se estila en otras partes, con que el pedir gobernador para la de Zeuta, demás de que Su Santidad no vendrá en ello es dar motivo a que hagan lo mismo con las de Portugal, valiéndose de nuestra misma consecuencia, aunque reconozcan que es injusta, no siendo de igual calidad el pedir Vuestra Majestad esta gracia para una iglesia de su Real Patronato a conceder lo mismo a las que están fuera del, usurpadas por un rebelde tirano; que es lo que se me ofrece representar a Vuestra Majestad, y que siendo servido se debe procurar el remedio obrando el? Vicario capitular con toda maña y secreto, para que no se valgan deste exemplo los rebeldes y pretendan hazer lo mismo en Tánxer, no siendo practicable otra cossa en la constitución presente de los tiempos que corren. Dios guarde etc...*

He aquí la respuesta regia:

*El Rey.*

*Don Gaspar de Sobremonte, de mis Consejos de Castilla y de Italia, Lugarteniente de mi Cámara de la Sumaria de Nápoles.*

*Haviéndoseos encargado por carta mía de nueve de noviembre de 1657 hiziesedes instancia a Su Santidad por las razones que se os avissaron e yo escribí a Su Santidad, para que nombrasse por gobernador del Obispado de Ceuta al deán de aquella catedral Andrés Viegas Coello, sede vacante, y que cometiesse sus poderes al Nuncio destos Reynos para que faltando dicho deán, si durasse dicha sede vacante, pudiesse el Nuncio poner otro gobernador o gobernadores y acudir a las ocurrencias de Ceuta en adelante, respondisteis de Terrachina, en carta de 15 de febrero del año pasado de 1658 (que se recibió en ocho de julio del mismo año), la executaríades llegando a Roma. Y de Roma en seis de abril, del mismo año pasado, por otra carta, recibida también en ocho de julio del propio año, avisasteis, como habiendo conferido el orden que se os dio para hazer con Su Beatitud la instancia referida con los ministros míos que se hallan en essa ciudad, les pareciera tenía inconveniente la proposición en los tiempos presentes en que se habían hecho instancias por el Rebelde de Portugal sobre puntos perjudiciales a mis derechos, favoreciéndolos todos los enemigos de mi Monarquía, y que aunque fueron mal oydas dichas proposiciones, y el Papa había hecho contra él que estaba en Roma por el Rebelde las demostraciones que se me habían avisado, pareciera que se suspendiesse el hazer la proposición referida, porque se podría abrir puerta a que el Rebelde hiciesse la misma instancia por la parte de la diócesis que toca al territorio de*

Tánger y que quien tuviere el gobierno de Ceuta no podría entrar en lo que toca a Tánger, y Su Santidad no querría proveer a la parte sin dejar proveydo el todo, ni que el Rebelde tubiesse ocasión de llegar a hacerle nueva instancia, habiendo hecho muchas sobre la pretensión de los obispados por medio del cardenal Urbino, que aun se le entretenía con buenas razones. Y habiendo visto lo que referisteis, me pareció deciros que apruebo el haver suspendido hazer la dicha proposición y diligencia que os mandé encargar, por los mismos fundamentos y razones que a ello me movieron. Pero attento que en Ceuta crescen los inconvenientes cada día de inquietudes de los cappitulares de aquella Cathedral que llegaron a poner manos violentas en cappitulo en su deán y con efusión de sangre sin haver bastado medio alguno a sossegarlos ni quitar aquel escándalo tan grande en una plaça puesta en Berbería y a vista de tantos infieles ocasionando con estos y los séquitos de unos y de otras adm (ítem...) Su Santidad ni para mí de la fuerza con tanta desobediencia (...)dissimo remedio y mucho más porque todos son gente, sin letras ni modo y algunos dellos poco reformados en vidas y costumbres: Attando a que parece no ay lugar por ahora lo que tenía mandado, os encargo mucho que luego en mi nombre hagáis vivas instancias a Su Santidad para que lo remedie, y por abreviar y no suscitar puncto a que pueda salir incombeniente que lo dilate, Su Santidad, como padre universal (no queriendo hacerlo en otra forma) de su motu proprio y por vía de gobierno spiritual cometa sus podres en amplia forma al Nuncio destos Reynos, como ministro sólo de Su Santidad, para que acuda ahora, como superior de la Iglesia de Ceuta, a proveer en el Gobierno eclesiástico della, su disciplina, disposición y quietud, y en delante de la misma manera en las ocurrencias que pudiese durante la Sede Vacante, y que asimismo los de Ceuta puedan recurrir al dicho Nuncio por ser justo que pues aquellas ovejas no tienen pastor propio ni gobernador ni metropolitano ni legacía, tengan siquiera recurso al dicho Nuncio, y no les falte a ellos solos lo que no falta a todas las demás de la Christiandad. Y aunque esto que os encargo sea tan ajustado, como queda referido, si todavía entendiéredes se le puede poner por delante algún otro inconveniente, dejo en vuestra elección el intentarlo o suspenderlo según lo que reconocieredes del estado de las cosas y negocios en essa Corte, y de lo uno o lo otro lo que se consiguieren y fueredes obrando con el cuidado, atención y zelo que fío de vos, me iréis dando avisos dirigidos a manos de Alfonso de Lucena mi secretario de Estado de Portugal. Fecha en Madrid, a 8 de Henero de 1659. Yo el Rey. Alfonso de Lucena.

No quedan pues dudas sobre que el problema principal de la iglesia de Ceuta radicaba en las malas relaciones entre los miembros del cabildo. El propio Atanasio López hace una anotación que remite al Libro de Veedores (ESAGUY, 1941, 165) sobre una Real Orden de destierro de 1658 recaída sobre los canónigos Manuel Vas Serrado –que años después sería deán de la Catedral de Ceuta (ADCE, L. 1137, Libro 2º)- y Manuel Ximénes Paes que se habían presentado en la Corte sin permiso, tras haber sido amonestados, así como el apresamiento del presbítero Antonio de Carvalho por el vicario general, en 1661, por haber herido gravemente al canónigo Manuel Ximénes Serrado a la puerta de la Catedral, por lo que se ordenó su confinamiento en el Peñón y tras fugarse (ADCE, L. 1137, Libro 2º, f. 13 v. y 14) y presentarse en la corte se le desterró también de Ceuta (ESAGUY, 1941, 176).

El asunto de los dos canónigos llegará al Nuncio y finalizará cuando se levante el destierro a ambos canónigos, por una carta real que recibió el cabildo por mano del obispo de Leiría, Jerónimo de Mascarenhas –el autor de una de las primeras historias generales de Ceuta que se conservan (Mascarenhas, 1918)- y de la que se daría cuenta en cabildo de 19 de octubre de 1659 (ADCE, L. 1137, Libro 1º, f. 5).

No serían los únicos conflictos entre los miembros del cabildo local que llegaron a noticia de la corona, pues en 1666 la reina hubo de intervenir en un conflicto entre un caballero de la orden de Cristo y el arcediano de la Catedral de Ceuta, sabiéndolo por la comunicación de su resolución que hizo el entonces obispo electo de Leiría Jerónimo de Mascarenhas (Esaguy, 1941, 212):

*Carta de Su Majestad de 29 de junio de 1666 sobre el arcediano.*

*Honrado marqués amigo, mi gobernador y capitán general de la ciudad de Ceuta en ausencia del marqués de Villa Real, Yo El Rey y Yo la Reina su madre como su tutora y curadora y gobernadora de sus Reinos y señoríos os saludo como aquel que mucho aprecio. Se ha visto el informe que por mi mandato habéis hecho por la Razón de la queja que Fray Andrés Corado fray de la orden de Cristo me ha dado del conflicto que con él tuvo el arcediano fray Diogo Antunes Caeyro de la misma orden, quitándole violentamente la venera del pecho y tratándole mal de palabras Me ha parecido que mandéis llamar al referido fray Diogo Antunes Caeyro y de mi parte le diréis que él no es el prior de la dicha orden y que quiera como tal ejercer sobre el otro siendo igualmente fray como él y en nada superior; como no respetó el hábito*

*He resuelto que sea multado por ahora con cuatro fanegas de trigo que serán aplicadas para la cena de las comuniones de los caballeros, cuya multa haréis pronto aplicar, digo ejecutar advirtiéndole que por otra vez no se meta en la jurisdicción que no es suya ni le cabe de manera ninguna y que si lo hiciere será rigurosamente castigado; y a los dos direis de mi parte que no usen veneras de oro, porque no les está permitido, y solamente usen el hábito con capa y sotana y en los actos a que asistan con los caballeros de la orden lleven sus mantos tomando el último lugar después de los caballeros so pena que se les apliquen las disposiciones de los Estatutos. Y esta orden se Registrará en el Libro de los Ingresos de los tres cuartos de las encomiendas y pensiones para que en todo tiempo conste. Escrita en Madrid a 29 de Junio de 1666 – Reina – Don Jerónimo de Mascarenhas Obispo electo de Leiria. (a) Francisco Carvalho de Guevara.*

## DEFINITIVA SEPARACIÓN DE TÁNGER

En 1661 Tánger fue cedido a la corona británica, lo que por otra parte no alteró la voluntad de la Santa Sede de mantener su neutralidad sobre el tema de los derechos del obispado. Por cierto que resulta muy interesante el relato que hace Alejandro Correa sobre la llegada de la noticia a Ceuta y el intento de sus autoridades de que su gobernador volviese a la obediencia de los Austrias (Correa, 1999, 259):

*565. En los números 234, 263 y siguientes quedan escritos los dispendios, fatigas y desastres que ocasionó la conquista de la ciudad de Tánger a la nación antigua lusitana y cómo quedó por Castilla al número 419 y después por Portugal al número 503. Y ahora se expondrá la facilidad y ligereza con que los modernos portugueses la pasan a poder de hereges.*

*La reina de Portugal, intrusa que lo gobernaba por la menor edad de don Alfonso, su hijo, capituló bodas de doña Cathalina, su hija, con Carlos segundo, rei británico, ofreciendo a Tánger por arras de este matrimonio. Esta noticia llegó a nuestro general don Iuan de Lima, comunicada por los ministros del señor rei don Felipe quarto, su amo, y con su orden escrivió a don Fernando de Meneses, conde de Ericeira, que a Tánger gobernaba, suplicándole con razones corteses, prudentes y eficaces no permitiese se entregase aquella plaza a los hereges, ofreciéndole tomar posesión de ella en nombre de la caueza de nuestra santa*

*Iglesia y que el rei cathólico, su amo, la conservaría vajo de aquella santa obediencia y sustentaría de todo con espléndida abundancia. La carta se arrojó cerca de Tánger por mano de moros confidentes y fue llevada al conde de Ericeira, a la que, por otros, respondió que, como vasallo del re i don Alfonso, su señor, havia echo pleito omenage, obligándose a defenderla y entregarla a quien el mismo rey le mandase, por cuiuo motibo no podía condescender en lo que le suplicaba.*

*566. Llegada orden al conde de Ericeira de entretenerse en su govierno hasta entrar en él a los ingleses, ofreciéndole por esta hazaña el título de marqués del Ourizal y amenazándole con la indignación de la Corte y que embiarían otro que lo hiciese si él no lo quería executar, respondió con pecho libre y generoso era lo mandado en punto de ingleses mui contra su honor y que él la entregaría a governador portugués que se nombrase para sucederle, por lo que vino a relevarle don Luis de Almeida con el premio de nuevo conde de Abintes. Y echa la entrega escapó el Ericeira a Portugal, huyendo de ver tragedia tan contra su dictamen.*

Correa se extenderá luego en la alevosa entrada que tuvieron los ingleses en la ciudad, apoyándose en la *Historia de Tánger* del conde de Ericeyra (Menezes, 1940), lo que de algún modo le reafirmaba en la buena decisión tomada por los ceutíes en 1640. Todos esos sucesos pueden encontrarse también en los trabajos del Dr. Carlos Posac Mon, es especial en "El epílogo de la dominación portuguesa de Tánger (1643-1662)" (Posac, 1974).

Firmado el tratado de paz y amistad entre España y Portugal, en 1668, la Reina gobernadora Mariana de Austria presentaría en 1670 al doctor don Antonio de Medina Cachón y Ponce de León, canónigo penitenciario de la Catedral de Avila, para la diócesis septense. Para ello habría que separar el territorio de Ceuta de los de Tánger y Mazagán, así como disolver el vínculo con la metropolitana de Lisboa para depender de la de Sevilla. El proceso fue lento y finalizó con la preconización de Antonio de Medina el 16 de diciembre de 1675 y su toma de posesión el 4 de agosto de 1677, diócesis que rigió hasta su promoción para la de Murcia en 1684.

Sin embargo de que el vínculo entre los obispos de Ceuta y Tánger había sido disuelto y que la población se hallaba en manos británicas entre 1662 y 1684 en que se retiraron definitivamente, el cabildo catedralicio de Tánger continuó teniendo miembros portugueses que tenían relación con sus homónimos ceutíes, según demuestran algunas cartas conservadas en

el Archivo Diocesano de Ceuta fechadas en los años 70, como una petición de copia pontificia sobre una pensión de 23 de mayo de 1670, o una carta de agradecimiento del cabildo tangerino al ceutí por el envío de una copia de sus estatutos, firmada el 30 de septiembre de 1677 (ADCE, L. 1005).

## ALGUNAS DECISIONES DE LA SEDE VACANTE

En las visitas y anotaciones de los prelados Antonio de Medina Cachón y de Juan de Porras y Atienza se irán desprendiendo algunos de los problemas de la sede vacante, como deficiencias en la organización, manipulación de textos básicos de gobierno y de las escasas actas levantadas, falta de libros de fábrica para evitar el control económico, y un largo etcétera. Así, Juan de Porras se verá obligado a hacer una verdadera auditoría, poniendo en claro las cuentas entre 1661 y 1680, según se lee en el encabezamiento de libro de cuentas de fábrica (ADCE, 850).

Una de las decisiones más importantes, desde el punto de vista espiritual, que se tomó durante la sede vacante, no está reflejada en los libros de actas del cabildo catedralicio, sino en los de la cámara municipal. Se trata del voto immaculista que hicieron ambos cabildos el 2 de febrero de 1653 (AGCE, C 9-1, fol. 106):

*Asiento sobre el voto que esta muy noble y siempre leal ciudad de Ceuta hizo a la purísima concepción de la Virgen Nuestra Señora concebida sin mácula de pecado original, por el excelentísimo señor marqués de Trocifal, capitán general de esta dicha ciudad como por el S. Cabildo, sede vacante y pueblo de esta plaza.- 1653 Años.-*

*Año del nacimiento de nuestro Señor Jesucristo de mil seiscientos cincuenta y tres años, en los dos días del mes de febrero del dicho año en esta muy noble y siempre leal ciudad de Ceuta, en la Santa Seo Catedral de ella en la capilla y nave de Nuestra Señora de la Concepción a las cuatro horas de la tarde poco más o menos, estando ahí presentes el muy excelentísimo señor marqués de Trocifal, capitán general de esta ciudad y también así el reverendo deán y cabildo, sede vacante y más clero y por el pueblo los oficiales de la Cámara de ella con el oidor el capitán Pablo Gil Argullo, Diego Ramírez y Simón Vas, luego por su excelencia, cabildo y ciudad fue hecho y declarado y jurado sobre los Santos Evangelios el voto siguiente: En nombre de la Santísima Trinidad, Padre, Hijo y Espíritu Santo, tres personas y un solo Dios*

*verdadero: Y para mayor gloria y honra suya en particular de Jesucristo Nuestro bien y señor, segunda persona de la beatísima Trinidad verdadero Dios, Hijo unigénito del Padre eterno y verdadero hombre, único hijo de la siempre Virgen María Reina de los Ángeles y abogada nuestra, sea notorio que el excelentísimo señor marqués de Trocifal, conde de Torres Vedras y como capitán general de esta muy nombre y siempre leal ciudad de Ceuta y el muy reverendo deán y cabildo, sede episcopal vacante, y todo el clero con los caballeros militares de las tres órdenes de Cristo, Avis y Santiago y nobleza toda y la más gente popular de ella como única del Reino de Portugal debajo de la debida obediencia de su Rey y señor natural el Rey D. Felipe cuarto y tercero nuestro, que Dios guarde: considerando el amparo y provecho en que la soberana María, madre de Dios y señora nuestra, tuvo siempre de presente tiene, los moradores de esta dicha ciudad los cuales reconocemos haber alcanzado de Dios nuestro señor fortaleciéndonos, con (...) fortaleza contra los impérfidos mahometanos enemigos de nuestra santa fe que ha tantos años sustentamos.*

Dos años atrás, el 20 de enero de 1651 (AGCE, C 9-1, fol. 104v-105v), Juan Suárez de Alarcón, conde de Torres Vedras, y con él sus oficiales y pueblo, habían jurado celebrar una fiesta anual en honor de Santa María de Africa, en su templo, a la que declararon por su Patrona, al haberse sentido protegidos por ella durante la epidemia de peste que estaba sufriendo la Península. Llama la atención en este voto que no aparezca el cabildo catedralicio, lo que justificaría el no estar asentado en sus libros.

Sin embargo, recientemente hemos descubierto un documento que explica esta ausencia, ya que el cabildo no estuvo en ese momento de acuerdo con nombrar Patrona a Nuestra Señora de Africa, considerando que iba en perjuicio de San Daniel y Compañeros Mártires (ADCE, L. 594), que habían sido declarados Patronos de la Ciudad a raíz de las Letras apostólicas de León X que autorizaban su culto en 1516.

A la sede vacante se debe también la autorización al hermano Pedro de la Concepción para fundar la Venerable Orden Tercera, en 1654, en la capilla de San Francisco de la Catedral de Ceuta (ADCE, L. 1027, 1).

En 1660 el cabildo en sede vacante reguló la forma de celebrarse algunas fiestas con funciones y procesiones, concretamente las de San Pedro Apóstol, Nuestra Señora de la Asunción y la función votiva en honor de la aparición de San Miguel Arcángel, así como el traslado de la fiesta de la Rosa del mes de octubre al de mayo (ADCE, L. 1137, Libro 1º, f. 1660).



Finalizando ya el período de sede vacante, comenzando el año 1675 (ADCE, L. 1137, Libro 1º f. 17 v.), el acuerdo reguló el derecho de sepulturas de canónigos y beneficiados en la Catedral vieja, lo que a pesar de hipotecar la gestión de los prelados que deberían llegar en un futuro, tuvo poco efecto, al ser cerrada y demolida poco tiempo después.

### **Fuentes archivísticas:**

- ADCE (Archivo Diocesano de Ceuta), legajos: 594, 718, 1003, 1005, 1018, 1027, 1072, 1083, 1137.
- AGCE (Archivo General de Ceuta), Libros de Actas Capitulares, C 9-1, Libro primero 1620-1670.
- AGMM (Archivo General Militar de Madrid), Colección Aparici, Copia de consultas e informes conservados en el Archivo General de Simancas, Negociado de Guerra, legajo 1518, 1643.
- MSICCE (Museo de la Santa Iglesia Catedral de Ceuta). Estatutos de la Santa Iglesia Catedral de Ceuta (Libro verde), Ejemplar impreso sin fecha ni lugar.
- PSMA (Parroquia de Santa María de Africa de Ceuta), Libro II de difuntos.

### **Bibliografía:**

- Alberti, S., 1728. *Istoria della città di Sospello*, G.F. Mairesse.
- Asunción, A. de, 1898. *Diccionario de escritores trinitarios de España y Portugal*, Roma, t. 1.
- Bauer Landauer, I., 1923. *Papeles de mi archivo: Relaciones de Africa (Ceuta y Melilla)*, Madrid.
- Bouza, F., 1994. "Entre dos reinos, una patria rebelde: Fidalgos portugueses en la monarquía hispánica después de 1640". En *Estudis: Revista de historia moderna*, nº 20, pp. 83-104.
- Castries, H. de., 1911. *Les sources inédites de l'histoire du Maroc*, Archives et Bibliothèques de France, Paris, t. III.
- Correa de Franca, A., 1999. *Historia de Ceuta. Edición del original manuscrito del s. XVIII*, ed. M.C. del Camino Martínez. Ceuta.
- Criado, M. y Ortega, M.L., 1925. *Apuntes para la Historia de Ceuta*, Compañía Ibero-Americana de Publicaciones, s.a., Madrid.
- Esaguy, J. de, 1941. *Libro de los Veedores de Ceuta. (Libro Grande de Sampayo)*, Tánger.
- Gauchat, P., 1935. *Hierarchia Catholica medii et recentioris aevi*, Monasterii, t. IV.
- Gómez Barceló, J.L., 1988. "La Iglesia de Ntra. Sra. de Gracia del Convento de Trinitarios Descalzos de Ceuta (1725-1835)". En *Cuadernos del Archivo Municipal de Ceuta*, Ceuta, nº 5, pp. 197-226.

- Gómez Barceló, J.L., 2002. "La diócesis de Ceuta". En: J. Sánchez Herrero (coord.). *Historia de las diócesis españolas. Iglesias de Sevilla, Huelva, Jerez y Cádiz y Ceuta*. Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid-Córdoba, T. 10, pp. 725-780 y 791-798.
- Gómez Barceló, J.L., 2003. "La beca del Real Colegio del Sacromonte de Granada fundada por el que fuera su colegial y obispo de Ceuta Juan José Sánchez Barragán". En *II Coloquio Iglesia y Sociedad en Andalucía en la Edad Moderna*, Granada, pp. 327-340.
- Gómez Barceló, J.L. 2006. "Fundaciones franciscanas en el Obispado de Ceuta (siglos XV al XIX)". En *Cuadernos del Archivo Central de Ceuta*, Ceuta, nº 15, pp. 81-112.
- Gómez Barceló, J.L. 2014. *La castellanización de Ceuta bajo la corona de Austria*, Discurso de ingreso en la Academia Andaluza de la Historia, Algeciras. (En prensa)
- Gómez Barceló, J.L. 2015. "Correspondencia entre Ceuta y Lisboa a causa de la reclamación de antiguos legados a favor de la Santa y Real Casa de la Misericordia de Ceuta". En *Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa*, Camara Municipal de Lisboa, Lisboa. (En prensa)
- López, P.A., 1941, 2ª ed. *Obispos en el África septentrional desde el siglo XIII*. Tip. Hispano Árábica, Tánger.
- López-Salazar Codes, A.I., 2011. *Inquisición y política. El gobierno del Santo Oficio en el Portugal de los Austrias (1578-1653)*, Lisboa.
- Mascarenhas, J., 1918. *Historia de la ciudad de Ceuta: Sus sucesos militares y políticos. Memorias de sus santos y prelados, y elogios de sus capitanes generales, escrita en 1648*, Lisboa.
- Mendes Drumond Braga, I.M.R. y Drumond Braga, P., 1998. *Ceuta portuguesa (1415-1656)*, Instituto de Estudios Ceutíes, Ceuta.
- Menezes conde de Ericeira, F. de., 1940. *Historia de Tánger*, Tipografía Hispano-Arábica de la Misión Española, Tánger.
- Paiva, J.P., 2006. *Os Bispos de Portugal e do Império 1495-1777*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Paiva Manso, V., 1872. *Historia ecclesiastica ultramarina*. Imprensa Nacional, Lisboa.
- Posac Mon, C., 1972. "La rebelión de Tánger en 1643". En *Cuadernos de la Biblioteca Española de Tetuán*, Tetuán, nº 6, pp. 79-112.
- Posac Mon, C., 1974. *El epílogo de la dominación portuguesa de Tánger (1643-1662)*, Instituto Politécnico Español de Tánger, Tánger.
- Posac Mon, C., 1993. "Una página olvidada de la historia de Ceuta. El motín del 18 de agosto de 1638". En *Ceuta Hispano-Portuguesa*, ed. A. Baeza Herrazti, Instituto de Estudios Ceutíes, Ceuta, pp. 231-272.
- Ros Calaf, S., 1912. *Historia eclesiástica y civil de la célebre ciudad de Ceuta*. Ceuta.
- San José, J. de., 1794. *Historia chronologica da esclarecida ordem da SS. Trindade, redenção de cativos da provincia de Portugal*, Ferreire.
- Xiqués, J. 1892. "Obispos y administradores apostólicos de Ceuta". En *Boletín de la Real Academia de la Historia*, Madrid, t. XVIII, p. 401-426.

## ANÁLISIS DE LAS RELACIONES DE ANDALUCÍA CON LA CEUTA PORTUGUESA COMO EXPONENTES DE DECISIONES POLÍTICAS. EL CASO DE MÁLAGA (1415-1640)

*Antonio Carmona Portillo*

Instituto de Estudios Ceutíes

### LAS RELACIONES HISPANO-PORTUGUESAS Y SU APLICACIÓN A CEUTA

Dos naciones limítrofes tienen fricciones fronterizas inevitables cuando se constituyen como estados. En el caso de España y Portugal esas fricciones produjeron conflictos armados entre los años 1369 y 1370, así como en 1372, en el que el rey Fernando de Portugal contó con la ayuda de Enrique de Lancaster en el contexto de la guerra de los Cien Años que Inglaterra mantenía contra Francia<sup>1</sup>. Este acontecimiento terminó con la invasión de Portugal por Castilla, cuyas tropas llegaron hasta Lisboa. El mismo escenario —enfrentamiento Inglaterra-Francia— fue la causa de la guerra entre Castilla y Portugal entre 1381 y 1382, que también terminó sin consecuencia territorial alguna.

La revolución que se produjo en Portugal tras la muerte de don Fernando (1383), permitió a Castilla intervenir con el fin de poner a su rey en el trono portugués. Pero en 1385 se produciría la derrota de Castilla en la batalla de Aljubarrota, que marcó dos hechos en direcciones opuestas pero, al mismo tiempo, complementarias para Portugal. Por un lado el final de la amenaza castellana, y por otro la liberación del reino luso de sus problemas internos, con la ascensión al trono de Juan I de la casa de Avis. Esta rivalidad se puede aplicar también a la expansión atlántica que ambas potencias iniciaron en los siglos XV y XVI, en la que Portugal llevó la delantera a Castilla porque había concluido ya su reconquista. La toma de Ceuta supuso el primer paso de esta expansión atlántica de Portugal.

---

1.- El duque de Lancaster era hijo de Eduardo III de Inglaterra y estaba casado con una hija legítima de Pedro el Cruel, con cuyo fundamento reclamaba el trono de Castilla.

Estas luchas habían forjado una comunidad nacional homogénea en Portugal, pero existían tensiones sociales provocadas por una economía deficitaria y una enorme desigualdad de clases. Para ampliar los recursos indispensables para la paz social comenzaron las expediciones marítimas. Además la burguesía mercantil lusitana, tan apropiadamente considerada por muchos como elemento aleccionador de la expedición africana, quería llevar a cabo grandes negocios con el norte de África.

Esta conquista supuso, además, un primer aldabonazo de atención a Castilla sobre su expansión marítima. Como dice Josefina Castillo: "Portugal vio en la conquista de Ceuta la oportunidad de iniciar desde ella el comercio con África, beneficiándose de los productos supuestamente autóctonos: cereales, pesca, ganado [...], pero también, el modo de cerrar la expansión castellana en la zona" (Castillo Soto, 1991). Si Ceuta era una piedra en el camino de las relaciones castellano-portuguesas cabe preguntarse ¿Qué interés podría tener Castilla en abastecerla y defenderla desde las costas andaluzas, y en concreto desde Málaga, puesto que era su rival en esta expansión?

Para nosotros hay dos razones. Por un lado Castilla albergaba la esperanza de expandir su área de influencia en el Mediterráneo occidental, y los acuerdos de Alcovaga y Tordesillas, así como la ratificación de Sintra de 1509, permitieron a Castilla disponer de un área de influencia en África. Por otro lado, aunque Ceuta fuera portuguesa, a los Austrias le interesaba su permanencia en el ámbito cristiano como contención islámica.

Por otro lado el abastecimiento de Ceuta desde las costas andaluzas no fue una acción altruista, sino que se trataba de un negocio del que salían beneficiados los habitantes de Ceuta, pero también los comerciantes malagueños y portugueses. Este comercio era tan vital para Málaga que cuando, a partir de 1510 fue el comerciante valenciano Alonso Sánchez el que se dedicara a abastecer las posesiones españolas en África —Orán y Tremecen primero y el peñón de Vélez de la Gomera después—, por orden expresa del rey, los malagueños reclamaron la continuidad de su comercio con el norte de África, logrando en junio de 1511 la licencia de la reina doña Juana para hacerlo. (AHMM. Or.1: 236-237, 253-254)<sup>2</sup>. Más tarde, en los años 1533 y 1535, ante el desvío de este comercio hacía otros puertos andaluces, los

---

2.- Las referencias documentales son: AHMM. Or: Archivo Histórico Municipal de Málaga. Originales; AHMM. RP: Reales Provisiones; AHMM. AACC: Actas Capitulares; AHMM. LC: Libro de Cargazones; AGC. LOs: Archivo General de Ceuta. Libro de Órdenes traducidas del portugués; AGS: Archivo General de Simancas; ATT: Archivo de la Torre da Tombo; AHPM. PN. Archivo Histórico Provincial Málaga. Protocolos Notariales. ARChG: Archivo de la Real Chancillería de Granada.

mercaderes solicitaron a la monarquía que atendiera la petición del factor del rey de Portugal, de que se hiciera por Málaga las cargazones hacía las poblaciones portuguesas en el norte de África:

“Vyose en el cabildo una carta de Manuel Carne factor del señor rey de Portugal pidiendo si a por bien o si está mal que haga por este puerto los cargazones y proveyiento de África por el rey su señor dando otras causas parecidas en su carta a la cual se mando a mí el dicho escribano respondiese diciendo la buena voluntad que esta ciudad tiene y como esta ciudad desea que se haga por aquí el trato y cargazones” (AHMM. AACC. 7, 284 ve).

### EL SISTEMA DE ABASTECIMIENTO DE LA CEUTA PORTUGUESA

Como afirma Vitorino Magalhaes Godinho, el dominio de Ceuta fue un fracaso desde el punto de vista económico, ya que las rutas comerciales fueron desviadas a otros puertos y las escaramuzas en los alrededores de la plaza, que comenzaron nada más ser conquistada la ciudad, ahuyentaron el comercio (Godinho, 1990: 192). A pesar de todo Portugal se preocupó de legitimar la conquista mediante bulas papales, así como de asegurar internacionalmente su abastecimiento con apoyos pontificios como se expresan en las cartas *Decens Esse Videtur*, que permitían adquirir en Castilla, o en otros lugares de la cristiandad, los productos necesarios y transportarlos libremente por tierra y mar. Además, la corona portuguesa creó la Casa de Ceuta en Lisboa como organismo encargado de su abastecimiento.

A raíz de su conquista, Ceuta fue abastecida por particulares por medio de asientos y por los magrebíes. Pero conforme se fue complicando su presencia en la zona, especialmente desde 1516, con el rechazo a surtirlos de trigo de la mayor parte de las cabilas aledañas, se fue imponiendo el aprovisionamiento oficial por medio de factores nombrados por el rey de Portugal que se ubicaban en Málaga (López de Coca Castañer, J. E., 1978: 303), en cuyo puerto, situado estratégicamente en las tres grandes rutas del comercio exterior del reino de Granada, se habían asentado desde la Edad Media un buen número de comerciantes (Mairal Jiménez, M. C. 2015: 584). Tras el paso de la corona de Portugal a las casa de Habsburgo el sistema de factoría fue sustituido por el de asiento privado, aunque en diciembre de 1658 el marqués de los Arcos Tenorio solicitaba que fueran dos personas de Ceuta a Madrid a informar con cuál de los dos sistemas se quedaba, si con el de asiento o el de factoría (AGC. LOs. 26).

El factor del rey de Portugal en Málaga era el encargado de negociar la compra de trigo y de otros géneros alimenticios para las posesiones portu-

guesas en el norte de África y a quien el Cabildo debía conceder la licencia. En 1538 los pasos a dar para el abastecimiento de Ceuta eran los siguientes:

1. Petición del factor.
2. Pago de la décima “de [la cantidad] que la ciudad le hace merced de dar licencia”. Las cantidades de grano correspondiente a la décima iban destinadas al abastecimiento de la ciudad, a la Iglesia o a obras de caridad<sup>3</sup>.
3. El factor estaba obligado a entregar una fianza que garantizase la limpieza de la transacción.
4. El cargamento se hacía en presencia de un regidor, el juez de residencia y el escribano mayor del Concejo.
5. El grano se sacaba por parte, conforme fuera siendo necesario, y dependiendo de la capacidad de los buques (AHMM LC. vv folios).

Otra de las funciones de los factores era la de procurar el mantenimiento de las carabelas que los portugueses tenían en las aguas del Estrecho y que servían para la defensa de sus posesiones africanas y la lucha contra el corso. Además el factor del rey de Portugal en Málaga hacía negocios privados como el de abastecer a esta ciudad o prestar dinero a su Concejo<sup>4</sup>.

Algunos de los factores residentes en Málaga durante el siglo XVI fueron Estevan de Aguiar (1516...), Sebastião Alvares (1522...), Luis Ribeiro (1524...), Francisco Lobo (1525...)<sup>5</sup>, Manuel Carne (1532...)<sup>6</sup>, Francisco Díaz (1548...), Juan Álvarez de Almeda y Jiménez Cardoso (1555...).

---

3.- Se manda que la décima del trigo que el factor del Rey de Portugal había pagado, se dé al Monasterio de Nuestra Señora de la Victoria, San Francisco y Hospital de las Bubas (AHMM. AACC, 15, 58.)

4.- El Concejo de la ciudad de Málaga era deudor de Sebastião Alvares (AHMM. Actas capitulares. Vol. 5, folio 369) al igual que de Francisco Lobo en 1529, cuya deuda ascendía a 40.000 maravedíes (AHMM. AACC, 6, 312 ve-313ra). En septiembre de 1521 la ciudad de Málaga envió a Lisboa al comisionado Gómez Cerón para tratar sobre el asunto de la venta del trigo descargado por el factor portugués y el aplazamiento de su pago hasta fin de diciembre (AHMM. AACC, 4, 48-50).

5.- “Cavaleiro fidalgo da Casa Real e feito em Andaluzia, morador em Málaga” (Archivo da Torre da Tombo. PT/TT/CC/2/168/34).

6.- “Viose en el cabildo una carta que escribió a la ciudad el señor Rey de Portugal encomendando a Manuel Carne su factor; y la ciudad vista la carta cometió a los señores Gonzalo Hernández de Córdoba y Diego de Lyra, regidores y el jurado Juan Sánchez Bejarano que hablen al fator y le ofrezcan toda buena voluntad que haciendo la ciudad lo que debe hará por todo lo posible por servirlo del señor Rey de Portugal y por su contemplación” (AHMM. AACC, 7, 158).

El papel de los factores era tan importante para Ceuta que cuando algunos de ellos no podían atender el abastecimiento, enseguida se nombraba un sustituto aunque fuera de forma temporal<sup>7</sup>. Este recibía todas las prerrogativas, así como el estado de las cuentas.

También era frecuente el envío de comisionados desde Ceuta a algunos lugares de Andalucía en busca de cereal-grano, por cuya labor cobraban sus honorarios que en algunos casos llegaba hasta los 1.000 reis<sup>8</sup>.

El abastecimiento de Ceuta, como el de otras ciudades, requería hacer frente al desembarco de la mercancía, que suponía de entre 800 y 3.200 reis según los casos (ATT. PT/TT/CC/2/95/10,117); el pago del flete, que alcanzaba a veces cifras muy elevadas cuando el lugar de embarque era lejano (ATT. PT/TT/CC/2/99/132), y la obligación de los almojarifes de alimentar a la tripulación del barco que transportaba los abastecimientos (ATT. PT/TT/CC/2/103/132 y 105/97).

Hay que añadir el gasto que suponía mantener a salvo las aguas del Estrecho de los ataques de los piratas, lo que se hacía, tanto por parte de Portugal como por parte de España, mediante galeras cuyo coste de mantenimiento era bastante elevado. En algunas ocasiones se utilizaban barcos incautados a comerciantes, o se hacían asientos para el mantenimiento de su dotación.

No solo necesitaba Ceuta trigo sino también harina y, sobre todo, leña, porque, como decía un enviado del rey de Portugal al Puerto de Santa María, aunque en Ceuta hubiera trigo no se podría cocer por la falta de leña y el peligro que suponía salir al campo exterior a buscarla (Ribeiro Mendes, I. M. y Drumon Braga, P. 1998: 92 y 93). Hay que dimensionar, pues, correctamente la cuestión de la leña, por ser otra de las causas por la que, llegado el momento, Ceuta se sintió más protegida por Castilla que por Portugal, ya que el transporte del combustible necesario para cocer la harina había

---

7.- Carta de Baltasar Mendes, dando parte “ao rei estar no Porto de Santa María por ordem do capitão de Ceuta, suprimdo o lugar de feitor da Andaluzia que se ausentara por morte de um aguazil” (ATT. (PT/TT/CC/1/90/50).

8.- En 1521, el rey de Portugal mandó a Pedro Vieira, contador de Ceuta, que abonase 1.000 reis a Luis Colaço para los gastos de su viaje a Málaga para comprar trigo (ATT. PT/TT/CC/2/94/100). Un año después fueron 350 reis los que cobró João de Alhandra por su viaje a Málaga para hacerse con el flete de una nao que había llegado a este puerto (ATT. PT/TT/CC/2/102/156). En 1522 se ordenó al contador Antonio Arraes dar a Baltasar de Goes 1.000 réis para ir buscar trigo. (ATT. PT/TT/CC/2/105/113).

que hacerlo desde los lugares cercanos para evitar el deterioro durante el transporte por mar.

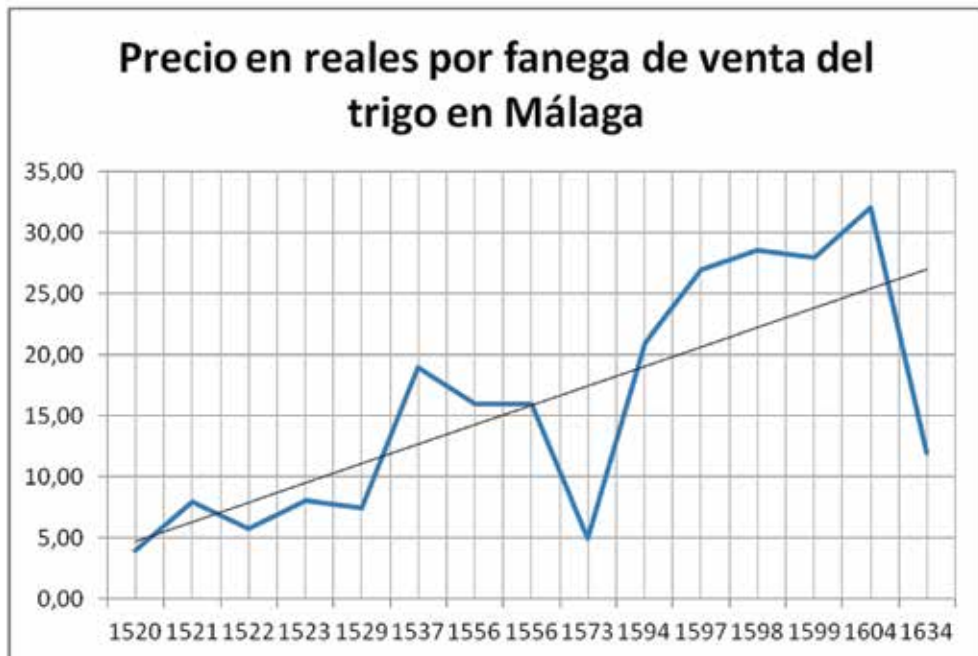
El precio al que se compró en Málaga el trigo para Ceuta oscilaba según su abundancia o carestía. Así, cuando corría el riesgo de pudrirse o llegaba nuevo a Málaga, su precio bajaba y se permitía embarcar para los lugares de África todo el que fuera necesario. En el siglo XVI su valor osciló entre los 8 y los 12 reales. El 9 de diciembre de 1522 la abundancia de trigo en Málaga era tal que se permitió cargar al factor 3.000 o 4.000 fanegas al precio de 9,5 reales la fanega (AHMM. AACC, 5, 158), pero en ocasiones de escasez llegaba a los 17 (1556) y 32 reales (1604).

Esto hacía que el coste del mantenimiento de Ceuta fuera elevado, sobre todo si el transporte del trigo se hacía desde lugares alejados como Lisboa.

Las relaciones del factor con las autoridades malagueñas fueron a veces estrechas, como en 1522, cuando se llegó entre ambos a un acuerdo para que, en comandita, y con la ayuda de barcos del factor y de la propia ciudad, salieran a buscar por otros lugares, e incluso en alta mar, a navíos cargados de cereales para traerlos a Málaga, con todas las garantías de seguridad, con importantes exenciones de impuestos —alcabalas y almojarifazgo— y ofrecimiento de almacenes donde guardar el grano. Este trigo sería vendido a partes iguales, una para la ciudad de Málaga y otra para abastecer a las fortalezas africanas del rey de Portugal (AHMM. AACC, 5, 11). Para que todo se hiciera con la equidad necesaria, se ponía el cereal que llegaba a Málaga en estas condiciones en almacenes con tres llaves, una en manos de la justicia, otra de un caballero del concejo y la tercera en las del propio factor portugués<sup>9</sup>.

9.- “Este dicho día se juntaron en la posada del señor corregidor el dicho señor corregidor e los señores Francisco Cherinos e Gomes Cerón e Luis Pacheco e Gonzalo Fernández de Coalla e al alcaide Unicbay e Gutiérrez Laso de la Vega regidores estando presente Sebastián Álvarez fator del señor Rey de Portugal e platicaron con el dicho fator lo hablado e asentado acerca de las caravelas del señor rey de Portugal, e platicado sobre todo acordose de conformidad de partes que la cibdad arme a su costa del depósito de esta cibdad un bergantín que ande con las dos caravelas del señor rey de Portugal de que de la una es capitán G<sup>o</sup> Leyto e de la otra Ruiz Aliero e que todos tres navíos anden por esta costa de armada e donde les pareciere a Rogar e Requerir que vengan las naos que hallaren con trigo e cebada e otros mantenimientos a lo vender a esta ciudad e que le aseguren que vengan con toda seguridad y al precio que quisieren y por bien tuvieren horros de alcabala e almojarifazgo e de otros derechos e que les darán almacenes en la alhóndigas sin derechos e que para esto se lleve un traslado autorizado de una capitulación de sus magestades que habla sobre que se pueda tomar cierto trigo como mas largamente se contiene; e queda concertado con el dicho fator que del trigo que se tomare se partiera la mitad para la pro-





Fuentes: AHMM. Actas Capitulares. Varios volúmenes.

## EL ABASTECIMIENTO DESDE MÁLAGA

### La apertura del comercio con el norte de África tras la conquista de Málaga

Lo que conocemos del abasto de Ceuta en los primeros años tras la conquista nos indica que sus fuentes de provisión eran Lisboa y el Magreb. En este sentido el papa Martín V autorizó el comercio de Ceuta con el Islam, dispensándose también a los comerciantes magrebíes del diezmo de las mercancías llevadas a Lisboa.

---

visión de esta ciudad y la otra mitad para los lugares de África que están a cargo de dicho señor rey de Portugal, esto se entiende del trigo que se tomare para esta cibdad sin que se cuente la parte que dejaren para los lugares donde va consignado si alguna parte le dejare e que cualquier daño e provecho que sobre este se recreciere sea la mitad a la ciudad y la mitad a dicho fator e para cumplir lo susodicho los dichos señores obligaron a el depósito de la ciudad e el dicho fator oblige su persona e bienes e firmaronlo de sus nombres" (AHMM. AACC.5, 11re).

**Tabla 1 ALGUNOS DATOS DE ABASTECIMIENTO DE CEREALES A CEUTA EN LOS PRIMEROS AÑOS DE LA CONQUISTA PORTUGUESA.**

LUGAR	FECHA	CANTIDAD	GÉNERO	ENTREGADOR	RECIBIDOR
Reguengo de Alges	16/12/1449	158 moios;	trigo		Gonçalo de Anes
		4 alquerías			
Reguengo de Alges	06/03/1498	¿?	trigo		Gonçalo de Anes
Veiras	20/12/1498	¿?	trigo		Gonçalo de Anes
Porta da Cruz	18/04/1501	200 quintales	bizcocho	Almojarife	Gonçalo de Sequeira
Reguengo de Oeiras	31/01/1502	50 moios	trigo	Diogo Martis	Gonçalo de Sequeira
		26 alquerías			
Porta da Cruz	20/09/1507	50 moios	trigo	Almojarife	Gonçalo de Sequeira
		40 alquerías			
Porta da Cruz	24/02/1509	899 quintales	bizcocho	Almojarife	Gonçalo de Sequeira
Porta da Cruz	02/05/1510	228 quintales	bizcocho	Almojarife	André Vaz
Vila Franca de Xira	10/12/1513	59 moios	trigo	Almojarife	Gonçalo de Sequeira
		24 alquerías			
Lezírias de Vila Franca	28/09/1513	13 moios	trigo	Diogo Pirez	Gonçalo de Sequeira
		25 alquerías			
Lezírias de Vila Franca	22/04/1514	9 moios	trigo	Diogo Pires	Gonçalo de Sequeira
Reguengo de Algés	29/07/1514	5 moios	trigo	Almojarife	Gonçalo de Sequeira
		6 alquerías			
Lisboa	15/07/1523	150 moios	trigo		

Elaborado con datos aportados por diversos documentos del Archivo da Torre da Tombo.

Desde 1415 hasta 1492 el litoral oriental de Andalucía estaba en manos de los nazaríes que pusieron cerco a Ceuta en 1419, en una acción conjunta con las tropas magrebíes reclutadas en el interior. Portugal, por su parte, también atacó los intereses nazaríes ya fuera con el corso, ya con asaltos esporádicos a las ciudades de su litoral, como el que protagonizaron algunas naves lusitanas en Málaga en 1465. Esto último ha sido interpretado por algunos historiadores portugueses como un intento de tomar la ciudad nazarí por parte de Portugal, lo que es totalmente incierto. Por esta razón los ceutíes se veían abocados a entenderse con los castellanos que habían ocupado Andalucía occidental. En 1419 Duarte de Meneses decidió devolver una fusta musulmana que había capturado cerca de Tarifa por estar en aguas castellanas, con cuyos reyes no quería enfrentarse porque no convenía romper las amistades con quienes podían acudir en ayuda de Ceuta en caso de apuro. En 1477 Tarifa mantenía ya relaciones comerciales con Arcila, Tánger, Alcazaseguer y Ceuta (López de Coca, 1998: 353, 352, 362). A pesar de todo son escasos los datos que nos ofrecen las fuentes sobre el comercio con la Ceuta portuguesa.

Conforme se fueron liberando los pueblos del reino de Granada, los habitantes que los iban ocupando presionaron a los reyes para que solicitara la bula papal para poder comerciar con Berbería. La reticencia pontificia para conceder una bula de libre comercio se debía al temor de que se llevaran géneros que pudieran servir para armar a los musulmanes. Pero la prohibición de exportación de trigo estaba provocando que muchas personas abandonaran la labor y las tierras quedaran sin labrar. Por lo tanto fue el interés comercial el que hizo que finalmente el papa Inocencio VIII concediera una bula el 15 de julio de 1490 (López de Coca, J. E., 1978: 295), y no en el año 1487 como aparece en el inventario de los documentos del archivo municipal de Málaga (Bejarano Robles, F (b). 1961: 1), permitiendo este comercio. No obstante quedaba vedado llevar oro, moneda “y demás artículos prohibidos por las leyes”, que hacían referencia a cuanto podía ser usado por los musulmanes para atacar a los cristianos.

A partir de esa bula, los Reyes Católicos emitieron una real provisión desde Córdoba el 8 de noviembre de 1490, autorizando el comercio de Málaga con la costa africana de mercancías no vedadas (AHMM. Or. 1: 227). Esta real cédula se leyó en Málaga en el cabildo del 12 de enero de 1491, y se eligió a Fernando de Zuazo, al alcalde mayor y al escribano de cabildo para que inspeccionasen las mercancías que se cargaban para Berbería (AHMM. AACC, l: 66-68). En contrapartida, y para hacer más fluido el comercio entre

las orillas de los dos continentes, se ordenó que no se cobrase derecho alguno a los mercaderes musulmanes que arribasen a Málaga con provisiones (AHMM. RP, 1, 39va y 40re).

Sin embargo la corona se oponía al comercio de cereales cuando las circunstancias políticas y económicas lo aconsejaban (López de Coca, J.E. 1978: 296). El primer veto a este comercio por razones políticas data de 1494, debido al proyecto de Hernando de Zafra, secretario de Carlos V, de conquistar tierras africanas. Por esta causa se suprimieron todos los contactos comerciales que pudieran entorpecer esta invasión. Dos años después se levantaron estas restricciones debido a que se embarcaba con facilidad mercancías para Berbería desde otros puertos andaluces y a las pérdidas que estaban sufriendo los mercaderes de Málaga. Puede que también influyera el hecho, puesto en consideración por la Monarquía, de que los comerciantes pudieran actuar como espías a favor de Castilla en sus viajes al norte de África. Por consiguiente en 1496 se ratificó la real cédula de los Reyes Católicos por la que daba licencia a Málaga para el comercio con el norte de África. (AHMM. Or, 1, 229).

Otra causa de cancelación de licencia era la escasez en la reserva de trigo de los puertos andaluces o los acontecimientos internos como la revuelta de los mudéjares en 1499. Portugal, asimismo, recabó la provisión de trigo de Marruecos, en concreto de la ciudad de Safi, para abastecer Ceuta, Alcazaseguer, Tánger y Arcila (ATT, Coleção de cartas, Núcleo Antigo 878, nº 260). El 12 de julio de 1501 los Reyes Católicos de nuevo mediante real cédula, expedida en Granada, ordenaron el cierre de la saca de pan por todos los puertos y fronteras con Portugal, lo que sin duda implicaba también a Ceuta.

Tras la muerte de Isabel en 1505, Fernando emprendió una ofensiva para ocupar territorios en África, por lo que dio orden de que desde Málaga y Vélez cesasen todo trato comercial con los moros de Vélez de la Gomera (Badis) y de cualquier otro lugar. Pero el frente político no solo estaba en África, sino también en Europa, en especial en Francia. La segunda campaña de Nápoles contra los franceses había desabastecido Málaga y el rey autorizó a esta ciudad a quedarse con parte del trigo que el secretario de Fernando el Católico, Hernando de Zafra, había recolectado para Mazalquivir (AHMM. Or, 3, 48).

Las relaciones entre la corona de Portugal y Fernando el Católico mejoraron ostensiblemente en 1508, al defender el rey aragonés la ciudad portu-

guesa de Arcila. A ello se uniría el matrimonio de Manuel I de Portugal con María de Aragón, hija de los Reyes Católicos. Estas circunstancias permitirían un florecimiento de las relaciones comerciales, lo que unido a la abundancia de las cosechas en 1510 hizo que Málaga, que ya no tenía que abastecer a la flota que había atacado Orán, remitiera comisionados a Portugal para que ese reino comprase el trigo que le sobraba, aunque en esta ocasión el monarca luso no lo admitió (AHMM. AACC, 5, 175re y va).

### **El abastecimiento de Ceuta desde Andalucía desde 1516 a 1581**

En 1516 localizamos ya en Málaga la presencia del factor del rey de Portugal, Estevan de Aguiar. El avance turco, tanto en Europa oriental como en el Mediterráneo alertó a Carlos V sobre la necesidad de atender más y mejor las posesiones africanas, en unos momentos en los que Portugal iniciaba su decadencia en la zona con la pérdida de algunas de sus conquistas. Ceuta se quejaba continuamente de falta de alimentos y enviaba con frecuencia a funcionarios a Lisboa en demanda de pan. Isabel Ribeiro y Paulo Drumond, nos citan las embajadas de 1523, 1530 1539, 1541 y 1566, años conflictivos para su abastecimiento, aunque no los únicos como veremos (Ribeiro Mendes, I. M. y Drumond Braga, P. 1998: 92 y 93).

Pero los conflictos internos obstaculizaron este despegue del comercio. En los últimos años de la regencia de Cisneros el cabildo municipal había dejado de ser monopolio de la nobleza local gracias a la entrada de regidores perpetuos de origen burgués. Pero la nobleza no estaba dispuesta a dejar perder los ingresos que le proporcionaban los gravámenes sobre el comercio de la costa sur de Andalucía. Durante estos años los intereses nobiliarios estuvieron representados por la figura de Fabrique Enríquez de Cabrera, nombrado por Fernando el Católico el 26 de enero de 1510 Almirante Mayor del Reino de Granada, el cual controlaba el comercio del sur peninsular al que gravaba con fuertes impuestos, con la excusa de ser el encargado de la defensa de estas costas. Además pretendió tener derechos que no le pertenecían, tales como la exportación de cereales, asunto que competía exclusivamente al Cabildo municipal (Cabrillana 1979: 181-182). La burguesía, obviamente, no estuvo de acuerdo con ello y suplicó al rey que en toda saca de grano interviniera la Justicia y los corregidores, lo que fue aceptado por el monarca mediante una real providencia fechada el primer día de febrero de 1515 (AHMM. RP, 7, 179 y va.). No obstante Fabrique Enríquez de Cabrera continuaba expoliando las riquezas de los comercian-

tes malagueños y exigía la mitad del quinto real de todo lo que ganaban en sus correrías por el norte de África. (AHPM. PN. 76, folio. 494).

La derrota de la burguesía en la revuelta de las Comunidades hizo que esta perdiera fuerza, mientras que se fortalecía la del Almirante que se había alineado a favor de la nobleza y de Carlos V. A pesar de que los mercaderes malagueños continuaron pleiteando en la Chancillería de Granada, no se pudo hacer nada para quitarle poder al Almirante, cuyos oficiales seguían cobrando en los puertos andaluces unos derechos que ya no tenían razón de ser, puesto que la defensa de la costa corría ahora a cargo de guardas pagados por los vecinos de las respectivas zonas marítimas, si bien continuaban bajo la autoridad del capitán general del reino de Granada (ARChG, Caja 1112, pieza 003).

En marzo 1516, tras la muerte de Fernando el Católico, se produjo una rebelión contra el Almirante. Finalmente la muerte de Fadrique, ocurrida en Valladolid el 9 de enero de 1538 acabó con el problema, y el ayuntamiento se apresuró a ordenar que los funcionarios del Tribunal del Almirante dejaran sus cargos y se dieran pregones por plazas y calles anunciando su abolición (Cabrillana, 1979:187-188).

A pesar de estas dificultades se siguió comerciando con el factor portugués, Estevan de Aguiar, a quien en el cabildo del 20 de diciembre de 1515 se acordó devolverle "la décima" "porque al presente la dicha cibdad no tiene necesidad de pan porque dello está bien proveyda..." (AHMM. AACC, 5,33 y 33v).

Pero en ese mismo año de 1516 de nuevo una real cédula de doña Juana, por mandato del príncipe Carlos y firmada por el cardenal Adriano y los miembros del Consejo, prohibió la salida de trigo por el puerto de Málaga a causa de que las licencias concedidas habían encarecido el producto en el reino de Granada y Andalucía (AHMM. RP, 7: 331-332).

Había otras razones para que el comercio con el norte de África fuera tan intermitente. Una de ellas era el temor del Consejo Real de que los mercaderes delataran las intenciones de conquista de Castilla en el norte de África, además de fomentar el contrabando de armas, metales, municiones, etc. Esta situación de indefinición hacía que las ordenes y contraordenes fueran continuas. Por ejemplo el 15 de enero de 1517 se prohibió comerciar con el norte de África, pero el 10 de junio de ese mismo año una real cédula de doña Juana y don Carlos, firmada por Cisneros, daba licencia a los vecinos de Málaga para que continuaran ese comercio (AHMM. Or.1: 242-244).

A partir de 1520 se incrementó el tráfico comercial con Ceuta. El día 3 de agosto de ese año se dio licencia al factor del rey de Portugal para que, sin poner la “decima en la alhóndiga”, cargase 120 cahíces de trigo para las personas que “están en las fortalezas (de África) defendiéndola de los moros”, además de otros 50 cahíces “que se dio cedula para que los cargare firmada del señor alcalde mayor y de mi Gabriel de Vergara escribano de cabildo” (AHMM. AACC, 3, 3v). Otro envío se produjo en diciembre de ese año:

“La cibdad vista una carta del señor rey de Portugal sobre la gran necesidad de pan que tienen los lugares de África e porque es ynvierno e sy se guardase a mas tarde que entrase mas el ynvierno no se podria asy cargar pan para los dichos lugares, a cuya cabsa podría ser que Recibiesen peligro los dichos lugares, y por eso acordaron de dar e dieron licencia a dicho fator de seyscientos cahises de trigo que pueda cargar con tanto que dé primero la decima parte para que se venda en la alhóndiga conforme al privilegio de la cibdad con tanto quel dicho factor jure que ay necesidad en los dichos lugares de dicho pan”(AHMM. AACC, 3, 59).

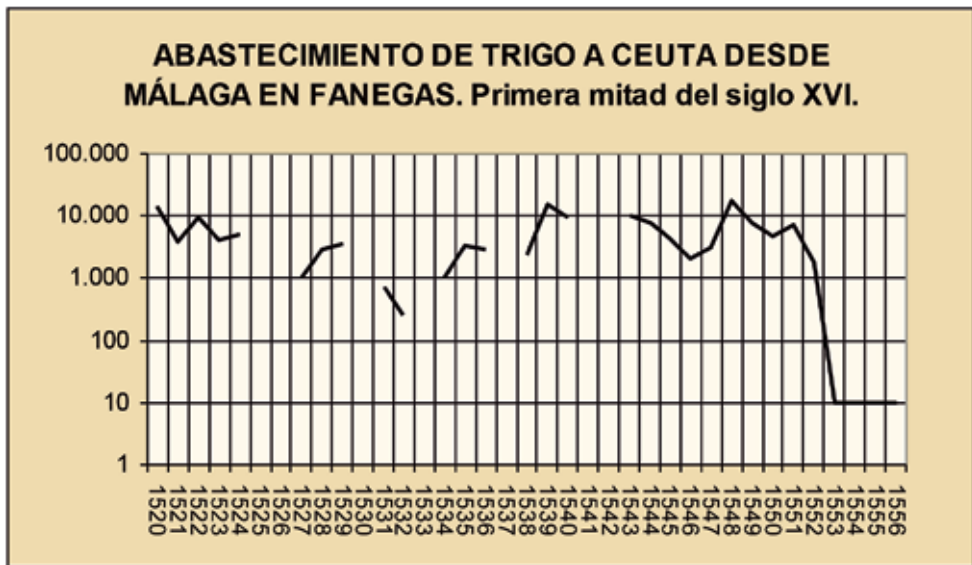
En 1522 se llegó al acuerdo ya citado entre el Concejo de Málaga y el factor del rey de Portugal, lo que permitió el aumento de las transacciones entre Málaga y Ceuta. En abril de ese año la Ciudad mandó que se le diera al factor 500 fanegas de trigo de las 2.000 que había en una nave surta en el puerto de Málaga. En 1523 la abundancia de trigo en Málaga hizo que se temiera que se echase a perder en los almacenes, por lo que se invitó al factor del rey de Portugal a comprarlo por el precio de solo 5 reales la fanega, habiendo estado poco tiempo antes a 10 reales (AHMM. AACC, 5, 34 y 197).

Estas circunstancias permitieron que Ceuta fuera solidaria con otras localidades del norte de África, pues en 1522 su almorjaripe, Antonio da Costa, remitió a Tánger 100 moios y 24 alqueires de trigo, a Arcila 63 moios y 8 alqueires y a Alcazarseguer 161 quintales, 1 arroba y 14 arrateis de bizcocho y 28 moios y 13 fanegas de trigo (ATT. PT/TT/CC/2/102/95-105-127 y 103/139).

Aunque carecemos de datos se puede intuir que la buena racha persistirá, pues en 1526 una real providencia fechada en Sevilla, advertía de que no se vedase la saca de trigo de los lugares de realengos, de señoríos y abolenagos para los que tuvieren necesidad, en especial para los lugares de África, ya que algunos pueblos habían prohibido la venta del cereal (AHMM. RP.10, 65-67).

En 1527 fueron mas de 1.000 las fanegas de trigo que se llevaron a Ceuta, siendo 2.871 las que se transportaron en 1528, a pesar de que una nueva

injerencia del Almirante de Castilla impidió sacar 50 cahices de trigo para Ceuta, muy necesitada según dijo ante el Concejo de Málaga el comerciante portugués Gonzalo Ferrandez. El concejo reconoció las necesidades por las que pasaba Ceuta, pero en esta ocasión se limitó a remitir el asunto a la jurisdicción del Almirante (AHMM. AACC. 6,19 ve), que en un primer momento tuvo el apoyo de la Real Chancillería de Granada para su veto. Algunos regidores también mostraron su oposición a la venta del trigo, como Francisco de Cortina, diputado de la saca de trigo. Sin embargo en diciembre de ese mismo año, una orden de la monarquía mandaba que no se estimase la decisión de la Chancillería y se permitiese la venta de trigo y cebada (AHMM. Or. 5, 315 y 323va).



Elaborados con datos del Archivo de la Torre da Tombo y Actas Capitulares del Archivo Municipal de Málaga.

Gracias a ello el factor de Portugal consiguió en ese año de 1528 licencia para 300 cahices de trigo (AGS. Consejo Real, legajo 18, folio 10) y en 1529 para otros 100 con destino a Ceuta, de los 1.500 que tenía concedido (AHMM. AACC, 6,79-80). Se advierte una pugna entre los intereses de los comerciantes malagueños y el celo que ponían los miembros del Concejo por salvaguardar la alimentación de los vecinos de Málaga.

Desde 1530 hasta 1534 solo tenemos constancia de pequeñas cantidades de trigo llevadas a Ceuta. Una nueva saca de 1.000 cahices se produjo en



diciembre de 1534 a cuenta de los 1.500 concedidos en ese mismo año en el mes de octubre, aduciendo el factor de Portugal las buenas condiciones de abastecimiento con las que se encontraba la ciudad de Málaga en ese año. El suministro de las plazas portuguesas en el norte de África se mantuvo, al amparo de esta bonanza económica, durante la mayor parte del año 1535, en el que el factor del rey de Portugal hizo un buen negocio al comprarle el cabildo malagueño 3.000 fanegas de trigo para repartirlo entre los vecinos, autorizándosele al mismo tiempo en septiembre la saca de 2.000 fanegas que tenía en la alhóndiga a condición de que lo sustituyera por otro tanto de trigo nuevo. Poco después una nueva cédula real de 9 de septiembre le dio licencia para sacar 2.000 cahices de trigos, de los cuales sacó 800 y el día 13 de octubre otros 1.500, con lo que superó en 300 cahices lo permitido (AHMM. AACC. 8, 128ss y 184).

No obstante en noviembre saltaron las alarmas y el regidor Francisco de Cortina solicitó una información previa a la saca de trigo porque la falta de lluvia hacía prever un mal año agrícola. El factor de Portugal, Manuel Carne, mostró entonces en el cabildo la cédula de la reina concediendo licencia para la saca de trigo por el puerto de Málaga para las posesiones portuguesas en el norte de África. A pesar de ello varios capitulares solicitaron que se detuviera el cumplimiento de esa real cédula hasta que no regresasen de Madrid los mensajeros enviados para aclarar el asunto con la corona (AHMM. AACC. 8, 203va-210 y 219va-222). No se apoyó esa solicitud y se le concedió licencia a Manuel Carne para sacar lo que quedaba de lo autorizado el año anterior, aunque previo empréstito de 2.000 fanegas de trigo a la ciudad (AHMM. AACC. 8, 208 ve - 211).

Al año siguiente se autorizó al factor de Portugal a vender el trigo que debía de la décima e incluso la compra de 3.000 fanegas (AHMM. AACC. 8, 289-291). En 1537 se ordenó que se trajera trigo a Málaga con la condición de que no se vendiera para cualquier otra parte, ya que esta ciudad padecía una epidemia de tabardillo que había acentuado la pobreza de sus habitantes (AHMM. AACC, 8, 104va); y en el año siguiente se mandó que continuase la prohibición de sacar trigo de Málaga sin que antes se introdujera en ella igual cantidad, según ordenanza dictada por los Reyes Católicos (AHMM. RP. 13, 66v-67v).

En julio de 1539 el rey de Portugal consiguió que Carlos V firmase una real cédula para sacar por los puertos de Jerez de la Frontera, Málaga o Almazarrón, hasta 3.000 cahices de trigo (36.000 fanegas) destinados a las plazas portuguesas del norte de África. Pero a causa de las dificultades de

abastecimiento de Málaga, un año después no se había sacado nada más que una parte de lo concedido, por lo que se hizo necesaria la prórroga de la real cédula ya que “la gente en África tienen tanta necesidad que están esperando su llegada por no tener que comer los desamparan y se vienen” (AHMM. LC: 41-42-93). En 1540 se vendió a Ceuta más de nueve mil quinientas fanegas de trigo.

En 1543 el ataque de los turcos a las costas norteafricanas agravó la situación de las posesiones portuguesas. En respuesta a la llamada de socorro del gobernador de Ceuta, —donde la reparación de las murallas se había detenido a causa de los abordajes de los turcos a las naves que transportaban los materiales—, Felipe II, que estaba a punto de casarse con la princesa María Manuela de Portugal, dio licencia para sacar por los puertos de Jerez de la Frontera y Málaga hasta 10.000 fanegas de trigo, con la condición que no fuera a otra parte ni para otro fin que abastecer a las plazas portuguesas de África, y siempre que las comarcas cercanas a ambos puertos estuvieran completamente proveídos. Añadía esta cédula algo inusual, y es que cualquier persona pudiera sacar por cualquiera de los puertos de Andalucía hasta 1.000 fanegas de trigo para la plaza de Ceuta, siendo los guardas de estos puertos los que velasen por el cumplimiento estricto de esta providencia (AHMM. RP. 8, 189-190).

Durante los últimos años del reinado de Carlos V continuó la alternancia de permitir y vedar la saca de trigo en función de las reservas de la ciudad de Málaga, aunque Carlos V insistía en suministrar alimentos a Ceuta, como lo demuestra la real cédula fechada en Valladolid en abril de 1544 ordenando el socorro de las ciudades de Ceuta, Tánger y Arcila (AHMM. RP. 14, 61 va.). En junio otra real cédula permitía al factor de Portugal en Málaga la saca de 10.000 fanegas de trigo para Ceuta (AHMM. LC, 155 va.). En consecuencia ese año se llevó a Ceuta desde Málaga más de siete mil quinientas fanegas.

Poco después, el día 12 de enero de 1545, Manuel Carne, factor del rey de Portugal, presentó en el cabildo un traslado autorizado de una cédula de su majestad y refrendada por Francisco de los Cobos, por la que se autorizaba el abastecimiento de las ciudades portuguesas de África, Alcazasseguer, Arcila, Ceuta..., sacándose al efecto ese año 4.500 fanegas de Málaga con destinos a las plazas portuguesas en el norte de África. En 1546 disminuyó la venta de trigo (sólo 2.043 fanegas) pero al año siguiente la cifra subió a más de tres mil, y en una carta del príncipe Felipe, fecha-

da en Guadalajara el día 6 de junio de 1547, se agradecía al corregidor de Málaga el socorro prestado también a las plazas portuguesas de Mazagán y Arcila (AHMM. RP. 14, 81). A pesar de los problemas que Carlos tenía en esas fechas con los protestantes y con Francia, continuaba protegiendo el flanco sur de su territorio, por lo que autorizó, mediante una cédula fechada en Valladolid el 6 de julio de 1548, la salida por Málaga y otros puertos, de 1.500 cahices de trigo (unas 18.000 fanegas) para aprovisionar las plazas portuguesas de África.

Desde 1548 a 1552 Málaga continuó asistiendo con trigo a las posesiones portuguesas, con cantidades que oscilaron entre las 7.735 fanegas en 1549 a solo 1.800 en 1552, en que además se dio licencia al factor de Portugal para sacar 500 fanegas de harina para Tánger y otras tantas para Ceuta (AHMM. AACC, 10, 21). Pero desde 1553 hasta 1559 se suceden una serie de años catastróficos en España: escaseaban los alimentos, las lluvias torrenciales habían estropeado las cosechas, provocando un alza de precios del trigo<sup>10</sup>, las arcas estaban casi vacías (Kamen. 1997: 81 y 89.), y en Orán se había declarado una epidemia que dificultaba el comercio africano, por lo que era imposible atender las demandas de Ceuta<sup>11</sup>, donde su gobernador, Hernando de Meneses, solicitó que le fuera enviado abastecimiento ante “la gran necesidad que padecía la plaza” (AHMM. AACC, 13, 263va.). En Lisboa se era consciente también de la situación por la que pasaba Ceuta, según la carta que Martinho Correia da Silva remitió al rey exponiéndole “a necessidade em que estava a cidade de Ceuta por falta de mantimentos”. A ello se añadía que los turcos, ayudados por algunas naves francesas, se dirigían a Argel para conquistar aquel reino, lo que agravaba la situación en esta zona. A pesar de todo, el factor de Portugal pudo sacar trigo de Antequera el 21 de noviembre de 1555 (AHMM. AACC, 10, 43), y, a pesar de una serie de medidas restrictivas sobre la saca de trigo para el norte de África y otros

---

10.- Se llegó incluso a publicar una real provisión para solucionar el problema del precio del trigo obligando a declarar a todos aquellos que tenían arrendadas las rentas y el pan que tenían en existencia esas personas (AHMM. AACC.13, 38-39). También se entregó en 1556 a Andrés de Igarza cierta cantidad de dinero, alguna parte de ella perteneciente al factor de Portugal, para comprar trigo en La Mancha y Aragón (AHMM. AACC. 13, 13va.).

11.- Se mandó comprar 1000 fanegas de trigo al obispo de Málaga, así como otras cantidades a Lucena, Cabra y Baena. Al conde de Teba se le compró 4.000 fanegas para el pósito o en caso que no quiera comprar al marqués de Comares. Al conde de Ureña se le solicitó que hiciera el favor de comprar pan para el pósito (AHMM. AACC. 12, 275v-281v).

lugares<sup>12</sup>, se acordó el 26 de marzo de 1556 remitir 1.000 quintales de bizcocho a Ceuta, autorizar al factor de Portugal, Juan Álvarez de Almeda, a sacar 200 cahíces de cebada y al también factor Jiménez Cardoso a comprar 400 o 500 fanegas de trigo en el mes de agosto de ese año (AHMM. AACC, 12, fol. 253.).

El 3 de julio de 1556 el factor de Portugal, Simón Jiménez Cardoso, y el escribano de la factoría, Antonio Manso, presentaron al cabildo una relación de la necesidad que había de pan en la frontera de Tánger y Ceuta, solicitando licencia para cargar cierta cantidad de pan y bizcocho (AHMM. AACC, 12, 207.). Pero la respuesta la dio cinco días después, el 8 de julio, el jurado Diego de Aguilar, quien pidió que no se embarcara trigo por el puerto de Málaga con destino a Ceuta “por los graves daños que ocasionaría a la ciudad debido a la carestía existente”, encontrándose el pósito vacío y el precio del trigo por encima de los 15 reales, habiendo perdido Málaga por ello más de 500 vecinos. Además se argumentaba que los portugueses en vez de llevar el trigo a Ceuta lo vendían a los franceses. Las denuncias se produjeron el 15 de julio de 1556 por el personero Rodrigo Hernando que exigió la intervención de la justicia (AHMM. AACC. 12, 213-219 y 228-230); y en febrero de 1560, cuando Pedro de Molina, jurado de la ciudad de Málaga, acusó al factor de haber llevado 8.000 fanegas de trigo a Lisboa en vez de a Ceuta donde estaba consignado (AHMM. AACC.15, 100).

---

12.- Lectura de un escrito de los vecinos pidiendo que se prohíba cargar pan por el puerto. Asimismo, se acuerda retirar los navíos armados que el factor del Rey de Portugal tenía en el río, preparados para cargar trigo y cebada. Petición al corregidor que no permita cargar grano para Portugal debido a las malas cosechas y gran carestía de pan existente en el pósito. El corregidor ordena que se notifique al alcaide de la mar y guardas de la ribera, que den aviso si vieren cargar algún bastimento de trigo y otras cosas. La Ciudad acuerda que no se cargue el trigo y se suspenda la cargazón que quería hacer el factor de Portugal. El 31 de agosto de 1556 se ordenó coger 150 fanegas de trigo del pósito para venderlas, ante la escasez en la ciudad. Se acordó también comprar trigo en Álora debido a la gran carestía existente y porque las galeras del rey iban a embarcar por el puerto 3.000 soldados a los que había que alimentar. Asimismo se acuerda comprar a Sancho de Córdoba 200 fanegas de trigo. En septiembre se ordenó comprar al obispo, 1.000 fanegas de trigo para el pósito, así como ir a buscar otras 1.000 fanegas de trigo a Antequera; y se acuerda hablar con Gómez de Coalla, por si quiere vender a la Ciudad 1.000 fanegas de trigo para el pósito. El 18 de ese mismo mes de septiembre de 1556 se trató en el cabildo de la compra de trigo para Málaga debido a la escasez: 200 a Gomes de Coalla; 600 fanegas a la pedanía Vizcaína de Coche, 1.000 fanegas al obispo a un real menos, 500 en Vélez y 500 en Archidiona y Antequera, y que el dinero para su compra se saque de las arcas del Archivo. El 16 de octubre de 1556 se leyó en el cabildo una carta del jurado Francisco Arias sobre el trigo embargado por la Ciudad a los vecinos de Álora para el pósito de Málaga (AHMM. AACC. 12, 200-255-264va-265re-265va-286).

En la reunión del cabildo se acordó un mayor control de la saca de trigo: que Leonis de Bustos, con vara de justicia, prohibiese a los arrieros vender harina por los caminos, obligándoles a llevarla a la alhóndiga; tomar 600 fanegas de trigo y otras 150 que había en la alhóndiga, propiedad del factor de Portugal, para el pósito de esta ciudad; inspeccionar el trigo que se había tomado al factor; y que en los almacenes del pósito se pusiera dos llaves, una para el depositario y otra para el regidor diputado. Finalmente, se ordenó que no se diesen más licencias para cargar pan, bizcocho ni otros bastimentos, sin que los factores presentaran petición ante el Cabildo.

Siguiendo esta norma en septiembre de ese año, Simón Jiménez Cardoso solicitó permiso para sacar 800 fanegas de trigo que le faltaban por cargar ante la necesidad extrema que padecía la ciudad de Ceuta. El día 7 de este mes se dio licencia para sacar 200 cahices de trigo y se acordó en el cabildo tomar en consideración la solicitud de Cardoso (AHMM. AACC. 12, 147 y 260). El 5 de noviembre de 1557 fue Miguel Cabral, en nombre del factor del rey de Portugal, quien solicitó ayuda para Ceuta; en diciembre Juan Baez, en nombre de Hernando de Meneses, capitán de Ceuta, y del factor del rey de Portugal, solicitó licencia para sacar de Málaga 300 quintales de bizcocho para proveer Ceuta (AHMM. AACC.13, 299); a primeros de diciembre de 1557 hubo una nueva petición de socorro de Ceuta al cabildo malagueño, y unos días después el factor del rey de Portugal esgrimió, en vano, una real cédula por la que se le permitía la saca de 6.000 fanegas de trigo por el puerto de Málaga, “para proveer a vecinos y gente de guerra que residían en la frontera de Ceuta” (AHMM, AACC. 13, 182 y 300va). En septiembre de 1558 hubo una nueva petición de Simón Jiménez Cardoso y Miguel Cabral para cargar trigo desde Málaga para Ceuta y Tánger, petición que no se atendió ante la sospecha de peste en Ceuta (AHMM. AACC. 14, 28, 105va, 106 y 112).

Esta presión del factor sobre el Cabildo de Málaga provocó algunas fricciones entre ambos, lo que hizo que en 1559 el Cabildo decidiera que fuera el propio rey de Portugal, y no el factor conforme a la real provisión de 1558<sup>13</sup>, quien hiciera las diligencias para poder conseguir la licencia de cargar trigo. Además se acusó al factor de extraer el trigo de lugares cercano a

---

13.- Cédula y Sobrecarta de S.M. firmada de doña Juana de Austria (Úbeda, 10 de agosto de 1558) y su proroga (16 de julio de 1559), por las cuales se daba licencia al rey de Portugal para que cualquier persona en su nombre, pudiera cargar y sacar 20.000 fanegas de trigo por el Puerto, Jerez de la Frontera y Villa de Almazarrón y proveer las fronteras de Portugal en África (AHMM. AACC. 15, 58).

la ciudad, lo que estaba completamente prohibido para impedir la carestía en la misma (AHMM. AACC,14, 181).

Finalmente las cosechas mejoraron y en diciembre de 1559 se dio licencia a Simón Jiménez Cardoso para la saca de trigo por Málaga, habiéndosele concedido 20.000 fanegas por real cédula, aunque bajo la sospecha de si el factor tenía licencia del rey para esa extracción (AHMM. AACC. 15, 56 y 235v).

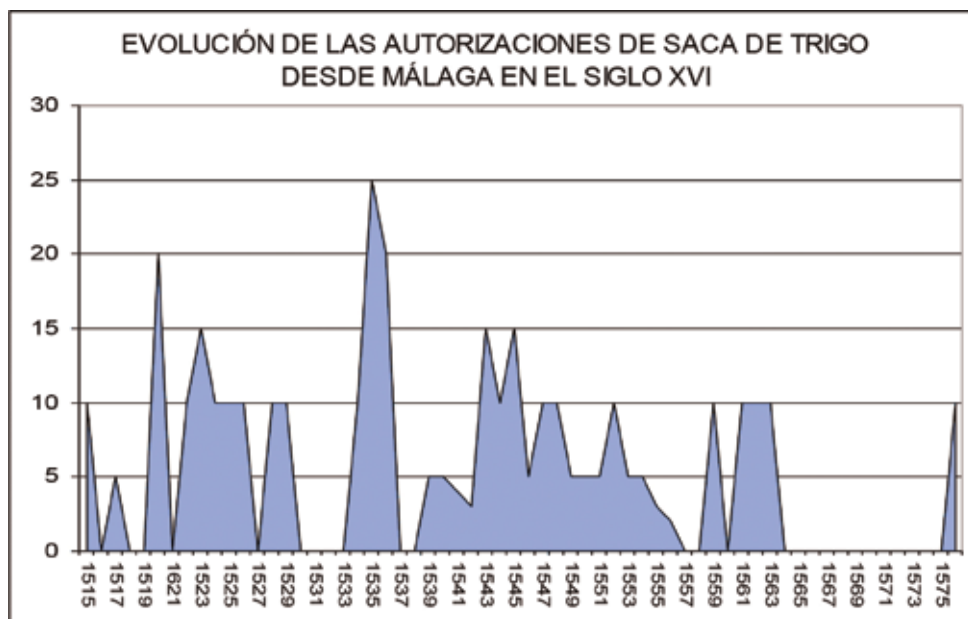
En 1561 volvió a haber carestía en Málaga. En esta ocasión no fue por malas cosechas, sino porque los labradores no iban a su alhóndiga a vender la harina, ya que se la pagaban a mejor precio en Sevilla. El cabildo tuvo que autorizar la importación de trigo desde Levante (AHMM. AACC. 16, 7 y 9va). A pesar de lo cual el 9 de abril de 1562 se expidió una real cédula en Galapagar por la que se ordenaba que no se pusiese impedimento alguno para la provisión de las plazas de África pertenecientes al rey de Portugal (AHMM. RP. 15, 101-102).

Hubo, pues, todo un proceso de negociación y, en ocasiones, incumplimiento de la ley, para atender las necesidades de Ceuta incluso en épocas de dificultades para Málaga. Los argumentos se basaban en dos principios: el legal y el de la realidad del mercado. Los factores portugueses esgrimían las reales cédulas concediendo licencia para la saca de trigo, pero estas cédulas habían sido proclamadas en momentos de abundancia, no siendo la administración de los Austrias lo suficientemente ágil como para emitir rápidamente, en los momentos de carestías, otras prohibiendo la saca. El cabildo malagueño se encontraba en una difícil coyuntura, pues por un lado debía obedecer las leyes, pero por otro tenía que atender las necesidades de sus vecinos. Eso daba lugar a un desorden total a la hora de conceder o no licencias de embarques. Por ejemplo en el mes de julio de 1556 el personero Rodrigo Hernández manifestó la gran carestía y la escasa cosecha de pan existente en Málaga, suplicando al rey que no concediera licencia para cargar ni sacar pan de la ciudad. En coherencia con esto se acordó no conceder licencia a Diego Hernández y Duarte de Fonseca, vecinos de Tánger, para sacar garbanzos por este puerto. Pero a continuación hubo una petición del capitán Pedro de Aguilar, solicitando licencia para que se pudiese cargar 200 cahices de trigo con destino a Ceuta. (AHMM. AACC. 12, 223-227v).

Esto indica por una parte la dependencia de Ceuta del litoral andaluz en lo concerniente al abastecimiento; y por otro, el hecho de que se discutiera esta situación en el cabildo, muestra el interés por ayudar a la plaza norteafricana, sin menoscabo, como argumento de la concesión de licencias, de los intereses económicos de los factores portugueses y de los comerciantes malagueños.

Por esta razón en el cabildo de primeros de abril de 1562 se vio una cédula del rey de Portugal, por la que se solicitaba que por los puertos de Andalucía se cargase trigo para la provisión de las fortalezas que tenía en África: pan cocido y bizcocho. La Ciudad acordó comisionar a varios caballeros regidores para el cumplimiento de esta petición. El resultado de tal comisión fue la de acceder al abastecimiento de Ceuta, sobre todo porque el 25 de abril de ese mismo año una real cédula ordenaba que se “dejen y consientan cargar y llevar por los dichos puertos para las ciudades y fortalezas que el Rey de Portugal tiene en África pan cocido y bizcocho”, siendo aprobada su ejecución por todos los caballeros del cabildo (AHMM. AACC. 16, 68va).

El 7 de marzo de 1563, tres cédulas del rey de España, fechadas en el Escorial, concedían licencia para sacar por Málaga, Jerez de la Frontera y Almazarrón 25.000 fanegas de trigo con destino a Mazagan y otras plazas portuguesas en el norte de África entre las que estaría Ceuta (AHMM RP. 15, 158-168).



Elaborados con los datos documentales del Archivo Histórico Municipal de Málaga. Libro de Órdenes Originales y Libros de Actas Capitulares.

La insistencia en que esas provisiones se cumplieran se hace patente en el hecho de que el 23 de julio de 1563, una real cédula autorizaba a los factores del rey de Portugal a sacar hasta 40.000 fanegas de bizcocho para Ceuta y Tánger, no sin la desaprobación del escribano del ayuntamiento Alonso de Penylla (AHMM. RP. 15, 169).

Es posible que Felipe II estuviera ya pensando en anexionar a su corona al reino de Portugal; pero también que quisiera defender el flanco sur de la Península sobre todo después del fracaso en junio de 1559 en la toma de Trípoli. En Ceuta la situación era dramática, y se corría el peligro de perderse para la cristiandad por el abandono de sus vecinos por falta de alimentos (García Figueras, T y Sancho, H., 63).

La rebelión de la Alpujarras supuso la reactivación del temor a una conivencia de los rebelados con los musulmanes del norte de África, pero también la imposibilidad del abastecimiento de las plazas norteafricanas, pues las ciudades del litoral del suroeste andaluz acapararon la atención de los comerciantes malagueño. A pesar de todo Portugal insistía, esta vez por carta de Joan Baez, en nombre del rey, para que se socorriera a las fronteras de ese reino en el norte de África por tener escasez de alimentos. De nuevo la Ciudad nombró a dos caballeros regidores para que estudiasen el asunto (AHMM. AACC.18, 379), aunque desconocemos cuál fue el dictamen de estos diputados.

En 1571 acabó la rebelión de las Alpujarras, a pesar de lo cual tenemos constancia de que Málaga seguía desabastecida por una real cédula de Felipe II en la que se advertía a los pueblos de España que no vetasen el envío de trigo a esa ciudad porque tenía la obligación de abastecer a las fronteras (AHMM. Or. 7, 17).

De cuatro años más tarde, 1574, es otra cédula que autorizaba la saca de 20.000 fanegas de trigo y 10.000 de cebada de Andalucía y reino de Granada y Murcia para la provisión de las plazas portuguesas en África (AHMM. RP. 16, 412-413). En estos años anteriores a la proclamación de Felipe II como rey de Portugal, la situación de estas plazas era dramática. En 1576 llegaron a Málaga seis carabelas del rey de Portugal de las que guarnecían Ceuta y Tánger solicitando socorro porque se acercaba a esas ciudades una armada procedente de Argel, a causa de lo cual habían llegado tropas de refuerzo, a la que ni Ceuta ni Tánger podían alimentar. La Ciudad facultó a Manrique, juez de visita de escribanos de Málaga, para que le diera licencia al factor del rey de Portugal para cargar 13.000 fanegas de trigo (AHMM. AACC. 21, 142ra).



### **El comercio con Ceuta desde 1581 a 1640**

La posibilidad de acudir con rapidez a solucionar los problemas de abastecimiento en los momentos difíciles, fue una de las causas que hizo que los habitantes de Ceuta vieran con buenos ojos la proclamación de Felipe II como rey de Portugal, hasta tal punto que su gobernador Dionisio Pereira lo aclamara rey en 1580 antes de que fuera proclamado en las cortes de Tomar al año siguiente.

Para Alejandro Correa da Franca, la unidad peninsular tuvo efectos muy favorables para Ceuta, ya que de Andalucía llegaron bastimentos, víveres y, en momentos de peligro, tropas de refuerzo (Correa Da Franca, A, 1999: 16). Pero no todo el mundo está de acuerdo con esta opinión. Isabel Ribeiro y Paulo Drumond, afirman que, aunque en Ceuta se esperaba mucho del nuevo rey, la situación no cambió cuando Felipe II se alzó con el trono de Portugal.

El nuevo monarca portugués no se negó a socorrer las plazas portuguesas, pero las condiciones negativas en las que se había movido el comercio con ellas subsistían: malas cosechas, temporales, ataques en alta mar... De cualquier manera Ceuta fue en estos primeros años del reinado de Felipe II abastecida desde Gibraltar. Luego la corona recurrió a nombrar arrendadores con contratos por periodos de dos a cuatro años, aunque en épocas difíciles se daba autorización para abastecer directamente a la ciudad. (Ribeiro Mendes, I. M. y Drumond Braga, P. 1998: 94).

A pesar de que las dificultades del abastecimiento de Ceuta desde Málaga permanecían: corrupción de los contratistas, dificultades de la navegación y problemas internos de España, continuaba el abastecimiento. En 1579, una real cédula de Felipe II advertía a los corregidores de las ciudades de Antequera, Osuna, Archidona, Estepa, Pedrera, Cañete, Ardales, La Roda, Benamejé y Lucena, que dejasen sacar de ella y sus términos 15 fanegas de trigo que necesitaba Málaga para el abastecimiento de la Real Armada y "presidios de la frontera". Pero en los dos años siguientes a la proclamación de Felipe II como rey de Portugal (1582 y 1583), Málaga fue asolada por una terrible peste que se extendió por todo el litoral levantino, viéndose obligada a emplear las autoridades de la ciudad más de 5.000 ducados en hacerle frente (AHMM. RP. 8, 163). Las epidemias no solo ocasionaban crisis demográfica, sino que también incidían con fuerza en las relaciones mercantiles al cerrarse los puertos por temor al contagio. La escasez era tal en Málaga que en todos los cabildos del mes de junio de 1582 se discutió solo del tema

del abastecimiento y de la peste, viéndose obligada a surtirse de trigo de Sicilia (AHMM. RP. 8, 38). Hasta agosto no mejoraría la situación (AHMM. AACC. 22, varios folios).

Aunque en 1588 estaba abastecida Málaga, la crisis continuó en los años finales del siglo XVI, dificultando el abastecimiento de Ceuta desde esta ciudad que, como otras de España, tenían que ser proveídas de trigo de Nápoles y Sicilia (AHMM. AACC. 22, 395 va). Era, pues, muy difícil que de los almacenes de su alhóndiga pudiera salir trigo para Ceuta. La mala situación continuó en 1591 cuando Felipe II se vio obligado a emitir una real cédula para que la ciudad de Málaga pudiera tomar a censo de cualquier persona dinero para comprar pan para su vecindario (AHMM. Or. 9, 89). A pesar de ello en 1596 informó a su Consejo de lo urgente que era abastecer Ceuta y que se dispusiera a la mayor brevedad su socorro (AHMM. Or. 9, 369), tanto en alimentos como en hombres de arma. No creemos que esta petición fuera atendida, pues en esos años Málaga seguía desabastecida y se veía obligada a repartir el "trigo de mar" que había en los almacenes a nada menos que a 27 reales la fanega (AHMM. AACC. 28, 86va-87re).

En los años finales del siglo XVI e iniciales del XVII nuevos episodios epidémicos contribuyeron a dificultar el comercio con Ceuta. En 1599 terminó uno de ellos, pero en 1600 surgió otro que terminaría en 1602, aunque continuó en Antequera, desde donde se extraía gran cantidad de trigo, hasta al menos el 1604 (AHMM. AACC. 31, 33ra). En 1606 aun no se había regularizado el comercio como consecuencia del miedo al contagio<sup>14</sup>.

En los primeros años del siglo XVII se pudo abastecer bien a Ceuta. En 1613 se hizo desde Portugal y en 1615 el abastecimiento se llevó a cabo por medio del asentista, Antonio Moniz Lobo (Riveiro Mendes, I.M. y Drumon Braga, P. 1998: 95). Otro nuevo asiento se firmó en 1625; y en 1638 se envió de Ceuta a Málaga a Simón de Andrade da Franca para comprar legumbres y cuanto encontrara.

En los años anteriores a la sublevación de Portugal, Málaga se veía incapaz de vender trigo a las posesiones portuguesas y en concreto a Ceuta, porque la guerra contra Francia había plagado las aguas del Mediterráneo de navíos franceses, y la ciudad debía reservar sus recursos para hacerles

---

14.- Real despacho de Felipe III en Valladolid manifestando a la Justicia de sus reinos que no se impidiese a los vecinos de esta ciudad [de Málaga] su tráfico y comercio con otros pueblos, por cuanto se hallaban libres de la enfermedad de peste que esta dicha ciudad había padecido (AHMM. Or. 10, 91).

frente en caso de ataque<sup>15</sup>. Tras la sublevación, Felipe IV prohibió que se comerciara con los portugueses, pero como Ceuta se mantenía fiel a su corona, no entraba en esa prohibición. Todo lo contrario, con el fin de que de forma definitiva se decantara por su inclusión en los reinos de España, se preocupó de tenerla abastecida. (AHMM. Or. 16, 454s 456re y 456va). En consecuencia Felipe IV envió al marqués de Asentar a Ceuta en 1643, para que la proveyera de trigo (AGCE. LOs; 8). Pedro de Acuña y Meneses, II Conde y I Marqués de Asentar, fue uno de los nobles que participó en 1641 en el fallido complot en Lisboa para derribar a Juan de Braganza, por lo que fue declarado traidor y perdió todos sus bienes, saliendo de Portugal y afincándose en Castilla.

Además en estos años, Lisboa no era capaz de atender las necesidades de Ceuta, no solo porque se hallaba envuelta en la revolución, sino también porque se había desatado en 1644 una epidemia de peste que obligó a algunos puertos, como el de Málaga, a cerrar su comercio con Portugal<sup>16</sup>. A esta circunstancia se une que en este año de 1644 continuaba, obviamente, la prohibición de traficar con los rebeldes portugueses (AHMM. Or. 17, 61) y que Málaga tenía que vestir y alimentar a ochenta soldados que iban a ser enviados a Ceuta, además de los ya mandados con anterioridad para “escusar inquietudes”, es decir, para asegurar la fidelidad de sus habitantes (AHMM. Or. 22, 59). A ello añade Felipe IV en 1645 una carta a las autoridades de Ceuta confirmando las mercedes y privilegio que sus moradores tenían concedidos hasta entonces:

“Juez, veedores y procuradores de la ciudad de Ceuta salud y gracias; Recibí vuestra carta de siete de junio de este año que trata sobre el bando que don Luis de Alancastro mi gobernador y capitán general de esa plaza mandó hechar en ella acerca de la confirmación de las mercedes hechas por los generales pasados que no estuviesen confirmado por mi, y otros particulares, y porque os deseo mucho favorecer y hacer merced a esa ciudad en

---

15.- Cédula del rey dirigida a la ciudad de Málaga en la que se alertaba de los navíos franceses que atacaban las costas de Andalucía, y que se pregonase para que llegase la noticia a todos los pueblos. Se sabe además que el duque de Arcos iba a hacer una leva en esta ciudad (AHMM. AACC. 54, 16ra).

16.- Real cédula de Felipe IV librada en Madrid, en la que se prevenía a esta ciudad que tomase las debidas precauciones para no admitir en su puerto bajeles, ni géneros de Portugal, ni comunicarse con personas que viniesen de aquel reino, por la peste que allí padecía. La Ciudad obedeció y mandó que se publicase “con las penas prevenidas en la instrucción que se le remitía” (AHMM. Or. 17, 88).

todo lo que ubiere lugar, como mas particularmente lo mandé decir aquí al informador de ella, me pareció significároslo también por esta causa para que también lo tengáis entendido” (AGCE. LOs, 10).

Para facilitar su abastecimiento se le otorgó a Ceuta la exención de impuestos (sisas, millones...) de todos los productos sacados por los puertos de Andalucía desde 1644 hasta 1650, año en el que se prorroga esta exención hasta 1654 y posteriormente hasta 1657<sup>17</sup>. A partir de entonces se solicita por las autoridades de Ceuta la prórroga, año a año, hasta 1659 que sepamos<sup>18</sup>. Es necesario hacer notar que ya en 1625, Francisco Viera Arraez, hidalgo de la casa del rey de Portugal residente en Ceuta solicitó, y le fue concedido, aranceles especiales sobre los géneros alimenticios porque al “ser esta ciudad frontera tiene especiales dificultades para su abastecimiento” (AGCE. LOs,4). Estas medidas se llevaron a cabo a pesar de que, como afirma Santiago de Luxan, las dificultades para abastecer a Ceuta — mal estado de la hacienda regia, la ineficacia de la organización mercantil asentista, las crisis agrícolas andaluzas, los temporales y la presencia de escuadras enemigas—, subsistían. De este modo la entrada de alimentos, y sobre todo de trigo, era irregular, provocando las endémicas situaciones de hambre (Luxan S. de: 333-342).

---

17.- Para ello se dio orden de que se fijasen las cantidades que eran necesarias para Ceuta, y fueron las siguientes: 30 botas de vino, 30 botas de aguardiente; 40 botas de vinagre; 4.000 arrobas de aceite; 80 vacas; 150 carneros; 100 machos; 200 cerdos; 50 quintales de tocino; 200 cargas de pasas; 200 cargas de higos; 10 quintales de castaña; 20 quintales de almendras; 40 quintales de azúcar; 50 quintales de miel; 100 quintales de habas, garbanzos, lentejas y otras legumbres; 50 quintales de queso, 40 sacas de nueces y avellanas; 50 quintales de bacalao; 20 quintales de sardinas; 80 quintales de manteca; y otros géneros de los que se provee a Ceuta desde Andalucía, con expresión de lo que cada ciudad aporta (AGCE. LOs, traducida del portugués: 22 va a 25va).

18.- Cédula de su majestad fechada en Madrid el 21 de diciembre de 1658 en la que se ordena que de los reinos de Sevilla y Granada puedan entrar en Ceuta libre de derecho de millones los bastimentos en el año 1659 tal y como se hizo en los años anteriores y en función de la relación de géneros que se había mandado confeccionar con antelación (AGCE. LOs, traducida del portugués: 27va-31re).

## LAS DESAVENENCIAS

Las relaciones comerciales entre Málaga y el factor del rey de Portugal no siempre fueron plácidas, sino que estuvieron salpicadas de roces por varios motivos:

1) Negarse el factor al pago de la décima. El primer enfrentamiento conocido por esta causa data de 1520:

“... e porque el fator del rey de Portugal ha cargado e sacado este año más de 80.000 fanegas de pan e todavía procura de cargar e sacar mas se averigüe lo que ha cargado e sacado para que de todo ello ponga la décima en el alhóndiga para que allí se venda conforme al privilegio de la cibdad... (AHMM. AACC. 3, 101).

El 3 de enero de 1521 se volvió a solicitar al factor, Estevan de Aguiar, el pago de la décima de lo que ya había cargado para los lugares de África del rey de Portugal “por la necesidad en que estaban”. El factor respondió que lo pagaría a su debido tiempo, pero que necesitaba cargar 600 cáices mas de trigo “porque aquellos lugares de África están en necesidad y tiene en esta cibdad hasta quince o veinte mil fanegas de trigo” (AHMM. AACC.3, 88 y 89). No obstante se continuó exigiéndole que pusiese en la alhóndiga la décima de los que ya había embarcado y que después se le daría licencia para sacar los 600 que demandaba. El día 18 de enero de 1521 el Cabildo prohibió finalmente la saca de trigo hasta que el factor no pagase la décima, lo que suponía 1.800 fanegas (AHMM. AACC. 3, 96 v). Pero al día siguiente el alcalde de mar se negó a impedir el embarque aludiendo que era necesario cargar 200 fanegas que estaban en los almacenes para que no se pudrieran, proponiendo al Cabildo que se incautaran las llaves del almacén del factor para asegurarse el cobro de la décima. El lunes día 19 de enero se llevó a cabo el trasvase de las 1.800 fanegas de trigo desde el almacén de Estevan de Aguiar al de la alhóndiga y solo entonces se cargaron en el navío las 200 fanegas (AHMM. AACC.3, 98).

La solución que el Cabildo de Málaga ponía en práctica en algunas ocasiones para obligar al factor al pago de la décima era detraer su importe de las cantidades que debía de cobrar por la venta, como comerciante que era, de grano a la ciudad (AHMM. AACC. 3, 116 v).

2) El destino del trigo extraído del puerto de Málaga. A veces el trigo sacado de los puertos andaluces, y en concreto de Málaga, no llegaban al destino para el que el factor lo había adquirido, como hemos visto anterior-

mente. En ese caso surgía un conflicto entre factor y Cabildo cuando este trataba de evitar el fraude que se pudiera hacer a costa de la seguridad de las fortalezas africanas.

...e no le consientan ni den lugar que saque no cargue pan alguno desta ciudad porque según la gran cantidad que ha cargado e sacado de los lugares para do el dice que la carga estarían bien proveidos e para mucho tiempo sy de alla no lo llevasen e cargassen para otras partes donde se les sygue mas yntereses..." (AHMM. AACC. 3, 101).

Según una real cédula datada en Logroño el día 15 de agosto de 1521, se había sacado mucho pan por el puerto de Málaga y "no ha ido a esas plazas, sino a Portugal". Para evitar esto se suspendió la orden de saca de pan "so pena de multa de 10.000 maravedíes". (AHMM. RP.11, 80-82). No parece que esta medida diera resultados, pues en 1528 otra real cédula, fechada en Toledo el 12 de diciembre, prohibía de nuevo que los factores del rey de Portugal cargasen bastimentos para Tánger, Ceuta y demás plazas portuguesas en África, hasta que se resolviera el problema sobre el destino del trigo.

3) El precio del trigo. En ese mismo año de 1520, el factor Estevan de Aguiar fue denunciado ante la Chancillería de Granada por negarse a vender trigo para los vecinos de Málaga al precio de 4 reales la fanega (su valor en el entorno era de entre 7 y 8 reales la fanega), habiendo ya cargado 2.500 quintales. Como consecuencia de esta negativa, el día 17 de mayo se le incautó el trigo y bizcocho y se cerraron sus almacenes (AHMM. AACC. 3,187va y 188). Pero el factor Aguiar ya había embarcado bizcocho en tres navíos y aun conservaba mucho más en sus almacenes. El alcaide Uncibay propuso que se embargase también los navíos que estaban ya cargados en el puerto de Málaga y que "...se hable al dicho factor, donde no hiciese lo que es obligado que la ciudad manda que se requiera a los patrones de los navíos donde esta cargado el viscocho que no partan ni hagan vela syn licencia de la cibdad..." (AHMM. AACC.3, 192-193). Ignoramos, no obstante, si el factor hizo caso omiso o no de esta recomendación.

Hubo un nuevo pleito entre el factor del rey de Portugal y la ciudad de Málaga en relación al precio del trigo en 1529 cuando, en el mes de junio, aquel pidió que se le pagase a 7 reales la fanega de trigo que le había comprado la Ciudad. El 27 del mismo mes el Cabildo comisionó a varios miembros para que llegasen a un acuerdo sobre el precio con el factor, amenazando con la prohibición de más licencia en caso de llegarse a un pleito.

Finalmente, el día 13 de septiembre se consiguió un acuerdo sobre el precio del trigo, y se le permitió el día 18 al factor cargar 550 fanegas de las que le había sido confiscadas (AHMM. AACC. 6, 140...).

4) El incumplimiento de contratos. Ocurriría con más frecuencia de lo que conocemos, pero solo tenemos el caso ocurrido en agosto de 1520 cuando se llevó a cabo un requerimiento por parte del Cabildo para que el factor entregase las 4.000 fanegas de trigo que había prometido fiar a la ciudad (AHMM. AACC. 3, 241-243),

5) Incautación de mercancías y dinero. Cualquier nave cargada con trigo u otro cereal que recalase en algunos de los puertos del Mediterráneo en arribada forzosa, corría el riesgo de que su mercancía fuera incautada por las autoridades para alimentar a su población. También se incautaba dinero. En 1620 Andrés Lopes Pinto, asentista de los abastecimientos de Ceuta y Tánger, solicitó la entrega de 10.000 cruzados para que se remitiesen a Sevilla y de allí se enviasen a las plazas de Ceuta y Tánger. Cuando fue el pagador, Benito de Mesquita, a embarcar en Cádiz 20.000 reis de plata, le fue embargada esa cantidad por el gobernador de esa ciudad, argumentando que se sacaba de Castilla para la fortaleza de la corona de Portugal. Intervino en este asunto el duque de Medina Sidonia y el virrey de Portugal, marqués de Alenquer, sin efecto, porque el gobernador afirmó que se entregaría el dinero solo con la expresa orden regia (Riveiro Mendes, I. M. y Drumon Braga, P. 1998: 96).

Otros casos hacen referencia a embargos de barcos cargados de trigo que pasaban por las cercanías de Málaga y que eran apresados por los de la armada. En agosto de 1521, ante la dificultad de abastecer Ceuta y las demás posesiones portuguesas en África, el rey de Portugal había logrado obtener 40.000 fanegas de trigo en Sicilia, donde estaba prohibida su venta menos para los portugueses (Carmona Portillo, A, 2004: 23-40). El Cabildo malagueño había intentado obtener trigo de esa isla sin éxito, por lo que, puesto que la ruta desde Sicilia hasta Ceuta pasa indefectiblemente cerca de Málaga, en 1521 fueron asaltados unos navíos que transportaban el trigo para Ceuta y llevados a la ciudad andaluza. El cabildo celebrado el 12 de agosto deliberó que ante la necesidad de la ciudad de Málaga de abastecerse de este necesario género se tomase la mitad del cargamento —el regidor Fernández de Coalla reclamaba la apropiación de la totalidad—, y que el resto se dejase para los lugares de África ya “que sin dicho abastecimiento podrían caer en manos de los moros” (AHMM. AACC.3, 238-240).

El alegato de Estevan de Aguilar fue contundente:

- a) Había dado fiada a la ciudad 8.000 fanegas de trigo a un precio (4 reales la fanega) inferior al que se pagaba en el entorno de Málaga que era de hasta un ducado.
- b) Había entregado a los vecinos necesitados de esta ciudad 1.200 fanegas de trigo al precio de 125 maravedíes.
- c) Que dicho trigo venía consignado al rey de Portugal.
- d) Que iba destinado a los lugares de África de soberanía portuguesa y comprado en Sicilia, por las malas cosechas que había padecido el reino luso.
- e) Que las posesiones portuguesas en África podían perderse si no recibían pronto auxilio, debido al hambre y necesidad que padecían.
- f) "...que esta ciudad de Málaga no tiene tanta necesidad porque es notorio que muchos señores venden gran cantidad de trigo a un precio que podría traerlo la ciudad tal y como se proveen otras ciudades andaluzas" (AHMM. AACC.3, 241-243).

La tensión se elevó ante la posibilidad de que las carabelas portuguesas llegasen a Málaga a rescatar el trigo de Sicilia, advirtiendo el corregidor al capitán de una de las dos naves vizcaínas que transportaban el trigo, Simón de Acuña, que si esto ocurría "no estaría en las manos del señor corregidor que los vecinos no la fueran a defender dada la extrema hambre que padecen" (AHMM. AACC. 3, 252-255).

Finalmente el rey de Portugal admitió su venta en Málaga cuyo Cabildo hasta regateó el pago del flete, aunque se decidiría finalmente pagarlo con las ganancias del trigo vendido que, para hacernos una idea de la carestía por la que pasaba la ciudad, se hizo al precio de 12 reales la fanega (AHMM. AACC. 4, 43va-45va).

6) Incumplimiento del acuerdo de 1522. Como se ha explicado anteriormente, en ese año se había llegado a un acuerdo por el que se repartían, entre el factor y la Ciudad, las cantidades de trigo que se apresasen en el mar, pero la verdad es que este acuerdo no estaba dando resultado e incluso las autoridades malagueñas habían armado otro barco a espaldas del factor de Portugal para llevar a cabo la misión de "captación de mercancías". En ese mismo año se produjo un incidente cuando el Consejo de Málaga ordenó la incautación de un cargamento de bizcocho que había llegado a su puerto



a cargo del mercader Juan Ferrandes, sin que se accediese al reparto acordado con el factor de Portugal. Se corrió entonces el rumor por la ciudad de que se había mandado llamar a las carabelas portuguesas para que se llevara la nave y su cargamento, por lo que el pueblo se “alborotó” a causa del hambre que pasaba, aconsejando el Cabildo al factor del rey de Portugal que abandonara la ciudad por unos días. Finalmente las autoridades de Málaga se apropiaron del bizcocho, aunque dejaron al factor lo suficiente para proveer las carabelas del rey de Portugal.

“...a causa de la necesidad que hay en esta ciudad de pan no pueden hacer otra cosa sino tomar el dicho bizcocho para proveer esta ciudad a precio que sea justo e dejarle a estos mercaderes el bizcocho que hubiere menester para su viaje e que de lo que acá quedare se den al dicho factor doce quintales para proveer las carabelas del señor rey de Portugal e que para todo lo susodicho e para facer el precio se disputa el señor alcalde Martin de Uncibay a que se libre lo que aquello montare en el maestre Martín o en Cristóbal de Santisteban o en cualquier dellos. Así se concertó con el dicho factor” (AHMM. AACC. 5, 25).

El síndico personero de Málaga, Diego Fernández, justificó tal acción por la terrible situación por la que pasaba la ciudad.

“...que es notoria la extrema necesidad que hay en la ciudad de alimentos, pues cada día mueren mucha gente de hambre, comen hiervas y algarrobas y gatos y caballos y otras cosas que es manzilla de la grande hambre que ay y que había llegado a su puerto una nave con trigo que se está descargando y vendiendo en la ciudad y porque el factor que en esta tiene el rey de Portugal se dice que ha enviado llamar a las acaravelas del rey de Portugal para llevar la dicha nao con el trigo. La ciudad se alborotó con ello viendo morir de hambre a sus hijos y el propio cabildo aconsejaba al factor de Portugal que se fuera de ella durante un tiempo para evitar escándalo y sea descargado el trigo” (AHMM. AACC. 5, 29).

En septiembre de 1523 de nuevo una nave que iba a Ceuta cargada de trigo fue interceptada en las aguas cercanas a Málaga por orden del gobernador que la embargó con el argumento -seguramente peregrino-, de que no llevaba la documentación correctamente visada. Desconocemos la solución de este problema, pero sí que se entabló una disputa entre el factor del rey de Portugal y el gobernador de Málaga, en cuyo trasfondo estaba tanto la necesidad de abastecer a Ceuta para que no se perdiera, como la de surtir de trigo a la hambrienta población de Málaga (AHMM. AACC. 6, 48va a 50re).

7) Discrepancias sobre la calidad del trigo que se vendía a Portugal. En esas ocasiones el factor litigaba con la ciudad para pedir compensación por la pérdida que había tenido en la venta del trigo, por el que había recibido menos dinero de lo que le había costado dada su mala calidad.

8) Litigios entre el factor del rey de Portugal y el capitán del barco que transportaba el trigo, como el ocurrido en 1521 entre Sebastião Álvarez y el patrón veneciano, Jorge Santo Antonio, que se saldó con sentencia favorable a este (ATT. PT/TT/CC/2/98/123).

9) Conflicto entre las propias autoridades malagueñas cuando alguna de ellas, a pesar de la escasez de trigo en Málaga, continuaba con el abastecimiento de las plazas portuguesas. Un caso que sirve como ejemplo de lo que acabamos de decir tuvo lugar en 1632 cuando se incoo un expediente contra Pedro Fernández de Córdoba, corregidor de Málaga, por la acusación de Cristóbal Zayas y Bazán, regidor perpetuo, de que había dado permiso para que se extrajese trigo por este puerto, ocasionando un aumento del precio. A pesar de que por sentencia de 8 de junio de 1632 se absolvió al referido corregidor de los cargos que se le habían hecho, se mandó que no se sacase trigo por el puerto de Málaga en contra de lo prevenido por la real ejecutoria que regía esta ciudad (AHMM. Or. 13, 473 y 474).

10) Merma en la cantidad de trigo entregada. Los factores se quejaban de que debían de correr con los gastos que suponía que la cantidad entregada fuera menor que la estipulada, pero que en caso contrario, es decir, cuando el cargamento experimentaba un crecimiento en origen, no se le compensaba. Se resolvió ordenando que el factor de Andalucía y el tesorero mayor de la Casa de Ceuta, aceptasen lo que le informaban los capitanes de los navíos, pero que lo marcasen en los libros y remitiesen su copia a los oficiales de los lugares a los que iba destinado el cargamento. Los libros tenían que ser firmado por el contador y el tesorero mayor y el factor debía de firmar en el reverso del documento “porque si hubiera crecimiento de trigo o de otro mantenimiento los almojarifes tendrán que declararlo bajo pena de la pérdida de sus puestos” (Esaguy, J. de. 1931: 33 y 34).

## CONCLUSIONES

Pasamos ahora de los hechos a las consecuencias de ellos. A pesar de los problemas y desavenencias en el abastecimiento de trigo desde Málaga (y Andalucía) a Ceuta, este trasiego era más rápido y más seguro —con la seguridad de que se puede hablar en aquellos años—, que el que pudiera venir de Portugal. No pretendemos argumentar que Lisboa dejara abandonada a su suerte a Ceuta, ya que este punto es del todo imposible de detectar, pues en las causas del desabastecimiento primaba más los efectos negativos de la naturaleza (sequía, escasez, malas cosechas, defectos en el sistema de transporte, temporales, piratería), que las voluntades políticas de los gobernantes. Por mucho que estos expresaran sus deseos de acudir a la ayuda de los habitantes de sus pueblos, los imponderables naturales hacían caer en saco roto estas promesas, aun en el caso de que hubieran sido hechas de buena fe.

De cualquier manera, fueran o no verdaderas las preocupaciones de los gobernantes lusos y castellanos por abastecer Ceuta, hemos podido comprobar que era más efectiva esa ayuda desde el litoral andaluz que desde los puertos atlánticos de Portugal.

Cuando en 1581 la corona lusa pasó a Felipe II (Felipe I de Portugal), no nos cabe duda de que la población de Ceuta, y en especial sus autoridades, vieron un aspecto positivo en la cercanía de esa ayuda. Es cierto que las órdenes de abastecer esta plaza continuarían llegando de Lisboa, pero ahora lo hacían a través del Consejo de Portugal, controlado por los Habsburgo.

Finalmente, cuando en 1640 tuvo Ceuta que declinar por el bando de los Braganza, como hizo Tánger, o por el de los Habsburgo, necesariamente pesó en la conciencia de la nobleza ceutí-portuguesa estas consideraciones materiales, sin olvidarnos de las ayudas en defensa que había estado recibiendo Ceuta de Castilla desde, al menos, 1581.

## Bibliografía

- Beirante, M. A. (1997) "Ceuta nas ordenações afonsinas" *Ceuta Hispano-Portuguesa*, Ceuta.
- Bejarano Robles, F. (1961) *Reanudación del comercio de Málaga con África bajo los reyes Católicos*. Homenaje a Guillermo Guastavino, Málaga.
- Bejarano Robles, F. (1961) *Catálogo de los documentos del reinado de los Reyes Católicos existentes en el Archivo Municipal de Málaga*. CSIC. Madrid.
- Cabrillana Ciézar, N. (1979) "Málaga y el comercio norteafricano (1517-1551)" *Cuaderno de la Biblioteca Española de Tetuán*, Junio-Diciembre, Tetuán.
- Carmona Portillo, A. (2004) "Un contencioso entre Málaga y el reino de Portugal en el contexto del abastecimiento de las plazas portuguesas del norte de África desde el puerto de Málaga" en *Revista Isla de Arriarán*, nº XX. Málaga.
- Castillo Soto, J. (1991) "Algunas consideraciones sobre la lealtad de Ceuta a la corona Hispánica en 1640". *Revista Espacio, Tiempo y Forma*, Serie IV, Hª Moderna, t. IV.
- Correa Da Franca, A. (1999) *Historia de Ceuta*, Ceuta.
- Esaguy, J. DE. *Libro de los Veedores de Ceuta*, Tánger, 1931.
- García Figueras, T y Sancho, H. " Documentos para el Estudio del Abastecimiento de las Plazas portuguesas desde el Sur de España. Los expedientes de Abastecimiento de Mazagan, Tánger y Ceuta por factores portugueses del Puerto de Santa María (1563-1567) Tánger.
- Godinho, Vitorino Magalhães. (1990) *Mito e Mercadoria*, utopía e práctica de navegar. Séculos XIII-XVIII. Lisboa.
- Hermano Sarabia, J. (1998) *Historia de Portugal*, Madrid.
- Kamen, H. (1997) *Felipe de España*. Madrid.
- López de Coca y Castañer, J. E. (1978) "Relaciones mercantiles entre Granada y Berbería en la época de los Reyes Católicos" *Beatica*, Nº1. 293-312.
- López de Coca y Castañer, J. E. (1998). *Granada y la expansión portuguesa por el Magreb extremo*. Historia, Instituciones y Documentos, nº 25.
- Luxan, S. de (1975) "Contribución al Estudio de los Presidios Españoles en el Norte de África. Las dificultades de la Plaza de Ceuta para abastecerse de Trigo (1640-1668), en *Hispania* nº 130. Madrid.
- Mairal Jimenez, M. C. (2015) "El comercio marítimo malagueño en la guerra contra Inglaterra de 1796" en *Comercio y Cultura en la Edad Moderna*. Actas de la XIII reunión científica de la Fundación Española de Edad Moderna. Sevilla, págs. 583-597.
- Morales García-Goyena L (1906). *Documentos históricos de Málaga, recogido por...*, T.I. Granada.
- Ribeiro Mendes, I. M. y Drumon Braga, P. (1998) *Ceuta portuguesa 1415-1656*, Ceuta.
- Sanz Ayan, C. (1988) "El abastecimiento en el Estrecho durante la segunda mitad del siglo XVII. Asientos y asentistas" en *I Congreso Internacional del Estrecho de Gibraltar*, Madrid.

## CEUTA, EPOPEYA PORTUGUESA (1415-1580): EL DEVENIR PORTUGUÉS DE UN TERRITORIO MARROQUÍ<sup>1</sup>

*Alicia Fernández García*

Universidad Paris est- Marne La Vallé

Esta contribución se interesa en los orígenes de la expansión portuguesa en el continente africano a través del estudio de la toma de Ceuta, pionera del imperio colonial portugués en África. Después de haber consolidado su unidad territorial y constituirse en nación en 1250, Portugal se lanza a partir del siglo XV en grandes aventuras marítimas tomando para ello la vía del Atlántico. Las expediciones de los navegadores portugueses supusieron

---

1. - Hablar de territorio marroquí en los siglos XIII, XIV e incluso XV debe hacerse desde una óptica histórica particular teniendo en cuenta dos aspectos: 1) la historia de Marruecos ha estado marcada por el dominio de diferentes reinos establecidos en diferentes ciudades y 2) la distinción entre los territorios controlados por el poder central y aquellos dirigidos por las tribus. Cuando los árabes llegaron a Marruecos se encontraron en efecto con un territorio dividido en tribus, en federaciones de tribus y en pequeños reinos. La unidad territorial conseguida por el poder romano había desaparecido como también se había fragmentado la unidad religiosa: si en los campos la población era pagana en las ciudades seguía subsistiendo el cristianismo. Fue justamente esta falta de unidad la que hizo imposible una incorporación rápida por parte del poder islámico puesto que los árabes tuvieron que reducir tribu por tribu y poner fin a la resistencia de ciertos núcleos del imperio bizantino. Con la llegada de la dinastía idrísida (Idriss I e Idriss II) se empieza a hablar de la creación de un embrionario estado musulmán en Marruecos. Por su parte, los meriníes debieron afrontar numerosos obstáculos, sobre todo políticos, para hacerse con el control del territorio forjado por el poder almohade: la eliminación de dicho poder en Marrakech, la represión de la agitación social suscitada por el avance de los meriníes, las ambiciones sucesorias en el seno mismo de la dinastía meriní y la presión ejercida por las injerencias extranjeras tanto la de los nazaríes de Granada que trataban de influir en la política de Fez como la codicia de la corona de Aragón en esta zona del Magreb. La muerte de Abu Imán en 1358 marca el final del poder meriní y la instauración portuguesa en el norte de frica agrava la crisis. El imperio meriní se fragmenta apareciendo dos reinos independientes de Fez: el de Marrakech y el de Tafilalet, también se hacen independientes otros territorios, aunque de menor importancia, en el país. Con la caída de los meriníes Marruecos conocerá un largo período de crisis política, pasando de ser un país expansionista a convertirse en un territorio defensivo ante el avance de los portugueses, de los españoles e incluso de los turcos (Pennel, 2006).

una mutación radical en la concepción física y mental del mundo forjada durante la Edad Media ya que permitieron descubrirlo de otra manera, es decir, en su universalidad. Accediendo a otras partes de la tierra gracias a sus viajes marítimos, los portugueses desmintieron creencias tales como que la superficie de la tierra se detenía en los límites del continente europeo y que no existían otras razas humanas aparte de la del hombre blanco. El descubrimiento del globo favoreció la formación de la sociedad capitalista y la construcción del mercado mundial, por lo que podemos decir que los portugueses se han convertido en uno de los raros pueblos creadores de civilización.

La principal etapa de este largo periplo fue la toma de Ceuta en 1415, la ciudad era un importante centro comercial y de comunicaciones. Mientras que el Marruecos de los meriníes se enquistaba en luchas intestinas, el hambre y la epidemia hacían estragos en Ceuta. El 10 de agosto de 1415, Castilla acoge la armada portuguesa que zarpa en las costas de Algeciras y diez días más tarde, tras rudos pero breves combates, Ceuta cae en manos de los portugueses. Era la primera gran empresa marítima de Portugal, o más bien, era la primera vez que escuadras portuguesas salían de Lisboa con el objetivo de agrandar el reino de ultramar. La ciudad fue atacada de improviso y sus habitantes la abandonaron tras un combate en el que resistir era inútil, de ahora en adelante Ceuta sería portuguesa. Un verdadero triunfo, pero ¿Qué hacer ahora con Ceuta? Nuestra contribución tratará de analizar cómo Ceuta pasa de ser una ciudad musulmana a convertirse en enclave cristiano y presidio de los condenados. Para ello estudiaremos en un primer tiempo la coyuntura de la toma portuguesa de la ciudad desvelando las motivaciones que empujaron tal expedición africana y adentrándonos en los problemas que suscitó la toma de la ciudad. En un segundo tiempo analizaremos la sociedad de Ceuta bajo el dominio islámico, interesándonos para ello en la población que allí residía para focalizarnos después en el proceso de transformación que vivió la ciudad tras la llegada de los portugueses y en las dinámicas sociales que se forjaron.

## LOS ORÍGENES DE LA EXPANSIÓN PORTUGUESA: CEUTA, UN HITO FUNDADOR

La vocación marítima de Portugal diferenció al país de otras naciones europeas como por ejemplo Francia, que permanecían siendo naciones continentales. A finales del siglo XIV actividades como la pesca, el comercio internacional o la construcción naval estaban perfectamente integradas en la estructura económica del país. Si el rey Dinis (1279- 1325) recu-

rió a los genoveses por ser sabios concedores del mar, su sucesor, el rey Alfonso IV (1325-1357), lanzó aunque sin ánimo de ocupación la primera expedición a las Canarias y la pasión naval del rey Fernando I (1367-1383) dotó al país de una flota comercial admirable (Lelièvre, 1998: 200). En 1411, una nueva etapa se abre para Portugal, el tratado de paz firmado con Castilla liberó al país de un temible enemigo y de un obstáculo en sus afanes planetarios. La paz con Castilla que había comenzado en 1383, reforzó y consolidó la casa de Avís, pero el final de las disputas había dejado a la nobleza portuguesa en un estado de inactividad que se convirtió en motivo de inquietud para la corona.

Las motivaciones y las razones que alentaron la conquista de la ciudad han sido objeto de una extensa producción bibliográfica en la que los argumentos religiosos, los motivos de índole económica, la amenaza de los corsarios no pueden, a mi juicio, excluirse ya que la explicación de la toma de Ceuta ha de considerarse en plural. La expansión portuguesa siguió el modelo de los pueblos de la Antigüedad que consistía en ocupar puertos estratégicos situados en las costas a partir de los cuales poder controlar los mares y hacerse con control del comercio, asegurándose así una vinculación directa con Lisboa. Ceuta, por su situación geográfica al cruce entre dos continentes y dos mares, respondía a la perfección a esta política de asentamientos costeros (Baeza Herrazti, 2001: 30-31). Del mismo modo, el final de la Reconquista con la toma del Algarve en 1249 permitió al país la recuperación de miles de tierras y sirvió de incentivo para exportar tanto las ansias de guerra como el afán de lucro de una nobleza que había recobrado su independencia y su combatividad. Durante más de siete siglos España y Portugal tuvieron un enemigo común y un objetivo concreto: la lucha contra el "invasor árabe". La Reconquista condicionó la formación de las dos naciones y el *modus operandi* de la misma se perpetuó en las conquistas y descubrimientos de ultramar. Por otro lado, el clero había encontrado en la cruzada una estrategia de movilización y de unión de los cristianos y el remedio purificador de los pecados de juventud del rey Juan I (1357-1433)<sup>2</sup>. Pero la lucha contra el islam estaba limitada en el espacio, si los intentos de los reyes portugueses para llevar a cabo junto con los reyes castellanos el asalto de Granada fueron vanos, la paz de 1411 les privaba de toda tentativa individual de ataque. Solo quedaba Marruecos, y Ceuta por su situación geográfica estratégica se convirtió en un blanco. En una de las

---

2.- Ciertos relatos de época señalan al rey don Juan como el supuesto incitador del asesinato de Andeiro y el derroche de sangre cristiana en Aljubarrota.

embajadas enviadas por don Juan I al rey Fernando de Aragón aparece con claridad como la motivación principal de la empresa portuguesa en el norte de Marruecos era la expansión de la cristiandad y el espíritu de cruzada contra el Islam: *“por lo cual yo he trabajado de tomar así esta ciudad, por entender que hago aquí muy grande deño a los moros de aquende y allende”* (Gordillo Osuna, 1993: 166). El interés por la ciudad ya había sido objeto de estudio de Ramon Llull que en el siglo XIII consideró su situación como el mejor punto de arranque de una posible cruzada contra el continente africano.

El potencial de su puerto ya había sido explotado por los mercaderes genoveses que instalaron un mostrador de cambio en el que llegaba el dinero turco. Del mismo modo, los campos de trigo de la zona interior suscitaban la codicia de nobles y mercaderes y la ruta del oro proveniente del África negra pasaba por Ceuta. La actividad mercantil de la ciudad era bien conocida en la época y los habitantes gozaban del usufructo de esta situación estratégica: *“todos os moradores da cidade de pela maior parte eran mercaderes, officiais o marenates”* (Sánchez Barba, 1960: 39-54). Tantas profesiones que nos transmiten la importancia capital que tenían tanto el comercio como la navegación en la economía de la ciudad. Con su toma, los portugueses pensaban poner fin a la audacia de los corsarios musulmanes, controlar el paso marítimo entre el Atlántico y el Mediterráneo y contrarrestar el impulso español en el Atlántico. De este modo, si la necesidad de exportar la cristiandad fue en un principio el motor de la conquista de la ciudad, esta motivación se vio pronto disuelta e incluso desacreditada ante el auge de posibilidades que suscitaba Ceuta. Pero el país se encontraba sin los medios necesarios para asegurar la toma de la ciudad, en realidad la lucha contra Castilla había dejado las arcas del estado vacías, la crisis financiera continuaba causando daños y tanto los vasallos como las tropas faltaban. La derrota de los genoveses en Mahadiya (1395) por falta de material logístico sirvió a los portugueses para convencerse de la necesidad de vaciar de nuevo las arcas del tesoro real y exigir al pueblo una contribución para el esfuerzo bélico. La astucia y el secreto dieron comienzo al proyecto. Con el pretexto de preparar el matrimonio de uno de sus hijos con la reina de Sicilia, el rey Juan I ordenó a sus emisarios hacer escala tanto a la ida como a la vuelta en Ceuta lo que le permitiría conocer la plaza, su puerto, sus murallas, sus defensas y las posibles zonas para el desembarco. El orador de la Orden de los hospitalarios, que estaba a la cabeza de esta misión diseñó una maqueta de la ciudad digna de admiración por lo rudimentario de los materiales utilizados: arena, una piel, judías y una escudilla. Los preparativos del asalto duraron dos años a lo largo de los cuales se construyeron



barcos, se fabricaron armas, se buscaron provisiones y todo ello se hizo bajo un silencio catastral para no levantar las sospechas del enemigo (Lelièvre, 1998: 213).

El rey Juan I, a pesar de sus 55 años, se involucró personalmente en la organización de la expedición y se puso a cargo de todos los preparativos delegando en Eduardo, su hijo mayor, las tareas gubernamentales y en sus otros dos hijos, Pedro y Enrique, la selección de los futuros reclutas de la expedición. La captación de soldados no fue una tarea fácil puesto que se hizo casi que a ciegas ya que nadie debía conocer la destinación exacta de la flota de guerra, lo que demostró la lealtad de los súbditos portugueses y la capacidad de convicción de los infantes (Lelièvre, 1998: 214). El cronista portugués Gomes Eannes de Azurara describe como los habitantes de la ciudad de Oporto se consagraron noche y día a la preparación de la misteriosa aventura (Bourbon, 1960: 13). El rumor de una nueva cruzada contra los moros se propagó por todo el país, y no faltaron los voluntarios, portugueses pero también extranjeros, que acudieron hasta el palacio real para transmitir al rey su total entrega y sumisión a la obra colectiva (Lelièvre, 1998: 215). Como la expedición contaba con el apoyo de la burguesía portuguesa una colecta de fondos para financiar la operación se organizó por toda Europa, así militares, nobles, banqueros y artesanos, ingleses mayoritariamente, aportaron su *savoir-faire* a la preparación de la expedición que haría de Portugal pionero en el continente africano. Si la motivación de esta élite europea fue sin duda sorprendente, esta actitud fraternal no estuvo desprovista de incentivo material. En efecto, el rey Joao I prometió recompensas y ganancias a todo aquel que viniese a vender armas o arneses a los portugueses. Demostrando sus dotes de perfecto estratega, el 22 de marzo 1415, apenas cinco meses antes de la conquista de Ceuta, el rey don Joao I prohibió la exportación de madera, un material estratégico para la construcción de fortificaciones, hacia los países islámicos. Dicha aventura colonial contaba con el consentimiento de Dios, según nos cuentan Gomes Eannes de Azurara el rey don Juan I había pedido consejo a miembros del clero esperando con ello tener el acuerdo divino necesario para emprender tal hazaña (Bourdon, 1960:16-17). Pero los malos auspicios presagiaban la exploración: la peste hacía estragos en el seno del palacio y la reina Filipa sucumbió a esta enfermedad a finales de julio de 1415, poco antes de la salida de la expedición. La muerte la reina estuvo a punto de poner fin al viaje, pero la intervención divina de un monje que afirmó haber tenido una visión de la toma de la ciudad, aportó la dosis de optimismo necesario para continuarla aventura (Lelièvre, 1998: 216).

El 23, 24, 25 y 26 de julio de 1415 una flota compuesta de más de 45.000 hombres abandonó Lisboa y la desembocadura del río Tajo. Tres días más tarde, el capellán del rey, don Frei Joao Xira, desvela a toda la guarnición el destino de la expedición y tras leer una bula papal inauguró la cruzada contra los infieles en tierras africanas (Bourdon, 1960: 18). Los rumores del desembarco llegaron a los oídos del emir Salah ben Salah, gobernador de Ceuta. El estado de guerra civil que reinaba en Marruecos impidió toda respuesta por parte de los merinidas a pesar de los esfuerzos de los "voluntarios de la fe" llegados de Salé, de Anfar y de Azemmour y de la voluntad de Granada de lanzar un contra ataque (Cherif, 1966: 65). La madrugada del 15 de agosto los portugueses atravesaron el estrecho de Gibraltar y desembarcaron al alba en una playa que se extendía en los alrededores de las murallas. Creyendo que los rumores eran simples amenazas sobre todo tras el fracaso de un primer ataque portugués pocos días antes, el emir ceutí había despedido la mayoría de sus soldados bereberes, y el espectáculo que se presentó ante sus ojos esa mañana del 15 de agosto fue el de una avalancha de hombres armados. Sin los soldados suficientes para hacer frente al enemigo, Salah ben Salah recurrió a un estratagema susceptible de desanimar el afán cristiano. Según nos cuentan las crónicas, el emir puso lámparas en cada esquina alentado por el deseo de crear un espejismo capaz de hacer huir el enemigo. La batalla duró todo el día, pero la inferioridad numérica de los moros facilitó la victoria y al caer la noche el Infante Enrique alzó la bandera de San Vicente en lo más alto de la ciudadela. A pesar de la penuria de la soldadesca, Salah ben Salah y los habitantes musulmanes de Ceuta lucharon con un coraje admirable, pero viéndose perdidos evacuaron la ciudad dando así comienzo al saqueo de los cristianos (Lelièvre, 1998: 220).

Del lado portugués la toma de Ceuta sólo había costado ocho vidas, las de ocho nobles ya que las bajas en la infantería jamás fueron contabilizadas. Tras la huida de los moros, la soldadesca descubrió un botín inmenso que fue completamente desaprovechado, derrochado, por los soldados portugueses convencidos que la ciudad iba a ser abandonada. Gomes Eannes de Zurara nos describe los días posteriores a la toma: sus calles se habían convertido en un mercado a cielo abierto en el que los soldados se divertían a esparcir la miel, el aceite o la manteca por el suelo, a romper los sacos de trigo o a ungir las calles de las especies más olorosas (Lelièvre, 1998: 222) En las numerosas residencias en las que residían los ricos musulmanes, en las madrazas y en los lugares públicos, abundaba el oro, el dinero y las joyas. En la ciudad abundaban las alfombras, los tapices, el mármol y los mosaicos, los graneros estaban llenos de grano y productos como el arroz, la sal,

la canela, los diferentes tipos de pimienta y tantas otras especies de un valor inestimable colmaban las cocinas de las casas y los almacenes de los comerciantes. La abundancia en la que estaba sumergida la ciudad fue de corta duración ya que cuando la noticia de la conquista cristiana de la ciudad se dio a conocer, el tráfico de los productos orientales que estaba en las manos de los moros, fue desviado hacia otras plazas musulmanas. Si esta imagen de prosperidad y riqueza de Ceuta había suscitado el deseo de los portugueses que preveían recuperar en su provecho el comercio lucrativo de tantos productos codiciados en Europa, el resultado fue bastante menos oneroso. Si la conquista de la ciudad consolidó la misión evangelizadora puesto que el estrecho de Gibraltar pasó a estar en manos cristianas, la gloria y el botín tan esperados por la burguesía portuguesa que no tardó en apoderarse de las riquezas encontradas en la ciudad, se confrontaron con una realidad más dura. La Ceuta portuguesa había perdido su dinamismo comercial y se había convertido en una simple base militar (González Busto, 1993: 176).

## EL DEVENIR PORTUGUÉS DE UN TERRITORIO MARROQUÍ

### **Ceuta: población y estructura social de una ciudad musulmana**

El análisis sociodemográfico de Ceuta tiene por objetivo aprehender las características y la composición de la sociedad urbana musulmana cuya economía estaba basada en el comercio. Una actividad que sin duda marcó las condiciones de vida de los habitantes, es decir, el nivel material, las ceremonias colectivas o el ocio (Benramdane, 2003: 255-260). La población de Ceuta bajo el dominio musulmán se estructuraba en tres grupos sociales según sus vínculos con la actividad económica, con su posición en la jerarquía social y el lugar ocupado en las esferas del poder<sup>3</sup>. La población no musulmana, ya fuera cristiana o judía, era aceptada en la ciudad por su funcionalidad, estos habitantes desempeñaban los oficios de mercaderes, soldados e incluso una parte de ellos eran esclavos. La actividad comercial, inherente a la ciudad, multiplica los contactos y junto a esta minoría de no musulmanes también encontramos elementos sociales de origen magrebí y español. Por su importancia numérica estudiaremos en primer lugar al grupo de población compuesto por la comunidad musulmana. En las crónicas marroquíes del siglo X encontramos alusiones a los bereberes de Ceuta descendiente de

---

3.- En el contexto de dominación marroquí la diferenciación entre las diferentes clases resulta una tarea complicada en la medida en la que la pertenencia tribal no intervenía en la estructura sociopolítica y en la que la riqueza no constituía un argumento de distinción social.

la tribu de Ghomara. A principios del siglo VIII, las expulsiones de la población árabe de Tánger llevadas a cabo por los bereberes, da lugar a la primera ola de inmigración árabe en Ceuta (Cherif, 1966: 153). Bajo la dinastía de Içâm que se mantuvo en el poder hasta finales del siglo X, Ceuta conoció la llegada de un grupo de árabes expulsados de la región andaluza de Jerez a causa de la hambruna. Durante los siglos XII, XIII y XIV la demografía de Ceuta tuvo un crecimiento importante debido a la llegada de musulmanes peninsulares, si su peso numérico fue considerable su valor moral participó de manera positiva al desarrollo de la ciudad. Esta inmigración proveniente de Andalucía fue la consecuencia directa de las victorias que la Reconquista iba colectando en el suelo peninsular sobre todo después de las caídas, en la segunda mitad del siglo XIII, de ciudades como Valencia, Murcia, Córdoba o Sevilla consideradas como los centros neurálgicos del poder musulmán en España. Un relato de la llegada de estos refugiados nos ha sido transmitido por el historiador portugués Jerónimo de Mascarenhas cuando narra cómo tras la toma de Sevilla por el ejército cristiano más de cien mil musulmanes huyeron a Ceuta (Mascarenhas, 1918: 58).

Todo parece indicar que estos musulmanes andaluces no han constituido un núcleo de población a parte, ni se agruparon en barrios endogámicos, tampoco parecen haber sido objeto de un estatuto particular como el que recibieron en la ciudad de Ifriqiya hafsida (Cherif, 1966: 154). En realidad nada les diferenciaba de los autóctonos puesto que hablaban la misma lengua, tenían la misma indumentaria, el mismo régimen alimentario e incluso las mismas costumbres, por ello su integración se hizo sin dificultad. Estas similitudes entre los musulmanes peninsulares y los musulmanes ceutíes se explican también por la "*hispanización*" que la ciudad venía experimentando desde la instalación de los árabes en el suelo peninsular. La escasa distancia que separa las cotas andaluzas de Ceuta han facilitaron los intercambios e hicieron de Ceuta una prolongación de las ciudades musulmanas andaluzas en la costa africana. La llegada de estos musulmanes reavivó la vida intelectual de la ciudad y dinamizó su actividad económica puesto que estos habitantes retomaron en Ceuta las actividades profesionales ejercidas en las ciudades peninsulares.

La estructura social de Ceuta estaba compuesta por tres categorías socioeconómicas. En lo más alto de la pirámide encontramos a los "notables" de Ceuta, un grupo social que no podía ser considerado como clase y aún menos como nobleza en el sentido europeo del término en la medida en la que dicho concepto carece de antecedentes en la historia del islam

(Benramdane, 2003: 238). Este grupo de notables estaba formado por los comerciantes, la élite religiosa y erudita y por último, los *surfás* o descendientes del profeta (Benramdane, 2003: 239-243). El segundo peldaño de la jerarquía social lo componía el pueblo llano, le "*menu peuple urbain*" tal y como lo denomina Zoulikha Benramdane. Se trata de la plebe verdadera protagonista de la historia de la ciudad, verdadero motor de la sociedad y el instrumento privilegiado de cuantos poseían el poder, la riqueza y la fuerza en la ciudad (Benramdane, 2003:244). La situación de esta masa popular estaba a menudo condicionada por la de sus antecedentes en un medio en el que la profesión ejercida era hereditaria, el peso familiar inoperante y los prejuicios sociales tenaces. El último peldaño de la pirámide social estaba representado por las minoríasno musulmanas que eran los que dirigían los asuntos bancarios y el tráfico monetario, los que se dedicaban también a la orfebrería. En medio de este grupo hay una comunidad que sobresale por su importancia numérica y también por su peso económico, se trata de la comunidad judía. El contacto entre estos no musulmanes y la población autóctona estaba articulado en torno a la actividad comercial de la ciudad y en torno a su puerto. Entre los no musulmanes destacaremos dos grupos: los judíos y los cristianos.

Marruecos siempre ha sido una tierra de exilio de los judíos sefaradís de la península. Las autoridades marroquíes les acogieron tras su expulsión y su integración en la sociedad fue ejemplar hasta tal punto que en las ciudades más influyentes, entre las cuales destacamos Ceuta, no había diferencia entre la población judía y los nativos (Gordillo Osuna, 1972: 135). Las autoridades les aseguraban protección y libertad religiosa a cambio del pago de una tasa conocida como "*gizya*". La suerte de los judíos de Ceuta cambió radicalmente con la llegada de los almohades, la estigmatización religiosa y cultural se convirtió en política de estado y los judíos fueron obligados a vestirse diferente al resto de la población (Gozalbes Cravioto, 1988: 31). La situación volvió a la normalidad con la llegada al poder de los meriníes que hicieron prueba de tolerancia hacia esta comunidad, de este modo los judíos de Ceuta recuperaron su situación anterior e incluso se vieron otorgar algunas ventajas. Por ejemplo, su condición legal fue mejorada y pasaron de ejercer profesiones despreciables a ocupar altos cargos en el Estado y a desempeñar oficios de una importancia capital como por ejemplo, joyero o canjeador de dinero (Benramdane, 2003: 247). Pero los judíos destacaron de manera espectacular en el sector de las transacciones internacionales y los asuntos bancarios, oficios que pudieron realizar gracias a la diáspora judía residente en el extranjero.

Entre las motivaciones que llevaron a numerosos cristianos a instalarse de manera sedentaria o temporal en Ceuta parecen encontrarse el tráfico comercial existente en la ciudad y los acuerdos diplomáticos entre las autoridades marroquíes y las naciones cristianas que amparaban su establecimiento (Ferhat, 1993: 392). A penas se conocen noticias sobre la vida de los miembros de esta comunidad dedicada exclusivamente al comercio y residiendo en el *funduq*. En el interior de este perímetro étnico, los cristianos de Ceuta gozaban de libertad religiosa y contaban con la presencia de capellanes y sacerdotes. Rodeados de todos los elementos necesarios para llevar una vida normal en tierra musulmana, sus relaciones con la población autóctona, musulmana, se limitaban a los asuntos puramente comerciales. Los esclavos cristianos merecen también una atención particular ya que formaban una categoría diferente, las fuentes árabes se refieren a ellos con la apelación de “*ilj*” (Benramdane, 2003: 248). La falta de datos nos impide conocer más sobre la vida y el estatuto de estos esclavos pero la conservación de sus nombres y apellidos es sintomática de la ausencia de presión religiosa para convertirlos. La otra categoría de cristianos residentes en Ceuta estaba formada por la soldadesca. En efecto, después de la época almohade una pequeña milicia de soldados cristianos compartía filas con el ejército musulmán. La presencia de estos soldados adquirió una importancia mayor tras la derrota de las Navas de Tolosa en 1212 como consecuencia del acuerdo de Salé entre Al-Mustansir y el rey Enrique I de Castilla (Dufourcq, 1968:41). En Ceuta la presencia de estos soldados cristianos remonta al mes de septiembre de 1229 durante el cual más de 12.000 hombres cruzaron el estrecho de Gibraltar bajo las órdenes del califa almohade (Benramdane, 2003: 249). Durante la dinastía meriní, su número fue considerable y su importancia en el ejército de Ceuta indispensable. Además, los sultanes meriníes hicieron venir, a través de contratos, soldados cristianos de la península que fueron repartidos en las ciudades marroquíes con más peso económico y también en aquellas más expuestas a la rebelión. Un batallón de esta milicia cristiana estaba presente en Ceuta en el siglo XIV bajo las órdenes de Abu l’Abbàs al -Hussayni, representante del poder meriní en la ciudad. Estos soldados cristianos han supuesto una ruina financiera para la dinastía meriní a causa de las sumas exorbitantes que recibían a cambio de la defensa no solamente de un país sino también de la propia dinastía meriní.

La comunidad cristiana en su conjunto, ya fueran mercaderes, esclavos o soldados disponía de libertad para profesar el cristianismo en las capillas de los *funduqs*. Pero muchos de ellos hicieron prueba de apostasía y se convirtieron al islam, otros se preocupaban cada vez menos del manteni-

miento de su vida espiritual lo que provocó la inquietud de la Iglesia que procedió a una acción evangelizadora en tierra africana, y sobre todo en la ciudad de Ceuta. La Iglesia no se limitó a velar por la fe de sus feligreses en suelo marroquí sino que se libró a una verdadera campaña evangelizadora a través del envío de misioneros. El islam toleraba a los cristianos con la condición de que no hicieran prueba de proselitismo y de que practicasen su religión al interior del perímetro reservado para ello y llamado '*funduq*'. La convivencia entre cristianos y musulmanes en Ceuta no parece haber sido motivo de gran inquietud al menos hasta el siglo XIII periodo en el que encontramos en las crónicas el relato de acontecimientos dramáticos. Entre ellos destacaremos la llegada en 1227 de monjes franciscanos que vienen a buscar el martirio en Ceuta, su proselitismo fue criticado por los capellanes de la ciudad y acaba por costarles la vida. Uno de estos predicadores ha sido canonizado bajo el nombre de San Daniel de Ceuta. La aumentación del número de cristianos condenados a muerte en el suelo marroquí obligó a la Iglesia a cambiar de estrategia en su política africana que comenzó a destacar por su carácter diplomático. Desde entonces los misioneros presentes en Marruecos en general y en Ceuta en particular, hicieron prueba de prudencia y de discreción y establecieron relaciones tanto con los soberanos marroquíes como con las autoridades de Ceuta (Benramdane, 2003: 251).

Cerraremos este estudio de la sociedad ceutí bajo el dominio musulmán con la alusión a la situación de las mujeres. La mujer ha hecho objeto de una escasísima historiografía en la ciudad y los documentos jurídicos constituyen la única fuente documental con la que contamos para determinar su estatuto social y jurídico. Es justamente a través de estos documentos que podemos apreciar su evolución en la sociedad ceutí y su lucha por la preservación de sus derechos. En dichos textos la mujer aparece limitada en un marco determinado de la vida social que gira en torno a la dote, el divorcio o la herencia, pero ningún indicio la presenta como elemento activo de la sociedad. Su situación social estaba completamente dominada por el peso de la familia y su supervivencia material dependía del *sadàq* o la suma otorgada por el marido antes de la celebración del matrimonio. Ante un eventual divorcio, privilegio reservado al hombre, una serie de convenciones protegían a la mujer ceutí en caso de larga ausencia del marido o de segundas nupcias de éste. Las inquietudes de la mujer ceutí variaban según su posición en la escala social y su actividad se limitaba al espacio privado del hogar y a la educación de los hijos. Sin embargo, las ceutíes acomodadas al disponer de la presencia de personal doméstico, podían interesarse a actividades más intelectuales. Presentaremos en este trabajo aquellas ceu-

tíes que se destacaron por sus dotes literarias como por ejemplo Umm al-Majd Mryam, hija del sabio Abù l-Hassn ash-shàri. También es conocida la obra educativa ejercida por otras dos mujeres ceutíes, Sàra bant Ahmad al-Halabiyya y Bant al-Wàssiti (Benramdane, 2003: 252-254). A parte de estas habilidades intelectuales, la mujer ceutí gozaba de una reputación mística en la ciudad ya que se la consideraba dotada de un poder sobrenatural. Otro aspecto que afectó a la mujer ceutí es el de la prostitución. Pese a la imposibilidad documental de demostrar la existencia de dicha actividad en la ciudad antes de la llegada de los portugueses, la existencia de categorías socioeconómicas y la presencia de comerciantes, de hombres de paso y de *funduqs* cristianos son algunos indicios que pueden haber generado el desarrollo de la prostitución en la ciudad.

### Vida y sociedad en la Ceuta portuguesa

No cabe duda que la toma de la ciudad tuvo un enorme impacto simbólico ya que se trataba de la primera victoria cristiana contra los musulmanes de África: el propio don Juan I declaró que la conquista de Ceuta fue una victoria para Portugal pero también para toda la cristiandad. Ceuta se convirtió en la primera base estratégica europea en la costa africana y por ello en « *la llave de todo el Mediterráneo* » (Rezzete, 1976: 30). La primera transformación que conoció la ciudad afectó a sus lugares de culto, la gran mezquita se transformó en Iglesia y las dos campanas encontradas en medio del botín fueron instaladas y resonaron en la celebración de la primera misa de la victoria. Los infantes fueron armados caballeros y siguiendo la tradición inglesa, poco tiempo después se hicieron nombrar duques, don Pedro duque de Coimbra y don Enrique duque de Viseu. Después de haber decidido contra todo pronóstico conservar la ciudad y no proceder a su destrucción, los portugueses dejaron en ella una guarnición de 2.700 hombres armados para asegurar la protección del estrecho. Don Pedro de Meneses que se hará con el control de la Capitanía general y dará comienzo a la estirpe de los Meneses que gobernará Ceuta hasta su separación de la corona portuguesa en 1640. Su primera acción fue ordenar la construcción de fuetes para asegurar la protección de Ceuta, transformando las murallas moras en impresionantes fortificaciones, en apenas algunos días la ciudad se transformó en plaza militar y se vació de su población. Ceuta también se convirtió en un presidio en el que los condenados portugueses fueron enviados para cumplir sus penas según quedaba actado en las *Ordennações*



*Alfonsinas*. Laciudad se transformó en una prisión a cielo abierto e incluso sirvió de refugio a los miembros depuestos de la familia real: la historia de la cautividad de Don Fernando, hermano menor de Don Enrique tuvo una gran notoriedad en la época (Carmona Portillo, 2007: 56-60).

Bajo el dominio portugués Ceuta conoció años de esplendor, por ejemplo, durante el reinado de Alfonso V (1438-1479) la ciudad poseía su propia moneda que sirvió posteriormente para los intercambios con el Nuevo Mundo (Hermano Saraiva, 1989: 113). El reino se interesó rápidamente a Ceuta y esta atención no pasó desapercibida ante los ojos de intelectuales españoles: el dramaturgo Pedro Calderón de la Barca, en su drama titulado *El príncipe constante* escenificó la defensa de la ciudad por parte del rey Fernando contra la sedición de la armada marroquí<sup>4</sup>. Los musulmanes, por su parte, eran conscientes de la importancia simbólica y estratégica de la toma de Ceuta por los cristianos. Guiados por sus morabitos y sus guías espirituales, se sublevaron en numerosas ocasiones contra los nuevos ocupantes pero sin el apoyo del hinterland marroquí enquistado en disensiones internas que minaron la dinastía de los meriníes (1258-1465) (Laraoui, 1994: 67-89). La toma portuguesa de Ceuta privó a la ciudad de su «*sôr*», es decir, de su hinterland marroquí, que constituía el granero a partir del cual la ciudad obtenía el cultivo y en el que pastaban sus bestias (Polo, 1986: 91-93). La ciudad de Beliounech situada a 7 kilómetros de Ceuta desempeñó durante décadas esta función abastecedora. Con la llegada de los portugueses, Ceuta tuvo que hacer frente a un contexto geográfico y sociodemográfico hostil. La falta de víveres y de agua sumieron a la ciudad en una dependencia total de la península (Ayache, 1972: 4-36). Para paliar esta penuria los gobernadores lusitanos emprendieron a menudo razias contra los vecinos marroquíes de los alrededores de la ciudad los cuales acaban siendo secuestrados por los soldados portugueses. A cambio de su libertad se pedía un rescate a los jefes de las tribus y la suma variaba en función de la edad del secuestrado y de su forma física (Carmona Portillo, 2007: 41).

---

4.- Pedro CALDERÓN DE LA BARCA, *El príncipe constante*, Madrid, Cátedra, 1980. Calderón se inspiró de la crónica de Joao Alvares sobre la expedición contra Tánger comandada en 1437 por el infante don Enrique, el Navegante.. Pero la aventura resultó un fracaso y el infante Fernando, hermano de Enrique, fue hecho prisionero y a cambio de su liberación los moros pidieron la devolución de Ceuta pero él se opuso y prefirió morir antes que devolver la ciudad. Con estos versos lo cuenta Calderón: « Fue tu intento que llegase / aquella ciudad famosa / llamada en un tiempo "Elisa" / aquella que esta en la boca / del freto hercúleo fundada / u de "Ceido" tomo nombre; / que leído Ceuta en hebreo / vuelto en el árabe idiona / quiere decir hermosura / y ella es ciudad siempre hermosa ».

De manera general, la lucha portuguesa en Marruecos que duró desde 1415 hasta 1769 se revistió de un carácter de guerra santa, tanto de un lado como del otro de la frontera. La mayor parte del tiempo se limitó a pequeñas incursiones y escaramuzas en las que las tropas portuguesas saqueaban con frecuencia los alrededores rurales, los moros, por su parte, tendían emboscadas. La intolerancia religiosa que era mutua, exacerbaba los ánimos de ambos bandos. Los musulmanes convertidos al cristianismo, por voluntad propia o bajo presión, al ser recapturados por sus antiguos correligionarios, eran martirizados cruelmente (Boxer, 1988: 10). Los portugueses por su lado, no hacían con frecuencia la distinción entre la población civil y militar. Así lo demuestra el balance de un ataque sorpresa realizado por su guarnición del capitán de Safim en dos campamentos moros en julio de 1541, en el que aparece: *“apanhamo-los completamente de surpresa e matámos cerca de 400 pessoas, na maioria mulheres e crianças. Os soldados não poupavam ninguém e só quando estavam cansados de matar é que capturamos umas oitenta almas”* (Boxer, 1988: 11).

La conquista portuguesa de Ceuta dio lugar a una política de poblamiento en la metrópoli portuguesa. La idea era atraer a los súbditos portugueses para que vinieran a instalarse en esta plaza africana que se encontraba vacía tras la huida de la población musulmana. La llegada de colonos provocó una fuga de los antiguos habitantes que se habían instalado en los alrededores de las murallas, concretamente en el vecino valle de Barbeche que abandonaron poco después debido a las amenazas e intimidaciones, estableciéndose finalmente en la Sierra Ximena (Polo, 1985: 25). Pero este alejamiento forzado les permitió organizar mejor los ataques contra el invasor portugués: los asaltos a Ceuta se multiplicaron, la ciudad vivía un estado de guerra permanente y como lo afirma David Lopes *“conquista Ceuta, não houve mais paz entre os seus senhores e os mouros”* (Lopes, 1989: 45-50). Los conflictos y escaramuzas minaron la actividad comercial de la ciudad y pusieron en entredicho la promesa de vida pacífica y provechosa hecha a los colonos. Para reforzar su seguridad, los portugueses multiplicaron los enclaves cristianos en el norte de África, lo que supuso una ventaja para Ceuta en la medida en la que la ciudad se desenclavó multiplicándose con ello el flujo comercial de su puerto (Carmona Portillo, 2007: 41). Todas estas conquistas portuguesas en territorio marroquí tenían la particularidad de ser ciudades costeras y portuarias, sin otro interés que el de servir de base de retaguardia de una extensión colonial centrada en la costa atlántica y en el sur del continente africano.

Pese a esta visión oceánica de la empresa colonial portuguesa, los portugueses pusieron en marcha una red comercial con el interior de Marruecos

a partir de las ciudades de Safi y Azammour (De Madariaga, 2000: 38-40)<sup>5</sup>. La situación era muy diferente en los enclaves españoles acantonados a una misión puramente defensiva: sin contactos ni posibilidades de intercambio con la trastierra marroquí y alejados de la metrópoli, los soldados españoles vivían un cotidiano de miseria (Bunes Ibarra, 1988: 10). Otra diferencia con respecto al *modus operandi* español en los territorios conquistados en África se situaba a nivel de la funcionalidad acordada a dichas conquistas. En efecto, si la burguesía portuguesa acordaba al comercio en estos territorios una importancia capital, los españoles marginalizaron esta actividad sirviéndose de dichos territorios como vitrinas de prestigio internacional.

Para asegurar la actividad comercial de Ceuta, los portugueses multiplicaron las tentativas de pacificación de la zona. En este sentido, destacaremos el papel jugado por uno de los gobernantes portugueses de Ceuta, Alfonso de Noronha (1540-1549) que puso en práctica una verdadera política de entendimiento con los fronterizos aunque salpicada con algunas escaramuzas esporádicas. El año 1553 marcó de manera trágica la historia de las relaciones entre las dos poblaciones vecinas cuando durante un combate contra los moros, el gobernador de la ciudad, el jefe de la caballería y varios nobles portugueses murieron en el frente. El relato de este combate nos ha llegado gracias a los escritos del poeta Luis de Camoes, testigo directo (Carmona Portillo, 2007: 42-43). Pese a la vivencia de este acontecimiento mortífero, el peligro en la ciudad era relativo pero las intimidaciones y el clima de inseguridad eran moneda corriente y motivo de duda para los candidatos a la inmigración. Para seducirles el gobierno portugués adoptó una nueva medida llamada la *moradía* que era una política de apoyo a la inmigración mediante una recompensa financiera (Cano, 2004: 76-90). Pero la mayor parte de estos colonos preparados para partir a Ceuta eran portugueses obligados a exiliarse para purgar sus penas o para escaparse de la justicia (Carmona Portillo, 2007: 44). Se trataba principalmente de hombres que se instalaban en la ciudad por un corto período de tiempo para trabajar en la construcción de murallas y en el abastecimiento de las tropas. Pero la población de Ceuta adquirió muy tempranamente un carácter estable (Drumond Braga y Mendes Drumond Braga, 1998: 54).

---

5.- Estas ciudades les servían como espacios de abastecimiento tanto de trigo, codiciado en la metrópoli, como de caballos y de lana que intercambiaban después en África negra por esclavos y oro. Pero esta actividad no se limitaba exclusivamente a los trueques comerciales: en las ciudades de Fes por ejemplo, los portugueses desplegaron una importante red diplomática que favoreció el comercio y las relaciones bilaterales entre Marruecos y Portugal.

Si la instalación de las familias de los soldados y de las mujeres fue estrictamente prohibida en otras colonias portuguesas el caso de Ceuta constituye sin duda una excepción en la política portuguesa. Encontramos en las crónicas la presencia de «*fronteiros*», o «fronterizos» que eran aquellos que residían de manera fluctuante en la ciudad, estas mismas crónicas nos hablan de la existencia de «*moradores*», hombres y mujeres cuyo establecimiento poseía un carácter permanente. Desde el siglo XV, los capitanes destinados en Ceuta venían acompañados por sus familias como lo atestan por ejemplo la presencia de dos esposas de don Pedro de Meneses e incluso la celebración en la iglesia de Ceuta de la boda de una de sus hijas ilegítimas. Otros ejemplos recogidos en los archivos corroboran la existencia de esta población estable, así en 1446 las autoridades eclesiásticas concedieron el perdón a una mujer que «*mora aqui da vinte anos*», la presencia del linaje de los Pereira remonta a a la conquista de la ciudad (Drumond Braga y Mendes Drumond Braga, 2009: 330). Otra excepción de la política portuguesa y que contribuyó a perennizar la población, la constituye la población femenina. Si las mujeres que se establecieron en la ciudad no fueron muy numerosas, su presencia fue tolerada lo que constituía en sí una novedad (Vicente, 2005: 31). La mayoría de estas mujeres estaban casadas, pero también sabemos de la presencia de solteras, algunas de ellas dedicadas a la prostitución. En 1586, se contabilizaron en Ceuta 10 mujeres casadas y 23 viudas pero ningún dato con respecto a las mujeres solteras (Drumond Braga y Mendes Drumond Braga, 2009: 332). Esta política de poblamiento se distinguió de la que se aplicaba en la época en España puesto que las autoridades españolas incitaban las migraciones de colonos sin distinción de género. Por eso, las mujeres españolas no dudaron en alistarse a la aventura colonia y emigrar hacia los nuevos territorios conquistados (Maura, 1995: 185-203). Bastará citar por ejemplo el recorrido de Inés de Suárez, una joven originaria de Extremadura que embarcó hacia el Nuevo Mundo, su historia ha inspirado la novela de Isabel Allende titulada *Inés del alma mía*<sup>6</sup>.

Pese a los estímulos a la inmigración por parte de la corona portuguesa y pese al apoyo financiero propuesto, los censos de la época muestran que los inmigrantes que se instalaron en Ceuta procedían en su mayoría de las regiones españolas de Andalucía y de Castilla. Colonos que trabajaban la tierra en sus regiones de origen y buscaban escarpar al pago de la renta

---

6.- Inés Suárez (Plasencia, Extremadura 1507-Chile, 1580) fue junto con Pedro de Valdivia, conquistadora de Chile y fundadora de su capital, Santiago de Nueva Extremadura, actualmente Santiago de Chile.

de bienes cuyo valor medio representaba casi un cuarto de sus cosechas (Carrasco, Derozier y Moline-Bertrand, 2004: 47-87). Del mismo modo, las crisis agrarias y la escasez que se habían convertido en algo crónico en el reino de Catilla reforzaron estas migraciones. La población musulmana que vivía en la ciudad antes de la llegada de los portugueses optó por permanecer en los alrededores donde continuaron cultivando las tierras, sirviéndose de ellas para que pastara el ganado y aprovechando las vastas praderas que les ofrecía la bahía de Beliounech (Polo, 1985: 31-32). Para que su presencia fuera aceptada, estos vecinos marroquíes tuvieron que abonar a los portugueses un impuesto a cambio de su seguridad. Esta tolerancia de una población musulmana en los perímetros de la ciudad supuso una enorme diferencia en relación con la marginalidad de la que fueron víctimas los rifeños en Melilla (Vicente, 2005: 32). En esta ciudad hubo que esperar la mitad del siglo XVIII para que los antiguos habitantes fueran tolerados y sólo se les permitía venir a Melilla durante el día teniendo que volver a Marruecos al caer el sol, una especie de toque de queda que permaneció en vigor hasta 1868 (Fernández García, 2014: 32). La suerte de estos "*moros de pazes*" era normalmente muy dura. Sus mezquitas y lugares de culto eran profanados, sus rezos interrumpidos por asaltos y pedradas e incluso a veces sus mujeres eran violadas. Algunas de sus quejas eran sin duda exageradas pero como lo afirma Charles R. Boxer, con muy pocas excepciones, los portugueses no hicieron serios esfuerzos para comprender o conciliar a sus súbditos moros, considerándoles como ya Camoes lo hacía como "*torpe ismaelita*" (Boxer, 1988: 11).

A pesar de las difíciles relaciones con los vecinos marroquíes, durante los períodos de tregua, las autoridades de Ceuta y los habitantes de la misma intercambiaban productos con aquellos musulmanes que vivían en los alrededores, mayoritariamente con los marroquíes de Tetuán en donde encontramos la huella de judíos que venían a comerciar y que poseían el monopolio de ciertos productos como los tejidos o las joyas (Gonzalbes Cravioto, 1988: 67-75). En tales ocasiones, las caravanas del interior del país podían entrar en las fechorías portuguesas con un salvo conducto o acampar en las proximidades de las murallas mientras que cristianos, musulmanes y judíos negociaban en relativa armonía. Había también momentos en los que los jefes de ambos lados intercambiaban cortesías y hospitalidades, siguiendo la tradición de la caballería medieval pero tales ocasiones eran más bien una excepción y no una regla (Boxer, 1988: 12). La influencia mora era palpable en los títulos árabes de Adail, Almocadem, Anadel, etc. que los portugueses usaban para nombrar a sus comandantes de caballería y las tácticas de

ataque a la manera de raides furtivos eran muy semejantes en ambos lados. Otra transacción frecuente llevada a cabo con los vecinos era la compra o el truke de esclavos. Cuando se trataba de recuperar un esclavo cristiano la tarea concernía al «*alfaunque*» que era el encargado de negociar con los jefes de las tribus para garantizar la liberación (Carmona Pottillo, 2007: 48). En las crónicas del siglo XVI encontramos también la existencia en Ceuta de los renegados musulmanes que, perseguidos en sus países de origen, esperaban encontrar en la ciudad un refugio y de una población flotante formada por cautivos, hombres secuestrados por el enemigo y reducidos a la esclavitud. Una letra de 1553 nos cuenta las peripecias de tres habitantes de Ceuta secuestrados por los moros vecinos mientras estaban pescando, fueron hechos cautivos en Tetuán de donde consiguieron escaparse al cabo de dos meses de cautiverio<sup>7</sup>.

Desde el siglo XV, el reino portugués se obstinó en extender su influencia, la toma de Ceuta se interpretó en realidad como el inicio de su expansión africana. Pero paradójicamente, fue al querer defender Ceuta y las otras posesiones portuguesas en territorio marroquí, concebidas como eslabones de la cristiandad, que la epopeya portuguesa llegó a su fin. El 4 de agosto 1578, durante la batalla d'al-Makhzen en Ksar-el-Kébir (Marruecos), Portugal perdió a su soberano y a gran parte de su nobleza y el dinamismo de su expansión fue puesto en tela de juicio (Hermano Saraiva, 1989: 64). El rey Sebastian nombró a su tío mayor, al cardenal Enrique y a sus dos primos pequeños, como sus sucesores, pero uno de ellos murió en los días siguientes. El otro se transformó en 1580 en el monarca más poderoso de la cristiandad: Felipe II (Pérez, 1999). En 1580, la ciudad de Ceuta no dudó en jurar fidelidad al nuevo rey que tenía un proyecto bastante preciso para la ciudad: reforzar su defensa. La victoria marroquí durante la batalla de 1578 permitió a las autoridades de Ceuta constatar la resistencia del ejército del sultán determinado a reconquistar las plazas ocupadas<sup>8</sup>. En una carta con fecha del 14 de diciembre de 1579 el marqués de Santa Cruz describe al rey el estado lamentable en el que se encontraba la ciudad, «*muy apretada*», y le transmite también lo que estaba en la boca de todos los mensajeros moros, la

---

7.- Archivo histórico de la ciudad autónoma de Ceuta, Santa y Real casa de la Misericordia, *Informaciones de Hidalguía y de limpieza de sangre de la familia Schiafino*. (Polo, 1985: 27).

8.- El marqués describe con estos términos el estado eufórico de los moros: «*muy apretada, mucho mas ahora por estar los moros tan vitoriosos por la derrota del sernisimo rrey don Sebastian*»: (Polo, 1985: 25)

transformación logística y el empeño de los vecinos musulmanes para recuperar la ciudad: «*aquella ciudad de Cepta, tan ymportante, esta del todo perdida y en peligro dela tomaren moros*»<sup>9</sup>. El retrato de una ciudad al abandono en la que faltaban el dinero y los hombres aparece igualmente en las letras de los gobernadores: «*ni ay dinero, ni gente, ni bastimentos ny naide quiere hir a ella*»<sup>10</sup>. La peste hizo estragos en Ceuta durante este año de 1580 pero según las crónicas fue esta misma peste la que hizo volver la tranquilidad en la ciudad ya que los moros, temiendo contaminarse, cesaron de asediarla<sup>11</sup>.

\* \* \*

Las primeras expediciones realizadas durante el siglo XV en la costa mediterránea de Marruecos fueron la obra de los portugueses, entre las múltiples motivaciones que les llevaron a interesarse por Ceuta, el deseo de cruzada ocupa sin duda un lugar de excelencia. Desde la Edad Media y debido a su situación geográfica, Ceuta buscó forjarse un equilibrio entre Marruecos, del que formaba parte pero del que se encontraba en una posición excéntrica y las potencias ibéricas, esos vecinos que acechaban la ocasión de apoderarse de ella. Los autores árabes de la Edad Media la describían como la “*llave de Andalucía*”, por ser una base naval temible desde donde los sultanes embarcaban para oponerse al avance cristiano. Esta dualidad, esta oscilar entre Marruecos y la Península alimentado por su posición geoestratégica han hecho de Ceuta una zona de contactos, de confrontaciones y también una frontera que ha jugado un papel capital en la historia de las relaciones entre la Península y Marruecos. Bajo la dinastía marroquí de los Azafides, Ceuta gozó de una independencia política lo que demuestra su importancia como centro neurálgico del estrecho de Gibraltar. Desde la instalación de los portugueses, el rey don Juan I decide hacer de esta plaza un presidio. La orden real se cumple pero la composición de la población va progresivamente adquiriendo un carácter estable con la llegada de las familias de los soldados. Sin embargo, las sucesivas tentativas de los moros

---

9.- *Ibidem*

10- Carta con fecha del mes de abril de 1580 dirigida al rey. (Polo, 1985: 28)

11- Los daños causados por la peste fueron múltiples, una carta del oficial de justicia de Gibraltar nos permite conocer la cantidad de pérdidas materiales y el número de víctimas que esta enfermedad causó en Ceuta: «*Antento la poca gente de guerra que en aquella plaça ha quedado con la peste*» (Cherif, 1966: 198 ).

por recuperar Ceuta la sumergieron en un estado de guerra permanente poco propicio para el crecimiento demográfico.

Nuestra voluntad de estudiar la historia de Ceuta en transición entre dos mundos, el mundo musulmán antes de 1415 y el mundo cristiano a partir de esta fecha reside en la necesidad de recuperar el pasado y retomar las raíces de esta ciudad-frontera que desde su más remoto origen vive en tránsito entre dos mundos. La recuperación de este legado histórico y cultural tiene por objetivo contribuir a la construcción de una memoria común, tanto la de los dos siglos y cuarto de presencia portuguesa como la del período (del siglo XII al XIV) en el que la ciudad perteneció a Marruecos. La influencia de uno y otro mundo, el mundo musulmán y el mundo portugués, debe contribuir a la creación del patrimonio cultural e identitario del ceutí, de una conciencia nacional hecha de aportes mutuos. La recuperación de este legado doble, marroquí y portugués a la vez, esperamos que se convierta en patrimonio inmemorial de la ciudad.



## Bibliografía

- Ayache, G., 1972. "Beliounech et le destin de Ceuta entre le Maroc et l'Espagne ". *Hesperis Tamuda*, nº 13, pp. 4-36.
- Baeza Herratzi, A., 2001. "Ceuta lusitana". *I Jornadas de historia de Ceuta. Portugal y Ceuta: una historia común, 1415-1668*. Instituto de Estudios Ceutís, Ceuta.
- Benramdane, Z., 2003. *Ceuta du XIIIème siècle au XIVème : siècles de lumières d'une ville marocaine*. Publications de la faculté des lettres et des sciences humaines (Mohammedia), Rabat.
- Boxer, C..R., 1988. *Relações raciais no império colonial português, 1415-1825*. Afrontamento, Porto.
- Bourdon, L., 1960 (edición y traducción). *Croniques de Gomes Eannes de Azurara*. Éditions Duchartre, Paris
- Bunes Ibarra, M. A., 1988. "La vida en los presidios españoles del Norte de África". *Actas del coloquio Relaciones de la Península ibérica con el Magreb (siglos XIII-XVI)*, Madrid.
- Calderón de la Barca, P. 1989. *El príncipe constante*. Cátedra, Madrid.
- Cano, P. D., 2004. *Al-Andalus. El Islam y los pueblos ibéricos*. Silex, Madrid.
- Carmona Portillo, A. 2007. *Historia de Ceuta*. Sarriá, Madrid.
- Carrasco, R., Derozier, C. y Moline-Bertrand, A., 2004 [1991]. *Histoire et civilisation de l'Espagne classique*. Armand Colin, Madrid.
- Cherif, M., 1966. *Ceuta aux époques almohade et mérinide*. L'Harmattan, Paris.
- De Madariaga, M. R., 2000. *España y el Rif. Crónica de una historia casi olvidada*, UNED La Biblioteca de Melilla, Melilla.
- De Mascarenhas, J. 1918. *Historia de la ciudad de Ceuta*. Dornellas, Lisboa.
- Drurmond Braga, P. y Mendes Drumond Braga, I., 1998. *Ceuta portuguesa*, Instituto de Estudios Ceutís, Ceuta.
- Dufourcq, Ch. E., 1968. "Les relations du Maroc et de la Castille pendant la première moitié du XIIIème siècle ". *Revue d'histoire et de civilisation du Maghreb*, nº5.
- Ferhat, H., 1993. *Sabta des origines au XIVème siècle*. Éditions Al Manahil, Rabat.
- Fernández García, A., 2014. *Melilla, mosaïque culturelle. Expériences interculturelles et relations sociolinguistiques d'une enclave espagnole*. L'Harmattan, Paris.
- Gordillo Osuna, M., 1993. , "Análisis sobre la "tomada" de Ceuta por Portugal", *Ceuta hispano-portuguesa*. Instituto de Estudios Ceutís, Granada.
- Gordillo Osuna, M., 1972. *Geografía urbana de Ceuta*. CSIC, Madrid.
- Gozalbes Busto, G., 1993. "Los últimos da tomada de Cepta". En: A. Baeza Herratzi (ed.) . *Ceuta hispano-portuguesa*, Instituto de Estudios Ceutís, Granada.

- Gonzalbes Cravioto, E., 1988. *Notas para la historia de los Judíos de Ceuta (siglos XI-XVI)*. Caja Ceuta, Ceuta.
- Hermano Saraiva, J., 1989. *Historia de Portugal*. Alianza editorial, Madrid.
- Laroui, A., 1994. *Historia del Magreb. Desde los orígenes hasta el despertar magrebí*. Editorial Mapfre, Madrid.
- Lelièvre, D., 1988. *Mer et Révolution. Le Portugal pionnier fin XIVème, début du XVème siècle*. DL, Paris.
- Lopes, D., 1989. *Organização militar e civil das praças de África*. Teorema, Lisboa.
- Maura, J. F., 1995. "Mujeres hispanas en el nuevo mundo: a la vanguardia de los acontecimientos". *Revista de Estudios hispánicos*, nº 19, p. 185-203.
- Pennell, C. R., 2006. *Marruecos: del imperio a la independencia*. Alianza editorial, Madrid.
- Pérez, J., 1999. *L'Espagne de Philippe II*. Fayard, Paris.
- Polo, M., 1985. "Les enclaves espagnoles au Maroc aux XV<sup>ème</sup> et XII<sup>ème</sup> siècles". Tesis doctoral, Universidad de Toulouse.
- Rezette, R., 1976. *Les enclaves espagnoles au Maroc*. Éditions Latines, Paris.
- Sánchez Barba, H., 1960. *Las tendencias expansivas portuguesas en la época del Infante don Enrique*. Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC)- Instituto Fernández de Oviedo, Madrid.
- Vicente, A., 2005. *Ceuta, une ville entre deux langues*. L'Harmattan, Paris.

**IMPOSING CHRISTIANITY ON NORTH AFRICA AT THE DAWN  
OF PORTUGUESE OVERSEAS EXPANSION:  
ROMAN CATHOLIC COMPETITIVE DOMINATION OF MUSLIM  
RELIGIOUS SITES IN CEUTA, NORTH AFRICA (C. 1415-1475)**

*Timothy D. Walker*

University of Massachusetts Dartmouth (USA)

Portuguese colonial conquest and settlement in North Africa during the fifteenth and sixteenth centuries included a significant dimension of militant religious dissemination: the imposition of essentially Iberian Roman Catholic sacred forms at various sites along the Morocco coast. Ceuta provides the inaugural example. Through early conquests, occupation, and sustained commercial activity with regional peoples, colonized Portuguese enclaves in Morocco experienced the aggressive assertion of southern European Catholic religious dominance. In Ceuta, Alcácer Ceguer (*Ksar es Seghir*), Tangier, and Arzila (*Asilah*), among other locations, Portuguese military commanders and religious orders established Roman Catholic churches, chapels, and shrines -- with their attendant Iberian sacred modes -- on sites previously occupied by Muslim mosques, which themselves had occasionally been constructed over pre-existing ancient Roman or indigenous North African sacred spaces.<sup>1</sup>

This article will survey the extant physical evidence for Roman Catholic competitive domination of selected Muslim religious sites within Portugal's earliest Moroccan colonies (principally Ceuta) during the initial period of Portuguese maritime expansion. Such evidence is often "hidden in plain

---

1.- Deep gratitude and thanks are due to professors Fernando Villada Paredes and Robert M. Hayden for their critical reading of this work. Their suggestions and advice have made this a much stronger article.

sight" -- obvious once one looks for it, but rarely acknowledged or studied comparatively. Further, the work will explore Portuguese motives, methods, and rationale for the cooptive establishment of "new" Christian sacred spaces at those sites. In addition to primary and secondary source research carried out in Portugal, this paper will draw on comparative data and images collected while conducting site fieldwork in Ceuta in 2015.

This article stems from research completed under an interdisciplinary project conceived of and coordinated by anthropologist Dr. Robert Hayden (University of Pittsburgh), entitled: "Antagonistic Tolerance: A Comparative Study of Competitive Sharing of Religious Sites." This project developed a concept of competitive sharing to explain how sacred sites that have long been contested, or even shared, by members of differing religious communities -- and may even exhibit syncretic mixtures of the practices of both -- may come to be seized or destroyed by members of one of them in order to establish or maintain dominance over the other.<sup>2</sup> The social, religious, and political dynamics at play here are familiar to historians of the Iberian *Reconquista*, but are usually analyzed as if the Iberian experiences were unique. In contrast, the Antagonistic Tolerance project (AT) sought to apply an analytical framework that would assist researchers to evaluate similar circumstances in any period or part of the world<sup>3</sup>. My role as a senior research scholar in the project was to help examine and interpret sites of antagonistic tolerance in former Portuguese colonial enclaves in South Asia (colonial Goa), Brazil, and in the western Iberian Peninsula. Other regions included in the project were Serbia, Bulgaria, Turkey, India (ancient north

---

2.- This article proceeds from my collaborative work with an international, interdisciplinary team of scholars on a project called "Antagonistic Tolerance: A Comparative Study of Competitive Sharing of Religious Sites" (P.I., Dr. Robert M. Hayden; University of Pittsburgh), made possible through support from the United States National Science Foundation and the Wenner-Gren Foundation. The project team has published their findings in: Hayden, Robert M., Tuğba Tanyeri-Erdemir, Timothy D. Walker, Aykan Erdemir, Devika Rangachari, Manuel Aguilar-Moreno, Enrique López-Hurtado, Milica Bakić-Hayden, *Antagonistic Tolerance: Competitive Sharing of Religious Sites and Spaces* (Routledge Press, 2016).

Project Website: [http://www.ucis.pitt.edu/antagonistictolerance/AT\\_Main\\_Page.html](http://www.ucis.pitt.edu/antagonistictolerance/AT_Main_Page.html).

3.- The principal investigator of the "Antagonistic Tolerance" project (AT) is an anthropologist and legal scholar, but affiliated colleagues' disciplines include archaeology, religious studies, art history, and history. My role has been to examine and interpret contested religious sites in Portugal (pre-Roman to Reconquista) and in former Portuguese colonial enclaves in India, Morocco, and Brazil. Other places evaluated for this project include sites in Mexico, Peru, Serbia, Bulgaria, Turkey and northern India.

India and contemporary central India), Aztec Mexico, and pre-Columbian Inca Peru. The present article extends the project areas under consideration into North Africa.

During the lengthy process of colonial conquest and subjugation, Portuguese enclaves in Morocco saw strong assertions of religious dominance that conform to a model developed by researchers of the Antagonistic Tolerance Project, which seeks to study, comparatively across cultures and historic eras, sacred spaces that are both shared and contested by members of different religious communities. On the peninsula of Ceuta, a strategic port in coastal northern Africa, just south of Gibraltar across the key straits that form the western outlet of Mediterranean Sea, the Portuguese in August 1415 conquered a Muslim-ruled city of heterogeneous inhabitants and rebuilt it, creating a permanent imperial European Christian settlement upon the site of a long-time North African trading community -- a center for salt fish production during Roman times, and a terminus for caravan routes across the Sahara Desert following Islamic expansion (Braga & Braga, 15-25; Marques & Dias, maps 116, 118). It was the first Portuguese colonial enclave outside of continental Europe, with an urban population that, at its height, had reached 30,000 souls in the fourteenth century (Villada [2010], 3; Gozalbes [1995b], 49-59). Under Portuguese rule the population (of which a substantial percentage were part of the European-born military garrison) fell considerably, prior to Spanish assumption of full political authority in 1640 (Russell, 65-6). There, over the course of two generations, in the context of the ongoing Iberian *Reconquista*, an array of Roman Catholic crusader religious orders established prominent churches and chapels on sites previously occupied by Muslim mosques and other holy sites (either of which may have also been built successively over earlier Roman pagan or paleo-Christian sacred spaces) (Villada [2010], 2-6; Villada [2016a], 95-108; Rosa, 65-7).

By the sixteenth century, the city of Ceuta would boast more than a dozen churches, chapels, monasteries, and convents, and become known to Europeans as an important, intensely ecclesiastical Christian site on the margins of Islamic-ruled territory in North Africa (Braga & Braga, 149-154). The Portuguese of that epoch, having secured their own borders from Muslim rule in the 1250s, but still in the midst of the incomplete Iberian *Reconquista* involving neighboring Castile, saw themselves as the imperial successors of the Romans and proponents of a golden age of western Christian civilization in Africa (Boxer, 17-24). Similar appropriations of sacred space, though

on a smaller scale, occurred at other Portuguese colonization sites along the northwest African coast (Marques & Dias, map 167), including Alcácer Ceguer (taken in 1458), Tangier (1471), Arzila (1471), and Mazagão (1485). At the same time, Portuguese civil authorities in Ceuta, as the colonizers consolidated their gains, systematically eliminated all non-Christian religious sites within the colonized territory (Villada [2010], 4-6; Sá, 255; Braga and Braga, 33-5). The starkest period of religious intolerance began immediately, during the sack and occupation of the city in late August 1415, and continued thereafter, as increasing numbers of militantly Roman Catholic religious orders -- foremost among them the knights of the Orders of Christ and Santiago, and the Franciscan brotherhood -- established themselves as the governing authorities in Ceuta (Rema, 367-78; Larcher, 451-62).

The Portuguese colonial era in Ceuta, however, had begun mainly as a military and commercial endeavor, combined with a secondary underlying religious motivation. Recognizing that Ceuta's port was a pivotal entrepôt for Muslim trade -- a terminus for caravans carrying gold dust, ivory, and slaves across the Sahara Desert to the Mediterranean Sea -- the Portuguese conquest was a calculated strategic blow designed specifically to undermine Islamic wealth and power in northern Africa (Costa, et al., 42-6). Occupation of the southern margin of the Gibraltar Straits also promised to provide a strategic advantage to Christian forces engaged in a protracted struggle for geopolitical and cultural dominance with regional Muslim potentates, especially those of the Kingdom of Granada. For the Portuguese, taking Ceuta also positioned them advantageously to control trade flowing between the Atlantic from the Mediterranean, a great benefit in their ongoing Iberian rivalry with the Kingdom of Castile (Newitt [2005], 20-21; Diffie & Winius, 52-53).

Portuguese colonization in Morocco can be divided into two general phases: the initial occupation of the key littoral ports, comprising the Atlantic Ocean coastal regions west of the Gibraltar Straits, which were aggressively colonized during the fifteenth and sixteenth centuries, and the later attempts toward achieving new conquests, an ambitious but ultimately unsuccessful (even disastrous) program of expansion into adjacent territories in the Moroccan hinterland from the late sixteenth to the early eighteenth centuries (Disney, vol. 2, 7-12; Newitt [2005], 20). A chronological comparison of Portuguese colonial policies toward non-Roman Catholic sacred spaces in Ceuta is instructive; researchers should be aware of the contrast between the earlier intensive, comprehensive efforts to impose

Christianity and establish religious dominance in coastal North Africa, and the less aggressive, almost careless attitude toward religious evangelizing observed later in that region, once Roman Catholic institutions had become firmly ensconced (Costa, et al., 42-6; Disney, vol. 2, 8-11). These phases of varying religious aggression correspond with the historical dynamic predicted under the AT model.

During the early phase of colonization, Portuguese rule in Ceuta was particularly vulnerable and tenuous. Although they had access to some superior martial technology (notably gunpowder artillery), because the enclave was logistically isolated at the end of a lengthy supply chain, the number of trained Portuguese inhabitants available to fight was always relatively few (Cook, 24-38; Almeida 112). Overall, then, Portuguese tactical military capacity was roughly comparable to that of the Muslim forces arrayed against them in Morocco -- sufficient to hold fortified coastal bases, but not to expand much beyond them. Thus, the Portuguese strategic military position was chronically weak on land (Diffie & Winius, 54-6). In the event, soon after the initial conquest of Ceuta, the Portuguese would endure two vigorous attempts to retake the city. Sultan Abu Said Uthman III of the Moroccan Marinid Sultanate twice laid siege to the city during successive campaigns in 1418 and 1419 (Almeida, 112; Braga and Braga, 33-5; Newitt [2005], 20). Another siege in 1457 was raised only through the intervention of a relief force sent from Lisbon (Newitt [2005], 16). Though ultimately unsuccessful, these attacks underscored the continued imminent threat to Portuguese interests and justified expedited efforts to eliminate all vestiges of Islamic power within Ceuta. Establishing clear Christian religious dominance would simultaneously discourage the foe while encouraging friends and potential allies. This dynamic, too, is wholly consistent with AT model predictions.

Thus, the Portuguese approach to conquest consolidation, conditioned by the centuries-long campaign of *Reconquista* to wrench territory on the Iberian Peninsula from Islamic rule, employed forced religious adherence and site conversion as tools of assimilation and social control over any remaining conquered residents whose faith differed from that of the conquerors (Disney, vol. 1, 77-89). Largely for these reasons, in North Africa the Portuguese would initially engage in zealous, highly intrusive tactics to establish their religious and cultural dominance in the coastal Moroccan territories they occupied.

In particular, one can point to specific Portuguese colonial methods in North Africa: the systematic destruction of mosque sites, combined with coopting these sacred spaces to build structures for Christian worship or study (Sá, 255; Villada [2010], 4-5); the strategic placement of churches, shrines, and chapels at visually prominent locations (Braun & Hogenberg; Anonymous; Bowles); and the repurposing and incorporation of decorative Muslim mosque components into the fabric of churches and secular structures for reasons of asserting symbolic cultural and religious dominance (Rosa, 67-9; Matos, 122-38). By the end of the sixteenth century, however, Portuguese authority and religious dominance in the Moroccan enclaves had long been consolidated, largely through the annihilation or enslavement of the inhabitants found in these communities at the time of the conquest, and the careful management of the population composition of the occupied towns since then. Though spreading Christianity remained an important component of occupation and rule during the campaigns of the fifteenth century, geographically broad evangelical proselytizing never emerged to represent a fundamental life-and-death program to guarantee the survival of the Ceuta colony, as such strategies would later in India, Brazil, and China. (Disney, vol. 2, 5-12; 200-3; 314-22).

### THE ANTAGONISTIC MODEL FRAMEWORK

This article proceeds from work completed in collaboration with an international, interdisciplinary team of eight scholars on a project aimed at assessing comparatively the competitive sharing of religious sites across highly disparate geographic regions and culturally diverse eras.<sup>3</sup> A principal finding of our “Antagonistic Tolerance” research is that, historically, during episodes of conquest, social dominance is indicated by overt manifestations of control of key structures in a built environment; that is, of buildings, either religious or political, established or altered in a contested space inhabited by two (or more) rival groups of differing faiths or creeds (again, either religious or political). (The project’s theoretical foundation and salient findings are detailed in Hayden [2002], 205-31; Hayden, et al. [2011], 1-17; and Hayden and Walker [2013], 399-427.)

Since the AT project model views religious sites as cultural indicators of political dominance, or challenges to it, the team of researchers developed a theoretical framework -- with measures of dominance -- that we believe has broad historical applicability. These measures are based on several important features of major religious sites that function as power indicators:



*perceptibility* (especially visibility, audibility, and massiveness) and *centrality*. In all cases, a greater level or measure of the feature in question indicates an assertion of social or political dominance. (For a discussion of a similar dynamic with a focus on Valencia, see Torr , 11-40.)

Comparative AT Project research across cultures finds that, in zones of actively contested politico-religious dominance, vying groups will build structures that competitively challenge the height, visibility, audibility, and/or massiveness of the rival group's religious or political structures. The sacred sites or buildings of the religion practiced by the ruling powers necessarily, by definition, manifest symbolic dominance. Further, sacred sites established on higher or otherwise strategically favorable ground are accorded preference and prestige; moreover, such sites will be built deliberately to appear larger, taller, louder, or more colorful, in comparison with a rival religion's sacred site. Finally, if a new religion arrives to a region via conquest, the conquerors will in due course convert or destroy the most prominent sites associated with the earlier regime. Once clear dominance has been established in fact and symbolically, new rulers will (usually) permit the members of the subordinated community to continue to engage in their own practices in subordinate sites dedicated to those purposes.

The AT project has also refined an existing concept -- the "religioscape" -- a term that archaeologists, historians, and anthropologists use to refer to the distribution of the physical manifestations of specific religious traditions in various spaces across time, and of the populations that build them (Hayden and Walker, 408-9). Both the population and the physical manifestations of the religion are components of a religioscape. A physical artifact associated with a religion that is no longer practiced in a given place may be evidence of a previous religioscape, but does not itself constitute a religioscape. Religioscapes as the AT project defines them are inherently fluid: people move, taking their religious practices with them, and potentially changing the built environment as well, in ways that reflect their beliefs. The concept of religioscape is useful because researchers can anticipate seeing such socio-religious horizons being marked physically in their various settings. In situations where only one religious community has a major presence, its structures form a frontier, relative to rival religious communities. The religioscape, then, is a social space marked by physical icons, from small shrines to large complexes of them, or even sacred cities. Indeed, complexes of places, or even territories, may be imbued with religious meaning. When two such religioscapes are brought into contact, the power relations of the

two groups relative to each other will be displayed by competitively-constructed features of the sites relative to each other (Hayden and Walker, 409-10). The post-conquest built environment that the Portuguese created at Ceuta conforms perfectly with the characteristics of a contested religiouscape as described in the AT model.

The explicit purpose of the AT project model is to provide analysis that is comparative -- meant to draw attention to common historical dynamics in cases of religious and political contestation or conquest that occurred in circumstances that may be broadly disparate, geographically, culturally, or chronologically. This model is not meant to challenge other types of historical analysis, especially those that focus closely on a single place to explicate the unique political and social contexts in which a specific incident of religious conquest or contestation took place. Rather, the AT research model is intended to be applied to augment and enrich existing studies, assessing historical data using an alternative but compatible interpretive framework, thus providing new ways of thinking about incidents of socio-religious conquest in comparison with other similar occurrences, even in seemingly dissimilar places or eras. Through the application of the Antagonistic Tolerance model, unexpected commonalities can come into focus. Hence, this project work is positioned to contribute to major historiographical currents regarding imperial experiences and global cross-cultural interactions -- especially studies that examine linkages between the imposition of religion and the exercise of political power, as well as the role and agency of conquered or colonized peoples in these processes (see Hayden, et al., 2016).

Historic Ceuta provides multiple powerful examples of this dynamic -- controlling religious sites as a means of asserting political dominance -- from earlier epochs, with religiouscapes pre-dating the European colonial period (Gozalbes [1995a], 25-32; [1998], 473-475). In fact, Ceuta has seen multiple successive conquests by rulers of varying and competing religious traditions. Islamic mosques or shrines supplanted and eclipsed pagan, Roman, and Visigothic religious sites (temples and shrines), which had been founded there from the mid-first century C.E., when Ceuta initially came under the rule of the Roman Empire (Villada [2010], 3). By the second century C.E., the port had been granted the elevated status of a Roman municipality. In the 400s, during the dissemination of Christianity as a sanctioned religion throughout the Roman world, Ceuta would have seen the displacement and destruction of any pagan temples in the town (of which only scant archaeological evidence remains), followed by the construction

of a paleo-Christian basilica atop a “Christianized” pagan burial site (this following a period of relatively tolerant -- though at times antagonistic -- religious coexistence that had lasted for over a century) (Villada [2009], 142-70; Villada [2016b], 9-31).

Though power wielded from Rome lapsed in the late fifth century C.E., Justinian re-established dominance of formal Christian political rule from Constantinople in 533-534. One of Justinian’s orders for Ceuta was the creation of a discrete church dedicated to the Holy Mother of God, built to protect the symbolic “gateway” of his resurgent empire: Ceuta, Gibraltar, and the maritime straits. Significantly, archaeological evidence for this church has been lost; it is not the late Roman basilica well known to scholars (Villada [2009], 184-92).

Nearly three hundred years later, during the eighth century C.E., Ceuta’s earliest mosques were built, sometimes on the sites of demolished Roman temples or paleo-Christian churches in and around ancient Ceuta, as a consequence of Muslim occupations of this key trade port (Villada [2009], 203-13). Following the conquest led by Arab and Berber forces in 709-10 C.E., when Muslim warriors, drawn by the port’s convenient location, used Ceuta as a base for crossing the narrow seaway to Europe (and beginning their seven-century occupation of Iberia), the Muslims re-consecrated paleo-Christian churches (except for the funerary basilica) as mosque sites that would have been conspicuously visible from the sea and across the Gibraltar Straits (see Braun & Hogenberg; Anonymous). Indeed, as an assertion of dominance, one of Ceuta’s main Muslim defensive strongholds was deliberately sited on the heights of what is today Monte del Hacho hill (Villada [2009], 158; 187; 238-9; 243-44; Hita and Villada, 218-44), once the highest and most visually prominent Roman site in the region -- subsequently an area where multiple highly conspicuous Christian institutions were deliberately located (Braun & Hogenberg; Anonymous; Bowles).

Moreover, in subsequent centuries, Ceuta was repeatedly fought over by rival Muslim powers. This strategic port changed hands no fewer than ten times in 600 years, between 788 and 1387, as competing political interests vied for power and trade wealth (Braga & Braga, 11-16). With each new oscillation, the victors would assert their political and cultural ascendancy by supplanting edifices that served as seats of power (Gozalbes [1995a], 86-125; 185-200). Only in 1415 did the Portuguese definitively conquer Ceuta from the Kingdom of Fez (Bethencourt, 230); their subsequent rule lasted unbroken for two and a quarter centuries, until 1640, when the city residents opted

to remain under the rule of Spain during the breakup of the Iberian Union (1580-1640). Though to this day Ceuta has continued to be an administrative region of Spain, the official coat of arms, flag, and patron saint of the city (*Nuestra Señora de África*) retain distinctly Portuguese iconography.

### THE CITY CENTER OF CEUTA (COLONIAL PORT)

Thus, when the Portuguese arrived in Ceuta, they came to a land long used to conflict and the fluctuation of religious power (Gozalbes [1998], 471-6). The original city of Ceuta had been situated in a highly defensible location on a small peninsula and isthmus that created a protected strategic anchorage on the south side of the Strait of Gibraltar (Campos, 337-43). This opulent urban district, enriched by trade, featured fine mosques, a Koranic school, and civic buildings, of which virtually no vestiges remain today. Due to a brisk trade exporting, among other commodities, vitally important grain, cattle, sugar, fish, hides, wax, and honey, as well as textiles, Ceuta thrived and grew to be an important city of substantial wealth and strategic importance (Newitt [2005], 19-21).

Of course, temple, church, and mosque destruction during periods of invasion is nothing new in the Mediterranean context (Hayden & Walker, 410-5; Villada [2010], 2); as a tool of conquest and dominance it began long before late medieval European colonial expansion into North Africa, and such acts continue to be politically charged and culturally relevant in modern Spain and Morocco. Because of their prior experiences with sacred site destruction by invaders for political ends, the surviving local population in and around Ceuta may have immediately understood the Portuguese destruction of mosques as constituting just another example of a “legible grammar” of cultural/political domination as practiced in the Mediterranean basin since time out of memory. Among others, Fernando Villada Paredes and Carlos Gozalbes Cravioto’s outstanding published work on the archaeology of religious sites in Ceuta provides a basis of comparison for our discussion that links fifteenth-century developments in Ceuta to earlier and later historical processes that occurred across North Africa, but did not involve Portuguese agency (Villada [2009]; Gozalbes [1995a & 1997]). Building on such research, the present study may be seen as an attempt to undertake an objective re-assessment of Portuguese conversion strategies focused on transforming and coopting pre-existing Moroccan religious sites, be they longstanding Muslim sacred places or even older pagan sites.

## POST-CONQUEST DESTRUCTION OF MOSQUES AND ISLAMIC SITES

Immediately following their initial consolidation of power in Ceuta, the Portuguese, employing tactics developed during the ongoing Iberian *Reconquista*, embarked on a sustained program to establish their enduring, thoroughgoing political, cultural, and religious domination of the city and surrounding area (Newitt [2005], 19-21; Diffie & Winius, 46-56). The aggressive, militant Christian conquest of the Ceuta peninsula, and subsequent forays into the surrounding district, resulted in initial widespread elimination of Islamic mosques and holy sites. Within hours after taking the city, a comprehensive campaign began to seize and desecrate Ceuta's opulent Muslim religious buildings; these were subsequently re-consecrated as Roman Catholic edifices (Sá, 255-6; Rosa, 65-7). The royal policy of King João I, backed by a papal bull authorizing a Portuguese crusade against Ceuta (issued 20 March 1411), explicitly empowered colonizers in Ceuta to confiscate Muslim-held properties and convert them to Crown use (Braga & Braga, 17).

Much of the surviving Muslim population was either driven off or enslaved, and subsequent papal bulls issued from 1452 to 1456 legitimized such enslavement of infidels (Sá, 256-7). The Portuguese crown asserted authority over the administration of all ecclesiastical affairs in conquered territories (a prerogative known as the *padroado régio*, or "royal patronage"), and promulgated policies that forbade residence by non-Christians in most regions of the Ceuta enclave. To cultivate Christianity in this climate, Portuguese cosmology accepted as axiomatic that the newly conquered enclave had to be spiritually cleansed; this rationale in turn helped justify the zealous Portuguese efforts to rid Ceuta of mosques and Islamic iconography (Almeida, 110-13). Subsequent royal orders over the next few decades asserted the "obligation to extinguish" the Islamic faith throughout Portuguese territories in North Africa, whether practiced in private homes, or in public mosques and shrines (Sá, 255-9; 270-1; Rema, 367-73). In Ceuta, the Muslim population was completely extinguished; the places of Islamic worship that remained standing were either re-consecrated as Christian sites or desecrated and entirely repurposed -- comprehensively eliminated from the religiouscape.

Thus, in the context of incipient maritime expansion beyond Europe, the Portuguese sought papal consent to sanction their efforts to conquer, subdue, and convert all infidel or pagan territories. This deliberate colonial policy -- the decision to enforce religious homogeneity -- undertaken

during the reign of Dom João I, heralded the advent of a new concept of empire, and a fundamental shaping of the socio-political relationship between the metropole and the peoples who resided in different territories under Portuguese jurisdiction. Predictably, such policies would exacerbate the stark decline of urban Ceuta's trans-Saharan trade and indigenous population during the fifteenth and sixteenth centuries, as the Marinid Sultanate of Fez tried repeatedly to recoup the city, and Muslim merchants avoided zones wherein their faith was persecuted and hostile Christians resided (Newitt [2005], 20-21; Braga & Braga, 81-8).

Unsurprisingly, very few Muslims who survived the sack and occupation of the city elected to remain in the area -- but not in Ceuta itself. A determined crusader mentality against the perceived Islamic infidels animated the military orders that garrisoned and administered the city, so colonial government activity during the fifteenth and sixteenth centuries generated a vibrant local Roman Catholic Christian culture that took root in Ceuta (Sá, 257-8; Rema, 367-72; Larcher 451-8). Within the confines of this once-Muslim city and the ancient neighborhoods on the peninsula, Portuguese colonial agents transformed a major *mezquita* into a cathedral (the Cathedral of Saint Mary of the Assumption, for a time the largest Roman Catholic church in North Africa), approximately a dozen churches and chapels, and several other convents, monasteries, and missionary colleges (Braga & Braga, 143-58). At least two, those of *Santa Maria de África* and *Nossa Senhora da Assunção*, were rebuilt and modified during the years following the conquest by the first Portuguese governor, Dom Pedro de Meneses, Count of Vila Real and the chief strategist who laid the foundations for the long-term Portuguese colonial presence in Ceuta. With a pragmatic military agenda in mind, churches in this contested space -- with its ever-present high potential for future conflict between Christians and Muslims -- were conceived of and constructed to serve provisionally as defensive positions in case of counter-attack (a feature also common in Roman Catholic churches built in Portugal during the Iberian *Reconquista*) (Campos, 337-348).

Ceuta functioned as the seat of a Roman Catholic bishopric after 1417, elevated to the status of a diocese officially by the papal bull of Pope Martin V on 4 April 1418 (Diffie & Winus, 55). The holy orders that administered the enclave saw Ceuta both as a base for the dissemination of Christianity in North Africa, and as a spiritually precarious territory, chronically under threat from the Muslim regions surrounding the colony, and potentially subject to resurgent infidel ideas and practices (Larcher, 452-60; Rema, 367-

72). Being under the eye of the bishop -- the supreme ecclesiastical Roman Catholic authority in North Africa -- gave additional incentive for uncompromising enforcement of Christian dominance: adherence to strict orthodoxy and aggressive missionary activity.

At approximately the same time, within a few years of initial conquest, during the governorship of Dom Pedro de Meneses, the Portuguese completed the rehabilitation of the building dedicated as the *Santa Maria de África* church, which was constructed within the confines of the *alcáçova* (fortified urban core) of Ceuta. This sanctuary is recorded as having been constructed purposely, with great tacit symbolism, on the site of a demolished Muslim mosque (Mosquera diagram 1999; Zurara [1965], 92-3). Its reconstruction was done rapidly; it was complete by the time of the counter-attack and siege of 1418, conducted by the Kingdom of Fez (Braga & Braga, 148). To contemporary Europeans, Ceuta's importance as a bishopric, for purposes of the continued expansion of Christendom into North Africa, was manifest.

Evidence of Portuguese attempts to impose religious and cultural dominance is conspicuous across Ceuta and the other North African enclaves. In the four towns that together made up the oldest zones of Portuguese conquest (Ceuta, Alcácer Ceguer, Tangier, and Arzila), colonial Roman Catholic churches in Portuguese Manueline and Renaissance styles dominated virtually every urban center, and highly visible chapels or shrines, often accentuated with whitewash, surmounted the most prominent elevated points of land, there to assert the cultural dominance of Christianity. Similarly, Portuguese fortresses supplanted Muslim fortifications at strategic points across the colonized region (Newitt [2005], 36-37; Newitt [2009], 50-3), and the Portuguese colonial Governor's palace in Ceuta was constructed in the *dar al Imara*, the former Muslim ruler's fortified residence, on the north side of the medina (Villada [2010], 5, 11, 13). Following this same process of despoliation done in the spirit of activities tracked by the Antagonistic Tolerance project, it is important to remember that the Portuguese looted and removed some remarkable pieces of Islamic art from Ceuta and carried them as trophies back to Portugal, where they remain, sometimes donated to convents and hermitages, others integrated into palaces of the nobility (Villada, correspondence, 2018\*\*\*).

Clearly, seizing, claiming and occupying conspicuous elevated spaces in Ceuta (the heights of the eastern peninsula and to the west of the isthmus)

was done with an explicit military purpose in mind – high ground is easier to defend, and communication signals can be sent from hilltop to hilltop. In confirmation of this point, an illustration published in Georg Braun and Franz Hogenberg's *Civitates Orbis Terrarum* (1572) depicts two fortified heights on the Ceuta peninsula, with a distinct visual sight-line indicated between the two fortifications (Braun & Hogenberg). But the deliberate Portuguese policy of taking possession of key, highly visible commanding heights can also be understood as a calculated attempt to influence the morale and behavior of any remaining indigenous population in the area, as well as any potential opponents who came within sight of the Straits: every salient hilltop cross and every dazzling whitewashed church façade was a constant reminder to the Moroccan natives and visiting Mediterranean Sea traders of the ascendancy of European Roman Catholic Christianity in North Africa. Such motives were evident to contemporaries who arrived by land or sea: any traveller from the mid-fifteenth century onward would note that, in Ceuta, all of the churches, monasteries, convents and government buildings were located on the best, most symbolically resonant sites of the city; that is, centrally placed around the main square by the port, and elevated upon the hills at points of great visibility (Anonymous; Bowles; Mosquera diagram).

The assertion of religious superiority is a clear tool of empire and a method of establishing cultural dominance. In accordance with the Antagonistic Tolerance (AT) theoretical model, because Roman Catholicism arrived in Ceuta through conquest, and because the territory was contested, remaining chronically vulnerable to counterattack (first from regional Islamic forces, and later from rival European powers), the Portuguese appropriated the most prominent religious sites associated with the power of the previous regime, destroyed or desecrated existing sacred structures, and then converted or rebuilt them for their own religious purposes (Sá, 255-6; Rosa, 65-7). We will next consider some specific examples of sites that illustrate this dynamic.

### **SAINT MARY OF THE ASSUMPTION CHURCH THE MAIN CATHEDRAL OF CEUTA**

The *Santa Sé -- Igreja de Nossa Senhora da Assunção* is the oldest church in Ceuta, so named because, after Ceuta fell to the Portuguese on 21 August 1415, the first mass in the re-consecrated mosque was celebrated near the feast day commemorating the assumption of Mary into heaven, tradition-



ally observed (according to the old-style Julian calendar) in late August. The extant cathedral church has been reconstructed several times since the Portuguese conquest. Although the whole edifice had to be rebuilt in the eighteenth century following damage sustained during the 33-year siege of Mulay Ismail (1694-1727), the current neoclassical and baroque structure is a product of 20th-century renovations.

Given the church's size, location, and geographic orientation toward the *Plaza Mayor*, it is clear to the informed observer that it was once a socially and politically significant Muslim mosque site. Indeed, the cathedral sits atop what was once the principal Grand Mosque, the most important and opulent Islamic holy site in Ceuta. However, in circumstances entirely consistent with the Antagonistic Tolerance project model, prior to Muslim expansion into North Africa, this same urban space had been occupied by a prominent late-Roman-era church. The great Muslim historian and geographer from Al-Andalus, Al-Bakri, mentions this church in his description of Ceuta contained in the *Kitāb al-Masālik wa-al-Mamālik* ("Book of Highways and of Kingdoms," 1068 C.E.). Archaeologists and historical researchers have tentatively identified this paleo-Christian church with one built during the rule of Emperor Justinian I in the sixth century C.E., though the few excavations carried out to date have not allowed for the precise delineation of any previous underlying buildings' parameters (Villada [2009], 15; 184-8).

Prior to August 1415, the Grand Mosque was the salient structure of the Ceuta religiouscape: a large, opulent building in the fortified medina, or *alcaçova*, the heart of Ceuta, in the prominent western part of the city, at the narrowest part of the isthmus linking the peninsula to the African mainland. The Grand Mosque was situated just west of the Koranic school, the esteemed *madrassa* (as important as the Grand Mosque, in terms of cultural religious significance), and was southeast of the castle keep -- which boasted one of the tallest, most prominent towers in the city, the *Torre de la Vela*. These essential religious institutions were adjacent to the main fountain (Mosquera diagram), of fundamental importance to Muslims for purposes of performing ritual ablutions before daily prayers. Further, the *madrassa* and the Grand Mosque looked across the main square to a smaller mosque -- also destined under Portuguese rule for calculated conversion into a prominent church -- built on the northern side of the plaza (Gozalbes [1995a], 86-103). There, too, was the ruler's palace, the *dar al Imara*, an opulent residence and municipal building that occupied a prestigious location overlooking the heart of the medina (Correia, 91-2). All of these structures

arrayed around the main square represented manifestations of state and religious power, and were deeply symbolic locations to the indigenous population. Assuming control of them and altering them according to the purposes of the conquering Portuguese was, according to the Antagonistic Tolerance model, key to asserting cultural and political dominance.

Portuguese nobles and their troops occupied the original Grand Mosque structure on the first day of the attack and used it as a command headquarters. The primary fifteenth-century chronicler of these events, Gomes Eanes de Zurara, memorializes this mosque as the place where Portuguese forces focused their attack after breaching the walls of the city during the storming of Ceuta (Zurara, 92). According to contemporary accounts, Portuguese troops took refuge and rested themselves in this building during their final victorious assault, after gaining a foothold within the town walls.

Portuguese accounts of the conquest specifically mention the despoliation of Islamic sites and homes shortly after the moment of Muslim capitulation, and the precipitate re-consecration of the main mosque within days as a Roman Catholic chapel (Zurara [1965], 92-3; Almeida, 110-1; Abernethy, 3-4). Immediately following the fall of the port, this building was ritually cleansed by order of João I -- an exorcism ceremony using salt and water performed by Franciscan priests under the direction of Master Fra João Xira and Afonso Eannes, the chief royal chaplain, who accompanied Dom João I on his expedition to take Ceuta. The Grand Mosque was then re-consecrated as a Roman Catholic church and was the scene of a celebratory mass, followed by the formal ceremonial knighting of Dom João's sons, the royal princes Dom Duarte, Dom Pedro, and Dom Henrique (Almeida, pp. 110-12).

This, too, is an exceptionally clear expression of a conquering power imposing cultural dominance over the religious space of a vanquished people, according to AT project theory. For the Portuguese royal family to conduct such a solemn act of profound religious and political significance in a holy building recently captured from the "infidel" and ritually stripped of its religious purpose, only to be imbued anew with Christian efficacy through a ceremony conducted by the conquering power's own religious high clerics, was a striking assertion of religious and social domination. These ceremonies correspond precisely with acts expected and predicted through application of AT model analysis.

Additionally, recall that geographic location, especially in relation to other centers of state and religious power, is also a preeminent and telling in-

indicator of dominance. The current Saint Mary of the Assumption Cathedral is situated in a highly favored and visible municipal location, forming part of one side of the main city square. Physically, it sits just above the sheltered anchorage south of the Ceuta peninsula, where it would have been one of the most prominent structures, in terms of height and mass, visible to all persons arriving to Ceuta by land or sea. This was a structure built to impress and overawe the population, a concept that Portuguese invaders understood and embraced.

Moreover, the compass orientation of the Saint Mary of the Assumption Church is highly unusual; its single nave is aligned along an approximate northwest-southeast axis (AT site survey, 2015; Google Earth). Thus, when functioning as a mosque, the sacred *mihrab* niche on the southeastern wall would have oriented prayers approximately toward Mecca. Almost all other church buildings in Ceuta are oriented on a more traditional east-west axis -- that is, oriented approximately toward Jerusalem. This is made plain in the detailed map of urban religious and secular buildings in Ceuta at the time of the conquest created by historian Carmen Mosquera Merino (Mosquera, 1999). While such evidence may be compelling, it remains speculative. It is also likely, of course, that a mosque standing in Ceuta in 1415 had been built atop a former paleo-Christian church, a Roman temple site, or both (Gozalbes [1995a], 105-131). Such would be consistent with expectations predicted by the Antagonistic Tolerance project model. In some cases, archaeological study has confirmed these assertions. In others, additional excavation may be able to confirm the suspected stratified religious history of this site.

### THE SANTA MARIA DE ÁFRICA CHURCH -- CEUTA

Opposite the Grand Mosque, across the central square on the northern side of the isthmus,

stood a smaller though highly conspicuous mosque. It overlooked the wharves and docks of the port's northern roadstead, the main embarkation point of Ceuta since ancient times, and therefore a socially prestigious point of notable visibility. Though no archaeological evidence remains, such is mentioned in contemporary chronicler Gomes Eanes Zurara's account of the taking of Ceuta, and clearly represented in Mosquera Merino's pre-conquest Ceuta *alcáçova* diagram (Mosquera 1999; Zurara [1965], 92-3). Following the conquest, the Portuguese wasted little time in re-consecrating this building as a church, as well, renaming it the Holy Mary of Africa

church. Thus, the former *mesquita pequena* (small mosque) in the heart of Ceuta, became another symbol of Christian dominance, which it remains to the present day.

This smaller edifice is home to a deeply significant religious icon: a modestly-sized devotional statue originally made in Europe, and known variously as “*A Virgem de África*” or “*Santa María de África*.” By tradition, and according to primary source documents, this image of the Virgin of Africa was produced by order of prince Dom Henrique many years after the conquest, and sent by him specifically to enhance the sacred furnishings of the church. A description of this act and its intent was recorded in Dom Henrique’s last will and testament.

The prince’s generous donation of this icon later in life is interesting because it mirrors an episode that occurred during the initial conquest of 1415 -- events that resonated so strongly in the young prince’s life. Another virgin of Africa image had been fashioned specifically for the Ceuta expedition and brought along by the Infante Dom Henrique to provide guidance for the fleet and ensure the good fortunes of the endeavor (Russell, 67; Braga & Braga, 148). Having secured a victory, the Portuguese pointedly used the statue, a *virgin de batalha* (“virgin of battle”) placed by Dom Henrique himself, to consecrate the fifteenth-century Church of the Valley (*Iglesia del Valle*), situated on rising ground east of the *alcáçova*, where it can still be found today (Rosa, 65-7).

### THE MADRASA (KORANIC SCHOOL) OF AL-YADIDA -- CEUTA

At the time of Portuguese conquest, the Koranic school in Ceuta occupied the southeast corner of the *medina*, one of the most esteemed geographic locations in the city. Of great religious significance, the *madrassa* boasted a high tower overlooking the Plaza Mayor (Mosquera 1999; Zurara [1965], 92) -- higher even than that of the adjacent Grand Mosque (Anonymous; Bowles), or the nearby *Torre de la Vela*. Of course, this tower had been a minaret, used by the local *imam* for generations to issue daily calls to prayer, and was the highest structure in the fortified *alcaçova* during the time of Muslim rule -- height being instrumental in projecting the sound of the call to prayer throughout the city.

Recall that height and sound audibility are indicators of dominance and power, according to AT project theory. As such, in 1415 the *madrassa al-Yadida* automatically became a target, marked for symbolic occupation and con-

version by the Portuguese *conquistadors*, in accordance with expected behavior under the AT project model. The Portuguese converted the Koranic school first to a Franciscan monastery, and later entrusted this symbolically resonant structure to the missionary *Ordem da Santíssima Trindade* -- the Trinitarians. The Muslim minaret was transformed into a Roman Catholic bell tower, its great height an aid to providing the bells with maximum audibility to call the faithful to mass (Villada [2010], 5).

The chronicle of Ceuta's conquest includes two additional highly relevant and related incidents that illustrate using superior audibility as a means to assert religious and cultural dominance. First, during the sack and scouring of the town following the battle, Prince Henrique himself is said to have recalled that Ceuta held a pair of church bells that had been stolen from Sines, a coastal port in southern Portugal, during a Muslim sea raid. These same plundered bells were quickly found in the vanquished town and symbolically rehabilitated, mounted in a high *minaret* tower above the newly re-consecrated principal mosque in time to enhance its audible presence as a cathedral during the first mass celebrated there under Portuguese rule (Almeida, 111). In the second instance, to complete the ceremony whereby the Grand Mosque was re-dedicated as a Roman Catholic cathedral, King João ordered that all the Portuguese trumpeters who had accompanied the army to Ceuta should "sound all together, and of them there were above two hundred" (Almeida, 111). The horns would have made a tremendous cacophony -- an impressive volume of sound, audible for many kilometers around, to announce the return of the Christian faith to this North African peninsula.

### THE *PELOURINHO* (MUNICIPAL PILLORY) IN CEUTA

In medieval and early modern Portuguese society, whether in the metropole or in the colonies, a municipal *pelourinho* (pillory) was a fundamental symbol of state authority. These ornate stone pillars are evident in almost every Portuguese-ruled municipality in the world. It was the obligation of colonial authorities when founding a new settlement to construct an essential nucleus of municipal structures: a church, a city hall, a jail, and a pillory (Magalhães, 6-11). *Pelourinhos* were usually erected in a central public square next to a civic building recognized as the local seat of authority, where they became a focus of key civic functions, like the dispensing of justice, public castigation, and the promulgation of decrees or laws (Serrão, vol. 5, 43-4; Marques, vol. 1, 85-100; vol. 2, 54-5).

In Ceuta, under Portuguese rule, the civic *pelourinho* was erected at a key prominent point on the main plaza of the town, the former Islamic *medina*; its location is, according to the Antagonistic Tolerance model, an obvious and unambiguous assertion of political and cultural dominance. The main Portuguese pillory is visible in a well-known Portuguese illustration of a seventeenth-century siege of the town by Islamic forces (Anonymous; Santos, 60). This *pelourinho* stood at a focal point in the main plaza, the large and most important urban space within the fortified *alcaçova*, at the central urban crossroad of the old town, just south of the *Santa Maria de África* church, and in front of the Governor's Palace, in a critical space where several main passageways enter the city square (Mosquera, 1994). Positioned on a cleared square adjacent to what was once the Muslim ruler's civic residence, this was the most awe-inspiring and solemn urban space in the city, a location calculated to provide maximum deterrent effect on the urban population who gathered to witness the brutal corporeal punishments once carried out there, or to hear government proclamations.

The Ceuta pillory almost certainly dates from the early fifteenth century; it would have been erected immediately following the conquest, as a key symbolic component testifying to the establishment of Portuguese rule. The *pelourinho* is clearly visible on the late sixteenth-century Luso-Spanish (?) engraving depicting Muslim siege works around Ceuta, and appears on a later English engraving derived from the same scene (Santos, 60; Bowles). In addition, it may have been intended to serve as a kind of military monument -- possibly a victory column commemorating a battle with Portuguese regional rivals the Marinid Dynasty, based in Fez (Disney, vol. 2, 5).

Although the precise provenance of this pillory is not known, it is possible that it was constructed using symbolic components repurposed from the *spolia* of demolished Islamic civic or religious structures -- possibly with pieces of stone pillars expropriated from a demolished Muslim mosque site. While it must be stressed that there is no direct archeological evidence to support this assertion (the original *pelourinho* in Ceuta has not survived to be studied), such an action is not unprecedented, and is consistent with the manner in which later sixteenth-century Portuguese conquerors are known to have erected civic pillories in other religiously contested colonial spaces. The deliberate overt use of culturally and symbolically resonant materials to construct government pillories in conquered colonial enclaves was a strategy the Portuguese employed in imperial settings in South Asia (Hayden, et al. [2016], 141-144). No stronger symbol of religious and government dom-

inance can be imagined than to appropriate a sacred mosque or *madrassa* pillar and use it to construct the quintessential symbol of Portuguese ruling power. However, the pillory column could also be of post-1415 Portuguese colonial-era manufacture, but crafted to replicate indigenous North African architectural forms. In either case, the Ceuta *pelourinho* presaged similar structures erected as part of the *conquistador* effort to assert cultural dominance in subsequent Portuguese colonies in Brazil, India, and elsewhere in Africa (ibid.; AT site surveys, 2009 & 2012).

To incorporate an appropriated Islamic mosque pillar, essentially a trophy of war and conquest, into a military monument (or any other type of public colonial government edifice) sends an exceptionally powerful symbolic message, made stronger by the structure's highly prominent, centralized placement. This *pelourinho* stood in Ceuta's most significant public square, adjacent to the forecourt of the re-consecrated *Santa Maria de África* church. (Mosquera, 1994). It was established on that location during the early fifteenth century as part of a Portuguese project to claim Ceuta for Christianity and profit. Thus, during the end game of the *reconquista*, when the "Moors" were under exceptional military pressure to withdraw from the European mainland, this civic pillory was deliberately positioned at the recently-conquered focal point of Ceuta's preeminent public space. Surrounding it are other key symbols of Portuguese colonial and religious power: the church of Saint Mary of Africa, the Monastery of Saint George (formerly the *madrassa al-Yadida*), the governor's palace, and the *Sé* (Holy See), the main cathedral of Ceuta, seat of a bishop and, at that time, the largest Roman Catholic church in Africa. For any Muslims who had occasion to visit colonial Ceuta -- itinerant merchants or hired laborers -- who for centuries passed daily through the prominent squares where this pillory stood, and were obliged to circumambulate it while conducting business in the town, this structure represented a startling, unambiguous assertion of Portuguese political, cultural, and military ascendancy.

Of fundamental importance here is to appreciate the symbolic weight and effectiveness of the colonial pillory as a potent icon of Portuguese authority and dominance. Such pillars -- symbols of dominance and cultural conflict in every municipality under Portuguese rule -- represent the ascendancy of Portuguese power over the conquered region and indigenous population. The Portuguese rulers of colonial Ceuta appear to have consciously, deliberately, and pointedly used it as such, even well into the seventeenth century.

Let us now consider some similar examples of Portuguese assertions of cultural and religious dominance drawn from other locations of conflict in coastal fifteenth-century Morocco.

### THE OUR LADY OF CONCEPTION CHURCH -- TANGIER

Following the Portuguese conquest of Tangier in 1471, the main central mosque, occupying a position of prestige in the Muslim city's noble quarter, was converted into a Roman Catholic cathedral, the *Sé Catedral de Nossa Senhora da Conceição*. This church was entrusted to the Augustinians, and in time, when it was amalgamated administratively with Ceuta in 1570, it grew in importance to become the principal bishopric in Portuguese Morocco (Elbl, 123-125).

In the year following the conquest, 1472, Tangier's *madrasa*, located like the one in Ceuta adjacent to the main mosque, was converted into a monastery. The Franciscan order took possession of the former Islamic school through a royal grant, and administered it until 1568, when control passed to the *Ordem da Santíssima Trindade* – the Trinitarians (Elbl, 126). Thereby, these two religious sites, mosque and *madrasa*, of such enormous cultural significance to the Muslim community, came to be dominated by the militant religious elites of the conquering Christian Iberian power.

### THE MOTHER CHURCH (IGREJA MATRIZ) -- ARZILA

Two generations after the conquest of Ceuta, King Afonso V organized an expedition of some 30,000 soldiers to wrest Arzila, a small open roadstead port on the Moroccan coast south of Tangier, from Moorish control. Coastwise by sea, Arzila lies approximately 100 kilometers west of Ceuta. The attack was carried out successfully on 24 August 1471. Afonso V's son, Prince João (the future king João II) took part in the assault (Diffie & Winius, 145); he was just sixteen years old at the time.

Two generations after the fall of Ceuta, the Portuguese strategy to assert cultural dominance over conquered Muslim territories remained consistent. Two thousand Moorish "infidels" perished during the sack of Arzila; another 5000 were taken captive, with the majority of those eventually sold into slavery (Diffie & Winius, 145). True to form, and consistent with the AT model, the main mosque of Arzila was swiftly converted into the Roman Catholic *igreja matriz* ("mother church") following the conquest. Although first dedicated to Our Lady of the Assumption, as in Ceuta, the church was



later rededicated to Saint Bartholomew (Lopes, 49-50). It remained a prominent edifice symbolizing Christian cultural dominance until the Portuguese made a strategic decision to abandon Arzila in the mid-sixteenth century.

### USING HIGHLY VISIBLE CHURCH FAÇADES TO ASSERT DOMINANCE OF COLONIAL SPACE

As we have seen, several Portuguese church and fortress towers in Ceuta or other North

African enclaves were built in elevated strategic locations, within sight of one-another, so that signals (even simple ones) could theoretically have been passed from tower to tower over significant distances. Maps, maritime charts, and images from medieval times to the eighteenth century make clear that all the different authorities who ruled Ceuta were cognizant of the importance of sightlines between points of high ground; they established communication sight-lines consciously from one occupied hilltop to another (Anonymous; Bowles; Braun & Hogenburg; Gozalbes [1997]). Because telegraphic military signaling was so important to preserving their security and rule, maintaining control of strategic heights was a Portuguese colonial imperative. Field research conducted for this project, supported by relevant secondary literature (Woods, 75-86, 112-123, 141-4, 203-13, 256-71; Sterling, 24-5, 82-3, 154, 156-161, 208, 270, 286, 397), strongly suggests that, in accordance with the Antagonistic Tolerance model, the Portuguese purposely built some of their religious institutions in Ceuta (churches; chapels; convents; monasteries) deliberately to occupy prominent heights, maximizing wide visibility, thus helping to overawe the local population and establish cultural dominance. Simultaneously, Portuguese church and fortress towers established and controlled strategic sightlines that could serve to improve Portuguese colonial security and communications through a rapid signaling capability (AT fieldwork, 2015). This, too, served the complementary triple ends of colonial military, religious, and cultural dominance.

Contemporary late medieval and early modern European military signaling methods reveal how such communication was likely carried out in Ceuta using simple flags or a semaphore system (Woods, 75-86, 112-123, 141-4, 203-13, 256-71; Sterling, 24-5, 82-3, 154, 156-161, 208, 270, 286, 397). Moreover, many of the *Reconquista*-era churches throughout Portugal were built as fortified seats of power. Because invasion or rebellion was an ever-present fear, Portuguese colonial and ecclesiastical authorities in Ceuta designed church buildings strongly to do double duty for war or worship

-- this was another lesson taken from long practical experience of oscillating military fortunes during the Iberian *Reconquista*. After all, Portuguese colonial military commanders during the founding days of the overseas empire were almost all experienced combatants, both at sea and on land (by the early seventeenth century, they often held the formalized title *capitães de mar e guerra* -- “captains of sea and warfare”), so they would have been familiar with contemporary ship-to-ship or battlefield signaling methods, which lent themselves easily to adaption for use on land in the colonies, or across the Straits of Gibraltar (Santos, 94-8).

Using hills and towers to send signals from place to place was nothing new -- European armies and navies had used such methods since ancient times (Woods, 75-86, 112-23, 141-4, 203-13, 256-71; Sterling, 24-5, 82-3, 154, 156-61, 208, 270, 286, 397). What is striking, however, in this context of martial religious expansionism, is the linkage between military communications and the religious structures on which such communication depended. By the late medieval period, Portuguese colonial forces or authorities might have sent simple signals using flags or torches. Fifteenth-century telegraphy in the Portuguese Moroccan colonies would not have been very elaborate -- possibly just a simple system to warn of approaching danger from a distance, or to communicate with ships passing through the Gibraltar straits. Using such basic messaging techniques, the signaling apparatus itself would have been relatively light -- just a wooden flagpole or framework, at most. Thus, it is no wonder that physical evidence of signaling devices has not survived in the church and fortress towers of Ceuta. However, representations of signaling apparatus do survive in contemporary early modern illustrations of the peninsula and town (Marques de Prado, 17). The clearest avenue of communication runs from Monte del Hacho hill to the fortified heights on the Moroccan mainland, just west of the Ceuta peninsula, and across the straits to the Rock of Gibraltar or the Bay of Algeciras (AT fieldwork, 2015; Google Earth).

## CONCLUSIONS

Ultimately, the Portuguese vision for Ceuta as a new colonial enclave in North Africa, eventually made manifest in the plans of colonial governor Dom Pedro de Meneses and his successors, was a product of ambient European ideas about how to successfully manage colonial conquest. Such concepts were an extension of the Iberian *Reconquista*, but not exclusively so; they were also driven in great measure by the exigencies of consolidating state colonial power, under the new reigning conquerors far from the metropole. This idea of establishing a secure “colonized area,” adapted from practices that were centuries old by the fifteenth-century conquest of Ceuta, was predicated upon a concept of centralized colonial authority supported almost entirely by revenue derived externally through maritime and overland commerce, as well as the windfall wealth seized opportunistically from appropriated religious sites (Bethencourt, 197-206; Costa, et al., 43-50). To realize that goal, it was necessary to decisively subordinate, with methods both artful and uncompromising, the traditional socio-religious powers in Ceutan society to those of the ascendant colonial authority -- displacing Islam with Roman Catholicism. Inherent to this process, the Portuguese deliberately transformed Ceuta’s religioscape entirely. Over time, the Portuguese would eventually manage the delicate political balance required to rule a heterogeneous society, some of whom were influential land-holders or merchants, with their own competing, often contradictory interests (Braga & Braga, 53-70).

Through the mandates of post-conquest religious or military site acquisitions and an aggressive rebuilding program, governor Meneses’s plan set the tone for a colonial administration focused on imperial political, commercial, and religious domination, in which Roman Catholic military orders and missionary institutions could wield significantly enhanced power to conduct their work of first dominating appropriated sacred spaces, and then attempting to convert any remaining indigenous population (Campos, 337-56). The colonial state’s salient public role effectively eclipsed the social influence -political, religious, and economic- that Muslim elites had long exercised. Meneses, who governed 1415-1437, and his successors designed and built the new Portuguese colonial and commercial city of Ceuta to confirm, with prominent, unmistakable physical landmarks, a profoundly changed social order, in which the Portuguese Crown and the Roman Catholic Church aggressively asserted their dominance, taking clear precedence over the traditional prominence of the Muslim religion and aristocratic class.

Thus, perhaps the ultimate effect of the Portuguese and Spanish presence in Ceuta may be reckoned by a profound *cultural* conversion wrought in the Ceutan metropolis by the long-term relationship of exchanges with these two Iberian metropolises. The enduring result has been a colonization of the *imagination, or conscience*, that created a hybridized, bi-cultural class of beings who live between two worlds in Ceuta -- simultaneously African and European; Christian and Muslim -- and who recognize and practice a blended Afro-European cultural reality in their lives.

In addition, these conclusions serve to illustrate and demonstrate the potential utility of the Antagonistic Tolerance model, the use of which allowed this dimension of the conquest of Ceuta to become more evident (Hayden [2002], 205-31; Hayden and Walker [2013]; 399-427), even though this singular aspect of the post-conquest transformation of Ceuta has rarely been noted in prior scholarship, and never explored in such detail. Earlier writers have discussed the role of Meneses and his successors in asserting Portuguese religious and cultural dominance over Ceuta, but few have identified or analyzed this particular dimension of his practical strategy in tangible terms. Neither have they noted his technique -- the tactics by which he put his policies into effect: through the demolition and reconstruction of culturally symbolic architecture in the conquered port city; by advancing Portuguese imperial domination through broad institutionalization of the Roman Catholic Church; and increasing the perceptibility and centrality of European cultural/religious structures while decreasing those of the competing Islamic religion. Thus, across disparate regions, the Antagonistic Tolerance model can provide useful methods for identifying forms of political, cultural, and religious contestation, and the means of asserting dominance, that may not otherwise be apparent.

## Bibliography

- Abernethy, David. *The Dynamics of Global Dominance: European Overseas Empires, 1415-1980*. New Haven, Connecticut: Yale University Press, 2002.
- Almeida, Virginia de Castro e, editor. *Conquests & Discoveries of Henry the Navigator; Being the Chronicles of Azurara*. Translated by Bernard Miall. London: George Allen & Unwin, Ltd, 1936.
- Anonymous. "Ceupta - Ceuta en torno al año 1700 durante el asedio de los treinta y tres años (1694-1727)." Printed engraving; Spanish or Portuguese. Early eighteenth century.
- Benjamin, Thomas. *The Atlantic World: Europeans, Africans, Indians and Their Shared History, 1400-1900*. Cambridge University Press, 2009.
- Bethencourt, Francisco. "Political Configurations and Local Powers." In *Portuguese Oceanic Expansion, 1400-1800*. Francisco Bethencourt and Diogo Ramado Curto, eds. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 2007.
- Bowles, Thomas. "A Plan of the Famous Town and Fortress of Ceuta, Besieged by the Moors [...]" London: Thomas Bowles, 1721.
- Boxer, Charles R. *The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825*. London: Carcanet Press, Ltd. 1991.
- Braga, Isabel M. Ribeiro Mendes Drumond and Paulo Drumond Braga. *Ceuta portuguesa (1415-1656)*. Ceuta, Spain: Instituto de Estudios Ceutíes, 1998.
- Braun, Georg and Franz Hogenberg. Engraving of "Septa" (Ceuta). *Civitates orbis terrarum*. Cologne, Germany: 1572.
- Campos, Nuno Silva. "Guerra e Corso em Ceuta durante a capitania de D. Pedro de Meneses (1415-1437)." In *Ceuta e a Expansão Portuguesa*, João Abel da Fonseca, José dos Santos Maia and Luís Couto Soares, editors. Lisbon: Academia de Marinha, 2016. Pp. 337-356.
- Cook, Weston F. *The hundred years war for Morocco: Gunpowder and the military revolution in the early modern Muslim world*. Boulder, Colorado: Westview Press, 1994
- Costa, Leonor Freire, Pedro Lains and Susana Münch Miranda. *An Economic History of Portugal, 1143-2010*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 2016.
- Correia, Jorge. "Os Sítios e Edifícios de Poder em Ceuta." In Teixeira, André, Fernando Villada Paredes, and Rodrigo Banha da Silva. *Lisboa 1415 Ceuta: história de dos cidades*. Ceuta, Spain: Ciudad Autónoma de Ceuta, Consejería de Educación y Cultura, 2015.
- Diffie, Bailey W., and George D. Winius. *Foundations of the Portuguese empire: 1415-1580*. Minneapolis, Minnesota: University of Minnesota Press, 1985.
- Disney, Anthony R. *A History of Portugal and the Portuguese Empire*. Two volumes. Cambridge University Press, 2009.

- Elbl, Martin Malcolm. *Portuguese Tangier (1471-1662): Colonial Urban Fabric as Cross-Cultural Skeleton*. Peterborough, Ontario: Baywolf Press, 2013.
- Gomes, Paulo Varela. *Whitewash, Red Stone: A History of Church Architecture in Goa*. New Delhi: Yoda Press, 2011.
- Gozalbes Cravioto, Carlos. *El gran aljibe medieval de la Almina de Ceuta*. Ceuta, Spain: Instituto de Estudios Ceutíes, 1998. Pp. 471-487.
- Gozalbes Cravioto, Carlos. *Ceuta en los Portulanos Medievales, Siglos XIII, XIV, XV*. Ceuta, Spain: Instituto de Estudios Ceutíes, 1997.
- Gozalbes Cravioto, Carlos. *El urbanismo religioso y cultural de Ceuta en la Edad Media*. Ceuta, Spain: Instituto de Estudios Ceutíes, 1995a.
- Gozalbes Cravioto, Carlos. "La demografía de la Ceuta medieval" In *Actas del II Congreso Internacional "El Estrecho de Gibraltar,"* Eduardo Ripoll Perelló and Manuel Fernando Ladero Quesada, eds. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 1995b.
- Hayden, Robert M., Tuğba Tanyeri-Erdemir, Timothy D. Walker, Aykan Erdemir, Devika Rangachari, Manuel Aguilar-Moreno, Enrique López-Hurtado, Milica Bakić-Hayden (2016). *Antagonistic Tolerance: Competitive Sharing of Religious Sites and Spaces*. London: Routledge Press.
- Hayden, Robert M. and Timothy D. Walker (2013). "Intersecting Religioscapes: A Comparative Approach to Trajectories of Change, Scale, and Competitive Sharing of Religious Spaces." In the *Journal of the American Academy of Religion* 81:2, pp. 399-427.
- Hayden, Robert M., Sözer, Hande, Tanyeri-Erdemir, Tuğba and Erdemir, Aykan (2011). "The Byzantine Mosque at Trilye: A Processual Analysis of Dominance, Sharing, Transformation and Tolerance." In *History and Anthropology* 22:1, pp. 1-17.
- Hayden, Robert M. (2002). "Antagonistic Tolerance: Competitive Sharing of Religious Sites in South Asia and the Balkans." In *Current Anthropology* 43:2, pp. 205-231.
- Hita Ruiz, J. M., and Fernando Villada Paredes. "Ceuta durante el período mariní: estado de la cuestión y nuevas perspectivas." In *Ciudad Y Territorio En Al-Andalus*, Lorenzo Cara Barrionuevo, ed. (Granada, Spain: Athos-Pérgamos, 2000). 218-244.
- Larcher, Fernando. "Em torno da Ordem de Cristo e da Conquista de Ceuta." In *Ceuta e a Expansão Portuguesa, João Abel da Fonseca, José dos Santos Maia and Luís Couto Soares, editors*. Lisbon: Academia de Marinha, 2016. Pp. 451-62.
- Livermore, Harold. "Portugal and the Iberian Prelude to the Expansion of Europe." In *Portugal the Pathfinder: Journeys from the Medieval Toward the Modern World, 1300-1600*, George D. Winius, ed. Madison, Wisconsin: Hispanic Seminary of Medieval Studies, Limited, 1995.
- Lobato, Alexandre. *Ainda em torno da Conquista de Ceuta*. Lisbon: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985.
- Lopes, David. *História de Arzila durante o domínio português (1471-1550 e 1577-1589)*. Lisbon: Imprensa da Universidade de Lisboa, 1924.

- Magalhães, Joaquim Romero. "Algumas notas sobre o poder municipal no império português durante o século XVI." In: *Revista Critica de Ciências Sociais*, 25 (1988).
- Marques, A. H. de Oliveira and João José Alves Dias. *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar Português*. Lisbon: Universidade Nova/Centro de Estudos Históricos, 2003.
- Marques, A. H. de Oliveira. *History of Portugal; Volume I: From Lusitania to Empire*. New York: Columbia University Press, 1972.
- Marques de Prado, José A. *Recuerdos de Africa. Historia de la plaza de Ceuta, etc.* Madrid, 1859.
- Matos, Manuel Cadafaz de. "Meios culturais e religiosos em Ceuta entre 1400 e 1415: o testemunho de um historiador do Livro e das mentalidades." In *Ceuta e a Expansão Portuguesa*, João Abel da Fonseca, José dos Santos Maia and Luís Couto Soares, editors. Lisbon: Academia de Marinha, 2016. Pp. 119-154.
- Mosquera Merino, María del Carmen. *La señoría de Ceuta en el siglo XIII (historia política y económica)*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes, 1994.
- Newitt, Malyn. *Portugal in European and World History*. London: Reaktion Books, Ltd., 2009.
- Newitt, Malyn. *A History of Portuguese Overseas Expansion, 1400-1668*. London: Routledge Press, 2005.
- Pedreira, Jorge M. "Costs and Financial Trends in the Portuguese Empire, 1415-1822." In *Portuguese Oceanic Expansion, 1400-1800*. Francisco Bethencourt and Diogo Ramado Curto, editors. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 2007. Pp. 49-87.
- Rema, Henrique Pinto. "A Missionação Franciscana em Ceuta e na Mauritânia." In *Ceuta e a Expansão Portuguesa*, João Abel da Fonseca, José dos Santos Maia and Luís Couto Soares, editors. Lisbon: Academia de Marinha, 2016. Pp. 367-78.
- Rosa, Maria de Lurdes. "Velhos, novos e mutáveis sagrados ... Um olhar antropológico sobre formas 'religiosas' de percepção e interpretação da conquista africana (1415-1521)." In *Catolicismo e sociedade na época moderna: o terramoto de 1755*. Lisbon: Centro de Estudo de Historia Religiosa, Universidade Catolica Portuguesa, 2006.
- Russell, Peter Edward. *Prince Henry 'the Navigator': A Life*. New Haven, Connecticut: Yale University Press, 2001.
- Sá, Isobel dos Guimarães. "Ecclesiastical Structures and Religious Action." In *Portuguese Oceanic Expansion, 1400-1800*. Francisco Bethencourt and Diogo Ramado Curto, editors. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 2007. Pp. 255-82.
- Santos, José Loureiro dos. *Ceuta 1415 -- A Conquista*. Lisbon: Tribuna da História, 2004.
- Serrão, Joel, ed. *Dicionário de História de Portugal*, 6 vols. Porto: Livraria Figuerinhas, 1986.
- Sterling, Christopher H. *Military Communications: From Ancient Times to the 21st Century*. Santa Barbara, California: ABC-CLIO, 2007.

- Teixeira, André, Fernando Villada Paredes, and Rodrigo Banha da Silva. *Lisboa 1415 Ceuta: história de dos ciudades*. Ceuta, Spain: Ciudad Autónoma de Ceuta, Consejería de Educación y Cultura, 2015.
- Torró Abad, Josep. "Vivir Como Cristianos y Pagar Como Moros: Genealogía Medieval de la Servidumbre Morisca en el Reino de Valencia." *Revista de Historia Moderna* 27 (Universidade de Alicante, 2009) (11-40).
- Villada Paredes, Fernando. "Puertos, abrigos y fondeaderos de Ceuta (siglos XIV-XVI)." In *Ceuta e a Expansão Portuguesa*, João Abel da Fonseca, José dos Santos Maia and Luís Couto Soares, editors. Lisbon: Academia de Marinha, 2016a. Pp. 95-118.
- Villada Paredes, Fernando. "Sit tibi terra levis: Necrópolis romanas en Ceuta." In Gómez Barceló, José Luis, et al. *Cementerios, necrópolis y otros lugares de enterramiento de Ceuta*. Ceuta, Spain: Ciudad Autónoma de Ceuta, 2016b. Pp. 9-32.
- Villada Paredes, Fernando. "Building the Portuguese City in North Africa: Continuity and changes in Ceuta from 1415 to 1640." In *Acts of the Conference: "Tenth International Conference on Urban History"*. Ghent, Belgium: Universiteit Ghent, 2010. Pp. 1-17.
- Villada Paredes, Fernando, editor. *Historia de Ceuta: de los orígenes a nuestros días*. Ceuta, Spain: Instituto de Estudios Ceutíes, 2009.
- Woods, David Lyndon. "The Evolution of Visual Signals on Land and Sea." Ph.D. dissertation. Columbus, Ohio: Department of History; Ohio State University, 1976.
- Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Maria Teresa Brocardo, editor. Lisbon: Fundação Calouste Gulbenkian and Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnologia, 1997.
- Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica da tomada de Ceuta (2<sup>nd</sup> edition)*. Alfredo Pimenta, editor. Lisbon: A.M. Teixeira & Companhia (Filhos), Limitada, 1965.









